



André Phillippe Pereira

**Uma Neocrisandade no Brasil: A atuação do
Cardeal Leme para tornar o Brasil um país
Católico**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao programa de Pós-graduação em Teologia da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Teologia.

Orientador: Prof. Luiz Corrêa Lima

Rio de Janeiro
Março de 2018



André Phillippe Pereira

Uma Neocrisandade no Brasil: A atuação do Cardeal Leme para tornar o Brasil um país Católico

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia do Departamento de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Luís Corrêa Lima

Orientador

Departamento de Teologia – PUC-Rio

Prof. Joel Portella Amado

Departamento de Teologia – PUC-Rio

Prof^a. Maria Teresa de Freitas Cardoso

Departamento de Teologia – PUC-Rio

Prof^a. Clélia Peretti

PUC/PR

Prof. Ney de Souza

PUC-SP

Prof^a. Monah Winograd

Coordenadora Setorial de Pós-Graduação e Pesquisa do Centro de Teologia e Ciências Humanas – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 8 de março de 2018.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

André Phillippe Pereira

Graduou-se em Teologia na PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) em 2011. Licenciou-se em filosofia pela Faculdade Padre João Bagozzi na cidade de Curitiba em 2012. Cursou o mestrado em teologia na PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) em 2013. Participou de diversos congressos na área de Filosofia, Teologia e História. Leciona Teologia e Filosofia em Duas Faculdades. É coordenador da especialização em História da Igreja no Centro Universitário Católica de Santa Catarina em Joinville.

Ficha Catalográfica

Pereira, André Phillippe

Uma neocristandade no Brasil : a atuação do Cardeal Leme para tornar o Brasil um país católico / André Phillippe Pereira ; orientador: Luís Corrêa Lima. – 2018.

204 f. : il. color. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2018.

Inclui bibliografia

1. Teologia – Teses. 2. Neocristandade. 3. Dom Leme. 4. Igreja Romana. 5. Brasil. 6. Governo. I. Lima, Luís Corrêa. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Teologia. III. Título.

A todos os que são próximos pelo apoio e confiança
e a todos os que anunciam o Evangelho com
fidelidade e amor!

Agradecimentos

À Deus por todos os dons me doados e sobretudo pela Salvação em Jesus Cristo.

À Igreja Católica que tornou-me pelo batismo filho de Deus.

À minha mãe e meus avós pela educação, atenção, paciência e carinho.

Ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Corrêa Lima pelo estímulo e parceria para a realização deste trabalho.

À PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Aos meus amigos pelas palavras de apoio e jubilo durante este tempo.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora.

A todos os professores e funcionários do Departamento pelos ensinamentos e pela ajuda.

A todos os amigos e familiares que de uma forma ou de outra me estimularam ou me ajudaram.

Resumo

Pereira, André Phillipe; Lima, Luis Corrêa. **Uma Neocristandade no Brasil: A atuação do Cardeal Leme para tornar o Brasil um país Católico.** Rio de Janeiro, 2018. 204p. Tese de doutorado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A neocristandade no Brasil foi uma tentativa de restaurar o catolicismo no Brasil, em plena continuidade com a Igreja Universal. Este trabalho analisa a atuação do segundo Cardeal brasileiro Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra e sua contribuição no processo de neocristandade na Igreja Católica do Brasil entre os anos de 1920-1940. Dom Leme exerceu enorme influência na Igreja do Brasil, usando da cultura, dos meios de comunicação, da aproximação com o Governo, da arregimentação das massas e dos intelectuais neste processo. Foi o mais expressivo episcopado, no país, na tentativa de revitalizar os valores e o sentido do catolicismo na sociedade brasileira moderna. Por meio de um programa em plena união com a Igreja Universal, esse Cardeal deu passos profundos em vários campos da sociedade, buscando implantar e reformar o espírito católico. Para tanto, implementou leis e práticas religiosas, aumentando e incentivando, sobretudo, as devoções a eucaristia, ao Sagrado Coração de Jesus, a Nossa Senhora e o amor e obediência ao Papa. Observa-se o conceito de neocristandade como chave de compreensão do catolicismo moderno e das discussões em torno da modernidade. Discute-se o entendimento do conceito com base no pontificado do Papa Leão XIII, porém aprofundando com os pontificados de Pio X, Bento XV e Pio XI. A neocristandade no Brasil é compreendida, portanto, a partir das características apresentadas pela Igreja Romana e trazidas para a realidade brasileira. A pesquisa apoia-se numa ampla bibliografia, nas atas de visitas pastorais, comunicados e avisos diocesanos, artigos publicados em relação ao tema, pesquisa em documentos nos arquivos das Arquidioceses de Curitiba, São Paulo e sobretudo do Rio de Janeiro. Focaliza-se neste trabalho a relação Igreja Estado, no período proposto, e a relação da hierarquia eclesiástica com os fiéis leigos e o empenho de uma elite intelectual para instaurar uma neocristandade no Brasil.

Palavras-Chave

Neocristandade; Dom Leme; Igreja Romana; Brasil; Governo.

Abstract

Pereira, André Phillipe. Lima, Luis Corrêa (Advisor). **Neochristianity in Brazil: Archbishop Leme's deeds to make Brazil a Catholic country.** Rio de Janeiro, 2018. 204p. Tese de doutorado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Neochristianity in Brazil was an attempt to restore Catholicism in Brazil, in tandem with the movement of the Universal Church. This paper analyzes the deeds by the second Brazilian Cardinal Archbishop Sebastião Leme da Silveira Cintra and his contribution to Brazil's Catholic Church between 1920 and 1940. During this process, Archbishop Leme exercised enormous influence on Brazil's Church by making use of the culture, mass media, his approach to the Government and his call both to the masses and the literate. His was the most expressive Episcopacy in the country to try to revitalize the values and the Catholic sentiment in the modern Brazilian society. By means of a program fully aligned with the Universal Church, the Cardinal made a tremendous progress in different aspects of the society looking to implement and reform the Catholic spirit. Consequently, he implemented religious laws and practices, fostered and increased the devotion to Eucharist, the Sacred Heart, Our Lady and love and obedience to the Pope. The concept of Neochristianity is key to understand modern Catholicism and the discussions about modernity. It is analyzed under the influence of Pope Leo XIII's pontificate and further deepened with the pontificates of Pius X, Benedict XV and Pius XI. Therefore, Neochristianity in Brazil is understood from the characteristics of the Roman Church and localized to Brazilian reality. The research is supported by a wide bibliography, the acts of pastoral visits, diocesan notices and memos, published articles related to the topic, study of documents in the archives of the Archdioceses of Curitiba, São Paulo and mainly Rio de Janeiro. This research is focalized in the relationship Church-State in the aforementioned period, the relationship of ecclesiastic hierarchy with the lay faithful and the efforts of an intellectual elite to install a neochristianity in Brazil.

Keywords

Neochristianity; Archbishop Leme; Roman Church; Brazil; Government.

Sumário

1	Introdução	15
1.1	O tema e seus limites	15
1.2	Definição do problema	17
1.3	Hipóteses e Objetivos	18
2	A Cristandade e o Padroado	25
2.1	As ideologias que sustentaram a conquista da América e o descobrimento do Brasil	34
2.1.1	Na Espanha	35
2.1.2	Em Portugal	38
2.2	A organização da Igreja no Brasil	39
2.3	A criação de dioceses	41
2.3.1	O episcopado	43
2.3.2	O clero diocesano	45
2.3.3	As vocações nativas	46
2.3.4	A tentativa de reforma: o sínodo da Bahia	48
2.3.5	As ordens religiosas masculinas	51
2.3.6	As ordens religiosas femininas	51
2.3.7	Os leigos	53
2.3.7.1	As confrarias	54
2.3.7.2	Os eremitas	55
2.3.8	A paróquia	56
3	A Igreja e os Estados Liberais entre 1808 e 1930	59
3.1	A crise da cristandade	59
3.1.1	Em Portugal	60
3.1.2	No Brasil	64

3.1.3 O seminário de Olinda	65
3.1.4 Na América Latina	70
3.2. O movimento de reforma na Igreja do Brasil	72
3.2.1 O movimento Regalista	72
3.2.2 O Movimento Católico Conservador	75
3.2.2.1 A reforma do clero	76
3.2.2.2 A reforma do povo	78
3.3 Igreja e República no Brasil	81
3.3.1 Crises e tensões da separação	82
3.3.2 Reorganização da Igreja	85
3.3.3 A reaproximação do Estado	86
3.3.4 A Igreja e o povo	88
3.3.5 O Concílio Plenário Latino Americano	89
4 A Teologia da Neocristandade na Igreja Universal nos pontificados de PIO X e Bento XV	91
4.1 O pontificado de Pio X (1903-1914) um programa para “Restaurar tudo em Cristo”	94
4.1.1 Acerbo Nimis: Denuncia a situação de ignorância especialmente no campo religioso	100
4.1.2 Pascendi Dominici Gregis: Sobre as doutrinas modernistas	103
4.1.2.1 A Igreja no século XX: O Modernismo	103
4.1.2.1.2 Fases do modernismo	105
4.1.2.1.3 Causas e situação cultural	107
4.2 A Encíclica Pascendi	109
4.3 O Pontificado de Bento XV (1914-1922) e a Propagação da fé Católica em todo mundo	116
4.4.1 A Igreja diante do Nacionalismo e do totalitarismo	119
4.4.1.1 Gênese dos regimes totalitários	120
4.4.1.2 A Igreja diante desses sistemas	122
4.4.1.3 A Igreja diante da Primeira Guerra Mundial	123

5 A Teologia da Neocristandade na Igreja Universal no pontificado de Pio XI	126
5.1 O Pontificado de Pio XI e seu programa de ação: uma tentativa de instalar a neocristandade no mundo	122
5.1.2 Impulso à atividade missionária	129
5.1.3 Posição frente aos regimes de força: Fascismo e Nazismo	130
5.2 A Ação Francesa	133
5.3 A luta contra o laicismo	134
5.4 A relação entre a Igreja e o Facismo	137
5.5 Encíclicas de Pio XI	138
5.5.1 A encíclica programática: <i>Ubi Arcano Dei</i> .	138
5.5.2 <i>Quas Primas</i>	141
5.5.3 <i>Mortalium Ânimos</i> : promover a verdadeira unidade religiosa	142
5.5.4 <i>Non Abbiamo Bisogno</i> : Sobre a ação Católica	143
5.5.5 A encíclica “ <i>Mit Brennender Sorge</i> ”	145
5.5.6 A condenação do comunismo: “ <i>Divini Redemptoris</i> ”	149
5.6 A Questão Romana e o Pacto Lateranense	151
5.6.1 A caminho de uma solução	151
5.6.2 Os Tratados do Latrão	153
5.6.3 O significado histórico dos Acordos do Latrão	155
6 A Teologia da Neocristandade no Brasil na atuação do Card. Leme	157
6.1 Vida e Ministério	157
6.2 A Neocristandade no Brasil: plena união com a Igreja Universal	163
6.2.1 Acontecimentos que marcaram a tentativa de Neocristandade	164
6.2.1.1 A revista “A Ordem”	164
6.2.1.2 O “Centro Dom Vital”	165
6.2.1.3 O Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro	166
6.2.1.4 O monumento a Cristo Redentor	167
6.3 A Igreja no Brasil entre 1930 e 1960 (rumo a uma Igreja Latino Americana/Brasileira)	168

6.3.1 A Igreja nos regimes populistas	169
6.4 A Igreja no governo de Getúlio Vargas	171
6.4.1 A Revolução de Outubro	173
6.5 As manifestações católicas	174
6.6 A Igreja e o ensino religioso	176
6.7 A Liga Eleitoral Católica (LEC)	178
6.8 A Ação Católica	181
6.9 O Estado Novo e a Igreja	184
6.10 O Concílio Plenário Brasileiro	187
6.11 A reorganização da Igreja a partir de 1950	190
7 Conclusão	193
8 Referências Bibliográficas	197
8.1 Documentos de Dom Sebastião Leme da Silveira	197
8.2 Bibliografia sobre Dom Leme	198
8.2.1 Monografia sobre Dom Leme	199
8.3 Instrumentos de trabalho	199
8.4 Bibliografia geral	200

Lista de Figuras

Figura 1 - Divisão Eclesiástica dos Domínios Portugueses Ultramarinos	40
Figura 2 - Divisão Eclesiástica no Brasil	42
Figura 3 - Divisão Política e Independência da América Latina	69

Lista Siglas

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

LEC - Liga Eleitoral Católica

JAC - Juventude Agrária Católica

JEC - Juventude Estudantil Católica

JIC - Juventude Independente Católica

JOC - Juventude Operária Católica

JUC - Juventude Universitária Católica

Humano como era e humano porque vivia a cada momento a vida da Graça – tinha o dom de lidar com os homens, se a grande miséria do mundo em que vivemos é a desumanização de tantas coisas, sua vida será sempre para nós o exemplo exatamente contrário e a sua falta será sentida cada dia mais, como a falta do amigo incomparável e insubstituível, à medida que a sua figura se for apagando da nossa intimidade quotidiana e for assumindo os traços definitivos com que a posteridade o celebrará! O segredo talvez, daquele imenso afeto que todos lhe dedicavam, o segredo prestígio incomparável que adquiriu em tantos anos e tão difíceis, do mais difícil dos encargos pastorais, o segredo de ter ascendido a mais alta dignidade da Igreja no Brasil, e de ter deixado jamais de ser o homem mais natural deste mundo, esse segredo estava, sem dúvida, como ele o disse, em nada ter possuído de seu. O segredo estava em ter vivido não para si, mas para os outros em Deus e para Deus, no próximo. Como um verdadeiro cristão. Como um autêntico filho desta Igreja que ele amou apaixonadamente até o último alento.

Tristão de Athayde, O Cardeal Leme

1

Introdução

1.1

O tema e seus limites

A proclamação da República, no Brasil em 15 de novembro de 1889, teve como resultados algumas tensões na relação Igreja e Estado e causou uma série de crises na religião Católica no Brasil, as quais devido às preocupações da hierarquia em se adaptar no novo regime bem como crises financeiras devido à perda do apoio do Estado, uma vez que a religião Católica não é mais a religião oficial do Estado Brasileiro.

Essas crises e tensões são vistas de forma mais claras no período em que chamamos de adaptação, que compreende os anos de 1890 e segue até 1910, período em que a hierarquia eclesial tentou adaptar-se ou ainda negociar sua posição diante do Estado e negociar sua atuação e presença na Nova República. Assim, as cartas pastorais dirigidas ao governo republicano, nesse período, destacam a importância da Igreja para o antigo regime bem como a força da Igreja que apoiada no Papa ainda se mantém inteira e forte, apesar de o Império ter chegado a seu termo.

Entretanto, passando os primeiros anos da república, surge, no Brasil, o movimento de neocristandade, conhecido também como, como romanização, iniciado nos anos de 1920, década em que inicia uma nova fase da Igreja no Brasil. Esse movimento tem o objetivo de instalar uma nova cristandade¹ (neocristandade) numa sociedade politicamente e culturalmente secularizada. Essa fase estende-se até o Concílio Plenário Brasileiro em 1939. Os bispos que nessa fase querem, como já era antes o objetivo na república brasileira, estabelecer um lugar no cenário Nacional. Neste intuito desenvolvem uma “revolução espiritual”, com o objetivo de

¹ Nesta pesquisa afirmamos que se tentou implantar no Brasil uma “nova cristandade”, pois, o modelo de cristandade anterior a este movimento se iniciou com a união da Igreja Católica com o Estado em Constantino no Séc IV se consolidando no mesmo século sob Teodósio.

restabelecer o seu domínio na sociedade, domínio que foi perdido com a proclamação da República, ou seja, é um grande esforço para que a fé Católica retome o seu lugar na sociedade. Os bispos não estão sozinhos, ou seja, estão, em plena sintonia com a Santa Sé. Essa sintonia manifesta-se quando assumem, aqui no Brasil, o lema do pontificado do Papa Pio XI (1922-1939): “A paz de Cristo no Reino de Cristo”².

É nesse movimento que aparece Dom Sebastião Leme Da Silveira Cintra, grande liderança eclesial da época que vai trabalhar com grandeza para unir Igreja e Estado novamente. A ação dele está em apresentar Jesus no centro de sociedade, agrupar grande massa em congressos Eucarísticos e, a partir da criação do centro Dom Vital e da Revista a Ordem, buscar entre os intelectuais da época uma força para Igreja no Brasil voltar a ter seu lugar bem definido diante do Estado.

Nesta pesquisa, faz-se uma abordagem sobre o Movimento de Recatolização no Brasil, a partir do Cardeal do Rio de Janeiro Dom Leme, pois entende-se que este foi o grande líder desse movimento e que, a partir de seu episcopado no Rio de Janeiro, a sede da república conseguiu unir forças para tornar a Igreja Católica Apostólica Romana a igreja oficial da República Brasileira.

A motivação para pesquisar este tema vem dos estudos de História da Igreja no Brasil, ministro essa disciplina no Bacharelado em Teologia em duas faculdades Católicas: na Faculdade Missioneira do Paraná e no Centro Universitário Católica de Santa Catarina. Ao preparar as aulas de história senti uma lacuna grande no período que compreende o início da República até aproximadamente metade do século XX em relação à história da Igreja, ao mesmo tempo que verifiquei a atuação do cardeal Leme como líder desse movimento.

Muitos historiadores que estudam e escrevem sobre esse período referem-se muito pouco sobre a relação e a liderança do Cardeal Leme nesse período. Isso torna os estudos da história da Igreja um pouco superficiais.

Em decorrência disso, não foi possível entender, de maneira profunda, a atuação da Igreja nesse período que foi de destaque no Brasil. Foi nesse recorte temporal que, no Brasil, houve várias iniciativas católicas de massa, mas também junto aos intelectuais. O objetivo era tornar a Igreja Católica, a religião oficial do

² Pio XI. **Ubi Arcano**. 1922. p.14. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

estado brasileiro. O movimento não teve sucesso nesse quesito, pois, como se sabe, desde o fim do Império no Brasil em 1889, não há mais uma religião oficial, mas isto não diminui a importância do movimento, visto que este conseguiu grandes e importantes obras no Brasil para Igreja Católica.

Ao pesquisar esse período e esse movimento, foi possível perceber a importância da atuação do Cardeal Leme, que, sendo Arcebispo do Rio de Janeiro, estava muito próximo ao governo brasileiro e sem a atuação desse cardeal o movimento não teria tanto vigor, pois entende-se que o movimento de neocristandade no Brasil, foi um movimento assumido e amado na sua totalidade por este cardeal.

1.2

Definição do problema

A restauração católica, no Brasil, foi um grande empreendimento da Igreja no Brasil para não perder seu poder diante do governo e do estado e para com o povo desencadear uma nova consciência da Igreja. Como já explicitado seu principal protagonista foi dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. Ele inicia esse movimento enquanto arcebispo de Olinda em 1916, onde escreveu uma Carta Pastoral aos seus diocesanos na qual detectava os problemas do catolicismo e convocava os católicos para uma tomada de consciência do seu papel na sociedade. Ele parte da constatação de que os católicos são indiferentes à realidade brasileira e não estão atuando como católicos nos destinos da nação.

Diante de tal quadro histórico, alguns questionamentos fazem-se necessários:

1. Qual era o contexto histórico, social e político que o Brasil passava, quando o episcopado brasileiro, sob a direção de Dom Leme, inicia o processo de restauração católica no Brasil?
2. Qual era a postura de Dom Leme diante do estado Brasileiro na tentativa de restaurar o catolicismo no Brasil?
3. Quais eram as razões que motivaram o episcopado a restaurar a Igreja no Brasil?
4. Como foram as relações entre Igreja X Estado no Brasil durante o processo de restauração católica?

5. Qual foi a postura dos bispos brasileiros durante a restauração católica no Brasil?

1.3

Hipóteses e Objetivos

Neste trabalho, parte-se das seguintes hipóteses:

O principal protagonista do movimento que desencadeou a tomada de uma nova consciência tanto da parte da Igreja como dos leigos foi Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, mais conhecido como Dom Leme.

O movimento de neocristandade Católica era uma tentativa de restaurar a unidade católica;

O movimento de neocristandade trabalha em todas as dimensões eclesiais e políticas;

Nos documentos, Dom Leme atribui a causa da ineficiência da Igreja à falta de ação social católica e, sobretudo, à ignorância religiosa do povo simples e principalmente dos intelectuais.

Dom Leme preocupa-se com os intelectuais, pois estes, além de serem indiferentes, são incrédulos e idolatram a ciência, fazendo dela uma religião.

A presente pesquisa tem por objeto de estudo refletir a atuação de Dom Leme na restauração Católica do Brasil que aconteceu no século XX, especificamente entre os anos de 1910 até 1942. Buscará dados sobre o contexto histórico social e político em que o Brasil passava e as formas que o episcopado brasileiro, liderados por Dom Leme, que atuou para essa restauração católica.

Para pesquisarmos sobre essas hipóteses, temos como objetivo geral: Aprofundar a atuação de Dom Leme no movimento de neocristandade Católica no Brasil do século XX. Para atingir esse objetivo, foram formulados os seguintes objetivos específicos: Pesquisar o contexto histórico, social e político, que o Brasil passava, quando o episcopado brasileiro sob a direção de Dom Leme inicia o processo de restauração católica no Brasil; levantar os dados sobre a vida e a postura de Dom Leme diante do estado Brasileiro na tentativa de restaurar o catolicismo no Brasil; identificar as razões que motivam o episcopado a restaurar a Igreja no Brasil; investigar como foram as relações entre Igreja X Estado no Brasil durante o

processo de restauração católica; averiguar, a partir dos dados da pesquisa, bibliográfica e documental, a postura do episcopado durante a restauração católica no Brasil.

Como foi possível observar podemos observar, o movimento de neocristandade no Brasil teve por principal liderança o Cardeal Dom Leme da Silveira Cintra, enquanto Arcebispo do Rio de Janeiro. Assim, para compreender esse movimento, faz-se necessário voltar um pouco na história e aprofundar a relação da Igreja com o Estado no período conhecido por Império. Nesse período, compreendemos a relação da Igreja com o Estado seguia-o modelo de padroado, um modelo que se inicia com a união Igreja e Estado no século IV com Teodósio, seguindo pela Idade Média, chegando ao Brasil pelo Império português e existindo até 1889, ano que marca o início da República no Brasil, ou seja, fim da Religião Oficial do Estado.

O Movimento, liderado por Dom Leme, tinha por objetivo tornar a Igreja Católica a Religião Oficial do Estado, porém o Cardeal também queria restaurar a Igreja aos moldes do Concílio de Trento e em plena união com a Sé Apostólica. Assim, o Cardeal buscou purificar a Igreja com grandes movimentos e renovando a devoção, tornando como base de todas as devoções a devoção ao Santíssimo Sacramento.

Para compreender a atuação desse cardeal no Movimento de recatolização, fez-se necessário também pesquisar o percurso de sua vida até ser nomeado Arcebispo do Rio do Janeiro e o segundo Cardeal da América Latina. Para tanto, foram pesquisados documentos no museu da Arquidiocese de São Paulo a fim de demonstrar a atuação do Padre Sebastião Leme da Silveira Cintra e no museu da Arquidiocese de Olinda e Recife, para apresentar a atuação do Arcebispo dessa cidade. Isso possibilitou a compreender muitos aspectos de sua liderança no Movimento que irrompeu entre os anos de 1920 a 1940, pois a atuação como padre de São Paulo e Arcebispo de Olinda e Recife mostraram que a liderança no movimento de neocristandade advém da história da sua vida, da sua formação em seminários e da sua formação eclesial.

A reflexão em torno de alguns conceitos resulta de uma preocupação metodológica. É nossa intenção deixar claras as conotações dos termos aqui empregados e que constituem tanto a espinha dorsal como as vértebras do nosso trabalho. Os conceitos que tentaremos definir, tais como o de neocristandade,

religião, Igreja e modernidade são importantes para compreendermos melhor o seu significado no contexto em que estão sendo aplicados e, também, por atenderem os propósitos da própria pesquisa. O presente trabalho parte da noção de que o catolicismo está em contínuo movimento, e a neocrisandade foi um período que a Igreja viveu nesse movimento, o que nos propõe o desafio teórico e ressignificar conceitos.

O debate teórico-metodológico tem originado grandes discussões entre os historiadores da Igreja. No Brasil, muito se produziu a esse respeito, como Pierre Sanchis (1992), Riolando Azzi (1987, 1991, 1994), Hoornaert (1991) e outros com diferentes enfoques teóricos metodológicos.

Sendo o objetivo deste trabalho estudar o catolicismo do Brasil, dá-se ênfase à importância do episcopado de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, empregando-o como chave de entendimento do período de 1920 a 1940.

Após conhecer a vida e o trabalho do Cardeal antes do movimento, foram pesquisados os documentos eclesiais no Museu Arquidiocesano do Rio de Janeiro. São eles: texto em documentos, atas, declarações que nos ajudaram a compreender sua liderança e o desenvolvimento do Movimento pesquisado.

Esta tese está estruturada em seis capítulos, no primeiro as questões sobre cristandade e padroado e também as ideologias que sustentaram a conquista da América e o descobrimento do Brasil, conheceremos a organização da Igreja no Brasil, hierarquia, laicato, religiosos e trabalho apostólico no contexto de padroado. Em seguida, no segundo capítulo, aborda-se a questão da Igreja e os Estados liberais entre 1808 e 1930, apresentando a crise da cristandade em Portugal e no Brasil.

No terceiro capítulo, faz-se uma abordagem sobre a relação entre a Igreja e a República. A proclamação da República no Brasil, em 15 de novembro de 1889, teve como resultados algumas tensões na relação Igreja e Estado e causou uma série de crises na religião Católica no Brasil. Essas ocorreram devido às preocupações da hierarquia em se adaptar no novo regime bem como crises financeiras devido à perda do apoio do Estado, uma vez que a religião Católica não é mais a religião oficial do Estado Brasileiro.

Essas crises e tensões são vistas de forma mais claras no período em que chamamos de adaptação, que compreende os anos de 1890 e segue até 1910, período em que a hierarquia eclesial tentou adaptar-se ou ainda negociar sua posição diante do Estado.

Os capítulos quarto, quinto e sexto são dedicados ao tema da neocristandade. Nesse período o episcopado brasileiro tenta negociar sua atuação e presença na Nova República. Assim, as cartas pastorais dirigidas ao governo republicano, nesse período, destacam a importância da Igreja para o antigo regime bem como a força da Igreja que, apoiada no Papa, ainda se mantém inteira e forte, apesar de o Império ter chegado a seu termo.

A neocristandade, no Brasil, foi um grande empreendimento da Igreja no país para não perder seu poder diante do governo e do estado e para com o povo desencadear uma nova consciência da Igreja. Como já explicitado anteriormente, seu principal protagonista foi dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. Ele inicia esse movimento enquanto arcebispo de Olinda em 1916, onde escreveu uma Carta Pastoral aos seus diocesanos na qual detectava os problemas do catolicismo e convocava os católicos para uma tomada de consciência do seu papel na sociedade. Ele parte da constatação de que os católicos são indiferentes à realidade brasileira e não estão atuando como católicos nos destinos da nação.

Assim, esta pesquisa abordará o Movimento de Recatolização no Brasil, como uma Neocristandade, a partir do Cardeal do Rio de Janeiro Dom Leme, pois entende-se que este foi o grande líder desse movimento e que a partir de seu episcopado no Rio de Janeiro, a sede da República, conseguiu unir forças para tentar tornar a Igreja Católica Apostólica Romana a Igreja oficial da República Brasileira.

Dentro do processo de romanização em curso, destaca-se a década de 1920, na qual teve início uma nova etapa, uma fase, da história da Igreja no Brasil denominada de “restauração católica”, cujo objetivo era instalar uma neocristandade, numa sociedade politicamente e culturalmente secularizada. Essa fase estende-se até o Concílio Plenário Brasileiro em 1939. Os bispos do Brasil, nessa fase, estão em plena sintonia com a Santa Sé, sintonia que fora reforçada pelo Concílio Plenário Latino Americano. Portanto, essa fase é expressão de sintonia com o lema do pontificado de Pio X (1903-1914): “Restaurar todas as coisas em Cristo” essa união do episcopado brasileiro com a Santa Sé também ficará visível durante o pontificado do papa Pio XI que exercerá também uma ação de neocristandade na Igreja e no mundo. Portanto, os bispos atuam em plena consonância com o papa e estão afinados com as orientações da Santa Sé.

A neocristandade é “revolução espiritual”, tinha como meta principal restabelecer o seu domínio na sociedade, domínio perdido com a proclamação da

República e os constantes ataques dos liberais. A Igreja fará um grande esforço para que a fé Católica retome o seu lugar na sociedade. Nesse projeto, os leigos também seriam os protagonistas de um amplo processo de ação católica em vários campos sociais. A propósito disso, Bandeira relata que “Na década de 20, uma das preocupações do episcopado brasileiro foi reatar os vínculos de colaboração com o Estado. Esse episcopado, porém, não tem posição ante o Estado”.³

Na sequência apresenta-se sobre a questão da Neocristandade na Igreja Universal nos pontificados de três Papas, Pio X, Bento XV e Pio XI. Esses papas iniciaram um processo na idade contemporânea de neocristandade, ou seja, localizar a Igreja em relação ao estado com práticas muito parecidas com o tempo da Cristandade. Isso justifica o uso do termo neocristandade no Brasil, pois a Igreja do Brasil, tendo como uma de suas maiores lideranças o cardeal do Rio de Janeiro Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, reflete, no país, a prática da Igreja Universal. Assim, a Igreja do Brasil não fez nada de diferente do que a Igreja Católica estava pedindo através de breves, discursos, homilias e documentos pontifícios.

O foco deste trabalho está na atuação do Arcebispo do Rio Janeiro, Dom Sebastião Leme da Silveira, que, no nosso entendimento foi o grande protagonista do Movimento de Neocristandade. Assim, vamos apresentar sua atuação partir de documentos escritos por ele durante o seu episcopado no Rio de Janeiro, que justamente é o tempo em que se desenrola esse movimento.

Para Dom Leme, no documento intitulado “aspirações do povo Catholico brasileiro no tocante a Constituição, Código Civil, Leis e Regulamentos da Republica Nova”⁴, a constituição deve ser o espelho da consciência nacional, o reflexo da alma do povo brasileiro, pois todo brasileiro crê profundamente em Deus. Assim, excluir o nome de Deus na legislação seria irritante e uma injúria à crença do povo brasileiro, constituindo um verdadeiro crime de ateísmo social. Segundo o Cardeal, a separação da Igreja e do Estado não quer dizer ateísmo. Assim, a promulgação da Constituição em nome de Deus em nada Afeta esse ponto. Além de pedir ao estado o ensino religioso no horário escolar para as escolas públicas, solicita também assistência religiosa às forças armadas e quartéis e a isenção do

³ Bandeira, 2000, p. 34.

⁴ Documento encontrado no Arquivo Arquidiocesano do Rio de Janeiro, em pesquisa feita no mês de julho de 2015. Carta enviada a 25 de junho de 1925 ao governo.

serviço militar para o clero e seminaristas⁵; supressão do dístico “Ordem e Progresso”, Liberdade completa para a imagem de Cristo nas escolas, tribunais e locais públicos. Sobre o matrimônio, pede o reconhecimento do casamento religioso mediante registro em cartório do Estado.

Em outra carta enviado ao governo, o Cardeal agradece as emendas pedidas e aceitas pelo governo. No entanto, das emendas pedidas, apenas a retirada do dístico não foi aceita. A carta foi enviada em 18 de agosto do mesmo ano, e, em seu contexto o cardeal afirma: “que o Brasil inteiro quer essas emendas”. As emendas ainda não tinham sido publicadas mas rapidamente o Cardeal agradece a aceitação do pedido.

Em outra carta e consta a convocação feita aos bispos diocesanos. Essa convocação deu-se no ano de 1933, próximos às eleições desse ano. Nessa carta, o cardeal já apontava os motivos da convocação: repassar aos bispos os últimos acontecimentos relativos à Liga Eleitoral Católica – L.E.C. e da crescente disposição dos vários membros do Governo provisório, no sentido de conseguirem que todos os partidos filiados à união Cívica tenham em seus estatutos as exigências mínimas dos católicos e pediu aos bispos que aconselhem seus diocesanos a votarem em partidos que observem os estatutos da LEC⁶.

Dom Leme, como já mencionado, foi o protagonista do Movimento, porém não agiu sozinho, visto que antes de ser Arcebispo de Rio de Janeiro, enquanto era Arcebispo de Olinda e Recife já liderou e encorajou os bispos brasileiros a escreverem uma mensagem ao governo, encorajando os pedidos e reivindicações da Igreja no Brasil. Essa mensagem foi enviada em 1931. Mas, já arcebispo do Rio de Janeiro, conclamava com frequência não somente os bispos, mas também o clero local a reagir contra o laicismo que estava infiltrando-se no governo republicano. A carta enviada aos seus diocesanos, no dia 18 de maio de 1931⁷, atesta que:

Para abafar os clamores levantados contra o ensino religioso, recomendo ao zelo e consciência dos senhores vigários, superiores religiosos e de todo o clero, em geral que, aproveitando as solenidades do Mez de Maria e da Semana parochial da Padroeira do Brasil, observem escrupulosamente as seguintes determinações: 1- O pregador, todos os dias, fará algumas considerações sobre o ensino religioso nas escolas publicas, sem entrar em argumentos de ordem partidária...

⁵ Esse pedido foi novamente reforçado em carta enviado ao Governo Provisório. Dessa carta encontramos apenas o primeiro texto no arquivo Arquidiocesano.

⁶ Carta enviada aos Bispos no dia 21 de abril de 1933.

⁷ Carta da Camara Ecclesiastica. Circular reservada de 19 de maio de 1931.

Essa é apenas uma das recomendações feitas pelo cardeal. Outras nove recomendações seguiram na mesma carta, pedindo ao clero, aos religiosos e leigos outras ações que expressassem de forma clara a posição dos fieis diante do estado e contra o movimento laicizador.

Nesta pesquisa serão também trabalhados alguns conceitos como: Restauração, Padroado, Cristandade, Neocristandade Movimento, Igreja, Religião Oficial, Republica, Romanização, Transição, Império, Novo Estado, Laico, Laicização, Adaptação, Ultramontanismo. Estes conceitos nos ajudaram a compreender melhor o objeto da pesquisa.

2

A Cristandade e o Padroado

Dois conceitos importantes a serem compreendidos ao iniciar este trabalho são: Cristandade e padroado, eles são conceitos-chave para compreendermos a história da Igreja no Brasil e também ao estudarmos o movimento de instauração de uma neocristandade na atuação do Cardeal Dom Sebastião da Silveira Leme, enquanto Arcebispo do Rio de Janeiro.

O conceito de Cristandade remete à ideia de um mundo e uma sociedade inteiramente vivida de um modo cristão. Pode-se citar, como exemplo, uma sociedade regida por um calendário cristão, na qual às vilas são orientadas pelo badalar dos sinos das catedrais e igrejas matrizes, que produz arte cristã, na maioria de sua produção, para não afirmarmos na totalidade de sua produção artística. Enfim, uma sociedade unitária fundamentada em princípios teológicos cristãos. Assim, tudo nessa sociedade, o cultural, o político e o social em geral, convergem para um único princípio criador, Deus. Seria nas palavras de Azzi⁸, um todo que é “emanação do divino”.

Nesta mentalidade de que tudo no mundo emana de Deus, desenvolve-se uma verdadeira fusão entre Estado e Religião. Essa fusão pode ser entendida com a imagem de um corpo, o mundo. Esse corpo com dois braços agindo, um braço seria a Religião que, por vezes, foi mais poderosa que o Estado; o outro braço por sua vez, é o Estado. Na maioria das vezes, os dois agem em comum acordo levando em consideração suas vantagens, mas, em muitos momentos, um ou outro agem de maneira solitária. Quando isso acontece, o fruto dessas ações, em que cada braço sente-se autônomo, é um desequilíbrio no sistema, gerando várias crises, por isso, apesar dessa fusão no Ocidente entre Estado e Igreja, ter acontecido no século IV, iniciando com Constantino com o edito de Milão e tendo sua plenitude em Teodósio no ano de 394, esse conceito de Cristandade pode ser melhor entendido olhando para a História da Igreja ou história do Ocidente durante a Idade Média.

⁸ AZZI, Riolando. **Método Missionário e Prática de Conversão na Colonização Latino-Americana**. *REB*, vol 47, fasc. 185, mar 1987, p. 56.

Nesse contexto de fusão o chefe político, o Imperador, o Rei ou o príncipe era, ao mesmo tempo, chefe religioso. Essa prática de o chefe civil também atuar como chefe religioso não era algo estranho aos olhos da sociedade, pois isso já acontecia com o monarca do antigo Império Romano.

Ao estudarmos história da Igreja antiga e medieval não fica difícil observar que à medida que o continente, hoje conhecido como Europa⁹, vai tornando-se cristão, cada monarca tinha por obrigação adotar o cristianismo como religião oficial e sua obrigação de defendê-lo, propaga-lo entre os súditos e também manter o cristianismo. Com isso, entendemos como a mundo e a sociedade passaram a ser concebidos como cristãos e por consequência o monarca e seus súditos como católicos. Assim a vida de todos e o poder dos súditos emanava de Deus e a Igreja era entendida como uma instituição sob a tutela do Estado, algumas vezes, sobretudo nos séculos XII, XIII e XIV, a Igreja posicionou-se acima do Estado no que se refere inclusive ao poder civil, como vemos, no século XIII, a destituição do Imperador Frederico II pela Igreja.

O Concílio reuniu-se em Lyon em 1245 e, com medo de uma intervenção da França, Frederico II não ousou interferir, embora Lyon fosse cidade imperial. A assembleia nem mesmo quis ouvir os mensageiros desse ‘Proteu’, como lhe chamava o papa. Um extenso requisitório enumerou todas as suas usurpações e crimes. Perjuro, sacrílego e herege, Frederico II foi excomungado e declarado destituído de todos os seus tronos. A sentença repercutiu profundamente. Em desespero de causa, o imperador procurou interessar os réus pela sua sorte, argumentando que através dele se visavam todos os soberanos, depois tentou jogar

⁹ Nos séculos VIII e IX, a dinastia franca dos Carolíngios reúne a maior parte da cristandade sob o seu único domínio: a Gália, a Germânia e a Itália. Será por longo tempo, mesmo depois de sua separação, o coração da Europa. O império Carolíngio foi um fracasso, mas deixou uma herança muito importante para a Europa. Em 800, Carlos Magno se faz coroar imperador pelo papa, em Roma. Ele deu a primeira expressão política a uma Europa Ocidental que ia do Mar do Norte ao Mediterrâneo e do Atlântico ao Elba. Ela deixava de fora, no entanto, as Ilhas Britânicas, a maior parte da península Ibérica, conquistada pelos Árabes, e os povos que permanecera, pagãos ao norte e ao leste da Europa. Quando o império foi dividido entre os netos de Carlos Magno, uma nova Europa das nações apareceu com a Itália, a França (Francia Ocidental) e a Alemanha (Francia Oriental). Estas duas últimas tornaram-se o par principal da futura Europa. Mas, entre elas, uma zona imprecisa de territórios tornar-se-ia o principal pomo da discórdia entre as duas nações, muitas vezes inimigas até 1945. A toda Europa Carlos Magno e seus conselheiros legaram o esboço de uma civilização comum. Foi o primeiro “renascimento” europeu. Ele reunia o cristianismo e a importante cultura romana clássica recuperada. (GOFF, Jaques Le. **Uma breve história da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2008. p.62)

a cartada da revolta social em nome dos princípios evangélicos. Tudo fracassou.¹⁰

É uma concepção de uma sociedade hierárquica sacralizada e organizada conforme os costumes e valores cristãos. Assim, o formato do Estado e da sociedade é um formato inteiramente cristão.

Conduzindo o tema para a Igreja do Brasil, lembramos que Portugal foi uma nação que nasceu no contexto de cristandade e logo assume essa característica, organizando-se política e culturalmente de acordo com os valores e o formato cristão, que eram verdadeiros padrões medievais que davam sustento para esta visão de mundo.

A formação do Reino português, desde 1139, foi costurado de alianças com a nobreza e com os comerciantes. Em 1385, Dom João de Avis, apoiado pelos comerciantes, pôs fim à casa de Borgonha. A partir daí, o apoio dos comerciantes irá influenciar os rumos e os interesses políticos que Portugal irá tomar nos séculos seguintes como também irá definir as razões da conquista e da exploração de novos mundos. A classe mercantil, que sustentava o poder vai projetar seus interesses econômicos sobre os territórios descobertos e montar um sistema de exploração que buscava produtos de valor comercial e não a expansão, a ocupação e o domínio territorial.

Nas primeiras décadas de 1300, os portugueses lançam-se ao mar. No decurso de 1340 a 1420, descobriram, exploraram e colonizaram os arquipélagos Atlânticos, Canárias, Madeira e Açores. Nos anos seguintes, desceram pela costa africana e no final de 1400 dobraram o Cabo da Boa Esperança, no sul da África, rumo às Índias.

Em 1500, a caminho para as Índias, Pedro Álvares Cabral ancorou suas caravelas num novo território desconhecido que mais tarde recebeu o nome definitivo de Brasil. A partir dessa data, o Brasil é incorporado na rota comercial portuguesa, sendo apenas um ponto de escala, sem interesse direto pela terra. Guillermo Giucci¹¹ sintetiza os interesses lusitanos em relação ao descobrimento do Brasil com as seguintes palavras:

¹⁰ ROPS, Daniel. **A Igreja das catedrais e das cruzadas**. São Paulo: Quadrante, 1993. p.229

¹¹ GIUCCI, Guillermo. **Sem fé, lei ou rei**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993. p. 14

A imponente armada cabralina de 1500, que se dirigia para a Índia, se contenta em Vera Cruz com a denominação do território, com a celebração da missa, com a colocação da cruz cristã, com o abandono dos condenados à morte e com o envio de uma nau a Portugal para notificar o descobrimento. Até 1530, data da expedição de Martim Afonso de Sousa, a posse efetiva da terra era uma meta secundária, nunca o objetivo primordial das expedições que chegavam ao Brasil.

O Brasil só foi integrado ao sistema colonizador português a partir de 1530. De 1501 até essa data, é uma escala na rota para as Índias. Durante os trinta primeiros anos, os portugueses implantaram um modelo de posse conhecido como *feitoria*, que tinha por objetivo a defesa do território e não a colonização e a exploração imediata e direta da terra. O aparente “desinteresse” de Portugal pela costa brasileira, nos primeiros anos, tinha sua razão: o mercado de especiarias das Índias era comercialmente mais interessante e rentável. Aos portugueses não interessava a terra, mas o domínio dos mares e o monopólio do comércio marítimo. Portugal tinha projetado na Ásia, seu objetivo principal. O Brasil era um objetivo secundário. Entre 1534 e 1536, Dom João III implantou o sistema de capitânicas hereditárias. Das 14, só duas prosperaram. Diante do fracasso, a Coroa vê-se obrigada a se encarregar, diretamente, do processo de colonização e da administração da colônia nomeando um governador geral, Tomé de Sousa, que desembarcou na Bahia em 1549.

Outro fator importante que contribuiu para o retardamento da colonização no Brasil foi a Ordem de Cristo. Foi fundada em Portugal pelo rei Dom Dinis, em 1319, para substituir a Ordem dos Cavaleiros Templários extinta pelo papa Clemente V em 1312. Com a extinção da Ordem dos Templários, Clemente V ordenou que todos os membros e propriedades dos Templários fossem incorporados pela ordem militar dos Hospitalários. Porém, devido às rivalidades entre as duas Ordens, muitos Templários jamais aderiram ao mandado do papa. Entre os resistentes estava a maioria dos cavaleiros de Portugal, que, naquela época, era um dos mais importantes redutos dos Templários, cuja sede era a cidade de Tomar. Com o objetivo de acolher os cavaleiros que se negaram a ingressar na Ordem dos Hospitalários, o rei português, Dom Dinis, fundou a Ordem de Cristo.¹² Por

¹² Em Portugal existiram três ordens religioso-militar: a Ordem de Cristo, fundada em 1319; a Ordem de Santiago fundada em 1170, na Espanha e introduzida em Portugal em 1172; e a Ordem de Avis, fundada por volta de 1130, em Portugal.

tradição, a chefia da Ordem estava incorporada à Coroa e à família real. Normalmente o monarca, como também outros membros da realeza, exerciam o cargo de grão-mestre, administradores ou governadores da Ordem.

Os portugueses chegaram ao Brasil em 1500 e o rei de Portugal era Dom Manuel I que havia assumido o trono em 1495. No entanto, Dom Manuel interrompeu a tradição criada por seus antecessores recusando-se a entrar na Ordem de Cristo e assumir o cargo de grão-mestre. Essa teve importante atitude do rei em relação ao Brasil.

Quase cinquenta anos antes da chegada dos portugueses no Brasil, em 1456, o papa Calixto III (1455-1458) havia doado as terras a oeste do Cabo Bojador à Ordem de Cristo como recompensa pela participação na vitória contra Mohamed II. Trata-se da Bula *Inter Caetera* que conferia à Ordem de Cristo jurisdição e direito de conquista territorial e espiritual sobre as terras e ilhas descobertas e a serem descobertas fora da cristandade¹³. Era o direito de padroado, ou seja, uma concessão papal que dava ao monarca português o direito de controlar e legislar sobre todos os postos, cargos, benefícios e funções eclesiásticas nos territórios ultramarinos. Segundo Boxer¹⁴, o padroado

pode ser definido como uma combinação de direitos, privilégios e deveres concedidos pelo papado à Coroa de Portugal como patrona das missões e instituições eclesiásticas católicas romanas em vastas regiões da Ásia e no Brasil. Estes direitos e privilégios advinham de uma série de bulas e breves pontifícios, que começaram com a bula *Inter Caetera* de Calixto III em 1456 e culminaram com a bula *Praecelsae Devotionis* de 1514.

Nessas circunstâncias, portanto, o Brasil era uma possessão da Ordem de Cristo. Como Dom Manuel I recusou-se a ingressar na Ordem de Cristo, era sintomático que houvesse desinteresse pelo Brasil da parte da Coroa portuguesa.

Com a morte de Dom Manuel, em 1521, assume o trono português Dom João III (1502-1557) e reabilita as relações com a Ordem de Cristo, tornando-se seu governador e administrador. Com isso, renasce também o interesse pelo Brasil. Até

¹³ SUESS, P. (Org.) *A conquista espiritual da América Espanhola*. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 230-232; EISENBERG, José. **Ao leitor sem medo**. Tempo Social. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11 maio de 2000. p. 61-62.

¹⁴ BOXER, C.R. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1981. p. 224.

então, o Brasil, assim como outras possessões da Ordem, tinha sido ignorado pela coroa portuguesa, ficando à mercê das visitas frequentes de piratas e corsários. O interesse de Dom João III pelo Novo Mundo foi a principal causa do início da colonização sistemática do Brasil.

A conquista da América foi favorecida não somente pelo arcabouço mitológico-religioso dos nativos, mas também pela documentação oficial daquela época: as bulas papais ou as bulas alexandrinas. As bulas davam direito de posse aos espanhóis e aos portugueses dos territórios descobertos. O que originou esses documentos pontifício foi justamente a expansão de Espanha e de Portugal como duas grandes potências europeias do século XV. Era necessário, então, legislar sobre as partes do mundo que cabia a cada uma dessas potências e seus direitos sobre elas.

As Bulas Alexandrinas que dividiam o mundo em duas metades, reservando para a Espanha o ocidente, tinham por finalidade justificar e legitimar a conquista e a exclusividade espanhola (castelhana) em relação à posse do território. Como troca, a Coroa espanhola deveria converter os nativos à fé cristã. Um desses documentos basilares é a assim chamada “BULA DE DOAÇÃO” ou *Inter Caetera* do papa Alexandre VI (1492-1503), de origem espanhola, do dia 4 de maio de 1493. Para os espanhóis conquistadores, esse documento outorga a posse da terra e o direito sobre os habitantes. Vejamos o teor e o conteúdo da Bula¹⁵.

Alexandre Bispo, servo dos servos de Deus, aos ilustres filho caríssimo em Cristo, o Rei Fernando, e caríssima filha em Cristo, Isabel, Rainha de Castela, Leão, Aragão, Sicília e Granada: saúde e bênção apostólica.

Entre as outras obras bem aceitas à divina Majestade, e pelo nosso coração desejadas, existe sobretudo esta: que seja exaltada principalmente na nossa época, e em grande parte se espalhe e se dilate a fé católica e a religião cristã, se cuide da salvação das almas, (e) se abatam as nações bárbaras e sejam reduzidas à mesma fé (...) por meio da qual possais executar este santo e louvável empreendimento, inspirado pelo Deus imortal, cada dia com ânimo mais fervoroso para honra do mesmo Deus e propagação do império cristão.

[...] em razão da plenitude do poder apostólico, todas (essas) ilhas e terras firmes achadas ou por achar, descobertas ou por descobrir, para o Ocidente e o Meio-Dia, fazendo e construindo uma linha desde o polo ártico, a saber, do Setentrião até o pólo antártico, a saber, o Sul, quer sejam terras firmes e ilhas encontradas ou por encontrar em direção à Índia, ou em direção

¹⁵ BULA *Inter Caetera*, de Alexandre VI (1492-1503), concede aos reis da Espanha as ilhas e terras descobertas ou a descobrir para a propagação da fé cristã. Roma, 4.5.1493

a qualquer outra parte, cuja linha diste de qualquer das ilhas que vulgarmente são chamadas dos Açores e Cabo Verde com léguas para o Ocidente e o Sul, de tal modo que todas as ilhas e terras firmes achadas e por achar, descobertas ou pro descobrir desde a sobredita linha para o Ocidente e o Sul não tenham sido possuídas atualmente por outro Rei ou Príncipe cristão até o dia do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo próximo passado, a partir do qual começa o presente ano de 1493 [...] vo-las doamos, concedemos e entregamos com todos os seus domínios, cidades, fortalezas, lugares, vilas, e direitos, jurisdições e todas as pertenças. E a vós e aos sobreditos herdeiros e sucessores fazemos, constituímos e deputamos por senhores das mesmas, com pleno, livre e total poder, autoridade e jurisdição”.¹⁶

A Bula mostra que o papa concede soberania e poder aos reis espanhóis. Prestemos atenção no teor das palavras tais como “vo-las doamos, concedemos, entregamos... constituímos senhores com pleno e total poder...” que são escandalosas para o nosso tempo. No entanto, era essa a mentalidade em vigor naquela época. Resistência à conversão à fé católica dos povos conquistados justificava e legitimava as opressões que para os poderosos daquela época não era opressão, mas beneplácito e graça aos povos dominados em função de sua própria salvação, justamente por serem tirados da barbárie e salvos para Deus.

Com base na “BULA DE DOAÇÃO”, um jurista da corte real espanhola, Palácios Rubios, em 1514, elaborou um documento chamado de “O REQUERIMENTO” (ou ULTIMATO AOS ÍNDIOS ANTES DE SUA CONQUISTA) para regulamentar as conquistas, justificar a posse dos territórios e a dominação dos povos do Novo Mundo. O Requerimento era uma carta de apresentação do conquistador, uma notificação declarando que os povos autóctones não eram os legítimos donos da terra em que habitavam, mas súditos e vassallos do rei e da rainha da Espanha. Portanto, deviam ser dominados e subjugados e até destruídos se resistissem. O Requerimento era lido diante das autoridades indígenas do lugar onde os espanhóis chegavam com o seu aparato conquistador. É possível imaginar qual era a atitude dos índios diante de uma cena da leitura de um documento escrito em espanhol ou latim. Eduardo Hoornaert, sintetiza o requerimento em *cinco* teses:

Todos os homens são descendentes de Adão e Eva, e se espalharam pelo mundo inteiro. Unidade e raça humana; Deus,

¹⁶ SUESS, 1992. p. 248-251.

que é Senhor de todos os homens, deu a um deles, que se chama São Pedro, o encargo “de ser Senhor e Mestre de todos os homens do mundo”. Por isso, Deus pediu a S. Pedro que morasse em Roma, para daí governar o mundo inteiro. O sucessor de S. Pedro se chama papa, isto é admirável, pai supremo, chefe universal”
Um destes papas deu, em tempos passados, “estas ilhas e continentes” aos reis católicos de Castela “de presente”;
Por isso, pedimos que os índios considerem o presente “requerimento” e aceitem a Igreja como “mestra e Senhora do mundo inteiro”, o papa como “sumo sacerdote”, o rei e a rainha da Espanha como “Senhores destas ilhas e destes continentes”;
Se vocês aceitarem o nosso requerimento, vocês serão bem tratados; se não, seremos forçados a fazer a guerra contra vocês, a “cativar as suas mulheres e seus filhos e a reduzi-los a escravos”¹⁷.

Vejamos o teor dos parágrafos finais do Requerimento.

Portanto, como melhor posso vos rogo e requeiro que entendais bem isto que vos disse, e para entender e deliberar sobre isso useis o tempo que for justo, e reconheçais a Igreja como senhora e superiora do mundo universo e o Sumo Pontífice chamado Papa, em seu nome, e o rei e a rainha nossos senhores, em seu lugar, como superiores, senhores e reis dessas Ilhas e Terra Firme, por virtude da dita doação, e consintais e permitais que estes padres religiosos vos declarem e preguem o sobredito.
Se assim fizerdes, fareis bem, e aquilo a que sois tidos e obrigados, e Suas Altezas, e eu em seu nome, vos receberão com amor e caridade, e vos deixarão vossas mulheres, filhos e bens livres sem servidão (...) Se não fizerdes isso, ou maliciosamente vos demorardes, certifico-vos que com a ajuda de Deus eu entrarei com poder contra vós e vos farei guerra por todas as partes e maneiras que eu puder, e vos sujeitarei ao jugo e obediência da Igreja e de Suas Altezas, e tomarei vossas pessoas e as de vossas mulheres e filhos e os farei escravos, e como tais os venderei e disporéi deles como Sua Alteza mandar, e tomarei vossos bens e vos farei todos os males e danos que puder, como a vassallos que não obedecem nem querem receber a seu senhor e a ele resistem e contradizem; e protesto que as mortes e danos que resultarem disso sejam por culpa vossa e não de Sua Alteza, nem minha, nem destes cavaleiros que comigo vieram, e de como digo e requeiro peço ao escrivão presente que mo dê por testemunho e assinado, e aos presentes rogo que disso sejam testemunhas.”¹⁸

Tzvetan Todorov¹⁹ traz um comentário sobre o requerimento abordando a questão da igualdade/desigualdade, superioridade/inferioridade para justificar e

¹⁷ REB, vol 30, fasc. 120, p. 852.

¹⁸ SUESS, 1992, p. 674.

¹⁹ TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América espanhola: a questão do outro*. 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991. p. 144-145.

legitimar o domínio dos espanhóis sobre os índios. Porém, este não é o único texto que legitima e justifica a invasão do Novo Mundo.

Assim, no Brasil, desde a chegada dos portugueses, no século XVI e durante os três séculos seguintes, o modelo de Igreja e de sociedade que vigorou aqui foi o modelo de Igreja da cristandade lusitana. Era um modelo medieval, implantado pela Coroa portuguesa para justificar e legitimar o seu domínio sobre o território brasileiro. Toda a expressão religiosa lusitana ou parte dela foi transplantada para o Brasil e a sociedade brasileira colonial, no seu aspecto religioso e cultural, organiza-se nesses moldes.

Com o conceito de cristandade caminha também o conceito de padroado. A origem de ambos, como já foi mencionado anteriormente, deve ser buscada no início do século 4º no imperador Constantino e na questão da liberdade de culto a todas as religiões do império romano, sacramentada pelo Edito de Milão, em 313. A partir dessa data, os cristãos passaram a ter proteção e os membros da hierarquia da Igreja a ter privilégios imperiais e benefícios materiais. O imperador considerava-se protetor da Igreja e dos cristãos. Essa mentalidade ou modelo desenvolveu-se durante a Idade Média e a relação entre Igreja e Estado, papas e imperadores quase sempre foi conflituosa.

Em Portugal, a instituição do padroado está ligada à Ordem de Cristo, fundada em 1319, herdeira da Ordem dos Templários que foi extinta em 1310/12. Como as Ordens cavaleirescas medievais tinham um caráter de combate ao infiel e de expansão da fé católica através do domínio e da conquista de novos territórios, algumas concessões por parte da Igreja (do papa) deveriam ser feitas. Entre as concessões mais comuns feitas, através de Bulas, era o controle sobre a Igreja nos territórios conquistados. Como na maioria dos casos, salvo raras exceções, o grão-mestre da Ordem era o rei, então este, além dos limites da Ordem, estendia e ampliava a concessão também para o Estado português, tornando-se, assim, protetor e patrono, exercendo funções civis e religiosas ao mesmo tempo.

Essa evolução da outorga das concessões da Ordem para a Coroa fez com que o monarca agregasse mais poderes e os ampliasse em relação à administração da Igreja perante a Santa Sé. Assim, o monarca torna-se patrono ou padroeiro, protetor, administrador, árbitro e controlador da Igreja nos novos territórios. Em contrapartida, era obrigado a propagar a fé católica, promover a evangelização e zelar da Igreja nos domínios ultramarinos. Sobre as características do Padroado,

neste trabalho já se fez referência, mas vale a pena lembrar que uma das características do padroado é a combinação de privilégios e deveres concedidos à Coroa de Portugal, uma vez que esta era a patrona das missões nas regiões da Ásia e no Brasil.

Sob essa concepção, o Brasil foi descoberto, colonizado e evangelizado. As bulas papais davam à Coroa portuguesa o direito de administrar e legislar em matéria eclesiástica. A Igreja permanecerá subordinada à Coroa em todos os seus aspectos organizacionais, desde a disciplina até a nomeação de bispos. Era a Coroa que administrava os negócios eclesiásticos e bens da Igreja. Toda comunicação de Roma para o Brasil ou do Brasil para Roma deveria antes passar por Lisboa. Era a Coroa que regulamentava a reunião de conselhos e sínodos diocesanos, criação de dioceses e paróquias, formação e manutenção do clero. Os reis eram os chefes da Igreja no Brasil. Portanto, foi uma Igreja dependente do Estado. Esse regime perdurou até a proclamação da República em 1889.

2.1

As ideologias que sustentaram a conquista da América e o descobrimento do Brasil

Ao abordarmos os processos de colonização no Brasil, faz-se necessário compreendermos as ideologias que reinavam na sociedade espanhola e portuguesa, pois ajudará a entender melhor algumas questões cruciais referentes ao processo de colonização, de evangelização e de organização da Igreja na época colonial na América espanhola e no Brasil. Pode-se perguntar, por exemplo, por que no Brasil a evangelização começou tão tarde, quase meio século depois do descobrimento? Por que a conquista espanhola avançou tão rápido e a Igreja também se organizou no mesmo ritmo? Por que a criação da primeira diocese no Brasil demorou tanto, quando na América espanhola já se realizavam os primeiros Concílios? Deve-se buscar a resposta no substrato ideológico espanhol e português que era como que o combustível que movimentava a empresa conquistadora e colonizadora de Portugal e Espanha.

2.1.1

Na Espanha

Na Espanha, o movimento de expansão e de conquista encontrou sustentação e legitimidade basicamente em dois substratos ideológicos: a ideologia expansionista e a ideologia político-aristotélico.

Os espanhóis desembarcaram nas Antilhas em 1492. Pouco mais de cinquenta anos depois, por volta de 1540/50, eles já tinham ocupado o sul do continente americano meridional e estabeleceram uma rota de comunicação via terrestre entre o Pacífico e o Atlântico. Em cinquenta anos de presença espanhola no Novo Mundo, o pé espanhol já havia passado por toda a costa do Pacífico e os territórios que hoje formam o Paraguai, a Argentina e o sul do Brasil.

Esse avanço rápido pelas terras da América suscita muitas perguntas como também impressiona a todos a velocidade e a agressividade da penetração espanhola pelos territórios da América do Sul. Por que os espanhóis conquistaram o território latino americano de maneira tão rápida? Qual foi o combustível que moveu os conquistadores espanhóis? Que ideologia inspirou a empresa ultramarina da Espanha no século 16? Como se pode explicar a extraordinária rapidez desse processo de conquista?

No início do século VIII, por volta de 711, os árabes conquistaram a península Ibérica e ali permaneceram até o século XV. Esse longo tempo de permanência muçulmana na península vai ser caracterizado pelas guerras de reconquista do território espanhol aos árabes. Era a Espanha cristã contra a Espanha muçulmana. Por volta de meados do século XIII (1225-1264), as Espanhas cristãs (incluindo Portugal) reconquistaram metade de seus territórios aos muçulmanos.

Era a guerra santa, a guerra cristã contra o Islã. Nos séculos seguintes, a reconquista seguiu ritmos diferentes ora agressivos ora brandos, pontuada por intervalos de tolerância, mas formando e sedimentando nos espanhóis uma mentalidade guerreira e conquistadora.

Na opinião de J.H. Elliott²⁰, a reconquista foi um “grande movimento dos reinos cristãos da Península Ibérica para o sul, para as regiões mantidas pelos mouros”. Na verdade, esse movimento foi uma guerra que tinha por objetivos

²⁰ Elliott, J.H. Espanha e América nos séculos XVI e XVII. In L. Bethell (prg), **América Latina Colonial**. São Paulo, Edusp/Funag, 1997, v.I. p. 135

ampliar as fronteiras espanholas em duplo sentido: as fronteiras territoriais e as fronteiras da fé. No que tange à questão das fronteiras da fé, a reconquista foi uma guerra religiosa entre o cristianismo e o Islã. A ampliação dos limites da fé cristã bem como a sobreposição desta fé sobre o Islã tinha muito a ver com a formação e florescimento da cristandade espanhola. Ao lado do triunfo político, deveria ocorrer também o triunfo e a supremacia da fé cristã. Portanto, a reconquista foi uma guerra que se deu na fronteira: na fronteira geográfica de um território e na fronteira da fé.

A reconquista espanhola foi uma guerra em busca de expansão territorial que, no plano material envolvia saques, lucros, resgates, escambos e no plano político envolvia recompensas, cargos, honra e fama. A guerra visava limpar o território e deixá-lo livre para ser ocupado, povoado e colonizado. A esse respeito J. H. Elliott²¹ escreve que:

Foi uma migração de pessoas e de rebanhos em busca de novos lares e novas pastagens. Foi um processo de povoamento e colonização controladas, como base na fundação de cidades às quais era concedida ampla extensão territorial sob garantia real. Conquistar podia significar, portanto, colonizar, mas também podia significar assaltar, saquear e seguir adiante. A conquista no primeiro sentido dava primazia à ocupação e exploração da terra. No segundo sentido, concebia o poder e a riqueza de uma forma muito menos estática – em termos muito mais de posse de objetos fáceis de transportar, como ouro, pilhagem e gado, e de domínio sobre vassallos do que de propriedade da terra.

Essas ideias refletem muito bem a lógica da reconquista e da expansão interna da sociedade ibérica medieval. Porém, à medida que a expansão territorial interna vai alcançando seus limites, as forças dinâmicas desta sociedade são redirecionadas para buscar novas fronteiras no além-mar.

Aproximava-se o final do século XV. Granada ainda representava o último reduto árabe na Espanha. Em janeiro de 1492, os espanhóis reconquistam Granada. É a expulsão dos mouros da península ibérica que se inicia levando em consideração que apenas no século XVII ela chegará a seu termo, no entanto, é o fim da reconquista das fronteiras geográficas, mas não o fim do movimento reconquistador que haveria de continuar para além do território espanhol e do Atlântico até as Índias. A vitória espanhola sobre os mouros de Granada traz enorme euforia e

²¹ Ibid. p. 135

realimenta novas expectativas. A Espanha transformava-se numa grande potência dominadora. Por volta de agosto de 1492, Cristóvão Colombo partiu do porto de Palos para uma expedição, que, tomando o rumo do Ocidente, pretendia chegar às Índias. No dia 12 de outubro do mesmo ano, chegou a Santo Domingo. Era a continuação natural da reconquista espanhola. Era a continuidade da lógica do movimento constante das fronteiras. Para os espanhóis, a chegada na América não era outra coisa senão o alargamento das fronteiras da Espanha. Portanto, a ideologia expansionista está ligada à recuperação do território aos árabes.

Dentre as ideologias que sustentaram e justificaram a conquista está também aquela que encontrou base no pensamento e nas teses de Aristóteles, especificamente no Livro I e II de “A POLÍTICA”. Nesses dois livros, o filósofo fala da relação senhor e escravo, cidadão grego e bárbaro. O senhor e o cidadão grego são superiores ao escravo e ao bárbaro. Estes devem ser governados, pois carecem de suficiente razão humana para se autogovernarem.

Aristóteles pensa a pólis grega. Ele faz uma ideologização conservadora das relações entre senhor e escravo, partindo de uma concepção naturalista para justificar a superioridade grega sobre os povos conquistados pelos gregos. O cidadão grego é superior. A civilização grega é superior. Os demais são bárbaros, escravos e inferiores. O cidadão grego é o senhor. É senhor por natureza e, portanto, cidadão. O escravo não é cidadão. Ser cidadão é ter capacidade de pensar, de ter bens, de ter escravos e ser livre. Para os gregos, ser cidadão tem a ver com ser homem com cidadania e com humanidade.

O senhor é a razão. O escravo é a não razão. Ele possui só um lampejo de razão. Por isso, deve agradar e servir ao senhor. O senhor é a razão por natureza. O escravo é escravo por natureza. É inferior por natureza; é instrumento para ser usado. A sua utilidade é mais ou menos a mesma dos animais. Por isso, para eles é útil e justo viver na servidão.

Os escravos são necessários para o bem estar e equilíbrio da polis. Eles são as mãos e os pés que produzem a condição de vida para o senhor, para que ele pense a polis. O escravo não está para produzir a ociosidade do senhor, mas sua liberdade para pensar. Ele é propriedade do senhor para sustentar a economia doméstica. Ele é objeto.

Esse quadro ideológico foi absorvido pela Europa medieval, sobretudo pela Espanha. Aristóteles defendia a supremacia do cidadão grego sobre os bárbaros. Na

Espanha, prevalecia a supremacia cristã, a supremacia do cristão sobre o pagão, o bárbaro, o infiel. Dessa supremacia cristã decorrem interpretações no campo da política, da ética, da moral, da justiça em relação aos povos conquistados. Sobre essa supremacia cristã espanhola e seus desdobramentos em relação à compreensão do índio, será abordado adiante, quando estivermos analisando os problemas em torno da evangelização.

2.1.2

Em Portugal

Embora Portugal também tenha lutado contra os mouros para livrar seu território, sua política foi desenvolvida em outra direção. A formação do Reino português, desde 1139, foi costurado de alianças com a nobreza e com os comerciantes. Em 1385, Dom João de Avis, apoiado pelos comerciantes, como já explicitado, pôs fim à casa de Borgonha. A partir daí, o apoio dos comerciantes irá influenciar os rumos e os interesses políticos que Portugal irá tomar nos séculos seguintes como também irá definir as razões da conquista e da exploração de novos mundos. A classe mercantil, que sustentava o poder, vai projetar seus interesses econômicos sobre os territórios descobertos e montar um sistema de exploração que buscava produtos de valor comercial e não a expansão, a ocupação e o domínio territorial.

O século XIV marcou Portugal, pois foi o lançamento ao mar. A partir desse período até por volta de 1420, o Reino Português, além de descobrir e colonizar, também explorou muitos territórios vários deles já citados como Arquipélagos Atlânticos, Canárias, Madeira e Açores até que no ano de 1400 descendo pela costa Africana dobram o Cabo da Boa Esperança e rumaram para as Índias, ancorando em um novo território que hoje conhecemos como Brasil, que fora incorporado ao território português.

Essas expedições marcam e dão fundamento às ideologias que estão na base da chegada dos portugueses ao Brasil, uma busca pelas rotas de comércio. Portugal e Espanha eram a máquina da navegação europeia e se a Espanha estava com sede e vontade para aumentar seu território, não podemos supor que também essa não fosse a vontade do Reino Português, porém, em um primeiro momento, o incentivo

dos comerciantes guiou os planos de Portugal em relação ao seu trabalho navegador.

2.2

A organização da Igreja no Brasil

No Brasil, a Igreja organiza-se, assim como em toda a América Latina, como uma cópia da Igreja na Europa, adquirindo características aqui no Brasil como a Igreja se autocompreendia na Europa. A Igreja, a partir do Concílio de Trento (1545-1563), oficializou a mentalidade de Igreja como “sociedade perfeita”, composta de “fiéis cristãos, que vivem sob a autoridade do papa”, uma Igreja espalhada em diversas partes do mundo, em diversas nações, em diversos Estados. É uma sociedade religiosa dentro da sociedade civil. A missão e a evangelização, através dos sacramentos, tinham como objetivo criar/fundar uma sociedade cristã. Os sacramentos, principalmente o batismo, era o sinal de ingresso nessa sociedade.

A reforma de Trento deu grande importância aos aspectos visíveis da fé, sobretudo ao culto exterior, como festas, procissões e romarias. A Igreja do Brasil, implantada por Portugal, herdou essas características. Dava-se maior importância aos símbolos exteriores da fé do que à vivência interior. Por isso, que o forte da Igreja colonial foi a religiosidade popular derivada de cultos exteriores, das manifestações públicas da fé, como nascimentos, casamentos, enterros, e outras festas. Tudo era muito marcado por cerimônias religiosas.

Trento não admitia outro tipo de fé, somente a católica. Era a fé oficial. Nesse sentido, criavam-se problemas com a fé judaica e muçulmana. Qualquer outra manifestação era reprimida pela Inquisição.

Outro aspecto importante do espírito tridentino era o clericalismo. Trata-se de uma concepção de Igreja clerical, em que predomina a figura do clérigo, do padre. O clérigo sobrepunha-se ao leigo. Dessa concepção deriva a importância do clérigo na Igreja, do presbiterato e do celibato católico. Era uma oposição à concepção protestante que defendia uma visão mais ampla de Igreja, uma visão que envolvia a participação do povo.

Ao Pensarmos na Igreja do Brasil as expressões exteriores da fé como festas e procissões arraigaram-se rapidamente em meio ao povo, do que resultou na religiosidade popular.

A mentalidade clerical não chegou a ser implantada por causa do padroado português. Os monarcas portugueses eram chefes da Igreja, assim, tinham total liberdade de interferência nas questões espirituais, mesmo que estas interferências fossem vistas por alguns clérigos como intromissão. A implantação da fé e o cuidado dela estava sob a competência e responsabilidade do monarca. A Igreja não passava de um departamento do Estado, orientado e controlado pela Mesa da Consciência e Ordens, que seria uma espécie de ministério do culto. Dessa maneira, o clero, então, dependia do poder civil, era funcionário da Coroa e sua atuação era complicada, muitas vezes, até inexpressiva. Por isso, não se pode falar de um clericalismo dominante na época colonial.

Como o Brasil precisava ser incorporado ao reino português através da colonização, esta necessariamente era cristã, porque o reino português era cristão. A missão desse reino era dominar e incorporar os nativos à cultura portuguesa e à religião cristã. Por isso, era um cristianismo guerreiro.

Foi com a mentalidade de uma sociedade cristã que os portugueses procuram implantar no Brasil. Na base dessa sociedade estava o nacionalismo português. O português é cristão de nascimento. O índio é pagão e infiel.

Disso deriva que tudo o que é português ou dos portugueses é bom e cristão:

- a) a religião;
- b) a civilização;
- c) a cultura;
- d) os costumes.

Tudo o que é dos índios é ruim e pagão.

Os nomes portugueses são cristãos, os nomes indígenas são vinculados ao paganismo. O mundo indígena é demonizado. O território não é mais a Terra de Santa Cruz, mas Brasil, e tem a ver com brasa-inferno. O demônio havia tomado conta desta terra, por causa do pecado dos índios. O inferno era aqui. O encanto inicial transformou-se em desencanto, o paraíso em inferno. O Brasil era um território de desordem demoníaca.

O índio para se converter ao cristianismo tinha que se tornar português, tinha que adotar a cultura portuguesa.

Outra consequência lógica dessa mentalidade é que a religião é reconhecida mais por limites territoriais do que por marcos espirituais. Os territórios

conquistados pelos portugueses tornam-se cristãos, as terras habitadas pelos indígenas são ainda domínio do mal.

Deste modo, a conquista das novas terras pelos portugueses faz-se pela cruz e por todos os símbolos religiosos como ermidas, oratórios, capelas, grutas etc. A construção de igrejas, ermidas, oratórios ou capelas tornou-se marca da conquista e da expansão territorial do cristianismo português no Brasil que mais tarde resultou na religiosidade popular.

2.3

A criação de dioceses

Diferente da América espanhola, a criação e a expansão de dioceses no Brasil colônia foi lenta. Isso se explica, em parte, pelos interesses de Portugal ancorados no regime de padroado e na ideologia mercantilista. O interesse do governo português pela colônia estava centralizado mais na economia exploratória e comercial do que no povoamento e na formação de cidades, pois a criação de uma diocese ou bispado pressupõe a existência de uma cidade.

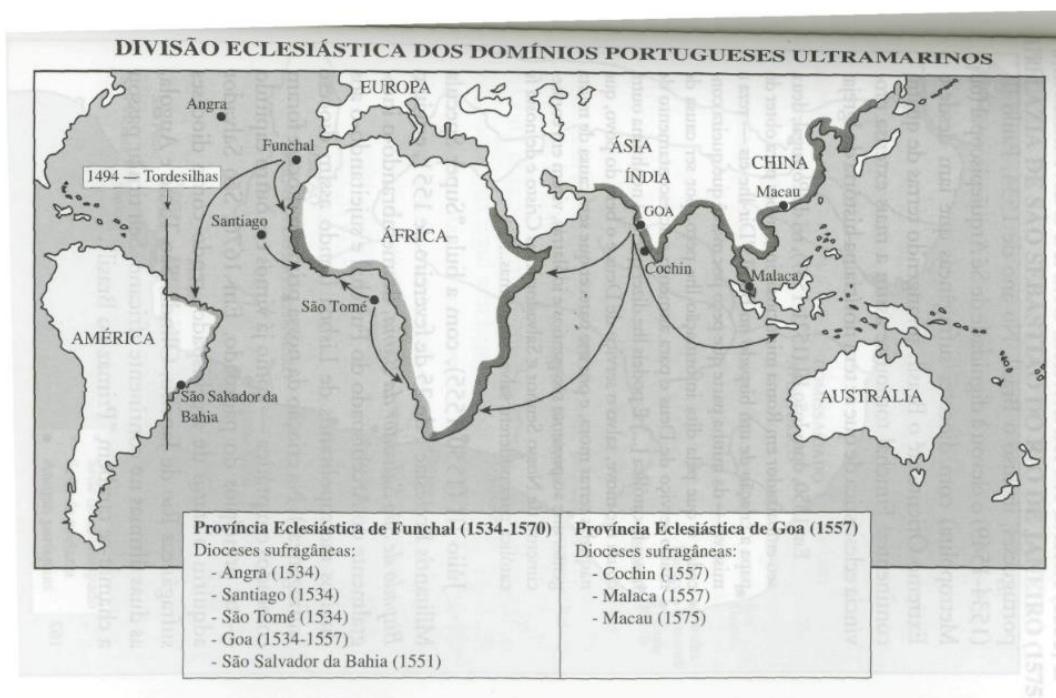


Figura 1: Divisão Eclesiástica dos Domínios Portugueses Ultramarinos.

De 1500 até 1514, a colônia brasileira estava sob os cuidados da Sé de Lisboa. Em 1514, o papa Leão X (1513-1521) criou o bispado de Funchal, na Ilha da Madeira. A ele foram incorporados todos os territórios descobertos pelos portugueses no além mar, incluindo o Brasil. Em 1534, o papa Paulo III (1534-1549) elevou-o à dignidade de Sé Arquiepiscopal, incorporando as dioceses do Extremo Oriente até o Brasil. Como se pode observar no mapa a seguir²², a divisão eclesiástica dos domínios portugueses ultramarinos, o território era imenso o que dificultava muito o trabalho apostólico do bispo

A primeira diocese no Brasil foi criada em 1551 pelo papa Júlio III, através da Bula *Super Specula Militantis Ecclesiae*, com sede em Salvador na Bahia. O primeiro bispo, dom Pedro Fernandes Sardinha, tomou posse no dia 29 de junho de 1552 e durante mais de cem anos o bispado da Bahia foi o único existente para todo o Brasil.²³ Somente cento e vinte e cinco anos depois, foram criadas outras três dioceses:

- a) Pernambuco, em 1676;
- b) Rio de Janeiro, em 1676;
- c) Maranhão, em 1677.

Com a criação desses bispados, Salvador torna-se arcebispado e seu arcebispo passou a chamar-se Primaz do Brasil. Passaram a ser sufragâneas do arcebispado de Salvador as dioceses do Rio de Janeiro e Pernambuco, São Tomé e Angola, na África.

No século seguinte, no decorrer de 1700, foram criadas mais três dioceses e duas prelazias:

- a) Pará, em 1719;
- b) Mariana, em 1745;
- c) São Paulo, em 1745 e;
- d) As Prelazias de Goiás e Mato Grosso, também em 1745.

Não foram criadas outras dioceses até a independência do Brasil, em 1822. Durante a época colonial (1500-1822), o Brasil tinha uma Arquidiocese, seis

²² MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil.** t. 1, período colonial. São Paulo: Paulinas, 2001. p. 161

²³ Sobre os primeiros 50 anos da presença da Igreja no Brasil, antes da vinda do primeiro bispo, temos um trabalho colossal de KUHNEN, Alceu. *As origens da Igreja no Brasil: de 1500 a 1552.* Bauru, SP: EDUSC, 2005.

dioceses e duas prelazias, um descompasso enorme em relação à América espanhola, como se pode observar no mapa²⁴ a seguir que apresenta a divisão eclesiástica no Brasil em 1745.

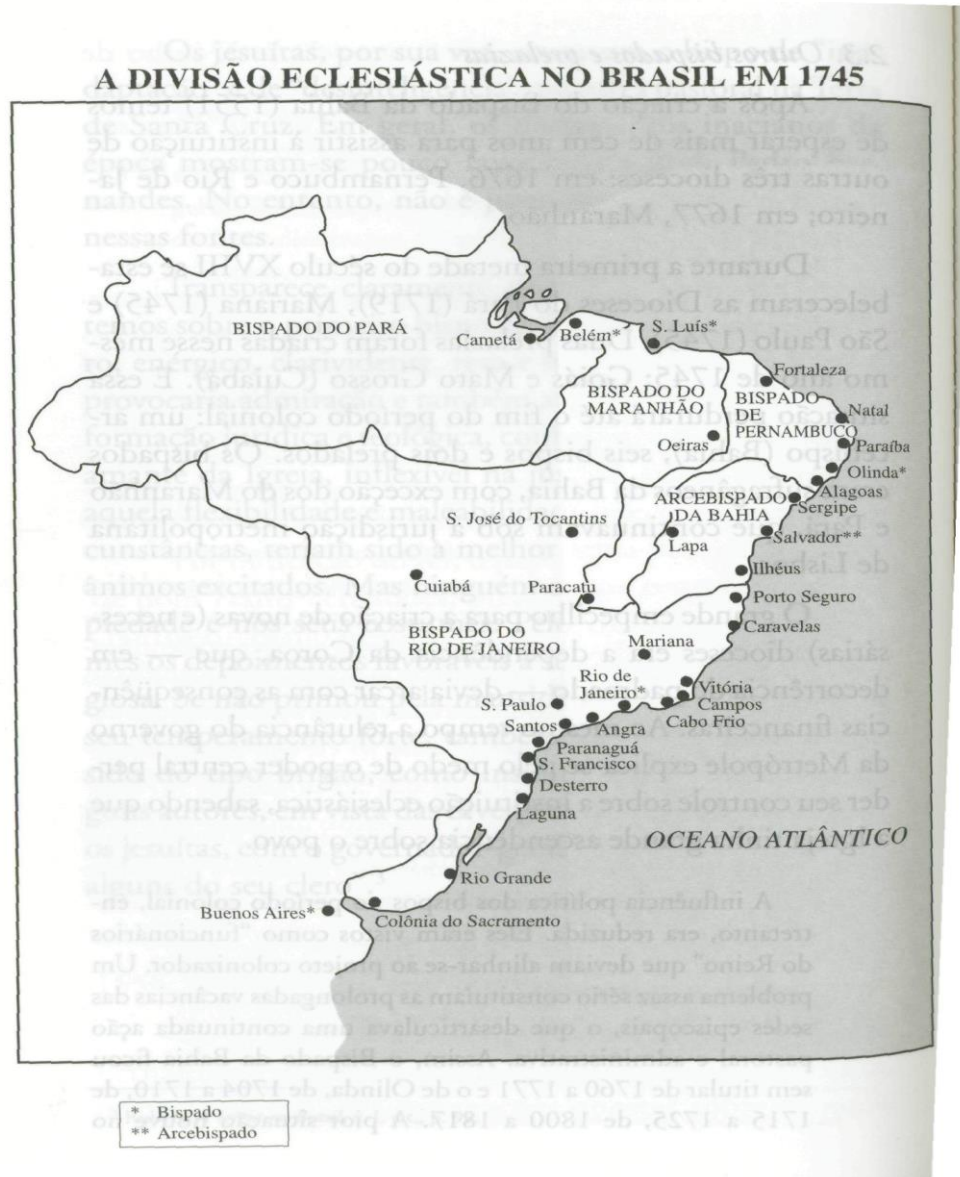


Figura 2: Divisão Eclesiástica no Brasil

2.3.1

O episcopado

A atuação do episcopado, durante a época colonial, foi bastante limitada e inexpressiva. Se poucas foram as dioceses, poucos foram também os bispos e

²⁴ Ibid. p. 168

menos ainda os que se destacaram. Isso se deve à vinculação ao regime de padroado. Alguns aspectos merecem ser destacados, com a escassez de bispos, havia poucos bispos e não davam conta em função do tamanho das dioceses e das necessidades da Igreja.

Outro fator que limitou a atuação do episcopado foram as longas vacâncias. Era comum haver longas vacâncias entre um prelado e outro. As razões são diversas: políticas, que retardavam a nomeação do sucessor; bispos que tomavam posse por procuração, vindo mais tarde e outros nunca vieram; bispos que enviavam seus procuradores, como, por exemplo, a diocese da Bahia que ficou vacante por 39 anos e a do Maranhão 63 anos.

A Extensão territorial das dioceses era enorme, impossibilitando aos bispos exercerem suas funções pastorais. A diocese do Pará compreendia toda a Amazônia; a diocese de Pernambuco, todo o Nordeste; a diocese de Mariana, o Centro-Oeste; a do Rio de Janeiro, todo o sul.

Ademais, não se pode esquecer que a Igreja nesse período estava sob o regime do padroado, assim dependia em tudo do poder real. Dessa forma, a criação de dioceses e a nomeação de bispos dependia da Coroa portuguesa. Isso, por um lado, dava um certo status e dignidades para o bispo, passando a ser considerado como um nobre; por outro lado, tinha sua atuação atrelada e dependente de interesses políticos. Nessas circunstâncias, os bispos estavam sujeitos à autoridade civil, dela dependiam e eram obrigados a serem defensores do sistema. Eram funcionários do Estado e estavam a serviço dele.

Uma vez sujeitos ao poder real, muitos bispos tiveram suas ações absorvidas mais por cargos políticos e administrativos do que propriamente pastorais, exercendo a função de governadores ou membros de juntas de governo. O bispo estava mais a serviço da Coroa do que da Igreja.

Há também de se considerar que nem todos os bispos se sujeitaram e se conformaram com as imposições da Coroa. Houve aqueles que protestaram e criaram situações incômodas com as autoridades da colônia, tendo sido chamados para Portugal para dar explicações de sua atuação. Também houve prelados que foram afastados de suas dioceses e exilados para dioceses remotas, como o foi o caso do primeiro bispo, dom Pedro Fernando Sardinha, que teve que ir a Portugal dar explicações por causa de desentendimentos com o governador Duarte da Costa. Na viagem de ida, o navio naufragou no litoral de Alagoas.

2.3.2

O clero diocesano

Na época colonial, o clero era considerado funcionário público e o sacerdócio uma profissão, uma carreira semelhante às demais então existentes. O padre estava para exercer as funções litúrgicas próprias do catolicismo, a religião oficial e para isso era pago. Recebia a chamada cômgrua (salário-pagamento) do governo. O clero estava a serviço da Coroa e da cristandade lusitano-brasileira. Não se preocupava com a evangelização, catequese e conversão do povo, pois todos eram cristãos. Exercia uma pastoral sacramental de manutenção da fé.

Outra questão era sobre o local onde o futuro clero se formaria. A formação do clero foi um problema agudo, cujos centros formadores foram muito escassos. Os candidatos ao sacerdócio, provenientes de famílias mais abastadas, iam estudar na Europa. Os mais humildes, sem condições financeiras, eram obrigados estudar por aqui mesmo: nas confrarias dos meninos de Jesus, nos colégios dos jesuítas, nos seminários eclesiásticos e nos seminários episcopais.

As confrarias dos meninos de Jesus foram um primeiro ensaio de seminário menor criado pelos jesuítas já no início, entre 1550-1560. Esse tipo de internato ou mini-seminário foi criação do padre Nóbrega e reunia órfãos enviados de Lisboa, filhos de colonos e de nativos. Havia internato em Salvador, Porto Seguro, Vitória e São Vicente. Esse modelo vigorou por pouco tempo, somente durante a década de 1550.

Os colégios dos jesuítas, desde 1560 até a expulsão dos jesuítas em 1759, foram os centros de formação da maior parte do clero brasileiro. Não era um centro específico e ideal, mas fornecia alguma formação na parte do conhecimento e das letras.

No final de 1600, renasce a preocupação com a formação sacerdotal e surgem os chamados seminários eclesiásticos como centro específico para a formação do clero. Eram fundados e mantidos por padres que se preocupavam com a formação do clero. Destacaram-se: Alexandre de Gusmão e Gabriel Malagrida, jesuítas; Ângelo de Siqueira, padre secular; Joaquim do Livramento, irmão eremita. A partir dessas iniciativas e posteriormente de outras, foram fundados seminários em:

- a) Belém da Cachoeira (BA), em fins do século XVIII;
- b) Aquirás (CE), 1727;
- c) Paranaguá (PR), 1727;
- d) Campos (RJ, 1747;
- e) Rio de Janeiro, 1750.

É somente por volta de 1750 que surge a iniciativa de criação de seminários episcopais, dependentes dos bispos, na Bahia e no Rio de Janeiro.

O problema da escassez de seminários episcopais está agregada à própria dependência dos bispos da Coroa portuguesa e às poucas dioceses existentes na época colonial. Como não era interesse da Coroa a expansão de dioceses por causa dos custos que isso envolvia, da mesma forma também não era interesse a fundação de seminários.²⁵

Diante desse quadro, a formação teológica do clero era deficitária. Deficitária. A maioria contentava-se com a administração dos sacramentos, dos ritos da fé católica e com o “dizer a missa” e isso ainda muito mal feito. Além do nível teológico, o nível cultural também era baixo. Muitos padres, sobretudo aqueles dos confins do interior, mal sabiam ler e escrever. De um lado, a formação era precária, de outro a distância do bispo, favorecia para que o clero se ocupasse com atividades ilícitas, levando uma vida moralmente depravada através da não observância do celibato.

2.3.3

As vocações nativas

Durante o período colonial, existiam duas correntes de pensamento a respeito da possibilidade de cultivar vocações nativas para o sacerdócio. O primeiro grupo sustenta a impossibilidade da formação de um clero autóctone, ou lhe faz

²⁵ Na América espanhola, a fundação de seminários teve outro ritmo e surgem ainda no século 16, seguindo mais ou menos o ritmo da organização da Igreja na América Espanhola. Foi impulsionada pelo Concílio de Trento e pelos Concílios Limenses e Mexicanos. Tem-se notícias de que o primeiro seminário foi fundado em 1569, em Quito, Equador. Segundo Javier Vergara Ciorda (2005), entre 1569 e 1793 foram fundados 40 seminários diocesanos. (VERGARA CIORDA, Javier. *Datos e fuentes para el estudio de los seminarios conciliares en hispanoamerica: 1563-1800. ANUARIO DE HISTORIA DE LA IGLESIA*, año/v.XIV, Universidad de Navarra, Pamplona, España, 2005. p. 239-300).

severas reservas, entre as quais, o seu baixo nível cultural. O segundo grupo, por sua vez, defende não apenas a viabilidade, mas a urgência na formação de um clero constituído por elementos nascidos na região. Esse grupo não olha nos defeitos, mas na facilidade que os daqui tem com a língua.

As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia colocam empecilhos para as ordens sagradas: não deve ser de nação hebreia, ou de qualquer outra infecta, ou de negro ou mulato.

No que diz respeito à seleção de candidatos ao presbiterato, havia muitas restrições. Desconfiava-se de pessoas “de cor” e entre os jesuítas circulava um documento em que eram enumeradas oito causas que dificultam no Brasil a vida religiosa.

O historiador da Companhia, padre Serafim Leite²⁶, assim as sintetiza:

1ª Influência do clima: os homens concebidos no céu da Europa são brancos; os homens concebidos no Brasil, mesmo quando brancos, nascem num clima que produz o índio selvagem, não o melhor da América;

2ª Primeira nutrição: em vez de leite da mãe ou da mulher branca, os meninos, em geral, criam-se no peito da mulher negra ou da mulata, cujo leite, como se diz, é pior;

3ª Educação familiar: em lugar de austeridade e correção paterna com que na Europa se criam os meninos, raro é o pai que, no Brasil, não deixe os filhos ao sabor da natureza. Com isso, acostumam-se a fazer o que querem, sem possibilidade de se adequar posteriormente a uma vida disciplinada;

4ª Mestiçagem: nota-se que os mestiços dão sinais de inteligência aguda, mas unem a ela um temperamento irrequieto, pouco apto para a abnegação estável da vida religiosa;

5ª Origem social: muitos candidatos provêm das classes das artes mecânicas, o que, no Recife, chama-se de classe dos mascates, em oposição à nobreza de Olinda. Considera-se inconveniente a situação de um filho elevado pelos estudos, tendo um pai mecânico ou de condição humilde;

6ª Temperamento afetivo: a presença da mãe e mais ainda das irmãs, na mesma cidade, cria laços afetivos que impedem a liberdade e firmeza pessoal do

²⁶ HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na América Latina e no Caribe 1945-1995: o debate metodológico*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 201-210

religioso, quando se requer a sua presença e atividade longe, em outro colégio ou aldeia. Às vezes, a dificuldade chega à tentação de deixar a vida religiosa;

7ª Costumes desregrados: os adolescentes das escolas, a pretexto de evitar a sífilis, entregam-se a vícios ocultos, sendo necessário impedir que não entrem com eles dentro das casas religiosas;

8ª Preconceito contra o trabalho: nota-se que os nascidos na terra são menos fortes para aguentar com constância os trabalhos pesados. Exceto um ou outro, todos os irmãos-leigos são portugueses do Reino. E os próprios filhos da terra gloriam-se de que são de condição mais nobre e não nasceram para servir.

2.3.4

A tentativa de reforma: o sínodo da Bahia

Conforme o que temos visto anteriormente, desde o início da colonização, por várias razões, o clero deixou muito a desejar. A situação agravou-se ainda mais com o fluxo migratório para as Minas Gerais e com o desenvolvimento das cidades que gerou a burguesia com o ouro. Muitos padres entraram na onda da corrida do ouro, fizeram alguma fortuna e se aburguesaram, desviando-se de sua missão. No final de 1600 e início de 1700, a crise agravou-se tanto que passou a preocupar os poucos bispos da época.

Além desses aspectos outros contribuíram para a crise do estado sacerdotal na colônia, tais como:

- a) A formação religiosa e moral do clero era deficitária. A formação teológica era limitada. Havia padres praticamente analfabetos que mal sabiam rezar a missa.
- b) O excesso de liberdade existente na colônia facilitava os desvios morais do clero. A facilidade de relações sexuais com índias e negras, era geral na colônia e o clero deixava-se envolver por esse clima de permissividade. Aliás os escravos constituíam parte da remuneração do clero.
- c) Facilidade de obter escravas domésticas constituía uma ocasião frequente para que os padres as transformassem em amásias.
- d) Muitos padres eram capelães nos engenhos, sendo remunerados pelos próprios senhores. Nesse caso, o isolamento em que viviam com

relação à instituição eclesiástica facilitava também um acomodamento em termos de vida conjugal.

No início do século XVIII, a situação agrava-se. Os moralistas começam a denunciar uma crise da vida clerical. Entre esses merece destaque Nuno Marques Pereira, autor da obra "COMPÊNDIO NARRATIVO DO PEREGRINO DA AMÉRICA", publicado em 1728.

Ainda em 1605, o quarto bispo do Brasil, Dom Constantino Barradas, procurou organizar Constituições para o bispado da Bahia. Ele impôs a observância de alguns artigos, mas como as Constituições não foram impressas, sua observância caiu em desuso, continuando a vigorar as Constituições de Lisboa.

Em maio de 1702, tomou posse do arcebispado da Bahia Dom Sebastião Monteiro da Vide. Sensível aos problemas tanto do clero como dos fiéis, elegeu como prioridade realizar visitas pastorais para examinar a fé, o comportamento do clero e do povo. Visitando as paróquias, logo verificou haver muitas coisas que necessitavam preciso e pronto remédio. Determinou celebrar então concílio provincial, o que nunca nesta América se tinha realizado.

Dom Sebastião Monteiro da Vide queria realizar um Concílio com a presença dos bispos do Brasil e de seus sufragâneos: Rio de Janeiro, Pernambuco, Maranhão, São Tomé e Angola. Mas, por várias razões, todos os prelados não compareceram, desfazendo assim a ideia de Concílio (Maranhão, Pernambuco e São Tomé eram sedes vacantes). Compareceu somente o bispo de Angola, de maneira que o Concílio reduziu-se a um Sínodo realizado na presença de dois bispos e do clero, em junho de 1707, na Bahia. Esse Sínodo produziu um documento que ficou conhecido como CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS DO ARCEBISPADO DA BAHIA. É um código eclesiástico e civil ao mesmo tempo.

As Constituições constam de cinco livros, 279 títulos e 1318 artigos.

- a) Livro Primeiro trata da fé e dos sacramentos; um resumo do Tratado da Eucaristia.
- b) Livro Segundo é dedicado principalmente ao Santo Sacrifício da Missa, ao Jejum, aos dízimos.
- c) Livro Terceiro contém disposições da vida do clero.
- d) Livro Quarto tratou sobre o Apostolado Sacerdotal.
- e) Livro Quinto trata dos crimes de heresia, penas e censuras.

Foi dedicado um capítulo aos vigários, capelães e clérigos: “DA OBRIGAÇÃO QUE TEM OS CLÉRIGOS DE VIVER VIRTUOSA E EXEMPLARMENTE”. Várias páginas especificam proibições tais como:

- a) O padre não podia andar à noite nem comer ou beber nas tavernas;
- b) Deviam usar vestes próprias dos eclesiásticos;
- c) Não entraria em teatros ou locais de dança;
- d) Não participaria de festas carnavalescas;
- e) Observaria perfeita castidade;
- f) Não tomaria parte dos jogos;
- g) Não podia portar armas;
- h) Não podia exercer ofício de médico;
- i) Não podia se meter em negócios/comércio;
- j) Não podiam ter casa adentro mulheres de conduta suspeita;
- k) Não podiam frequentar mosteiros de freiras.

As Constituições foram impressas em 1719 e vigoraram até 1915. Essas Constituições representam um esforço de reforma pastoral e de implantação de Trento no Brasil que não teve grandes resultados por causa do marasmo do regime de padroado, da corrida do ouro, da expulsão dos jesuítas e da questão pombalina.

A importância dessa legislação eclesiástica é inegável levando-se em consideração que a sociedade brasileira daqueles tempos era eminentemente *sacral* e que as leis da Igreja tinham vigência jurídica na ordenação civil da Colônia.

Na opinião de Eduardo Hoornaert²⁷, Dom Sebastião Monteiro da Vide

quis formar um Brasil mais independente de Portugal e é nessa perspectiva que temos de entender as Constituições Primeiras por ele promovidas e proclamadas. O nativismo brasileiro, que é uma forma de libertação, está presente nos esforços desse bispo. Há uma tendência de fazer um Brasil para os brasileiros, e uma legislação eclesiástica adaptada às situações brasileiras e não copiada da legislação européia tridentina. As Constituições tiveram que contar com a rigidez da Inquisição portuguesa que não permitia nenhuma inovação, sobretudo nas Colônias, e com o fato que todo livro da literatura colonial brasileira tinha que ser impresso no Reino, já que qualquer imprensa na Colônia era proibida.

²⁷ Ibid. p. 280-281.

2.3.5

As ordens religiosas masculinas

Os franciscanos foram os primeiros religiosos que pisaram o solo brasileiro na pessoa de Frei Henrique de Coimbra que celebrou a primeira missa na nova terra. Durante todo o 1500, os franciscanos circulam pela costa brasileira.

Os capuchinhos instalaram-se oficialmente no Brasil em 1640. Porém, no decorrer do século XVI, tiveram ações esporádicas ligadas aos franceses. A partir de 1654, realizam extraordinária obra de catequese junto aos índios e colonos no Recife. Entre os capuchinhos, destacou-se frei Martinho de Nantes.

Há notícias de que dois beneditinos chegaram ao Rio de Janeiro em 1565. Mas é somente em 1581 que fundaram um mosteiro na Bahia e em 1589 estabeleceram-se definitivamente no Rio. Logo em seguida, em 1592, em Olinda.

A Ordem do Carmo está presente no Brasil desde o final do século 16. O primeiro convento foi fundado em Pernambuco, em 1584. Um século depois, por volta de 1686, havia em torno de 13 conventos.

Conforme temos visto acima, os jesuítas chegaram em 1549 como missionários da Coroa e se estabelecem na Bahia. Logo se espalham por toda a costa do litoral brasileiro. A presença dos jesuítas no Brasil está ligada ao plano colonizador e evangelizador de dom João III (1502-1557). Em 1759, ano da expulsão, somavam em torno de 30 casas e 670 membros. Retornaram ao Brasil em 1842, vindos da Argentina e estabeleceram-se em Porto Alegre.

Os mercedários (Ordem de Nossa Senhora das Mercês) vieram ao Brasil vindos do Equador e se estabeleceram no Pará e no Maranhão, em 1639. Permaneceram até 1787 quando foram extintos. Retornaram mais tarde.

2.3.6

As ordens religiosas femininas

Nenhuma ordem religiosa feminina tradicional veio ao Brasil no século XVI. Pode-se apresentar pelo menos três razões:

- a) A concepção de vida religiosa feminina ligada à concepção de vida da mulher daquela época;
- b) Ênfase na evangelização;

c) Desinteresse e restrições da Coroa.

No antigo regime, o papel da mulher era inferior ao do homem. A mulher levava uma vida dependente e submissa ao marido, dedicada aos filhos e aos afazeres da casa. De maneira semelhante, não se concebia a mulher religiosa senão fechada no convento, dependente das autoridades superiores.

Como o Brasil era um território de missão e a missão era uma tarefa exclusiva dos homens, descartava-se de imediato a presença de conventos femininos. Não teriam utilidade nenhuma nessa empresa, pois as religiosas não evangelizavam.

A presença de conventos femininos não era interessante para a Coroa por dois motivos: primeiro, porque a fundação de conventos implicaria em ônus para os cofres públicos; segundo, porque a vida reclusa das mulheres ia contra os planos de povoamento do território e do incentivo ao casamento. A colônia precisava de mulheres “casadoiras” para gerar filhos e povoar a terra.

Essa necessidade fez surgir as primeiras organizações da vida religiosa feminina, chamadas de “recolhimentos”.²⁸ O recolhimento era uma casa para mulheres com ideal de vida religiosa, organizada à maneira de convento, mas sem votos solenes. Com o tempo, alguns recolhimentos transformaram-se em conventos²⁹.

Os recolhimentos surgem no início do século 17, recolhendo, primeiro, mulheres piedosas-devotas que mais tarde acabavam se tornando religiosas conventuais professoras. Depois, as filhas da nobreza. Em 1677, foi fundado o recolhimento do Desterro na Bahia, para o qual vieram religiosas de Portugal para organizá-lo. Em 1687, da Ajuda, no Rio de Janeiro. Em 1685, de Santa Tereza, em São Paulo.

A fundação de recolhimentos era da competência do bispo, do poder público, da superiora das recolhidas ou mesmo da nobreza, mediante Alvará concedido pela Coroa. Quando senhores ou senhoras nobres fundavam um

²⁸ Para um conhecimento mais amplo sobre a condição feminina na sociedade e nos recolhimentos do Brasil colônia consultar, ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

²⁹ AZZI. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo. (coord.). *História da Igreja no Brasil. Tomo 11/1, São Paulo: Paulinas: Vozes, 1983. p. 24-60.*

recolhimento, eles próprios o sustentavam. Ao convento iam piedosas-devotas e filhas da nobreza. O convento era lugar de status. As moças nobres levavam seus dotes, inclusive escravas. Muitas vezes, o convento era um lugar de “encosto” para lá iam moças azaronas no amor, como podemos ver no texto de Leila Mezan Algranti³⁰:

Desde o início do estabelecimento dos primeiros portugueses no Brasil, tanto a Coroa como seus agentes na Colônia tiveram de enfrentar as dificuldades próprias do povoamento de um território tão vasto e desconhecido quanto distante da Metrópole. Poucas eram as mulheres que acompanhavam seus maridos na travessia perigosa do Atlântico. Elas permaneciam no reino à espera do retorno de seus esposos, ou de uma oportunidade para se juntarem a eles. Espera muitas vezes prolongada, que comumente se tornava infrutífera. Bem cedo, portanto, a Coroa e os agentes colonizadores defrontaram-se com o problema da falta de mulheres brancas que pudessem casar com os portugueses na América e auxiliar na conquista e no povoamento da Colônia. [...]

A opção entre casar ou entrar para um convento, tão própria das mulheres do mundo católico da época, não se colocava para os governantes portugueses em relação às mulheres coloniais. A segunda opção seria dificultada pela Coroa, mesmo que isso significasse contrariar os desejos de seus súditos, como geralmente ocorreu. Haverá, assim, na Colônia, um conflito entre a vontade do monarca e a vontade dos colonos. A história da fundação das instituições religiosas femininas no período colonial é uma história de resistência dos colonos à política metropolitana de incentivo ao casamento e, em última instância, ao povoamento.

2.3.7

Os leigos

Em virtude do padroado, da precariedade da organização eclesiástica, da pouca expressividade dos bispos e do clero, os leigos tiveram um papel fundamental na vida da Igreja no Brasil colônia. Através de organizações religiosas coletivas ou individuais, participaram ativamente do catolicismo tradicional. Para Riolando Azzi³¹, os leigos participaram de duas formas:

- a) Uma participação coletiva através das confrarias;
- b) Uma participação individual através do ofício de eremitas.

³⁰ Ibid. p. 62-64.

³¹ Ibid. p. 234.

2.3.7.1

As confrarias

As confrarias eram associações religiosas nas quais os leigos reuniam-se para viver a sua fé e participar do culto no catolicismo tradicional. Era uma iniciativa totalmente leiga. Havia dois modelos de confrarias:

- a) As Irmandades;
- b) As Ordens Terceiras.

São dois modelos medievais trazidos para o Brasil pelos portugueses. A confraria tinha uma dupla finalidade: espiritual e material. A finalidade espiritual implicava na promoção da devoção a um santo, na manutenção de seu culto e na promoção de sua festa. A material implicava na arrecadação de recursos econômicos para construção de uma ermida, capela ou igreja e sua manutenção. Nesse sentido, as confrarias deixaram enorme patrimônio religioso-cultural no sudeste e nordeste brasileiro ou nas cidades mais antigas.

Cada irmandade tinha administração própria e era regida por um estatuto. Isso lhe dava autonomia perante o poder eclesiástico, o que significa que não se subordinavam nem aos párocos nem aos bispos e não necessitavam deles a não ser para celebrar missa no dia da festa do padroeiro e prestar outros serviços religiosos.

Outra característica da irmandade, salvo raras exceções, é que ela era predominantemente masculina, mantendo uma certa distinção de cor, ou seja, havia irmandades de homens brancos, de pardos e de negros, cada uma com sua igreja e com o seu santo.

Embora o caráter das confrarias fosse religioso e devocional, algumas exerciam também atividades sociais como é o caso da Irmandade da Misericórdia. As irmandades mais conhecidas foram: Irmandade do Santíssimo Sacramento, Irmandade do Rosário e Irmandade da Misericórdia.

As ordens terceiras eram associações vinculadas às ordens religiosas tradicionais medievais. Tiveram importante papel no catolicismo colonial. Ocupavam-se da construção de igrejas e da promoção do culto do santo patrono. No Brasil colonial, destacaram-se as seguintes ordens terceiras: a Ordem Terceira Franciscana, a Ordem do Carmo, a Ordem Terceira de São Domingo e a Ordem Terceira dos Mínimos.

Com o passar do tempo, algumas irmandades e ordens terceiras tornaram-se ricas e poderosas. Adquiriram cobiçáveis propriedades materiais e construíram igrejas em estilo barroco na Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. O fato de se tornarem economicamente poderosas e de serem autônomas em relação à instituição eclesiástica era causa de inúmeros conflitos entre o clero e os bispos.

2.3.7.2

Os eremitas

Outra forma de participar ativamente do catolicismo tradicional era através do ofício de eremita. Conhecidos também com os nomes de ermitães, irmãos ou monges, os eremitas eram “leigos que se dedicavam à vida ascética e à promoção de obras de culto e devoção [...] São os leigos que decidem levar uma vida cristã mais perfeita, dedicando-se à vida de oração e ao serviço do culto”³².

Eremita é aquele que chamado por Deus, escolhe viver em solidão, numa vida de oração e penitência. Não necessariamente deve-se viver fora da cidade, embora seja a opção da grande maioria, pelo bem que faz estar em contato com a criação primeira de Deus: a natureza. Há que se recordar que o elemento principal da vida eremítica é a solidão, para estar com Deus.

O termo “eremita” está relacionado a “ermo”, lugar retirado, solitário, calmo, silencioso e eremita é o homem que vivia retirado, afastado do barulho das cidades, desapegado dos bens materiais, mas apegado à oração e às boas obras. Normalmente vivia ao lado de uma ermida ou capela dedicada a um santo. Muitos reuniram em torno de si um grupo de discípulos seguidores que saíam esmolar, a fim de angariar recursos materiais para renovar igrejas e cemitérios abandonados. Algumas ermidas ou pequenas igrejinhas, por obra dos eremitas, transformaram-se em grandes santuários, como, por exemplo, o do Senhor Bom Jesus de Matozinhos.

Apesar de viver retirado, o eremita era frequentemente procurado pelo povo para pedir conselhos e orientações espirituais. Por isso, era considerado como “santo”. Tinha boa reputação diante da instituição eclesiástica e era reconhecido como um homem a serviço da Igreja, pois era oficialmente revestido na função de

³² Ibid. p. 241.

eremitas pela autoridade da Igreja³³. Era uma forma de vida religiosa aprovada e respeitada pelos bispos.

Entre os principais ermitões da época colonial, destacaram-se: Antônio Caminha, Rio de Janeiro; Francisco da Soledade, Rio São Francisco; Felix da Costa, Macaúbas, Bahia; Feliciano Mendes, Congonhas do Campo; Antônio da Silva Bracarena, Caetés, Minas; Lourenço de Nossa Senhora, Caraça, Minas e Joaquim do Livramento, Santa Catarina. Este, diferentemente dos demais, distinguiu-se por diversas obras sociais como orfanatos, hospitais, asilos e seminários. João Maria de Agostini, diferenciando-se dos demais por ser peregrino, atuou no sul do Paraná e em Santa Catarina e fez história na região do Contestado.

2.3.8

A paróquia

É difícil apontar a primeira paróquia no Brasil colonial. Não há muitos dados a esse respeito. Sabe-se que São Vicente tinha, em 1531, um vigário e quatro capelães. Depois de 1540, em Porto Seguro, existiam curas de alma na pessoa dos sacerdotes que teriam vindo para o Brasil com Pero de Campos, e já em 1540 um padre foi distinguido como vigário.

Os rastros da paróquia tornam-se mais claros com o estabelecimento do bispado da Bahia em 1551. O primeiro bispo do Brasil teria criado as paróquias da Sé, Nossa Senhora da Vitória da Vila Velha e São Jorge dos Ilhéus. Com os bispos seguintes surgem novas criações ao sul e ao norte de Salvador: São Sebastião do Rio de Janeiro, Porto Seguro, Santa Cruz, Olinda. No final do século XVI, acredita-se, existiam pelo menos 16 paróquias no Brasil.

No Brasil colonial, as paróquias assinalavam a presença do Estado colonial através do Padroado Régio, o qual se teria originado da concessão do poder espiritual do papa aos reis portugueses. A coroa ficava obrigada a sustentar a propagação do catolicismo e prover condições para o culto, podendo propor a criação de dioceses, apresentar bispos e cargos eclesiásticos e recolher o dízimo.

Funcionando no Brasil através da Mesa de Consciência e Ordens, o Padroado confirmava os párocos coloniais. Pelas distâncias e dificuldades e pelo

³³ MATOS, 2001, p. 235.

próprio modelo colonial, eram, na verdade, os governadores que acabavam interferindo nessas nomeações. Os párocos eram escolhidos por meio de concurso organizado pela diocese. Existindo uma vaga, os candidatos eram examinados acerca da doutrina e quanto à sua idoneidade. O nome escolhido era encaminhado ao Rei, que deveria confirmá-lo. Aprovado, o pároco recebia a paróquia em caráter vitalício e todos os privilégios que o colocavam numa situação de superioridade e num status diferenciado, como um dos poderes constituídos do universo colonial. Ao processo de confirmação do Rei, denominava-se colação. O pároco colado era o pároco confirmado pelo Rei. A colação ou entrega do ofício, nesse caso, era da competência do Rei.

Os vigários colados eram, na prática, funcionários da coroa, favorecidos por um privilégio vitalício. Portanto, a paróquia estava inteiramente inserida dentro da estrutura de colonização e de poder. A paróquia era ao mesmo tempo uma representação econômica e política aparelhada ao culto. Os bispos concediam aos padres a missão canônica, segundo a qual eles ficavam autorizados a administrar os sacramentos e exercerem as funções sacerdotais em sua jurisdição. Pelas longas permanências nas freguesias (paróquias), os párocos tornavam-se determinantes para os fregueses (paroquianos). Não raras vezes, o pároco era a única autoridade local. A designação de pároco colado não obedecia razões pastorais, mas interesses econômicos e políticos.

Nos séculos XVI e XVII, as paróquias foram acompanhando lentamente a onda de colonização em direção ao Norte e ao interior do Brasil. Os novos núcleos pediam a presença de sacerdotes que pudessem administrar os sacramentos. Como a designação de párocos colados era lenta, as preocupações de estabelecimento de curatos, através das chamadas paróquias encomendadas, ficavam sob a preocupação dos bispos, o que não era muito fácil. Encomendar uma freguesia consistia em nomear um pároco temporário de livre remoção por ordem do bispo. O *pároco encomendado* era o pároco nomeado pelo bispo.

No início do século XVIII, a paróquia teve, nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, um estatuto e um referencial para a sua afirmação no Brasil colonial. As Constituições vão se esforçar para implantar o modelo tridentino de paróquia e de pároco. O pároco devia proceder à cura de almas para os seus fregueses. Na prática, a cura de almas era o que hoje chamamos de pastoral,

e compreendia a pregação, a admoestação dos fregueses, o ensino da doutrina cristã, a missa dominical, o cuidado do templo e o remédio das necessidades dos pobres.

Porém, a implantação do modelo tridentino de paróquia só vai acontecer de forma definitiva a partir de meados do século XIX (1840) com a reforma católica ou romanização. Sob os impulsos dos bispos reformadores, as paróquias são revitalizadas nos moldes tridentinos. A peça fundamental da Reforma é a formação de um novo clero, capaz de paroquializar a vida religiosa do povo. A consolidação do processo de romanização e de paroquialização dar-se-á já na República, por volta de 1920, com o movimento que ficou conhecido como restauração católica.

3

A Igreja e os Estados Liberais entre 1808 e 1930

Os anos de 1808 e 1930 são dois marcos importantes na história do Brasil e também na história da Igreja neste país. O ano de 1808 está relacionado com o fim da época colonial, com a crise da cristandade e com o início do movimento a favor da independência das colônias e a implantação dos governos liberais na América Latina. Para o Brasil, 1808 marca a vinda da família real³⁴. Nesse sentido, 1808 abre uma nova época para a América Latina. O ano de 1930 marca o encerramento dessa época e abre o início de uma nova: a época dos governos populistas. Ao refletirmos sobre este contexto, precisamos ter como pano de fundo a Igreja na Europa, pois a atitude dos bispos não era um fato isolado, mas era consequência dos acontecimentos ocorridos na Igreja européia.

3.1

A crise da cristandade

De maneira geral, a crise da cristandade é a crise da modernidade, a crise do pensamento europeu do final do século XVII e início do século XVIII que resultou no advento do Iluminismo, a crença inabalável na razão.³⁵ É a crise e mudança de paradigmas. O paradigma escolástico vinha perdendo terreno para o científico e a fé para a razão. A idade da fé estava esvaindo-se e a idade da razão vinha se impondo. Era uma nova interpretação do mundo e da religião. A tradicional cosmovisão teológico-religiosa, que dominou a Europa durante toda a Idade Média,

³⁴ Com a vinda da família real veio também o Nuncio Apostólico (Internúncio), encarregado dos assuntos de Portugal e Brasil diante da Santa Sé. O primeiro Nuncio (Internúncio), Pedro Ostini, só foi nomeado em 1829, quando o Brasil já era império e tinha representatividade diplomática diante da Santa Sé.

³⁵ Alguns dos principais pensadores, precursores da modernidade e inspiradores do Iluminismo: Galileu Galilei (1564-1642), René Descartes (1596-1650), Isaac Newton (1642-1727), John Locke (1632-1704), Emmanuel Kant (1724-1804).

passou a ser substituída por uma nova ordem racional e científica. É o advento da ciência moderna. É a morte do antigo regime, da cristandade.

O Iluminismo tem como fundamento a crença na razão, na ciência e na ideia de progresso, cujo centro é o homem. Deus perde seu lugar e espaço. À medida que se afirma que o homem é o senhor, desbanca-se Deus do trono central, nasce o descrédito da religião, a fé passa a ser vista como atraso, superstição, tolice e ignorância. O mundo passa a ser concebido não mais pela razão divina mas pela razão racional e científica. Em nome da razão, o homem se torna senhor do mundo. Era uma grande mudança de paradigmas:

- a) escolástico x científico
- b) fé x razão
- c) idade da fé x idade da razão

Interessa-nos particularmente destacar que o Iluminismo caracterizou-se por um forte anticlericalismo como também por uma nova concepção de Estado, de Governo, de política e de poder. O Estado não é mais “sacral”, mas é laico, civil e secular.

3.1.1

Em Portugal

Em relação ao Iluminismo e Portugal, pode-se pensar sobre o modo como o Iluminismo foi absorvido por Portugal. O responsável pela inclusão de Portugal no movimento modernizador europeu, alavancado pelas ideias Iluministas em voga na Europa, foi Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), primeiro ministro do rei dom José I (1750-1777), o conhecido marquês de Pombal³⁶, cujo objetivo era

³⁶ Sebastião José Carvalho e Melo foi um político Português, dirigente do país durante o reinado de José I. Aos 39 anos, começou sua vida pública como embaixador na Inglaterra, representando o governo de seu país. Ganhou muito prestígio com o rei quando, em 1755, houve um terremoto que destruiu Lisboa e matou milhares de pessoas, graças à sua energia. Com isso, foi nomeado primeiro-ministro, conde de Oeiras e Marquês de Pombal. Ao atuar como ministro, realizou bastantes reformas, adquirindo durante o trajeto muitos adversários políticos não só na nobreza, mas também no clero e entre os oficiais. Seus poderes eram quase absolutos e desenvolveu um programa político que era baseado em princípios do iluminismo. Seu poder somente chegou ao fim no ano de 1777, quando Rei José I faleceu. Pombal foi expulso da corte e declarado culpado de abuso de poder, quando foi morar em sua propriedade, onde faleceu no dia 8 de maio de 1782.

modernizar o Estado português e tirá-lo do isolamento e do atraso em relação a outros países da Europa. Para isso, teve que fazer uma reforma ampla, removendo os obstáculos de ordem intelectual, social e religiosa.

Nesse sentido, hostilizou a Igreja Católica, considerada uma estrutura anacrônica contra o progresso. Combateu e expulsou os jesuítas dos domínios portugueses, em 1759, acusando-os de tentativa de regicídio, corrupção, traidores, adversários e agressores do rei e de seus Estados³⁷. Em 1772, reformou a Universidade de Coimbra de acordo com o espírito Iluminista. A reforma mudou o currículo da universidade, dando mais importância às ciências naturais e rejeitando a Filosofia escolástica. Enfim, era uma reforma no sistema educacional.

Por volta de 1750, Portugal começa efetivamente a participar dos novos rumos culturais e científicos em curso na Europa desde o século XVI, saindo então de seu enclaustramento.

A figura central dessa abertura e modernização do país é Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), conde de Oeiras (1759) e Marquês de Pombal (1770), primeiro-ministro do rei Dom José I (1750-1777).

Pombal queria construir um Estado nacional forte, rico e centralizado politicamente, dotado de uma economia racional e atualizada. Inspirava-se nas ideias iluministas e absolutistas em voga na Europa do século XVIII. Para atingir seus objetivos, era imprescindível remover os obstáculos de ordem intelectual, social e religiosa.

Modernizar o Estado português e tirá-lo do atraso e do isolamento em relação às outras nações europeias significaria combater a nobreza ociosa e quebrar o poderio da Igreja. Apoiando-se na burguesia urbana com seu novo potencial econômico, Pombal conseguiu reduzir notavelmente a influência da aristocracia rural. Irritava-o igualmente a hegemonia eclesiástica que, na sua convicção, era um forte entrave para o real progresso do país. A Igreja simbolizava, aos seus olhos, as estruturas anacrônicas e fomentava o atraso cultural e econômico. O Estado “sacral” deveria ceder lugar a um Estado leigo, moderno e civil. Assim, a secularização das estruturas sociais e políticas tornava-se uma condição básica para a constituição de um Estado autônomo e próspero.

³⁷ Ibid. p. 289.

Adepto dos princípios do ‘governo ilustrado’, já experimentados em outros países, Pombal entendia que sua implantação efetiva exigiria o ataque às várias faces do poder eclesiástico sobre a sociedade e a construção de uma nova estrutura em lugar daquelas até então em mãos da Igreja. Em outras palavras, a essência daquela prática foi a secularização, e o seu alvo foi a demolição da hegemonia eclesiástica (sua mentalidade, ou seja, sua ideologia e seus aparelhos respectivos) e sua substituição pela hegemonia do Estado laico (sua ideologia imanente, seus aparelhos seculares). O argumento ideológico era o de que o universo eclesiástico, na esfera política e mental, dominava as consciências, bloqueava o avanço das Luzes, retardando o progresso e a felicidade gerais.³⁸

Interessante notar que o Marquês de Pombal não se voltava contra o cristianismo em si, nem propriamente contra o clero como influente classe social. O que ele queria de fato era ter uma Igreja dependente do poder civil e diretamente atrelada a seus objetivos políticos. Daí sua propensão às ideias galicanistas, na linha de uma Igreja nacional, independente de Roma. Nesse sentido quis reinterpretar o secular sistema do padroado, atualizando-o em conformidade com a nova situação.

A razão do ódio de Pombal aos jesuítas estava na influência política da Companhia de Jesus no reino português e seu prestígio junto ao povo, particularmente à classe letrada. Via nos inicianos um poderoso instrumento de dominação da Igreja nos territórios lusos. Sua derrubada significaria para ele a libertação do estado com possibilidade de erguer uma ordem política moderna e plenamente autônoma.

As acusações contra os jesuítas abrangem um amplo leque de motivos, desde sua ‘nefasta’ influência na Corte, suas legendárias riquezas, seu ‘corrompido’ sistema educacional, até seu ‘poder despótico’ e ‘exploração’ dos povos indígenas.³⁹

Após várias medidas restritivas, culminando com a acusação de os jesuítas terem participado da tentativa de regicídio (1758), Pombal procedeu à *expulsão oficial da Companhia* dos domínios portugueses (3-9-1759), sob a alegação de seus membros serem “corrompidos, deploravelmente alienados do seu santo Instituto, rebeldes, traidores, adversários e agressores em relação à pessoa do Rei e de seus Estados.

³⁸ Ibid. p. 288

³⁹ Ibid. p. 289

A expulsão foi a ruptura de uma colaboração entre a Companhia de Jesus e a Coroa Portuguesa que já durava cerca de dois séculos, no fragmento a seguir vê-se a atitude dos Jesuítas diante da ação do Marquês de Pombal

No Brasil, concentrados os padres e irmãos nos principais colégios de cada região, operou-se o embarque para a Europa em 1760, movimento de exílio, que seguiu a linha Sul-Norte, nos respectivos portos, Rio de Janeiro, Bahia, Recife e Pará. No Rio de Janeiro, a 15 de março, embarcaram 125 padres e irmãos. Na Bahia, a 19 de abril, em dois navios, 124 religiosos. No Recife, a 1º de maio, 53. No Pará, a 12 de setembro, 115. Somam 417, mas um ou outro já de idade ficou em terra, como ficaram nela noviços e quase todos os que ainda estudavam. Os jesuítas, em 1760, nos dois Estados da América Portuguesa, eram, em globo, 670 (...) Da atitude dos padres da Companhia pode-se ajuizar pelo que se sucedeu na Bahia. Eles tinham passado do colégio para o noviciado da Jiquitaia, onde o cais do mar ficava à mão. Antes de embarcar celebravam a derradeira missa da comunidade nesta mesma cidade da Bahia, onde Manuel da Nóbrega 211 anos antes celebrara a primeira dos jesuítas na América. Mas, primeiro que consumisse a última partícula consagrada, o celebrante deu a bênção do Santíssimo e com ela o extremo adeus à terra que deixavam, não ingrata, porque a culpa era do espírito do século, que então reinava, e julgava reinar para sempre que é o eterno engano da sem-justiça. Os padres, esses, sabiam que só Deus triunfa definitivamente. Tiveram consciência disso e alguns deles chegaram a ver restaurada a Companhia de Jesus, passada a tormenta. Em vez de se sentirem abatidos, juntos todos na capela do noviciado, endereçaram a Deus graças e louvores por serem julgados dignos de padecer pelo nome de Cristo. Alguma lágrima brilharia nos olhos dos que partiam da terra que amavam. Todavia o que lhes brotou dos lábios não foram queixumes, senão o Te Deus laudamus, te Dominum confitemur!⁴⁰

Numa espécie de reação em cadeia, os jesuítas foram em seguida expulsos da França (1764) e da Espanha (1767).

Com o breve “*Dominus ac Redemptor*”, de 21 de julho de 1773, o papa Clemente XIV (1769-1774), suprimiu a Ordem de Santo Inácio, que só em 1814 seria restabelecida por Pio VII.

Dentro da hierarquia eclesiástica colonial, houve vozes a favor e contra a expulsão dos jesuítas. De um lado, encontramos a figura de Dom Tomás da Encarnação Costa e Lima, bispo de Olinda (1774-1784), que era cônego regente de santo Agostinho e amigo de Pombal⁴¹.

⁴⁰ Ibid. p. 290

⁴¹ Ibid. p. 291.

O centro intelectual das reformas pombalinas foi a Universidade de Coimbra, em Portugal. Em 1772, foram revistos seus estatutos, de acordo com o espírito iluminista, abrindo as portas para a influência do racionalismo. A reforma consistiu em mudar o curriculum da universidade, ao invés da filosofia eclesiástica ciências naturais.

Na opinião de Pombal, o ensino superior deveria ser “prático” e incorporar os avanços científicos e tecnológicos da época. A tradicional filosofia escolástica era considerada um obstáculo à abertura cultural, sendo por isso fortemente criticada. Rejeitou-se o princípio medieval segundo o qual a filosofia deve ser “serva da teologia”, com a finalidade explícita de defender com argumentos da razão os dogmas revelados. Nessa concepção tradicional, a reflexão filosófica não tinha uma autonomia própria e movia-se inteiramente nos limites estabelecidos pela ortodoxia católica.

O antijesuitismo caracterizou a reforma coimbrense. ‘Se anteriormente a preocupação dominante se voltava para a ortodoxia da fé, sob os olhos vigilantes e impiedosos do Santo Ofício, penetrava agora no reino uma nova mentalidade, voltada cada vez mais para o interesse científico’. Muito importante na condução da reforma universitária foi a obra de Luís Antônio Verney (1713-1792), em forma de 16 cartas, intitulada: O verdadeiro método de estudar (1746). Nela se propõe tomar como princípio pedagógico no ato de estudar a dúvida e a experiência. Também são feitas ferrenhas críticas ao ensino escolástico dos jesuítas até então predominante, enquanto se estimulam as ciências naturais e o pensamento positivista.⁴²

De maneira geral, a reforma de Pombal consistiu em mudar o curriculum das escolas, ao invés da filosofia eclesiástica ciências naturais.

3.1.2

No Brasil

Como o Iluminismo veio ao Brasil e quais foram as suas consequências? As ideias Iluministas chegaram ao Brasil por intermédio de estudantes brasileiros que estudavam na Universidade de Coimbra que ao regressarem divulgavam por aqui

⁴² Ibid. p. 292.

as novidades aprendidas na Europa. Aqui, elas atingiram as classes mais cultas e despertaram anseios de liberdade e independência em relação à Portugal.

Outros dois fatos importantes contribuíram para endossar as aspirações de liberdade e impulsionaram a uma tomada de posição:

- a) A Revolução da Independência Americana, de 1776;
- b) A Revolução Francesa, de 1789.

Tendo esses fatos como pano de fundo, no final do século 18 e início do século 19, seguiu-se uma onda de insurreições e revoluções contra o regime colonial até a independência em 1822.⁴³

Uma característica importante é que o movimento iluminista, no Brasil, não foi anticlerical, isto porque, de um lado, a elite brasileira era composta pelo clero que tinha estudado na Europa e, de outro, era o clero que estava à frente dos movimentos revolucionários. Como, por exemplo, o padre Toledo e Melo, um dos líderes e financiadores da Inconfidência Mineira. Os carmelitas estavam à frente da Conjuração Baiana. A Revolução Pernambucana ficou denominada como a revolução dos padres e, na Independência, frei Caneca comandou a Confederação do Equador.

Com esses movimentos, começa um processo de desmitização da cristandade. No caso do Brasil, a Coroa portuguesa, que era a protetora, passa a ser vista como opressora. Se a proteção exigia fidelidade, a opressão gerava, no outro extremo, a luta pela liberdade e pela independência.

3.1.3

O seminário de Olinda

As reformas do ensino introduzidas por Pombal tiveram, no seminário de Olinda, fundado em 1800, uma aplicação concreta, com métodos pedagógicos inovadores para a época. Seu fundador, Dom José Joaquim da Cunha de Azevedo Coutinho (1799-1806), quis que os alunos recebessem ‘conhecimentos úteis’ em vez de uma formação filosófica abstrata e assumissem uma postura mais crítica diante

⁴³ Inconfidência Mineira, em 1789; Conjuração do Rio de Janeiro, em 1794; Conjuração Baiana, em 1798; Revolução Pernambucana, em 1817.

da realidade da terra e de seu povo. O pároco devia assumir diante de seus fiéis uma atitude de orientador espiritual e educador cultural.

Nas diretrizes que deu ao seminário, dom Azevedo Coutinho afirmava:

A América é o tesouro do mundo, o Brasil é o tesouro da América. É um montão de riquezas, consideradas por todos os lados. As ciências naturais estarão ali como no seu elemento. As despesas intensas que se têm feito e se fazem, por mar e por terra, até mesmo com desperdício das vidas dos homens, para se descobrirem os segredos da natureza, ali serão ganhadas. O pároco instruído nas ciências naturais fará tudo.⁴⁴

A respeito do “novo padre” a ser formado no Seminário de Olinda, enfatizando a missão de desbravador e cientista, típica do vigário do interior, se expressa assim:

O pároco, principalmente rural ou do sertão, em razão de seu ofício, há de procurar uma e muitas vezes as suas ovelhas espalhadas pelas brenhas, pelas matas, pelos campos e pelos desertos. Onde quer que habite a sua ovelha ele viverá com ela. Nessas continuadas jornadas para muitas e diversas partes, repetidas vezes ao ano, em muitas vezes por caminhos nunca trilhados, ele verá quase sempre objetos novos e variados, ele examinará por si mesmo os produtos da natureza em todas as estações do ano: o animal, o mineral, o vegetal, a planta, a raiz, a flor, o fruto, as sementes, tudo será analisado.⁴⁵

Segundo dom Azeredo Coutinho, o pároco devia servir de ponte entre o mundo científico das academias e a população pobre do interior.

Todos estes e outros muitos prodígios da natureza, descobertos só por ela mesma, o pároco, instruído nas ciências naturais e no desenho, saberá descrever cientificamente, e os saberá ver aos sábios; ele os desenhará como mestre, com as mais vivas cores de que os revestiu a natureza, ele os fará conhecer até daqueles que apenas têm olhos.⁴⁶

O conhecimento das ciências físicas e naturais constituía a formação básica do sacerdote, transformado agora em mestre popular:

⁴⁴ AZZI, Riolando. **A crise da cristandade colonial e o projeto liberal**. v. II. São Paulo: Paulinas, 1991. p. 76.

⁴⁵ Ibid. p.77.

⁴⁶ Ibid.p. 77.

Como hidráulico e geômetra, ele ensinará aos seus paroquianos a abrir canais, a conduzir as águas às suas lavouras, aos seus campos e às suas minas, ele lhes ensinará a represá-las e levá-las às maiores culturas. Como físico instruído nas leis do mecanismo, ele lhes ensinará a aumentar as forças por meio de máquinas, não só simples, mas também compostas. Como geógrafo inteligente, ele descreverá a extensão de sua paróquia, não só quanto às confrontações e dimensões, mas também quanto à natureza de que é ou não capaz o seu terreno, e o para que é mais ou menos próprio.⁴⁷

Em síntese, o pároco idealizado pelo Iluminismo deveria ser um homem totalmente aberto às novas perspectivas da cultura moderna, imbuído das ideias filosóficas da razão e da ciência, e transformado em seguida em importante guia e orientador do povo, a fim de que este, sob sua orientação, pudesse também começar a trilhar os novos caminhos do progresso.

No Brasil, o movimento Iluminista não teve o caráter anticlerical que o marcou em vários países da Europa. A intelectualidade brasileira foi marcada pelo pensamento liberal difundido pelos enciclopedistas franceses (Diderot, D'Alembert, Rousseau, Montesquieu). Foi de fato o pensamento francês que desencadeou, nos centros urbanos coloniais, os movimentos em favor da liberdade e da independência, conhecidos com o nome de Inconfidência Mineira, em 1789, de Conjuração do Rio de Janeiro, em 1794, e de Conjuração Baiana, em 1798. Mas o momento mais expressivo dessa influência liberal vinda da França foi, sem dúvida, a Revolução Pernambucana de 1817. Já no Império, a Confederação do Equador. Esses movimentos se levantam contra a evasão das riquezas da colônia para a metrópole. Era chegado o tempo de acordar e levantar para construir a pátria brasileira.

Nesse tempo marcado por um sentimento de construir a pátria brasileira temos as insurreições que são elas:

a) Inconfidência Mineira em 1789: É a revolução dos ricos contra a opressão fiscal de Portugal. O padre Toledo e Melo era um dos maiores mineradores de São João Del Rei. O único conspirador pobre era mesmo Tiradentes.

b) Conjuração do Rio de Janeiro em 1794: A Conjuração do Rio de Janeiro (ou carioca) foi o nome pelo qual ficou conhecida a repressão de uma associação de intelectuais que se reuniam, no Rio de Janeiro, em torno de uma sociedade literária, cujos membros se reuniam para discutir assuntos filosóficos e políticos.

⁴⁷ Ibid. p. 77-78.

c) Conjuração Baiana em 1798: No movimento revolucionário da Bahia de 1798, houve não apenas o sonho da criação de uma sociedade democrática, mas até o esboço de criação de uma Igreja nacional. Um escrito da época diz:

O povo Revdo. Em Christo Padre Prior dos Carmelitas Descalços e para o futuro geral e chefe da Igreja baianense; segundo a secção do plebiscito de 19 do corrente quer e manda o povo que seja feita a sua revolução nesta cidade, por consequência de ser exaltada a bandeira da igualdade, liberdade e fraternidade popular, portanto, manda que todo sacerdote regular e irregular assim o aprove e o entenda Vive e reina. Bahia Republicana, 20 de agosto de 1798. Anônimos Republicanos.⁴⁸

A esse respeito, comenta Luís Henrique Dias Tavares:

Os documentos mostram que os homens de 1798 não eram contra a Igreja; queriam sim, uma Igreja desligada do Vaticano, separada do Estado, uma Igreja que não se envolvesse com questões políticas e que fosse, além de tudo, nacional. Mas, se havia um clero absolutista, havia outro simpático às idéias liberais, republicanas e democráticas. Assim, alguns chegaram a participar do movimento. Destacaram-se os carmelitas, que aparecem, nas declarações anotadas nos Autos do processo, como tradutores de livros franceses proibidos. Estavam envolvidos nas conspirações dos Cavaleiros da Luz, queriam escolher o chefe da Igreja.⁴⁹

A ideia de fundação de uma Igreja baiana inspira-se na doutrina/teologia episcopalista de origem galicana. O fundamento dessa doutrina foi estabelecido em princípios do século XVIII pelo belga Zeger Bernard Van Espen, falecido em 1728. Esse teólogo negava ao bispo de Roma o primado de jurisdição sobre a Igreja, procurando reforçar o poder dos colégios episcopais. Segundo ele, nos primeiros séculos, a Igreja era governada por um colégio de bispos, em que todos tinham direitos iguais, cabendo ao bispo de Roma apenas o primado de honra.

As teses episcopalistas foram reforçadas por Nicolau Von Hontheim (Febronius Iustinus), que fora discípulo de Van Espen e escreveu uma obra *De Statu Ecclesiae et legitima potestate Romani Pontificis liber singularis.*, onde condenava o sistema eclesiástico de governo monárquico. Segundo Von Hontheim, o supremo poder da Igreja estava na comunidade cristã, da qual o pontífice romano era apenas

⁴⁸ Ibid. p. 193.

⁴⁹ TAVARES *apud* AZZI, 1991, p. 193-194.

um delegado. A origem do poder era a própria comunidade dos fiéis fundada por Cristo.

A obra de Von Hontheim, publicada sob o pseudônimo de Justinus Febronius, teve ampla difusão e o termo febronianismo passou a designar o próprio episcopalismo, com seu sabor galicano e jansenista.

Aqui no Brasil, uma das consequências da doutrina episcopalista foi maior afirmação do poder dos bispos, não faltando também esboços de Igrejas locais autônomas.

d) Revolução Pernambucana em 1817: Movimento com tendências autonomistas e republicanas. Foi reprimido pelo governador da Bahia a mando de D. João VI. Houve execuções e suicídios. Foi executado o padre João Ribeiro, um dos líderes da revolução e sua cabeça ficou exposta por dois anos em praça pública. A revolução pernambucana ficou denominada de revolução dos padres pela notável influência que os padres tiveram sobre o povo.

No começo do século XIX, chegam as Brasil as ideias libertárias francesas, que foram estimuladas pela situação política e econômica opressiva.

Em Pernambuco, o seminário de Dom José Joaquim de Azeredo Coutinho divulgava novas ideias. O padre carmelita e naturalista Arruda da Câmara fundou o chamado Areópago de Itambé.

c) Confederação do Equador em 1824: A confederação do Equador surge como resposta ao autoritarismo de D. Pedro I. A Confederação do Equador seria um novo Estado, congregando o Norte-Nordeste, e cada província manteria sua autonomia, num regime federalista e republicano, como governo representativo. A organização do governo foi planejada por frei Caneca⁵⁰, que era inimigo nº 1 do Imperador e foi fuzilado em 1824.

Resumimos, portanto, a crise da cristandade como um movimento que: questiona a autoridade sagrada do monarca; apresenta um clero ilustrado, uma forte exaltação da razão e confiança no homem com o crescimento de uma elite letrada com consciência crescente de liberdade na colônia e uma presença liberal, na qual se nega a origem divina do poder e afirma que o povo é a fonte do poder.

Em relação ao Brasil, apresentamos outros fatores como a expulsão dos jesuítas e o fechamento dos colégios, o clero vai estudar na Europa. Aqui em terras

⁵⁰ Sobre Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, ver: História da Igreja no Brasil, tomo II/2, Segunda Época, séc. XIX, p. 131-139.

brasileiras não podemos afirmar que o liberalismo foi anticlerical, isto porque, em parte, a elite intelectual brasileira desse período era o clero. O clero foi o primeiro a beber das "luzes" e da doutrina liberal. O próprio clero participou nas insurreições, principalmente na revolução pernambucana, em 1817, e na Confederação do Equador, em 1824. Mas, nesse período, temos uma forte multiplicação de lojas maçônicas e difusão de ideais iluministas e liberais; surgimento das academias a partir da metade do século XVIII - Bahia, Pernambuco, Rio, São Paulo. O seminário episcopal de Olinda, fundado em 1800 por D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, foi uma das instituições importantes na transmissão da cultura iluminista para o clero. O seminário foi um centro de difusão do iluminismo e inspirava-se no espírito da reforma pombalina. Assim, nasce um novo modelo de pároco: o pároco iluminista que devia apresentar-se diante de seus fiéis como um orientador e educador cultural. Ele teria a missão de desbravador e cientista.

No final do século XVIII e início do século XIX, os franciscanos do Rio e de São Paulo, como também outras ordens religiosas, já haviam adaptado seus currículos de seminário às novas orientações pombalinas.

3.1.4

Na América Latina

O que se passa na América latina nesse mesmo período, sobretudo entre 1810 e 1825?

À medida que o Iluminismo penetrou na América espanhola a partir de meados do século 18, nasceram também aspirações revolucionárias anticolonialistas e ideais de independência entre os latino americanos. Entre 1808 e 1810, enquanto a atenção da Espanha volta-se para as tropas francesas que invadiram a Península, nas colônias da América aumentam os focos revolucionários que preparam o terreno para a Independência. De 1810 até 1825, fervilham as independências e os novos estados nacionais aderem ao regime republicano e liberal, como se pode observar no mapa a seguir⁵¹.

⁵¹ REZENDE, Antônio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. *Rumos da história: nossos tempos*. O Brasil e o mundo contemporâneo. V. 3, São Paulo: Atual, 1996. P. 54.

De modo geral, a Igreja apoiava os movimentos revolucionários e em muitas colônias foi decisiva no processo de emancipação. À medida que os novos estados se consolidavam política e ideologicamente, sobrevieram também as tensões e o estado liberal, em muitos casos, promoveu uma política hostil à Igreja. Não nos é possível analisar a presença da Igreja na formação de cada estado latino americano, vamos inclinar a nossa atenção para o Brasil e analisar como a Igreja reagiu contra o regalismo imposto pelo regime imperial de dom Pedro I.



Figura 3: Divisão Política e Independência da América Latina

3.2.

O movimento de reforma na Igreja do Brasil

Diferentemente das colônias espanholas que, pelo menos em tese, com a independência se converteram em Repúblicas e governos democráticos, o Brasil transforma-se em Império e se instala o regime monárquico no País. É o Império do Brasil comandado por dom Pedro I, mas a estrutura de governo imperial mantém-se muito semelhante à de Portugal, principalmente no que se referia às questões eclesiásticas. Agora era o regime de padroado brasileiro. A Igreja continua serva, porém serva e dependente do Império do Brasil.

O que mudou em relação à Igreja? Com efeito, a relação Igreja-Estado pouco mudou. O catolicismo permaneceu a religião oficial do Império. A Igreja continuou subordinada em função do regime de padroado com uma única diferença: não mais subordinada ao padroado português, mas subordinada ao padroado brasileiro, seguindo praticamente as mesmas práticas quando era subordinada ao padroado português.

Embora uma parcela significativa do clero tenha aderido às ideais iluministas, liberais e racionalistas, os bispos, na sua maioria, eram portugueses, permaneciam fiéis à defesa da ordem estabelecida apoiando incondicionalmente a união entre o Trono e o Altar. Para eles, o melhor regime era a monarquia, pois ao Estado cabia não só a manutenção da Igreja, mas principalmente sua proteção, favorecendo o regalismo, por mais que, a participação da Coroa nas questões eclesiásticas fosse indesejada por alguns.

3.2.1

O movimento Regalista

O movimento reformista regalista e liberal ganha fôlego com a independência e mantém-se ativo até o fim das Regências, início de 1840. Trazendo para si a responsabilidade de manter a Igreja e a Religião católica, o governo imperial tenta promover uma ampla reforma da Igreja inspirada nas ideias filosóficas e liberais da Revolução Francesa ao estilo galicano.

Desde os primeiros anos, emergem tendências de reforma da Igreja no governo imperial. Essas tendências eram marcadas por um forte galicismo, fortalecendo a ideia de uma Igreja nacional cada vez mais distante das diretrizes de Roma.

Outra questão que reforçava e dava mais fôlego aos ideais reformistas era a presença, na Assembleia, de um número expressivo de padres simpatizantes com ideias regalistas e liberais, defensores de uma Igreja católica nacional sob o comando do governo imperial brasileiro e apenas formalmente ligada a Roma. “Dos cem deputados na Assembleia de 1823, quase um quarto eram eclesiásticos”⁵². Eram os “padres liberais” e formavam o grosso da intelectualidade brasileira. Um dos grandes expoentes foi o padre Diogo Antônio Feijó, deputado pela Província de São Paulo.

Segundo Augustin Wernet⁵³, foi a partir do ano de 1827 que o debate sobre a reforma clerical ocupou espaço em nível parlamentar e “tomou a forma de um confronto entre ‘conservadores ultramontanos’ e ‘regalistas liberais’”.

Quais eram as propostas dos reformistas liberais? Os reformistas liberais propunham

- a) A supressão das ordens religiosas;
- b) A abolição dos privilégios eclesiásticos;
- c) Fechamento dos noviciados;
- d) Fim dos frades e freiras;
- e) A restrição à entrada de religiosos estrangeiros;
- f) A abolição do celibato eclesiástico;
- g) A criação de um Presbitério;
- h) A criação de uma Caixa Eclesiástica;
- i) Uma Constituição Eclesiástica;
- j) Um Concílio Nacional;
- k) Uma Igreja nacional;
- l) Distanciamento de Roma.

⁵² MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. t. 2, período imperial e transição republicana. São Paulo: Paulinas, 2002. p. 46.

⁵³ WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX**. A reforma de d. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987. p. 81.

O Concílio seria a coroação e a implantação definitiva da reforma regalista.

Todavia, não foi esse o desfecho para os reformistas regalistas. Nem a Constituição Eclesiástica nem o Concílio Nacional concretizaram-se. A oposição entre liberais regalistas e conservadores ultramontanos aumentava, inclinando a vantagem para estes últimos. Segundo Augustin Wernet⁵⁴, “a regência de Feijó marca a última tentativa de implantar uma reforma da Igreja e do clero conforme os princípios do ‘catolicismo iluminista’ e do ‘liberalismo regalista’”.

O fim da Regência e a ascensão de dom Pedro II ao trono mudam a orientação política do país.⁵⁵ Redesenha-se também uma nova configuração religiosa católica marcada pelo predomínio de conservadores e defensores da monarquia. No Segundo Império, os defensores do catolicismo conservador ganham continuamente força e progressivamente vão se alinhando e conduzindo o catolicismo brasileiro às orientações romanas. É o início do processo de romanização da Igreja do Brasil.⁵⁶

Com efeito, faz-se necessário lembrar a estrutura política do Império para compreender bem esse contexto:

- a) Primeiro Reinado (1822-1831) - abdicação de D. Pedro I;
- b) Período Regencial (1831-1840);
- c) Segundo Reinado (1840-1889).

O período regencial foi conturbado e marcado por revoltas de norte a sul do Brasil.

- d) Guerra dos Farrapos (1835-1845).
- e) Em 1839, Giuseppe Garibaldi proclamou a República Juliana/Catarinense, em Laguna;
- f) Sabinada na Bahia (1837-1838);
- g) Setembrada, Novembrada e Abrilada (1831-1832, em Pernambuco);
- h) Balaiada (1838-1840, no Maranhão);

⁵⁴ Ibid. p. 85.

⁵⁵ Os primeiros vinte anos do Segundo Reinado (1840-1860) marcam o apogeu do Império. Nesse período teve início a industrialização, a construção de ferrovias, a instalação do telégrafo. É um período de fortes discussões em torno da escravatura.

⁵⁶ O movimento de reforma católica é chamado também de romanização ou ultramontanismo. A Igreja do Brasil adere às diretrizes de Roma, se aproxima cada vez mais de Roma sob a égide de fidelidade incondicional ao Papa.

- i) Cabanagem (1835-1840, no Pará).

3.2.2

O Movimento Católico Conservador

O movimento reformador e conservador foi liderado pelos bispos. Cronologicamente, situamos o início desse processo na década de 1840 do século XIX. A historiografia eclesiástica, considera o Concílio Plenário Brasileiro, realizado em 1939, como fechamento do processo de reforma. Acreditamos, porém, que o processo estende-se para além do Concílio Vaticano II, em 1962-1965, adquirindo, a partir deste, uma nova dimensão. É um tempo de longa duração e marca o início de uma nova mentalidade do episcopado que progressivamente se expande por todas as dioceses numa linha vertical-clerical e que, a partir de 1920, se desloca também para a linha horizontal-laica.

Segundo Augustin Wernet⁵⁷, o início do movimento de reforma do catolicismo, no Brasil, está ligado diretamente aos Padres da Missão (lazaristas) que vieram ao Brasil, entre 1810 e 1819, para pregar missões populares e ocupar-se da educação católica nos colégios e seminários. Mas é na década de 1840 que o movimento se intensifica, quando Antônio Ferreira Viçoso, um padre lazarista português que chegou ao Brasil em 1819, por decreto imperial, é nomeado bispo de Mariana, em 1844, permanecendo à frente da diocese por 31 anos. Para Riolando Azzi⁵⁸, Dom Antônio Ferreira Viçoso “sem dúvida pode ser considerado o modelo dos bispos reformadores do Brasil”.

Nesse período, ao lado de dom Viçoso, destaca-se a atuação de dom Romualdo Antônio de Seixas (1827-1860), arcebispo da Bahia, de dom Antônio Joaquim de Melo (1852-1861), bispo de São Paulo e de dom Antônio de Macedo Costa (1860-1890), bispo de Belém do Pará. Surgem, assim, vários centros de difusão do movimento reformador. Esses bispos enviavam os melhores seminaristas para estudar em Roma e beber das mais puras fontes da ciência católica e eclesiástica e entrar em sintonia com o pensamento tridentino. Mais tarde, a

⁵⁷ WERNET, 1987, p. 96.

⁵⁸ AZZI, Riolando. **O altar unido ao trono: um projeto conservador**. v. III. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 31.

maioria desses seminaristas tornou-se bispos, dando continuidade ao movimento reformador do catolicismo e da Igreja.

Qual era o objetivo dos bispos? O que eles queriam reformar? Os bispos desse período têm objetivos ou metas bem claras: reformar o clero e o povo.

3.2.2.1

A reforma do clero

A ação reformadora dos bispos começa com a reforma do clero nos moldes das orientações tridentinas. Eles detectam que a existência dos graves problemas que afetavam o clero, entre os quais a decadência moral e cultural, devia-se às condições precárias na qual eram formados. Como vimos na unidade anterior, não havia uma diferença precisa entre a formação para a vida eclesiástica e a formação profissional laica. O clero tradicional não recebia uma formação adequada para as funções que deveria exercer. Se havia um clero desviado de sua missão, era porque não recebia uma educação aprimorada e era formado em ambientes não propícios a ela. Para resolver esse problema, os bispos encontraram duas saídas: fundação e renovação de seminários e imposição de rígido regimento disciplinar. O seminário, portanto, tornou-se a pedra basilar da reforma do clero.

A fundação ou a restauração de seminários seguia as orientações do Concílio de Trento que primava pela reclusão e pela busca de perfeição e santidade. O seminarista ou o candidato para o sacerdócio ou mesmo o padre já formado devia viver segregado do mundo e continuamente buscar a perfeição e a santidade. O objetivo era formar um clero distante da vida mundana e política, ocupado e dedicado com as coisas da Igreja. O padre devia ser um homem de Deus a serviço da Igreja. Para isso, foi estabelecido rígido regulamento em cada seminário. O regulamento ditava como devia ser o comportamento do seminarista no seu cotidiano, do levantar ao deitar e até como o candidato ao sacerdócio ou o padre já formado devia trajar-se e como devia ser o traje eclesiástico.

Embora tivessem metas e objetivos claros, a ênfase e a prioridade dada a cada bispo para a formação do clero era diferente. Para dom Viçoso, o seminário devia ser o lugar da disciplina, do silêncio e do recolhimento, um lugar voltado para a espiritualidade. O padre devia ser um homem de Deus.

Dom Antônio Joaquim de Melo conduz o processo de reforma do clero paulista através de uma linha mais disciplinar e jurídica. No regulamento do clero sobressai o tom duro, proibitivo e ameaçador. Ele queria um clero disciplinado, que observasse e cumprisse as leis eclesiais e guardasse a ordem.

Dom Antônio de Macedo Costa prioriza a formação intelectual do clero nortista. A formação do clero não poderia ficar restrita somente às ciências teológicas, mas englobar também outras ciências e áreas do conhecimento humano. Ele acreditava que a formação científica poderia apressar o processo de renovação do clero e da Igreja.

Um segundo aspecto de grande importância, senão o mais importante no ideário reformador de dom Macedo Costa, é a luta pela liberdade da Igreja. Desde o início de seu episcopado, ele vai lutar decididamente pela liberdade e independência da Igreja diante do poder civil. Na sua concepção, o movimento de reforma da Igreja e do catolicismo só teria êxito se a Igreja se desvinculasse do poder civil e da estrutura do padroado regalista e se livrasse da dependência econômica e pastoral imposta pelo Império. Então, Dom Macedo defende a liberdade da Igreja através da independência dos dois poderes, Igreja e Estado, ambos devem ter atribuições específicas. Ao Estado compete zelar pelos negócios temporais, à Igreja compete zelar pelos negócios espirituais. O Imperador se preocupa com a administração do Estado. Com a administração da Igreja preocupam-se os bispos, orientados pelo papa e pelas diretrizes romanas. Deve, no entanto, haver respeito mútuo no exercício das atribuições de cada um.

Um terceiro aspecto do ideário restaurador de dom Macedo Costa é a unidade episcopal. O isolamento dos bispos foi marcante durante a época colonial até a primeira metade do século XIX. Dom Macedo via que o movimento reformador teria pouca chance de êxito se fosse uma ação isolada e reduzida de poucos prelados espalhados por todo o país. Para que isso não ocorresse, ele costurou uma rede de contatos e relações constantes entre os dois eixos Mariana-São Paulo e Belém-Bahia. Isso fez com que as metas e os objetivos do movimento se tornassem comuns e se cultivasse um vínculo de amizade e unidade pastoral entre os bispos.

A luta pela liberdade e independência da Igreja, diante do poder civil, não significava de maneira alguma a negação do Estado nem a negação do poder ou regime monárquico. O que se queria era uma definição de limites entre o poder

temporal e o poder espiritual sem renegar a colaboração mútua entre ambos. Dom Macedo Costa e todos os bispos desse período defendiam com veemência o Império, a monarquia como regime ideal e a religião (Igreja) como sustentáculo do Trono e fundamento da ordem social. Com funções distintas, a Igreja continuava sendo a fiel colaboradora do Estado. Os bispos defendiam o sistema de governo monárquico porque viam nele uma garantia de segurança do catolicismo e da Igreja na sociedade. Na concepção paradoxal dos bispos, o Imperador devia ser o protetor da religião e da Igreja, todavia sem se intrometer em seus assuntos internos.

A luta pela liberdade da Igreja chega a seu ápice em 1870, quando dom Macedo Costa volta do Concílio Vaticano I. Influenciado pelas decisões conciliares, ele enrijece sua posição diante do governo, provocando complicado conflito com a maçonaria, que resultou na conhecida Questão Religiosa (1872-1875), um conflito violento e visceral entre bispos e irmandades, Império e Santa Sé. Destacaram-se, nesse conflito, Dom Macedo Costa, bispo do Pará, e Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, bispo de Olinda. Numa atitude de coerência e de alinhamento com as diretrizes romanas, com o Concílio Vaticano I e com as ordens de Pio IX, esses bispos querem expulsar das irmandades os membros maçons. A reação foi imediata e violenta. Os bispos foram presos, julgados e condenados a quatro anos de prisão. A prisão dos bispos abalou as relações com a Santa Sé.

3.2.2.2

A reforma do povo

Concomitante ao processo de reforma do clero, os bispos preocuparam-se com a renovação espiritual do povo, através de uma ação pastoral mais efetiva. Nesse empreendimento, usaram três estratégias:

- a) Visitas pastorais;
- b) Santas missões e
- c) Implantação de novas devoções e associações religiosas.

As visitas pastorais eram recomendações do Concílio de Trento. Na época colonial, os bispos também faziam visitas pastorais, porém eram mais escassas e de cunho mais político-administrativo do que pastoral ou espiritual. No Segundo Reinado, há uma consciência muito grande da necessidade de visitas pastorais com

forte ênfase na renovação espiritual e moral do povo. O grande objetivo das visitas era conhecer o povo e renová-lo espiritualmente ou “conhecer-vos e de vós ser conhecido”, no dizer de Dom Joaquim de Melo⁵⁹.

As visitas pastorais eram também um instrumento para renovar o próprio clero, principalmente das regiões interioranas distantes da sede da diocese. Por ocasião da visita pastoral, a paróquia toda era exortada, instruída nas verdades da fé e convocada a aderir às novas diretrizes oficiais da diocese. Dom Joaquim de Melo, durante os nove anos a serviço da diocese de São Paulo, gastou quase quatro anos (45 meses) em visitas pastorais. Os bispos passavam meses ausentes da sede da diocese visitando freguesias (paróquias) e vilas.

Outro instrumento importante no processo de reforma foram as santas missões. Normalmente, eram confiadas às congregações religiosas vindas da Europa, dentre as quais destacaram-se os lazaristas, os jesuítas e os capuchinhos. A finalidade era instruir o povo nas verdades da fé, incentivá-lo a receber com frequência os sacramentos, principalmente a confissão e elevar o nível moral, combatendo os vícios e renovando os costumes. No livro “O Altar unido ao Trono”, de Riolando Azzi⁶⁰ lemos:

A tônica constante dessas missões populares era a afirmação da primazia dos valores do espírito sobre o corpo, visando à moralização dos costumes. Os missionários procuravam mostrar com cores vivas a hediondez dos pecados da carne, e ao mesmo tempo os castigos divinos reservados à transgressão dos princípios morais com relação à sexualidade. Ao término de vários dias de pregação chegava-se ao ponto alto das missões, com práticas de penitência, numerosas confissões de pecados, regularização de uniões naturais ou puramente legais pelo sacramento do matrimônio, e eventualmente imposição de separações nos casos de uniões consideradas ilícitas.

Ao lado da pregação dos valores morais e espirituais, as santas missões eram também um instrumento de implantação de novas devoções e associações religiosas populares. Para os bispos reformadores, a religiosidade popular brasileira, herdeira da tradição religiosa lusitana, pautada nas devoções e festas comandadas por leigos, passa a ser vista e considerada como fanatismo e superstição porque se desenvolveu

⁵⁹ WERNET, 1987, p. 119.

⁶⁰ AZZI, Riolando. **O altar unido ao trono: um projeto conservador**. v. III. São Paulo: Paulinas, 1992. p. 31.

distante e fora do alcance da hierarquia num mundo desprovido de cultura e dominado pela ignorância. Assim, a religiosidade popular era uma deturpação da verdadeira religião enquanto a verdadeira religiosidade era a que emanava do culto oficial, orientada pelas normas da Igreja e seus agentes. O catolicismo do povo estava justamente longe do culto oficial e do que preconizava a Igreja.

Na tarefa de reformar e renovar a religiosidade popular, a atuação das congregações religiosas foi crucial e de grande importância. A elas deve-se boa parte do êxito do processo de reforma do catolicismo. Com o apoio dos bispos, as congregações vão implantando novas devoções alinhadas ao catolicismo oficial e romano, tais como a devoção ao Sagrado Coração de Jesus, a propagação do culto a Nossa Senhora, sobretudo a partir da proclamação do Dogma da Imaculada Conceição por Pio IX, em 1854.

A implantação de novas devoções e de novas associações religiosas, como o Apostolado da Oração e outros tipos de associações laicas, seja de cunho eucarístico ou mariano, vão abrir uma frente de tensões entre o povo e a hierarquia. Essas novas devoções e associações oficiais vão tomando, aos poucos, o poder, o espaço e o lugar ocupado pelas irmandades e confrarias tradicionais. As novas devoções iniciam um processo de decadência das irmandades e confrarias, cuja característica era a laicidade. O catolicismo laico e tradicional das irmandades foi sendo substituído por um catolicismo de cunho clerical e centralizador. Onde predominava a liderança leiga, agora predomina a liderança do padre.

Resumindo, o movimento de reforma católica significou:

- a) A implantação definitiva de Trento no Brasil;
- b) Esforço de modernização das estruturas da Igreja;
- c) A busca de autonomia na esfera espiritual;
- d) A busca de liberdade frente à ingerência do poder civil;
- e) Fidelidade à Santa Sé;
- f) Fortalecimento do poder dos bispos;
- g) Afastamento da cultura luso-brasileira;
- h) A formação de um clero mais instruído, preocupado com a Igreja e segregado do mundo;
- i) “Desaparecimento” do clero revolucionário;
- j) Afastamento do clero da política e
- k) Implantação de um novo modelo de Igreja afinado com Roma.

3.3

Igreja e República no Brasil

De uma maneira geral, os historiadores concordam que o período compreendido entre 1870 e 1889 assinala o “declínio” do Império. Os principais fatores são: a abolição da escravidão; a ascensão econômico-social da burguesia cafeeira do oeste paulista; reflorescimento do ideal republicano a partir de 1870/73; término da Guerra do Paraguai (1865-1870); a ampliação e organização do exército; envolvimento da cúpula militar com os ideais republicanos; a ampliação dos quadros médios da sociedade: fenômeno decorrente da modernização e urbanização por que passava a sociedade brasileira desde os meados do século; a “questão religiosa”, resultado dos conflitos entre a Igreja e o Estado, desdobramento lógico do regime de padroado e da excessiva interferência do estado em assuntos de ordem religiosa.

Para compreender essa transição, apresentamos uma lista de datas que se fazem importantes:

- a) 1889-1891 – Governo Provisório, Marechal Deodoro da Fonseca
- b) 1891-1894 – Marechal Floriano Peixoto
- c) 23 de dezembro de 1891 renúncia de Deodoro
- d) 24 de fevereiro de 1891 foi promulgada a Constituição Republicana
- e) 1894-1898 - Prudente de Moraes

Algumas correntes políticas e religiosas faziam-se presentes também nesse contexto como por exemplo: Liberalismo e positivismo: ideologias dominantes na Europa às quais a elite brasileira adere e torna-se ‘estrangeira’ na sua cultura (a belle époque); o socialismo; o protestantismo e o espiritismo.

Nesse período, no Brasil, não podemos esquecer a imigração e a vinda de ordens religiosas europeias, bem como a sucessão pontifícia os seguintes Papas:

- a) Leão XIII (1878-1903);
- b) Pio X (1903-1914);
- c) Bento XV (1914-1922)
- d) Pio XI (1922-1939).

No Brasil, em 1889, com 14 milhões de habitantes, a Igreja possuía: 700 padres seculares; 12 dioceses; 13 bispos e 9 seminários. Era, portanto, uma situação

extremamente desfavorável, mesmo em comparação com outras nações do continente americano.

A República, proclamada no dia 15 de novembro de 1889, nasce e se implanta sob o signo liberal do laicismo orientada pela ideia de liberdade, progresso e modernidade. O jornal “Gazeta da Tarde”, do Rio de Janeiro, daquela data dava a seguinte notícia: "A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode-se considerar finda a monarquia [...] foi o exército que operou esta magna transformação [...] assim desaparece a única monarquia que existia na América⁶¹. O Estado é laico, secular e não necessita da Igreja e da religião para se organizar. Isso significou a exclusão da hierarquia eclesiástica da participação no poder político da nação e exclusão da Igreja como aparato ideológico do Estado. A República impõe a retirada da Igreja da vida pública do Estado. O catolicismo deixa de ser a religião oficial do Estado e passa a ser tratado de modo igual às demais religiões em virtude da liberdade de culto. Foi o início de uma nova era para a Igreja, à qual não estava preparada.

3.3.1

Crises e tensões da separação

Num primeiro momento, os bispos simpatizam com a ideia de liberdade e reafirmam a fé católica. Afinal, liberdade para a Igreja era o que eles vinham reivindicando perante o Império. Agora, porém, o problema era o que fazer e como fazer com essa liberdade.

Passada a “euforia” do primeiro momento e tendo sentido o verdadeiro impacto do que era o regime republicano, sobreveio a reação negativa, constrangimento e dificuldade de se adaptar ao novo contexto político. O período seguinte, que vai de 1890 até 1910, será penoso para a Igreja diante dos desafios que a nova ordem política cria no país. Será um momento de insegurança, mal-estar, desconfiança com o novo regime e de preocupações, inclusive financeiras, advindas da perda do apoio do Estado.

Dois documentos, da parte do episcopado, marcam a tensão da separação entre Estado e Igreja:

⁶¹ MATOS, 2002. p. 251.

- a) A Carta de dom Macedo Costa a Rui Barbosa, seu ex-aluno na Bahia e agora ministro da Fazenda, datada de 22 de dezembro de 1889⁶².

Apresenta-se, para compreendermos melhor o contexto, trechos da carta de Dom Macedo Costa a Rui Barbosa, tratando da separação entre Igreja e Estado.

Paineiras, 22 de dezembro de 1889.

[...]Portanto, em tese, só a verdadeira Religião tem direitos de ser professada por todos os povos e por todos os governos. O erro, como a mentira, como o mal, não pode ter direito algum.

[...] Mas se o Governo Provisório está resoluto a promulgar o decreto; se é inevitável e intransferível, ao menos, atenda-se o mais possível aos direitos da Igreja, mantenha-se e respeite-se a sua situação adquirida entre nós há cerca de três séculos.

Uma cousa são direitos, outra cousa são privilégios. O direito de propriedade, por exemplo, nos deve ser garantido como aos dissidentes. É evidente que, sob color e pretexto da liberdade religiosa, não devemos ser esbulhados.

Não fiquem livres e protegidos no exercício de seus cultos só os acatólicos, como até aqui tem sucedido; dê-se a mesma liberdade e proteção aos católicos.

Quebrem-se nos pulsos de nossa Igreja as algemas do *Regalismo*; acabe-se com os tais *Padroados*, *exequatur*, *beneplácitos imperiais*, *apelos como de abuso* e outras chamadas *regalias majestáticas*, que tanto a oprimiam e aviltavam.

Liberdade para nós, como nos Estados Unidos! Não seja a França (de Gambeta e de Clemenceau) o modelo do Brasil; mas a grande União Americana!

- b) A Carta Pastoral dos Bispos, datada de 19 de março de 1890 (EPISCOPADO BRAZILEIRO ao Clero e aos Fieis da Igreja do Brazil, 1890).

Na carta a Rui Barbosa, Dom Macedo Costa negocia o decreto de separação, defende a liberdade da Igreja e não quer a separação, mas união entre os dois poderes.

Na Pastoral Coletiva, os bispos declaram que o Império tinha ruído; a Igreja, porém, continuava firme, de pé, porque se mantinha fiel ao papa. Reagem contra o decreto de separação, explicam suas consequências e quais rumos a Igreja deve tomar daqui em diante. Eis alguns trechos:

⁶² LUSTOSA, Oscar de Figueiredo (org.). **A Igreja Católica no Brasil e o regime republicano**: um aprendizado de liberdade. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1990. p. 33-44.

Melindrosa, cheia de perigos, de immensas consequencias para o futuro, dignos Cooperadores e filhos muito amados, é a crise, que neste revolto periodo de sua historia, vai atravessando nossa patria. Crise para a vida ou para a morte. Para a vida, se todo o nosso progresso social fôr baseado na Religião; para a morte se não o fôr.

Acabamos de assistir a um espetaculo que assombrou o universo; a um d'esses acontecimentos pelos quaes dá o Altíssimo, quando lhe apraz, lições tremendas aos povos e aos reis: um throno afundado de repente no abysmo que princípios dissolventes, medrados à sua sombra, em poucos annos lhe cavaram!

Desappareceu o throno...

E o altar? O altar está em pé, amparado pela fé do povo e pelo poder de Deus. O altar está em pé, todo embalsamado com o odor do Sacrifício, sustentando a Cruz, sustentando o Tabernaculo, onde está o Thesouro dos Thesouros, o que ha mais puro no Cristianismo, centro radioso d'onde brotam incessantemente as enchentes da vida, da misericordia, da salvação [...] A causa que defendemos, dignos Cooperadores e Filhos muito amados, não é precisamente o da nossa fé catholica como tal, é a causa da Religião, é a causa de Deus. Queremos que a sociedade brasileira toda inteira, comprehendida sua parte dirigente, respeite a Religião, ame a Religião, não se separe da Religião, antes em seus actos publicos ou privados, se inspire nos dictames sagrados que ella impões à consciência.⁶³

As negociações com Rui Barbosa foram em vão, predominando os interesses da República. No dia 7 de janeiro de 1890, saiu o decreto n. 119^a, que determinava a separação total da Igreja e do Estado extinguindo o padroado. O artigo 4 diz: “Fica extinto o padroado com todas as suas instituições, recursos e prerrogativas”. Com a extinção do padroado, veio:

- a) A obrigatoriedade do casamento civil;
- b) A secularização dos cemitérios;
- c) Ensino oficial leigo;
- d) A retirada dos sinais religiosos das repartições públicas;
- e) A proibição do ingresso de eclesiásticos nas escolas públicas e nos hospitais.

Tudo isso representou um duro golpe para a Igreja, sobretudo em relação aos casamentos e aos cemitérios.

O ano de 1890 foi decisivo para o episcopado. Diante da nova situação já consumada, os bispos, liderados por Dom Macedo Costa começam agir com

⁶³ Carta Pastoral dos Bispos, datada de 19 de março de 1890. PASTORAL Collectiva. O Episcopado Brasileiro ao Clero e aos fieis da Egreja do Brasil. Rio de Janeiro, Typ. Montenegro, 1890.

realismo, pois o futuro da Igreja está na mão deles. Em março, o episcopado se reuniu em São Paulo. O encontro foi um fato histórico importante e resultou na Carta Pastoral Coletiva. É a primeira vez em toda a história da Igreja no Brasil que o episcopado se reúne e lança um documento comum.

3.3.2

Reorganização da Igreja

A partir da reunião de março, Dom Macedo Costa articulou um novo encontro dos bispos. O encontro aconteceu no mês de agosto, em São Paulo. O objetivo era a preparação de um Concílio Nacional que pudesse traçar os rumos da Igreja na realidade republicana. Para essa reunião, Dom Macedo preparou um documento preliminar intitulado “Memória para servir às discussões e resoluções nas conferências dos senhores bispos”, colocando alguns pontos para serem discutidos. Nesse documento, ele focaliza a união do episcopado entre si, com a Santa Sé e com o clero; recomenda o envio de seminaristas a Roma; que cada bispo tenha cuidado e zelo pastoral pelo seu rebanho; incentiva as missões e a vinda de congregações religiosas. Trata-se, na verdade, de um primeiro projeto para uma ação pastoral de conjunto e da necessidade de se consolidar o poder do episcopado e da Igreja num Estado considerado ateu.

A reunião aconteceu em agosto e projetou a realização de um Concílio Nacional e a criação de dioceses. Logo após o encontro, Dom Macedo Costa, já como Primaz do Brasil, viajou para Roma a fim de comunicar à Santa Sé os resultados da reunião e a necessidade de ampliar o número de dioceses. Em fins de 1890, estava de volta para acompanhar os debates na Assembleia Constituinte e defender os interesses da Igreja. Em decorrência de sua saúde precária, faleceu em abril de 1891. O Concílio não se realizou, mas novas dioceses foram criadas e o Brasil foi dividido em duas Províncias Eclesiásticas: Norte e Sul. Foram criadas as dioceses do Amazonas, da Paraíba, de Niterói e de Curitiba.

Com a morte de Dom Macedo Costa, sepultou-se também a ideia de Concílio. Formou-se um vácuo na liderança da Igreja que perdurou até 1916, quando um novo nome começa a despontar: Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. No entanto, as relações com a República continuavam inseguras, pois havia

sido criada uma situação constrangedora tanto para a Igreja como para o Estado. Nos seus pronunciamentos, por causa da liberdade de culto, os bispos vão, por um lado, acusar o regime de agnóstico e ateu, por outro, investir na importância da fé católica.

3.3.3

A reaproximação do Estado

A partir de 1910, a Igreja começa a mudar o seu discurso em relação ao Estado e a empenhar em construir algumas estratégias para se aproximar do governo. Começa a se esboçar um novo sistema de relações entre Igreja e Estado, o que, na prática, representava a abertura de espaços e oportunidades para mútuos encontros, entendimentos e colaboração.

As pastorais coletivas e os pronunciamentos dos bispos mudam de tom, incentivando o respeito às autoridades civis, a necessidade dos párocos orientarem bem o voto dos católicos, a oração dos católicos pelas autoridades e poderes constituídos, a criação de um partido católico. Além disso, os bispos procuram despertar nos fiéis o sentimento de patriotismo, sobretudo um sentimento que passava pela fé católica.

Mas os laços de amizade mais estreitos entre hierarquia eclesiástica e Estado vão acontecer na década de 1920. Nesse período, multiplicam-se os encontros, as manifestações, os favores e as homenagens entre os dois poderes. Em 1922, por ocasião das festividades do centenário da Independência, o arcebispo Dom Leme desfila num carro ao lado do presidente Epitácio Pessoa. No dia 4 de maio de 1924, o cardeal Arcoverde, por ocasião de seu aniversário, recebe a visita do presidente Artur Bernardes.

Odilon Moura⁶⁴, referindo-se às características gerais desse período diz que:

Ao período de afirmação da doutrina da Igreja por parte dos católicos sucedeu um período não mais prevalentemente combativo, porém mais construtivo [...] Pouco a pouco a Igreja vai conquistando, na estrutura jurídica da sociedade, os direitos de que se arrogava [...] Nasce, em 1921, uma era de harmonia entre a Igreja e Estado, de aprofundamento do pensar religioso e da

⁶⁴ MOURA, Odilon. **Ideias católicas no Brasil**: direções do pensamento católico do Brasil no século XX. São Paulo: Convívio, 1978. p. 83.

informação de nossa legislação pelos princípios da doutrina social católica.

Um resumo condensado da reorganização da Igreja na Primeira República encontramos em Luiz Gonzaga de Souza Lima⁶⁵.

Após a separação entre Igreja e Estado, em 1889, a Igreja se dedicou a perseguir dois objetivos principais: - o primeiro, conquistar sua autonomia “de fato” em relação ao Estado, modernizar-se, conformar-se com os modelos institucionais de acordo com a orientação romana; o segundo, retornar a ser a religião oficial do Estado, para usar suas estruturas e seus recursos. As relações com Roma passavam a se realizar diretamente, permitindo a intensificação do processo de modernização e reorganização da Igreja. Superados os períodos do padroado e da censura, realizavam-se sínodos nacionais e regionais. Foi nomeado o primeiro cardeal (1905) e criado um núncio pleno em 1901. Aumentou o número de dioceses, aumentaram os seminários e tem início um período no qual chegam com certa abundância recursos e pessoal da Igreja européia.

Esse processo de desvinculação entre a Igreja e o Estado é marcado, também, por uma aproximação entre a Igreja no Brasil com a Igreja Universal, enquanto ela se desnacionalizava se europeizava. A Igreja era da forma europeia desde o início da colonização no Brasil, porém apenas na origem, ou seja, a Igreja foi tomando corpo próprio juntamente com a coroa e isso fez que em certo sentido houvesse um afastamento da Igreja Universal, sobre no modo de exercer seu apostolado. Foi necessário o fim da relação Trono-Altar no Brasil que a Igreja brasileira se reaproximasse da Igreja Universal e se atualizasse nas relações de dependência da Igreja europeia.

A reorganização da Igreja no Brasil, no final do século XIX e início do século 20, além da iniciativa do episcopado brasileiro, foi ancorada também nas exigências do Concílio Plenário Latino Americano realizado para a Igreja da América Latina. Antes, porém, de apresentarmos o Concílio vamos abordar resumidamente como ficou a situação do povo durante os primeiros anos da República. Afinal, para o povo o que mudou com a separação entre a Igreja e o Estado?

⁶⁵ LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979. p. 16-17.

3.3.4

A Igreja e o povo

O movimento de reorganização da Igreja diante do regime republicano tinha como objetivo atingir as elites, ou seja, reorganizar-se pelo “alto”, pois a Igreja mantinha-se aliada às oligarquias conservadoras e ao coronelismo que mantinham seu domínio e controle sobre a grande massa campesina. Pensava-se que reformando ou convertendo a elite, reformava-se e convertia-se o povo. Nesse sistema de aliança, o fazendeiro, o grande proprietário que mantém sob seu controle uma enorme massa rural, também é o dono da religião. Ele constrói a capela, organiza as festas, organiza o culto, paga o padre, manda buscá-lo quando há necessidade de rezar missa ou administrar os sacramentos. O fazendeiro ou o coronel é o responsável pela religião. Dessa forma, não há uma comunicação direta entre a Igreja e o povo. Então, com a separação entre a Igreja e o Estado, para o povo muito pouco ou nada mudou que continuou vivendo o catolicismo do seu jeito, com muitos santos, rezas, promessas e procissões.⁶⁶

Um processo inverso vai verificar-se no sul, nas regiões de colonização europeia. Os imigrantes instalados no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul mudaram o mapa religioso e cultural da região. Vindos da Alemanha, Itália, Polônia e de outras regiões da Europa trouxeram um catolicismo já romanizado e moderno. Estabeleceram-se em propriedades de pequenos lotes de terra, construíram capelas, escolas, salas para leitura, salão para festas e reuniões e espaços para lazer. Trouxeram seus padres e religiosas e organizaram comunidades e paróquias. A capela era o centro da colônia. A relação do povo com a Igreja e com o catolicismo era diferente, “a religião e a Igreja são propriedades do povo, a capela foi por ele construída e entre a comunidade e o padre não se interpõe nenhuma outra autoridade social.”⁶⁷ A Igreja terá um ganho muito grande, pois dessa região saíram muitas

⁶⁶ No período crítico de separação entre Estado e Igreja e entre as opiniões a respeito de como a Igreja deveria agir e que rumos deveria tomar, o padre Júlio Maria pregou e defendeu “a união entre a Igreja e o povo”, “a saída da sacristia e a ida ao povo”. (VILLAÇA, Antônio Carlos. *O pensamento católico no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 69-77).

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: **O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964)**. 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 279.

vocações sacerdotais e religiosas que mudaram o rumo da Igreja depois dos anos 50.

Uma outra questão importante que não está diretamente ligada a separação entre Igreja e Estado, mas é consequência do novo modelo de Estado e de Igreja, é o messianismo de Canudos (1893-1897) e do Contestado (1912-1916). O messianismo foi um movimento de revolta de sertanejos e caboclos contra a ordem liberal republicana temperado com religião. Tanto Canudos como Contestado encontrou na religião sua força de aglutinação e seu combustível para mover a luta contra a ordem estabelecida seja política ou religiosa. A Igreja, porém, posiciona-se a favor da repressão do Estado e os condena, classificando-os de fanatismo religioso.

Não devemos esquecer que, à margem da Igreja oficial, caminhava também o catolicismo popular, desvinculado do catolicismo romano e da hierarquia, mas pleno de significado, vida e esperança para o povo pobre e esquecido das remotas regiões interioranas. Como ilustração, citamos o Padre Cícero de Juazeiro, no Ceará.

3.3.5

O Concílio Plenário Latino Americano

O Concílio Plenário Latino Americano foi convocado pelo papa Leão XIII (1878-1903) para definir diretrizes para reformar a Igreja na América Latina. Realizou-se entre 28 de maio e 9 de julho de 1899, em Roma, reunindo bispos do mundo hispano, luso e francês do continente latino americano. Compareceram ao Concílio 13 arcebispos e 40 bispos. Onze bispos brasileiros participaram. Oscar Beozzo⁶⁸ afirma que o Concílio Plenário

foi um instrumento poderoso da romanização, ao uniformizar toda a legislação eclesiástica da América Latina, pautando-a não mais pela tradição anterior, mas pelo modelo de Igreja, de exercício da autoridade e de relações entre o Papa e o episcopado saídos do ultramontanismo triunfante no Vaticano I.

⁶⁸ BEOZZO, José Oscar. **500 anos de evangelização na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 144.

O Concílio significou a projeção de uma nova cristandade para a América Latina.

Qual foi o significado do Concílio para a Igreja do Brasil? Por um lado, o Concílio reaproxima ainda mais a Igreja do Brasil à Santa Sé, reforça o processo de romanização e reanima a atividade pastoral dos bispos. Por outro, engaveta a proposta do Concílio Plenário brasileiro, alegando que não havia mais necessidade, pois as diretrizes do Concílio Plenário Latino Americano eram também para a Igreja do Brasil e deviam ser postas em prática. Ao invés de realizar um Concílio, a Santa Sé orienta os bispos a se reunirem separadamente a cada três anos nas Províncias do Norte, com sede na Bahia e do Sul, com sede no Rio de Janeiro. E os bispos, então, passaram a se reunir. Dessas reuniões surgiram as “Pastorais Coletivas”. O documento que ficou mais conhecido e passou para a história da Igreja, dada sua importância, resultou do encontro de 1915 dos bispos do sul. É a chamada “Pastoral Coletiva de 1915” que foi também adotada pelos bispos do norte e vigorou até o término do Concílio Vaticano II em 1965, de maneira que o Concílio Plenário Latino Americano definiu os rumos da Igreja do Brasil por mais de meio século.

Outro aspecto importante do Concílio Latino Americano, dentro do processo de romanização da Igreja, foi o incentivo à vinda de congregações religiosas estrangeiras, a divulgação de novas devoções, a criação de agremiações católicas, a implantação de escolas católicas e da imprensa católica. Essas duas últimas abriram uma frente de combate ao ensino laico e à secularização do Estado.

A Teologia da Neocristandade na Igreja Universal nos pontificados de PIO X e Bento XV

O século XX, o mais violento da história da humanidade, apresenta-se com acontecimentos que o marcaram intensa e profundamente, de tal sorte que alterou de maneira irreversível o homem, seu ambiente e seu modo de encarar a história. Foi um século de progresso científico extraordinário, de guerras totais, de crises econômicas e de prosperidade desigual, de revoluções na sociedade e na cultura. Pela aceleração assumida pelos eventos históricos, pode-se denominá-lo de um “século breve”. Para compreender essa caminhada, é preciso uma breve leitura dos fatos.

Os Estados Nacionais consolidaram-se na Europa a partir de 1871. Aparentemente permaneciam intactos três impérios orientais: o austro-húngaro; o russo e o turco. Mas a guerra russo-turca de 1877 marcou o início da desagregação do império turco. Poloneses, ucranianos, lituanos e finlandeses exerciam forte pressão dentro do império czarista. O nacionalismo balcânico repercutiu dentro das fronteiras do império austro-húngaro e eram cada vez mais intolerantes em relação a um poder central.

O início do século foi marcado por fermentos sociais e por delitos políticos: entre eles o assassinato do arquiduque austríaco Francisco Fernando, em Sarajevo, foi o pretexto para a guerra declarada em 1914, pela Áustria-Hungria contra a Sérvia. França e Grã-Bretanha alinharam-se com a Rússia e a Alemanha com a Áustria. As maiores consequências políticas da guerra foram a queda do regime czarista, a revolução bolchevista de 1917 e a entrada dos Estados Unidos no cenário europeu.

Vencedores e vencidos arruinaram-se em todos os campos: econômico, ideológico, político e social e a organização da Europa ganhava um novo rosto com o desaparecimento dos velhos Estados e a criação de novos. No entanto, espalhou-se um grande mal-estar que fez surgir o fascismo na Itália e o nazismo na Alemanha

ao mesmo tempo que o bolchevismo ganhou força e expandiu-se para os Estados limítrofes.

A Segunda Grande Guerra mundial provocou a divisão da Alemanha. Esse fato repercutiu na China, permitindo a vitória da revolução e depois do enfraquecimento do acordo entre as potências vencedoras teve início a “guerra fria”, além de conflitos na Palestina, Indochina e Coréia. A criação de governos comunistas dividiu a Europa em dois blocos: leste, dominado pela União Soviética e ocidente, dominado pelos Estados Unidos. Em 1989, caiu o “Muro de Berlin” e iniciou-se o esfacelamento de todos os regimes comunistas europeus. Na América Latina, durante os anos 80 caíram também alguns regimes ditatoriais e opressores, atualmente em vias de transição, porém, com muitas dificuldades para se chegar a formas políticas mais participativas e justas.

As duas grandes guerras, na visão de muitos historiadores hoje, tratou-se, na verdade, de uma guerra civil europeia, como crise de um direito público compartilhado (Einaudi; Dahrendorf; Furet; Geremek; Nolte). A ideia central é: pareceram guerras entre Estados e povos, mas sua característica fundamental está nisso: foram lutas que ocorreram dentro de nós. Assim falam especialistas do direito internacional, uma guerra civil mundial (Weltbürgerkrieg). A ideia de guerra civil consiste na convicção de cada um estar no caminho certo e o outro torna-se inimigo, a encarnação da injustiça; assim a guerra civil torna-se total, que se legitima com os argumentos típicos da guerra civil justa.

A guerra civil trouxe também, como consequência, o declínio da civilização europeia do século XIX. O mundo, ao final do século XX, era bem diferente do mundo do início do século, por três razões: não é mais eurocêntrico, dado que a Europa perdeu o papel de centro do poder, da riqueza, da cultura e da “civilização”; o mundo tornou-se um campo operativo unitário nos terrenos econômico, social e cultural, pois instalou-se uma tensão entre o processo mais acelerado de globalização e a incapacidade de as instituições públicas e os comportamentos coletivos dos homens harmonizarem-se com ele; a terceira grande transformação está na desintegração dos velhos modelos de relações humanas e sociais redundando também na ruptura dos laços entre as gerações, entre o passado e o presente. Romano Guardini dizia que as relações entre os homens e entre os povos era o problema do futuro: “Pela primeira vez na história apareceu um elemento de decisiva importância: a terra pode ser abrangida com o olhar; ela se torna assim, um

campo fechado para a política [...] temos a impressão de viver num espaço que não tem mais possibilidade de expansão”.

Durante o século XX, com as duas grandes guerras, desagregou-se a estrutura internacional baseada no conceito de “força”, ou seja, o equilíbrio militar trazia consigo o equilíbrio econômico e social e garantia aos Estados o desenvolvimento e uma convivência segura. Com a guerra de 1914, teve início a desagregação dessa estrutura porque irromperam na cena política novos fatores: presença de multinacionais no campo econômico; a presença dos Estados Unidos; a fragmentação dos impérios austro-húngaro e czarista; a afirmação dos regimes totalitários. A estrutura da comunidade internacional começou a mostrar sinais de desagregação no início do século e além dos dois grandes conflitos internacionais, houve outros tantos locais que podem ser considerados os desencontros entre os opostos sistemas ideológicos e os Estados que os encarnavam. As consequências das duas grandes guerras foi a divisão da humanidade em blocos, a guerra fria, guerras locais e que evidenciaram a crise de ideia de nação. O sistema de poder baseado no conceito de soberania absoluta dos Estados não parece mais funcional às mudanças que ocorreram no cenário mundial.

O poder político não reside mais e exclusivamente num poder central sustentado pelo conceito de “nação” porque ficou enfraquecido. A sociedade moderna fragmentada amadureceu uma capacidade extraordinária de autogoverno, não como negação da categoria política, mas como redução do âmbito de influência desta. Em relação ao Estado e à política, prevalece a sociedade, isto é, a vida cotidiana dos indivíduos e dos grupos. Os Estados Nacionais, como sujeitos soberanos, estão superados, pois há muitas sedes supra-nacionais (CEE, OTAN, Organizações financeiras internacionais, monetárias) Há, pois, forças centrífugas e processos de desagregação no seio dos Estados. Por isso, hoje, os problemas referentes ao futuro da humanidade não podem ser resolvidos fora do horizonte do direito internacional. Existem, hoje, diversos códigos internacionais, cuja base é a *pessoa humana* e fala-se já numa super Constituição Universal. O princípio de “soberania supranacional” vai substituindo aos poucos o princípio de Estado Nacional Soberano.

Os papas do século XX expressaram o posicionamento da Igreja diante das guerras e das consequências delas derivadas. Bento XV elencou as causas da Primeira Guerra dizendo que foram:

- a) O afastamento dos princípios cristãos, por parte das nações, em suas legislações;
- b) A falta do amor e o aumento do ódio entre as pessoas;
- c) As injustiças entre as classes sociais; a busca desenfreada dos bens materiais como únicos objetivos das pessoas e dos grupos sociais.

Ainda que assinado um tratado de paz a situação da Europa no pós-guerra era incerta. João Paulo II, ao comentar sobre a Segunda Guerra diz até que ponto pode-se chegar o desprezo pelo homem e a violação dos seus direitos. Diz que a guerra provocou uma incrível mobilização do ódio, que esmagou o homem e tudo o que é humano, em nome de uma ideologia imperialista. O totalitarismo, diz João Paulo, destrói as liberdades fundamentais do homem e espezinha os seus direitos.

Qual o futuro da humanidade? O avanço da industrialização levou, através de diversas fases, ao modelo de sociedade “pós industrial”:

- a) Uma sociedade caracterizada pela automação;
- b) Pela produção desmaterializada;
- c) Pela acentuação do poder financeiro.

Essa nova sociedade apresenta uma economia planetária marcada por contínuas e profundas transformações; é uma sociedade sem fronteiras onde os mercados escapam do controle de cada Estado. O futuro apresenta-se desarticulado: de um lado um sociedade sem Estado e do outro a profusão crescente de sociedades nacionais organizadas em Estados. A falta de equilíbrio institucional tem paralelo com a falta de equilíbrio dentro do homem, o qual está perdendo a evidência ética e transcendente.

4.1

O pontificado de Pio X (1903-1914) um programa para “Restaurar tudo em Cristo”

Eleito papa no dia 4 de agosto de 1903, José Melchiorre Sarto⁶⁹ (1825-1914) aceitou com relutância a designação, depois de longos e quase intermináveis

⁶⁹ “De família humilde (o pai era funcionário da prefeitura e a mãe costureira), foi o segundo de dez filhos. Profundamente religioso, ainda como jovem abraçou a vida eclesiástica. Começou os estudos em *Castelfranco, Vêneto*, continuando-os no Seminário de *Pádua*, onde era muito estimado por sua bondade e inteligência. José Sarto foi Ordenado

conclaves, foram necessários cinco votações e depois da quarta, Sarto havia pedido para que não votassem mais nele; porém, deixou-se convencer, pois sua saída representaria ceder às chantagens políticas da Áustria; o cardeal Satolli, Arcebispo de Perugia, usou como argumento a hipótese de um castigo de Deus se ele fugisse de tal responsabilidade como Jonas havia fugido da face do Senhor.

Em sua encíclica programática, *E Supremi Apostolatus*: Programa do Pontificado “Restaurar tudo em Cristo”, Pio X fala desse seu estado de espírito, dizendo que resistiu quanto pode à escolha e depois de suplicar de todos os modos, deixou de lado seu sentimento e sua vontade, e entregou-se inteiramente ao conselho e à vontade de Deus.

Fazer a vontade de Deus e servi-Lo através de um ministério fiel foi a direção profunda que o guiou interiormente durante todo o seu longo e agitado pontificado. Angariou uma grande simpatia de todos e mostrou não ser um simples “vigário de roça”, como tradicionalmente é apresentado, porém essa impressão foi contrária já no início do seu pontificado, pois, após a primeira audiência geral, quando o representante da Prússia, exprimindo o pensamento dos demais diplomatas, perguntou a Mons. Merry del Val, Secretário de Estado interino, ao sair da Sala do Trono:

"Diga-nos, Monsenhor, o que há nesse homem que tanto atrai? Um Santo — *dirá esse eclesiástico, posteriormente, quando já elevado a Cardeal, e que haveria de ter papel tão importante nesse Pontificado* — porque ele é um homem de Deus"⁷⁰.

Para o Abbé de Cigala, capelão do Conclave, “a força dos traços e a doçura do olhar, frutos de uma vida interior e fé” *ardentes, faziam crer* "numa ressurreição

sacerdote em 1857 e, durante nove anos, foi vigário coadjutor em *Tômbolo*. Nomeado vigário da Paróquia de *Salzano*, recebeu o título de cônego e, em 1884, foi sagrado bispo para a Diocese de Mântua. Em 1895 recebeu o título de cardeal e foi nomeado patriarca de Veneza. No exercício desse cargo, apesar de sua severidade em relação aos assuntos religiosos, ganhou logo a simpatia de todos por sua amabilidade e grande piedade. Tendo nascido pobre, quis permanecer pobre e os venezianos sabiam que o patriarca usava o hábito talar do seu predecessor e tinha penhorado o relógio de outra aliviar o sofrimento dos mais necessitados. (PINTONELLO, Aquiles. **Os papas síntese histórica curiosidades e pequenos fatos**. São Paulo: Paulinas, 1986. p. 153)

⁷⁰ Cardeal Merry del Vai. *Memories of Pope Pius X*. Londres: Burns Oates & Washbourne Ltd. 1939, p. 9-10.

do imortal Pio IX”.⁷¹ Mas, esclarece o Cardeal Mercier, Arcebispo de Malinas, na Bélgica: "A invencível gentileza do Santo Padre nada tinha do sentimentalismo dos fracos: Pio X era um forte"⁷².

O Papa Pio X, durante sua vida, acumulou uma ampla experiência pastoral e administrativa. Foi um papa reformador sobretudo no plano religioso; preocupou-se em manter a unidade interna da Igreja. Quando intervinha fazia com que as mais diversas iniciativas fossem controladas pela Secretaria de Estado e pelo episcopado. Isto já aparece claro pelo lema escolhido para o seu pontificado: “*INSTAURARE OMNIA IN CHRISTO*”, isto é, fazer com que a influência de Cristo se estendesse a toda a sociedade, através do seu vigário na terra e dos seus demais representantes. Tal obra de restauração era necessária porque a sociedade moderna tinha se afastado de Deus e conseqüentemente dos verdadeiros valores.

Assim, Pio X ainda vai defender alguns princípios que marcaram o caminhar da Igreja nos séculos anteriores, como a união Trono x Altar. Ele vai dizer, por exemplo, que a separação entre Estado e Igreja prejudica, não somente a Igreja, mas também a própria sociedade civil, que não pode ser nem próspera nem duradoura se nela não houver um lugar para a religião, reguladora suprema e mestra soberana quando se trata dos direitos e deveres do homem. Quando o governo da França sancionou definitivamente a separação entre Igreja e Estado que teve como consequência a supressão de congregações religiosas, a abolição do ensino católico com o fechamento de 12 mil escolas católicas, confisco dos bens da Igreja (inclusive igrejas e casas paroquiais), escreveu a encíclica *Vehementer Nos*, com a qual lamenta profundamente tais acontecimentos. Tais atos do governo trouxeram como consequência ainda a diminuição das vocações sacerdotais e favoreceu o crescimento do indiferentismo religioso.

Por isto, não têm os Pontífices romanos, segundo as circunstâncias e segundo os tempos, cessado de refutar e de condenar a doutrina da separação entre a Igreja e o Estado. Notadamente o Nosso ilustre Predecessor Leão XIII várias vezes e magnificamente expôs o que, consoante a doutrina católica, deveriam ser as relações entre as duas sociedades. Entre elas, disse ele, "cumpre necessariamente que uma sábia união intervenha, união que se pode, não sem justeza, comparar à que

⁷¹ Abbé de Cigala. *Vie Intime de Sa Saintité le Pape Pie X*. Paris: Lethielleux Editeurs, 1926, p 9.

⁷² *Lettre Pastorale et Mandement de Cêreme de 1915, apud Merry del Val, 1939 p. 29.*

reúne no homem a alma e o corpo. Quaedam intercedat necesse est ordinata colligatio (inter illas), quae quidem conjunctioni non immerito comparatur, per quam anima et corpus in homine copulantur". E acrescenta ainda: "As sociedades humanas não podem, sem se tornarem criminosas, comportar-se como se Deus não existisse, ou recusar preocupar-se com a religião, como se esta lhes fosse coisa estranha ou que de nada lhes pudesse servir... Quanto à Igreja, que tem por autor o próprio Deus, excluí-la da vida ativa da nação, das leis, da educação da juventude, da sociedade doméstica, é cometer um grande e pernicioso erro.

Para trazer Deus de volta à sociedade era preciso, antes, reformar a Igreja internamente e purificá-la de tudo o que não se adequava à missão que Cristo lhe havia confiado. Restaurar tudo em Cristo significava tornar a Igreja mais espiritual, preservá-la dos desvios doutrinários, favorecer a unidade em torno do pontífice romano e dos bispos, fazer que sua mensagem pudesse ser acolhida por todos.

Se Leão XIII, antes de ser eleito, tinha elaborado um verdadeiro programa de governo, Pio X, sem ter nada de semelhante, seguiria umaregra de conduta à qual havia muito conformava os seus atos. Era uma máxima de vida que seria também a máxima do seu pontificado e que repetia com muita frequência: ‘*Omnia instaurare in Christo*’. Máxima de caráter místico, em que se pode ouvir o eco da célebre frase de São Paulo: ‘Já não sou eu que vivo: é Cristo que vivem em mim’ (Gál 2,20). Colocar Cristo no centro de toda a vida, fazer com que tudo se baseie nEle, na sua mensagem – é evidente que esta é a finalidade que todo o cristão se deve propor, e, com maior razão, um Papa. Foi este propósito que ditou a Pio X todas as suas grandes decisões de ordem espiritual. Mas seria errado julgar que esse princípio não teria de inspirar também a sua conduta em questões completamente diferentes da prática eucarística ou da reforma litúrgica.⁷³

Sobre este assunto, ele mesmo chega a explicar na sua encíclica *IL Fermo proposito*, diz o Papa,

[...] restaurar tudo em Cristo é não apenas restabelecer o que pertence diretamente à missão divina da Igreja, que é a condução das almas, mas ainda o que deriva dessa missão: promover em todos os seus elementos uma sociedade cristã.⁷⁴

⁷³ ROPS, Daniel. **A Igreja das Revoluções (II)**. São Paulo: Quadrante. 2006. p.75.

⁷⁴ “*restaurer dans le Christ non seulement ce qui incombe directement à l'Église en vertu de sa divine mission qui est de conduire les âmes à Dieu, mais encore, comme Nous l'avons expliqué, ce qui découle spontanément de cette divine mission, la civilisation chrétienne dans l'ensemble de tous et de chacun des éléments qui la constituent.*” Disponível em:

Assim, ele quis uma reforma que abrangesse todos os aspectos da vida cristã: o culto, a disciplina, a integridade doutrinária, uma correta orientação em relação à sociedade e aos estados.

Para atualizar de forma definitiva as leis da Igreja, Pio X⁷⁵ determinou a redação do Código de Direito Canônico. Inicialmente não se acreditava ser possível em menos de 25 anos uma reforma do Código, pelo menos assim era o parecer dos mais céticos.

Ora realização de Pio X provocou menos protestos, mas não foi menos decisiva para o futuro: pôr ordem na legislação eclesiástica. O direito Canônico assentava numa balbúrdia de leis, decretos, decisões acumuladas ao longo dos séculos em volumes por vezes inacessíveis sem que ninguém se preocupasse de adaptá-las às novas condições nem de impedir as contradições.⁷⁶

O Cardeal Gasparri foi o responsável pela obra e dividiu o trabalho em diversos grupos que trabalhavam ao mesmo tempo. Foram gastos 14 anos na obra e cada um dos esquemas do novo código, depois de pronto passava ainda por 25 consultores. Assim, Bento XV, no dia 27 de maio de 1917, na festa de Pentecostes, promulgou o Código que entrou em vigor um ano depois. Com o passar dos anos, perceberam-se algumas reservas ao novo Código: incremento à centralização, já que consolidou os poderes das Congregações romanas; criou uma certa *uniformidade* à Igreja, problema sentido sobretudo na vida consagrada em torno dos três votos, onde o Código, tendendo a reduzir as características específicas dos vários institutos, não tutela o carisma específico e não deixa muita liberdade de iniciativa; acentuou a tendência à latinização da Igreja; e oferecia perigo da prevalência dos elementos jurídicos sobre os carismáticos.

A reforma litúrgica abrange a música sacra, o Breviário, a Eucaristia. Com o *Motu Proprio* de 22 de novembro de 1903, estabelece o princípio de que a música

<http://w2.vatican.va/content/pius-x/fr/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_11061905_il-fermo-proposito.html>. Acesso em: 19 nov. 2017.

⁷⁵ “Nos tempos em que era apenas bispo, mons. Sarto, espírito lógico, tinha-se manifestado muitas vezes em desacordo com semelhante desordem. De modo que, logo que subiu ao trono pontifício, pôs em andamento a reforma do Direito Canônico, e, ao longo do pontificado, cuidou dela pessoalmente.” (ROPS, 2006. p.79)

⁷⁶ Ibid. p.79.

está a serviço da liturgia e não o contrário. A música sacra deve ser aquela que mais se aproxima do canto gregoriano autêntico ou da polifonia; durante as celebrações litúrgicas só o celebrante pode cantar sozinho, as mulheres são excluídas do coro e é proibido o uso do piano e de instrumentos de percussão.

Pio X, mal subiu à catédra de Pedro, editou medidas decisivas para restituir à liturgia o seu significado e para tentar pô-la de novo em contacto com o povo cristão, após um longo rompimento. Ao mesmo tempo, e foi esta a parte mais espetacular desse programa, cuidou de restaurar a música sacra na sua dignidade pelo regresso ao canto gregoriano. Nada de coisas suaves ou de árias de ópera na igreja, se possível, nada de cânticos açucarados durante as liturgias solenes! Sem exclusivismo nem autoritarismo, Pio X prosseguiu a realização desse plano, com a costumada energia. As cerimónias da Igreja Católica passaram a ter um estilo novo ou renovado.⁷⁷

A importância dos documentos é que representam a carta magna do movimento litúrgico e indicam, mais tarde, o rumo do renascimento litúrgico, traçando com clareza a direção a seguir.

A reforma do breviário privilegiou o próprio do tempo litúrgico e enfatizou a prevalência do Domingo no calendário litúrgico. Tratou-se de uma premissa para uma reforma mais substancial: a da Eucaristia. O rumo da piedade cristã tem três períodos: a partir do século XVII, lutas contra e a favor do jansenismo; depois uma longa competição entre as duas tendências e finalmente um novo equilíbrio, com a recuperação de alguns elementos do jansenismo dentro de um contexto diferente. No início do século XX, duas eram as tendências principais: uma minoria que pregava sobre a comunhão frequente e os que a desaconselhavam sublinhando a dignidade do sacramento e a necessidade de afastamento do pecado venial, apoiando-se em Santo Afonso, mas esquecendo as exceções que ele mesmo previa. Com o decreto “*Quam singulari*”, de 8 de agosto de 1910, que recordava a praxe da Igreja primitiva, tornava-se obrigatória a comunhão (junto com a confissão) aos 7 anos de idade.

⁷⁷ Ibid. p. 82.

4.1.1

Acerbo Nimis: Denúncia a situação de ignorância especialmente no campo religioso

De 1500 a 1800, o sistema catequético da Igreja ocidental baseava-se em quatro catecismos: O de São Pedro Canísio, saído por volta da metade de 1500 e que teve quatrocentas edições; o Catecismo *Ad Parochos*, do Concílio de Trento sob a direção de São Carlos Borromeo; o Catecismo de Roberto Belarmino e o de Miguel Casati. A catequese de 1800 tinha seus limites: dirigida às crianças; assumida mais por religiosos do que por leigos; transmissão das verdades de fé de maneira minemônica, nocional e autoritária; desprovida de inspiração bíblica; individualista. Somente por volta dos anos de 1900 sente-se a necessidade de uma reforma catequética com uma melhor utilização da Bíblia.

Com a encíclica “*Acerbo Nimis*”, de 15 de abril de 1905, o papa descreve a situação de ignorância religiosa e as consequências que daí derivam, conforme observa-se no texto extraído da encíclica⁷⁸

⁷⁸ *Et en effet, qu'il y ait actuellement dans le peuple chrétien bon nombre d'hommes absolument ignorants des choses qu'on doit connaître pour son salut éternel, c'est une plainte générale et malheureusement trop fondée. Et quand Nous parlons du peuple chrétien, Nous n'entendons pas seulement le petit peuple ou les gens de la classe inférieure, qui souvent trouvent encore une sorte d'excuse à leur ignorance, parce qu'ils dépendent de maîtres durs et ne sont guère libres de songer à eux-mêmes et à leurs intérêts. Il s'agit aussi et surtout de ceux qui, ne manquant ni de talent ni de culture, possèdent abondamment la science profane, mais qui, pour ce qui regarde la Religion, vivent absolument à l'aventure et sans réflexion. On peut à peine dire de quelles épaisses ténèbres ils sont enveloppés, et, chose plus affligeante, ils y demeurent tranquillement plongés ! Dieu, le souverain Auteur et Maître de toutes choses, la Sagesse de la Foi chrétienne, ils n'y pensent presque jamais. L'Incarnation du Verbe de Dieu, la Rédemption du genre humain accomplie par Lui, ils n'en savent rien ; rien non plus de la Grâce, qui est le grand moyen d'acquérir les biens éternels; rien de l'auguste Sacrifice ni des Sacrements, par lesquels nous obtenons et gardons en nous cette Grâce. Quant au péché, on ne tient nul compte de ce qu'il renferme de malice ou de honte; par suite, nul souci de l'éviter ou de s'en débarrasser; et ainsi l'on arrive au dernier jour. Alors, quand il ne reste à l'agonisant que quelques instants qui devraient être consacrés à des Actes d'amour pour Dieu, le Prêtre, afin de ne pas laisser perdre tout espoir de salut, est contraint de les employer à un enseignement sommaire de la Religion: trop heureux encore si le moribond n'est pas tellement dominé par une coupable ignorance, comme il arrive trop souvent, qu'il juge inutile toute intervention du prêtre et croie pouvoir, le cœur léger, sans avoir rien fait pour apaiser Dieu, entrer dans le redoutable chemin de l'Eternité. Aussi Notre prédécesseur Benoît XIV a eu raison d'écrire: Nous affirmons qu'une grande partie de ceux qui sont condamnés aux supplices éternels doivent cet irréparable malheur à l'ignorance des Mystères de la Foi, qu'on doit nécessairement savoir et croire pour être admis au nombre des élus. (Institut., XXVI, 18). Disponível em: <[PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1412391/CA](http://w2.vatican.va/content/pius-</i></p>
</div>
<div data-bbox=)*

[...] hoje, que existe tão crescido número de pessoas, entre o povo cristão, que ignoram totalmente as coisas que é mister conhecer para conseguir a Salvação Eterna! Ao dizer “Povo Cristão” não nos referimos somente à plebe, ou às classes inferiores – às quais servem de escusa o acharem-se com freqüência submetidas a homens tão duros que lhes não deixam tempo nem para cuidar de si mesmas, nem das coisas que se referem à sua alma – mas e principalmente falamos daqueles aos quais não falta entendimento nem cultura e até se mostram dotados de profana erudição, apesar de que em coisas de Religião vivem da maneira mais temerária e imprudente que imaginar se possa. Dificílimo seria ponderar a espessura das trevas que os envolvem e – o que mais triste é – a tranquilidade com que nelas permanecem! De Deus, Soberano Autor e Moderador de todas as coisas, e da Sabedoria da Fé Cristã não se preocupam, de forma que verdadeiramente nada sabem da Encarnação do Verbo de Deus, nem da Perfeita Restauração do Gênero Humano, por Ele consumada; nada sabem acerca da Graça, principal auxílio para alcançar os Bens Eternos; nada acerca do Augusto Sacrifício nem dos Sacramentos, mediante os quais conseguimos e conservamos a Graça. Quanto ao pecado, não conhecem sua malícia nem o opróbrio que consigo traz, de sorte que não põem o menor cuidado em evitá-lo ou expiá-lo, e chegam ao Dia Extremo em disposição tal que, para não os deixar sem qualquer Esperança de Salvação, o Sacerdote se vê constrangido a aproveitar os derradeiros instantes de vida para sumariamente lhes ensinar Religião, ao invés de empregá-los principalmente, conforme conviria, em movê-los a afetos de Caridade; isto quando não sucede que o moribundo sofra de tão culpável ignorância que tenha por inútil o auxílio do Sacerdote e resolva tranquilamente franquear os Umbrais da Eternidade sem haver prestado a Deus conta dos seus pecados. Por isso, o Nosso Predecessor Bento XIV justamente escreveu:– *“Afirmamos que a maior parte dos condenados às penas eternas padece sua perpétua desgraça por ignorar os Mistérios da Fé, que necessariamente se devem conhecer e crer, para ser contado no número dos eleitos”* (Instit. 27,18).

O papa prossegue seu discurso na encíclica afirmando inclusive que a responsabilidade recai sobre todos os sacerdotes, catequistas leigos no sentido de oferecer uma catequese sólida a todos.

O teor da encíclica apresenta um objetivo que provavelmente seja como afirma o papa, resgatar o “amor à honestidade e à retidão, inspirados ao homem por Deus, seu Criador, amor que o impelia para um bem, não velado por sombras, mas

x/fr/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_15041905_acerbo-nimis.html>. Acesso em: em 19 nov. 2017.

claramente visto”⁷⁹. Esse amor outrora foi apagado, ou simplesmente deixado ao lado da vida humana, não sendo um ponto fundamental, pela corrupção do pecado original e esquecida de Deus, seu Gerador, “a vontade humana inclina-se a amar a vaidade e a procurar a mentira”⁸⁰. Ao mencionar que o ser humano é portador de um amor natural a Deus, o papa, apresentando o conhecimento da doutrina divina nos encaminha para o conhecimento de Deus. Para o papa, conhecer a doutrina em nosso tempo nos faz próximos de Deus e por isso tanto empenho desta encíclica em apresentar esta ideia. Como se observa,

Descobre-se facilmente que assim é, porque, de fato, a Doutrina Cristã nos faz conhecer a Deus e o que chamamos suas Infinitas Perfeições, quiçá mais fundamente que as forças naturais. E de que forma? Mandando-nos ao mesmo tempo reverenciar a Deus por obrigação de “Fé”, que se refere à razão; por dever de “Esperança”, que se refere à vontade, e por dever de “Caridade”, que se refere ao coração, com o qual torna o homem inteiramente submetido a Deus, seu Criador e Moderador.⁸¹

O papa também lembra a todos que a prática da humildade⁸² e do socorro aos pobres também seria um efeito do conhecimento da doutrina e lembrando o mandamento de Cristo, apresenta que o amor aos inimigos faz⁸³ parte das práticas cristãs.

O documento é encerado com normas práticas, como, por exemplo, que os sacerdotes devem ensinar a doutrina durante uma hora inteira em todos os domingos

⁷⁹ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-x/fr/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_15041905_acerbo-nimis.html>. Acesso em: 19 nov. 2017.

⁸⁰ “*Car la volonté de l’homme garde à peine un reste de cet amour de l’honnête et du juste, que Dieu son Créateur avait mis en lui et qui l’entraînait en quelque sorte vers le bien, non pas apparent, mais réel. Dépravée par la corruption du péché originel et ne connaissant plus, pour ainsi dire, Dieu son Créateur, elle dirige toutes ses intentions vers l’amour de la vanité et la recherche du mensonge.*” <http://w2.vatican.va/content/pius-x/fr/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_15041905_acerbo-nimis.html> Acesso em: 19 nov. 2017.

⁸¹ “*Un peu de réflexion éclaircira ce point. La Doctrine chrétienne nous manifeste Dieu et Ses infinies perfections bien plus clairement que ne le font les facultés naturelles. Cette Doctrine nous oblige à honorer Dieu par la Foi, qui vient de l’intelligence; par l’Espérance, qui vient de la volonté; par la Charité, qui vient du cœur, et ainsi elle soumet tout l’homme au souverain Créateur et Maître.*” Disponível em: <<http://www.veritatis.com.br/acerbo-nimis-pio-x-15-04-1905/>> Acesso em: 19 nov 2017.

⁸² “Todo aquele, pois, que se humilhar, esse será o maior no Reino dos Céus” (Mateus 18,4).

⁸³ Ouçam todos. Amem os vossos inimigos. Façam bem aos que vos odeiam. Orem pela felicidade dos que vos amaldiçoam. Peçam a bênção de Deus sobre os que vos magoam.

e festas do ano, ele mesmo seguia esta norma e fazia suas catequeses. As catequeses deveriam ser feitas para todos os meninos e meninas sem deixar nem um ponto da doutrina à margem, junto com essas normas apresenta-se também uma forma de catequese com o catecismo festivo para as crianças; preparação para a primeira comunhão, confissão e crisma; criação em todas as paróquias, da congregação da doutrina cristã; escolas especiais de religião; homilia dominical e catecismo de adultos. Em 1912, sai o Catecismo da Doutrina Cristã, um texto feito a partir de perguntas simples e respostas também simples, fácil de decorar, com a mesma intenção que já havia no capítulo primeiro do Catecismo Romano, furto do Concílio de Trento, publicado pelo Papa Pio V.

Na linguagem atual, catecismo é uma exposição das principais verdades da fé, elaborada por escrito, em forma de perguntas e respostas. Primitivamente, designava a instrução dos catecúmenos, e o exame de religião que deviam prestar antes do batismo. Neste sentido ocorre ainda nas obras de Santo Tomás de Aquino. No século XV, já indicava simplesmente a instrução que se fazia às crianças batizadas.⁸⁴

O texto, todavia, é desprovido de inspiração bíblica, teológico demais, pouco pedagógico. O Catecismo de Pio X formou todas as gerações desde o início do século até o Vaticano II.

O documento não apresenta de modo enfático uma contraposição as questões da modernidade, mas a insistência para que todos os cristãos conheçam a doutrina e estejam próximos dos ensinamentos doutrinários, e assim, possam a partir do conhecimento da doutrina sagrada restaurar todas as coisas em Cristo.

4.1.2

Pascendi Dominici Gregis: Sobre as doutrinas modernistas

4.1.2.1

A Igreja no século XX: O Modernismo

A Crise religiosa, assim denominada pelos defensores da ortodoxia e pela Encíclica *Pascendi Dominici Gregis* (1907) para estigmatizar as tendências de

⁸⁴ Catecismo Romano, 1950. p. 19.

certos exegetas, teólogos, filósofos, historiadores que, na virada dos séculos XIX-XX, pretenderam sempre ter em conta os métodos de crítica histórica e literária e encontrar pontos de concordância com as descobertas da ciência. Esta crise atinge sobretudo o mundo dos clérigos, padres, seminaristas, intelectuais, mas não o grande público, pouco preparado para compreender estas questões. Surge do encontro entre uma “ciência eclesiástica” muito tempo paralisada pela desconfiança, incompreensão e sanções, e as “ciências religiosas” alimentadas pela cultura laica e pelas descobertas científicas, elaboradas à margem de qualquer ortodoxia.

O choque dá-se na França com a lei de 1875 que decreta a liberdade do ensino superior. Os cinco Institutos católicos que então são fundados preocupam-se legitimamente em proporcionar um ensino científico, particularmente sobre a Bíblia e a história dos dogmas. Alguns pesquisadores dedicam-se a ensinar as novas disciplinas sem pôr em causa o ensino teológico. Outros, pelo contrário, evidenciam o desfasamento dos dogmas católicos. Outros ainda, como o padre jesuíta, Alfred Loisy (1857-1940), estão convencidos de que a apologética católica tem que se renovar e que é preciso propor uma nova formulação da fé que tenha em conta o novo tipo de cultura, as novas formas de pensamento.

O termo modernismo aparece, pela primeira vez, o que consta, numa Carta Pastoral dos bispos italianos de Turim e Vercelli, de dezembro de 1905.

Com efeito, estamos diante de um movimento extremamente complexo e variado que, em certo sentido, pode ser considerado como a continuação das tendências liberais de meios católicos da primeira metade do século XIX, no fundo o que está em questão são:

- a) A adaptação da Igreja aos tempos modernos;
- b) A enculturação da Boa-Nova num novo contexto cultural;
- c) O diálogo da Igreja-Instituição com uma sociedade impregnada de valores seculares.

O modernismo pode ser qualificado como um encontro “não-consumado” entre a Igreja “cristandade” e a “modernidade”, inspirada nos grandes ideais da Revolução Francesa, por isso a ideia de uma nova cristandade, onde tenta-se retornar algumas práticas do tempo da cristandade para os tempos atuais. No entanto, atualmente temos uma sociedade “liberal” que abandonou definitivamente o modelo de cristandade, sacudindo o jugo de uma incômoda tutela eclesiástica,

essa sociedade talvez não consiga mais suportar muitas coisas do regime antigo. Sua escala de valores se constituía independentemente da tradição cristã, tendo como impulsos básicos:

- a) A busca do progresso,
- b) Da ciência, e
- c) Da liberdade em todos os sentidos.

O fenômeno do “modernismo” não se refere apenas a algumas figuras “excêntricas” no cenário eclesial, mas traz à tona uma problemática de decisiva importância para a Igreja contemporânea: sua efetiva presença evangelizadora num mundo em rápida transformação.

A crise modernista tem de ser situada “na história de um processo sócio-cultural muito mais vasto”⁸⁵, no contexto das relações conflituosas entre a fé e a razão, a teologia e a ciência, a Igreja e o mundo moderno.

4.1.2.1.2

Fases do modernismo

A. Primeira fase

Estamos na parte mais acirrada da luta durante o pontificado de Pio X: saem as obras fundamentais dos modernistas: Alfred Loisy, “*L’Evangile et l’Eglise*” com sua tese fundamental: Jesus anunciou o Reino, e ao invés disso, nasceu a Igreja (1902), e a sua defesa; o jesuíta irlandês George Tyrrel (1861-1909) “*The Church and the future*” (1903) e depois mais 4 obras; o padre Ernesto Buonaiuti (1881-1946), “*Lettere di un prete moderniste*” (1907).

Multiplicam-se as revistas como Estudos Religiosos, Revista histórico-crítica das ciências teológicas, A renovação do grupo de Milão. Não faltavam, todavia, obra equilibradas que replicavam as teses dos modernistas como artigos de Rosa, na Civilização Católica, ou artigos, outras vezes duríssimos.

São publicadas também, ao mesmo tempo, as intervenções da Santa Sé: *Lamentabile* (1907), *Pascendi* (1907), *Sacrorum antistitum* (1910) e as decisões da Comissão Bíblica (1897-1915).

⁸⁵ E. Poulat. *Intégrisme et catholicisme integral*. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rhr_0035-1423_1971_num_180_2_9799>. Acesso em: 19 nov. 2017.

B. Segunda fase

Situa-se aproximadamente pelos anos trinta. Aparecem de uma parte as primeiras sínteses, de outra parte as memórias dos protagonistas. Porém, era ainda numa fase de procura, de polêmica.

C. A fase apologética

Esta fase teve muito a ver com o desenvolvimento do processo de beatificação (1915) e canonização (1945) de Pio X, desejado por Pio XII, que tantas críticas foram levantadas pelos historiadores, devido à posição de Pio X no confronto com as ideias modernistas. Foram publicados livros, opúsculos em defesa de Pio X e outros que o atacavam, falando mesmo que se usavam métodos policiais e de espionagem na luta contra os modernistas. Resta, porém, aberto o problema histórico: admitido que Pio X em geral tenha exercitado de modo extraordinário as virtudes cristãs, pode-se dizer sempre que tenha agido com a devida prudência nas repressões do modernismo? Como explicar que agora está em curso, por exemplo, o processo de beatificação do cardeal Ferrari, arcebispo de Milão, que foi muitas vezes reprovado pelo papa como um fraco e imprudente?

D. A revisão crítica

Especialmente depois do Vaticano II, é feita uma revisão crítica dos problemas de então, os quais são vistos sob uma nova ótica. Em geral, superado o espírito polêmico da primeira parte com títulos e epítetos emotivos, o fenômeno foi “historicizado”. Procura-se compreender as causas e os efeitos polivalentes, positivos e negativos. É de se concordar que a luta anti-modernista não se pode reduzir simplesmente à *Pascendi* como o liberalismo católico não pode ser conhecido unicamente através do *Sillabo*; deve-se concordar que o modernismo é um fenômeno muito vasto, com inumeráveis repercussões.

Em geral, vários livros recentes sobre o modernismo unem no título as palavras “crise e renovação”. Restam ainda abertos muitos problemas: a originalidade ou não originalidade do modernismo italiano; a incidência positiva ou negativa dos estímulos positivos de alguns reformistas, estes apressaram ou retardaram a recuperação de certos valores? O luteranismo retardou a recuperação católica de certos elementos, como o biblicismo e o sacerdócio universal dos fiéis. A coincidência ou diversidade de algumas teses do Vaticano II, especialmente a “*Dei Verbum*”, com aquelas de alguns modernistas. A pesquisa é orientada em diversas direções.

E. Publicações e fontes

Interessantes são as memórias de Lagrange, saídas somente em 1967: epistolários, pastorais. Lourenço Bedeschi, grande pesquisador de arquivos, várias obras de Bounaiuti sobre a Cúria Romana. Romolo Murri dirige também uma coleção de Fontes e Documentos para a história do modernismo.

4.1.2.1.3

Causas e situação cultural

a) Causas remotas

Como causas remotas, poderíamos falar sobre as orientações gerais da filosofia moderna. Destacamos as várias fases.

Emanuel Kant (1724-1804) e sua influência foram decisivos para a mentalidade moderna, fechada no fenômeno e incapaz de colher o “noumeno” e no redimensionamento dos fundamentos da religião, “postulados da razão prática”, exigências vitais não demonstráveis racionalmente.

Friedrich Schleiermacher (1768-1834) e Albrecht Ritschl (1822-1889) dirigem-se na mesma linha com certas diversidades nos confrontos com Kant.

Maurice Blondel (1861-1949) tenta provar a existência de um ser transcendente fundamentando-se sobre as aspirações mais íntimas e vitais de todo o nosso ser.

b) Causas próximas

Estas causas podem ser dirigidas às condições dos estudos sacros. Certamente o pontificado de Leão XIII representa um esforço de renovação em muitos setores, ao menos até os últimos anos, mais ou menos pelo ano de 1895, quando avançado em idade recebe influência direta de conservadores o que provocou uma certa parada no desenvolvimento dos problemas de seu pontificado. Não se pode falar, todavia, de decadência mas pode-se perguntar se os esforços feitos foram suficientes para preencher o atraso, e foram válidos também no campo bíblico, onde mais graves eram as lacunas. De modo especial, recordamos as condições dos estudos sacros.

- Causas próximas na Filosofia

A renovação tomista *Aeterni Patris* (1897). Uma nova direção para as escolas, com dois centros principais, Roma, onde se impõem alguns limites, e Louvain, com Mercier, mais aberta. Temos a condenação de Rosmini em 1887 e a persistência de outros endereços em outros centros (Alemanha, França).

- Causas próximas na história

Em 1888, temos a abertura dos arquivos do Vaticano; 1883, “*Saepem numero considerantes*”, sobre os estudos históricos. Não obstante o trabalho de alguns (Döllinger, Hergenröther, Hefele) até o momento a inferioridade é grande. Percebe-se um fervor de pesquisas, voltados sobretudo às transcrições de documentos papais medievais. Iniciam-se as publicações dos grandes dicionários franceses. Aparecem escritos gigantes como o Pastor, Duchesne e outros organizadores e estudiosos da escolástica.

- Causas próximas na exegese

O século XVIII assiste à tentativa da exegese protestante, de uma interpretação racionalista do Evangelho e de teses fortemente inovadoras sobre a gênese do Pentateuco.

Na primeira metade do século, David Friedrich Strauss “*a priori*” elimina do Evangelho todos os elementos milagrosos, salvando a genérica existência de Jesus e poucos outros particulares; Baur aplica a dialética hegeliana à gênese da Igreja, nascida como síntese entre a tese (o partido petrino, judaizante) e a antítese (o partido paulino, universalístico). Mais radical Baur negava a existência de Jesus. No final do século Julius Welhausen explica a formação do Pentateuco com o sobrepor-se de várias fontes, javista, eloísta, sacerdotal e deuteronomista.

A arqueologia bíblica, a paleo-etnologia, as ciências comparadas das religiões põem novos e graves problemas: é possível manter a interpretação tradicional, muito literal da Escritura? A esta renovação por parte dos protestantes por todo o pontificado de Pio IX não há nenhuma séria resposta por parte dos católicos: até o ano de 1878 não existe nenhum exegeta de valor. Ainda no ano de 1879 o cardeal Bartolini falava da perfeita verdade bíblica da história bíblica tomada à letra também no que se referia à cronologia mosaica, a torre de Babel, a parada do sol sob Josué.

Com Leão XIII existe um progresso. Em 1886, sai um “*Cursus Sacrae Scripturae*”, obra de vários jesuítas alemães; Vigouroux inicia em 1891 o seu “Dicionário da Bíblia”. Mas a maioria permanece fechada nas posições tradicionais,

ou pior ainda, tenta conciliar geologia e Gênesis interpretando os seis dias da criação como seis era geológicas. Em suas memórias Loisy conta com vivacidade as decepções provadas nos cursos de Escritura do seminário diocesano de Chalon-sur-Marne e no Instituto Católico de Paris.

O verdadeiro fundador da exegese moderna, o dominicano Lagrange, conta a impressão tida, visitando o Sinai. Para ele seria uma grande confusão saber explicar problemas bíblicos, por exemplo: como fazer circular [...] nestes vales abruptos e sem água, as milhões de almas de que fala o texto atual [...] como explicar a ordem solene das tribos, alinhadas como numa parada [...].

Em 1893, sai a “Providentissimus” que traça com clareza e uma certa visão os critérios fundamentais da exegese partindo do conceito de autor. Para Leão XIII não é permitido restringir a inerência da Escritura a algumas partes, mas recordam que a Bíblia descreve os fenômenos científicos segundo a linguagem comum e popular. Todavia, em 1897, o Santo Ofício afirma a autenticidade do “*comma johanneum*” (I Jo. 5,7). O clima geral, todavia, é fechado e se homens como Lagrange ainda que sofrendo não colocavam em discussão sua absoluta fidelidade à Igreja, outros como Loisy, sentiam-se sufocados. A Escola Bíblica, fundada em Jerusalém em 1890 e a Revista Bíblica, órgão dessa escola, eram considerados como suspeitos.

4.2

A Encíclica *Pascendi*

Na sua Encíclica *Pascendi* (1907), e esta foi, sem dúvida, a maior reação do papa Pio X⁸⁶ ao modernismo, tentando dissipar o erro modernista. Essa encíclica, juntamente com o lema do pontificado deste papa, será o principal fundamento do segundo Cardeal do Brasil Dom Leme no movimento de neocristandade no Brasil. Pio X (1903-14) define globalmente o fenômeno como “síntese de todas as

⁸⁶ Os últimos dias do seu pontificado foram assombrados pela ameaça de irrupção da primeira Guerra Mundial. Em 2 de agosto de 1914, o papa convocara os povos para a paz e a oração pela paz. ‘Daria bom grado a minha vida, se com isso pudesse resgatar a paz na Europa, escreveu o papa. Na noite de 19 a 20 de agosto de 1914, morreu Pio X. seu pontificado ficou marcado pela sua personalidade impressionante. Ingressou na história como o papa da liturgia e o papa da eucaristia. Em 1954, foi ele canonizado por Pio XII. Sua memória é o dia 21 de agosto. (WOLLPERT, 1985. p.159)

heresias”, apontando os modernistas como os mais perigosos inimigos da Igreja que, não já fora, mas dentro da Igreja, tramam seus perniciosos conselhos.

A missão, que nos foi divinamente confiada, de apascentar o rebanho do Senhor, entre os principais deveres impostos por Cristo, conta o de guardar com todo o desvelo o depósito da fé transmitida aos Santos, repudiando as profanas novidades de palavras e as oposições de uma ciência enganadora. [...] Contudo, há mister confessar que nestes últimos tempos cresceu sobremaneira o número dos inimigos da Cruz de Cristo, os quais, com artifícios de todo arditos, se esforçam por baldar a virtude vivificante da Igreja e solapar pelos alicerces, se dado lhes fosse, o mesmo reino de Jesus Cristo. [...] os fautores do erro já não devem ser procurados entre inimigos declarados; mas, o que é muito para sentir e rezear, se ocultam no próprio seio da Igreja, tornando-se destarte tanto mais nocivos quanto menos percebidos. Aludimos, Veneráveis Irmãos, a muitos membros do laicato católico e também, coisa ainda mais para lastimar, a não poucos do clero que, fingindo amor à Igreja e sem nenhum sólido conhecimento de filosofia e teologia, mas, embebedos antes das teorias envenenadas dos inimigos da Igreja, blasonam, postergando todo o comedimento, de reformadores da mesma Igreja; e cerrando ousadamente fileiras se atiram sobre tudo o que há de mais santo na obra de Cristo, [...] Batida pois esta raiz da imortalidade, continuam a derramar o vírus por toda a árvore, de sorte que coisa alguma poupam da verdade católica, nenhuma verdade há que não intentem contaminar. E ainda vão mais longe; pois pondo em obra o sem número de seus maléficos ardis, não há quem os vença em manhas e astúcias: porquanto, fazem promiscuamente o papel ora de racionalistas, ora de católicos, e isto com tal dissimulação que arrastam sem dificuldade ao erro qualquer incauto; e sendo ousados como os que mais o são, não há consequências de que se amedrontem e que não aceitem com obstinação e sem escrúpulos.⁸⁷

Por isto é, por assim dizer, nas próprias veias e entranhas dela que se encontra o perigo, tanto mais ruinoso quanto mais intimamente a conhecem. Esse tema é retomado no *Moto Próprio Sacrorum Antistitum* publicado em 1910, já na introdução o papa afirma “os modernistas, [...] não pararam de conspirar para perturbar a paz da Igreja”⁸⁸.

Mais do que a “soma de determinadas doutrinas”, o Modernismo do início do século XX foi uma “orientação”, uma “tendência”. Na opinião de Emile Poulat,

⁸⁷ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html>. Acesso em: 20 nov. 2017.

⁸⁸ Pio X. *Sacrum Antistitum*. 1910. p.243. In: **Documentos da Igreja. Documentos de Pio X e Bento XV. São Paulo: Paulus, 2002.**

trata-se do “confronto de um passado religioso, há muito estagnado, com um presente cujas fontes de inspiração são outras⁸⁹”.

Na primeira parte da Encíclica, o papa, expõem o tema do modernismo dividindo em personagens modernistas, são eles: filosófico; Crente, teológico, historiador e crítico, Apologeta, reformador e encerra essa parte com uma crítica geral do sistema.

Sobre os filósofos, o papa menciona que toda a doutrina destes personagens está baseada no agnosticismo, ou seja, que toda a sua razão está reduzida à consideração de fenômenos e coisas perceptíveis, o papa evoca as condenações do Concílio Vaticano I para opor a doutrina modernista lembrando que o conhecimento de Deus se faz principalmente e plenamente através da revelação Dele próprio. Ressalta também a questão da evolução do conhecimento dogmático e afirma contra os filósofos modernistas que “para bem se conhecer a natureza do dogma, é preciso primeiro indagar que relações há entre as fórmulas religiosas e o sentimento religioso [...] estas fórmulas não têm outro fim, senão o de facilitarem ao crente um modo de dar razão da própria fé.⁹⁰”

Sobre o modernista crente, o papa afirma que “no sentimento religioso deve reconhecer-se uma espécie de intuição do coração, que pôs o homem em contato imediato com a própria realidade de Deus e lhe infunde tal persuasão da existência dele e da sua ação⁹¹, e ainda

Nos seus escritos e discursos parecem, não raro, sustentar ora uma ora outra doutrina, de modo a facilmente parecerem vagos e incertos. Fazem-no, porém, de caso pensado; isto é, baseados na opinião que sustentam, da mútua separação entre a fé e a ciência.⁹²

E também querem apresentar uma nova teologia sem levar em consideração a teologia dos Santos Padres e todo arcabouço e o tesouro dogmático da Igreja.

⁸⁹E. Poulat. *Intégrisme et catholicisme integral*. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rhr_0035-1423_1971_num_180_2_9799>. Acesso em: 19 nov. 2017.

⁹⁰Disponível em; <http://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html> Acesso em: 20 nov. 2017.

⁹¹ Ibid.

⁹² Ibid.

Sobre os modernistas teólogos, o papa inicia o texto afirmando que estes querem alcançar uma conciliação entre fé e ciência, no entanto têm por incólume a primazia da ciência sobre a fé e acabam por utilizar todos os princípios da imanência e do simbolismo. Sobre este pensamento, o papa, sempre em defesa do dogma, evoca também o Constituição *Dei Filius* do Concílio Vaticano I, para se opor a eles e afirma que:

deve conservar sempre aquele mesmo sentido dos sagrados dogmas, já uma vez declarado pela Santa Mãe Igreja, nem se deve jamais afastar daquele sentido sob pretexto e em nome de mais elevada compreensão (Const. "*Dei Filius*", cap. IV). De maneira alguma poderá seguir-se daí que fique impedida a explicação dos nossos conhecimentos, mesmo relativamente à fé; ao contrário, isto a auxilia e promove. Neste sentido é que o Concílio prossegue dizendo: Cresça, pois, e com ardor progrida a compreensão, a ciência, a sapiência tanto de cada um como de todos, tanto de um só homem como de toda a Igreja com o passar das idades e dos séculos; mas no seu gênero somente, isto é, no mesmo dogma, no mesmo sentido, no mesmo parecer⁹³.

Em relação ao historiador e crítico, o papa afirma que estes que se atinam a escrever a história tentam não se passar por filósofos, porém sua história ou crítica não fala senão de filosofia e se baseiam em três princípios, isto é, o agnosticismo, o teorema da transfiguração das coisas pela fé e o terceiro denominado pelo Papa de desfiguração, e assim, eliminam da sua história real e transportam para a fé todas as alegorias que se encontram nos seus discursos. Portanto, segundo o Papa

não poucos ficam enganados; entretanto, se melhor considerassem as coisas, ficariam, ao contrário, horrorizados. Desta prepotente imposição dos extraviados, deste incauto assentimento dos pusilânimes produz-se uma certa corrupção de atmosfera, que penetra em toda a parte e difunde o contágio⁹⁴.”

Sobre os modernistas apologetas, segundo o papa, se auto apresentam como defensores da religião a partir da história real, composta segundo os preceitos

⁹³ Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:tk-7U-rUrmIJ:w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html+&cd=4&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 20 nov. 2017.

⁹⁴ Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-x/pt/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_19070908_pascendi-dominici-gregis.html>. Acesso em: 20 nov. 2017

modernos e com métodos modernos, mas “esses apologetas, ao passo que com os referidos argumentos procuram asseverar e persuadir a religião católica, também por outra parte concedem que ela contém muitas coisas que desagradam.”⁹⁵ E por isso, ao descrever o seu método, o papa encerra sua teoria sobre os apologistas modernistas, afirmando que seus métodos como as suas doutrinas estão cheios de erros, capazes só de destruir e não de edificar, não de formar católicos, mas de arrastar os católicos à heresia, mais ainda, à completa destruição de toda religião!

Sobre os modernistas reformadores, estes são apresentados como aqueles que Querem a inovação da filosofia, particularmente nos seminários, ou seja, substituindo a filosofia escolástica pela filosofia moderna que é a única a corresponder ao nosso tempo. Ainda, depois da reforma no ensino de filosofia estes vão querer o retorno da prática da vida dos primeiros cristãos, o fim do celibato clerical entre outros pontos que não fazem parte objetivamente da doutrina católica e sim do arcabouço disciplinar.

O Sumo Pontífice encerra essa primeira parte com uma crítica geral ao sistema, levantando algumas questões e suas consequências. Ao lembrar da imanência, o papa afirma que Deus e homem não são a mesma coisa, isso frutificaria em um panteísmo, igualmente quando os modernistas distinguem ciência e fé, o fim não seria outro. E por muitos outros motivos a teoria modernista iria acabar em um puro ateísmo e na destruição da religião.

Na segunda parte da encíclica, o Papa Pio X apresenta as causas do Modernismo. Segundo o pontífice estão na base dessa teoria dois aspectos morais, o amor pelas novidades e o orgulho, o primeiro basta para a pessoa reconhecer e explicar todo e qualquer erro, mas é o orgulho que na visão de Pio X tem muita forma para trazer os erros ao entendimento. Em um segundo momento, estão na base dessas teorias as questões que se relacionam com a ignorância, que nasce a partir do momento em que os protagonistas abraçam os aspectos morais já mencionados. Nessa fase, eles são iludidos pelo falso brilho do erro e estão presos de forma que não conseguem refutar os sofismas.

A partir disso, seu método é conseguir cátedras em seminários e universidades para passarem suas mercadorias para outros. Isto é feito de forma

⁹⁵ Ibid.

disfarçada estando em todas as partes, universidades, colégios, púlpitos e muitas são escritores que mudam de nomes para enganar os incautos.

Na terceira parte da encíclica, o Papa apresenta os remédios para este, segundo o papa, “mal do nosso tempo”, são sete os remédios apresentados pelo papa: O estudo da filosofia escolástica seja tomada por base dos estudos sacros;

Tomaram-se várias providencias para rejuvenescer o ensino nos seminários, especialmente o da Sagrada Escritura. Esse papa, geralmente tido por pouco intelectual, compreendeu perfeitamente que o clero e os leigos cultos precisavam de uma formação filosófica cristã, tanto mais que as instruções de Leão XIII sobre o regresso ao tomismo estavam longe de ser cumpridas. Como a maior parte dos professores sofria a influência deformadora da filosofia Kantiana, diz o pe. Desgranges, Pio X chamou-os à ordem com insistência, nomeadamente numa carta à Pontifícia Academia de São Tomás que teve grande repercussão. Durante seu pontificado, os teólogos do seu círculo chegaram a estabelecer a lista das vinte e quatro teses fundamentais do tomismo, e até se pensou em impô-la por um ato de autoridade e a todos os professores de filosofia católicos, o que alguns julgaram excessivo.⁹⁶

Todos devem ficar atentos e prestar muita atenção toda vez que se tratar da escolha dos diretores e professores tanto dos seminários, quanto das Universidades Católicas; Compete, outrossim, também aos Bispos providenciar para que os livros dos modernistas já publicados não sejam lidos, e as novas publicações sejam proibidas; impedir-lhes a impressão de livros maus; ora em diante os Bispos não permitirão mais os congressos de sacerdotes em que os modernistas se aplicam à pública defesa e propaganda das suas opiniões; em cada diocese se institua um conselho de homens eméritos dos dois cleros, com a incumbência de ver se, e de que modo, os novos erros se dilatam e se propagam, e dar aviso disto ao Bispo e o sétimo e último remédio é que depois de um ano dessa publicação e depois a cada três meses os bispos informem a Santa Sé o teor deste texto.

Vale a pena ressaltar que depois desta publicação a Igreja também fez a publicação do sílabo.

Pio X foi um papa que queria conduzir todas as pessoas ao seguimento de Jesus Cristo. Assim, ele entendia que não podia excluir a política também como um meio para levar ao desenvolvimento pleno esse anseio. Em muitos dos seus escritos

⁹⁶ ROPS, 2006. p.81

como, por exemplo, na encíclica *Il Firmo Proposito*, considerava a política submetida à religião, segundo Rops, considerar a política submetida à religião “estava de acordo com Leão XIII, acrescentando que não se pode separar os negócios políticos do magistério que o Papa exerce sobre a fé e os costumes”⁹⁷. Assim, pode-se pensar que para o Papa Pio X, onde estivessem os interesses da Igreja e claro também dos fiéis, nenhuma consideração política poderia ser maior do que as considerações da Igreja.

É a conclusão que chegamos ao estudarmos o grande problema de seu pontificado, o problema do Modernismo e a atitude enérgica que o Papa Pio X tomou. Para que seu lema *omnia instaurare em Christo*, e a este se precisa voltar sempre ao estudar este pontífice, fosse levado a cabo era necessário afastar todo o risco dessa heresia sutil, usando de uma forma primeiramente defensiva, somente mais tarde os pontos positivos seriam apresentados.

Gostaria de encerrar esta seção com uma citação de Daniel Rops a respeito do papa Pio X

A verdade é que Pio X era um homem completo. ‘Inteligência clara, profunda e vasta’, dirá dele Pio XII; inteligência, segundo Émile Ollivier, dotada de uma visão ‘penetrante da natureza humana e das forças que governam o mundo’; inteligência que sabia escutar maravilhosamente o interlocutor e captar num instante o assunto exposto. Tinha, acima de tudo, o sentido do possível e do impossível e o pressentimento daquilo que as circunstâncias impunham. Prudente e lento no conselho, nunca tomava uma decisão precipitadamente, mas, uma vez tomada a decisão, fixava-se nela com uma firmeza inabalável.⁹⁸

Muito foi o trabalho de Pio X para restaurar todas as coisas em Cristo, os próximos pontífices como veremos continuaram nesta linha de Neocrisandade como veremos.

⁹⁷ Ibid. p. 75.

⁹⁸ Ibid. p. 83.

4.3

O Pontificado de Bento XV (1914-1922) e a Propagação da fé Católica em todo mundo

Giacomo Marchese Della Chiesa⁹⁹ era arcebispo de Bolonha quando foi eleito papa a 3 de setembro de 1914, com 60 anos de idade. Durante quatro anos, boa parte de suas preocupações foi absorvida pela Primeira Guerra Mundial. “Durante a Primeira Guerra Mundial, tentou, com uma intensa atividade diplomática, pôr fim aos combates, que definiu como uma inútil matança. A Bento XV devemos a grande obra de assistência moral e material aos presos e feridos nas duas frentes de combate.”¹⁰⁰

Desconhecido em vida, sua personalidade singular só recentemente foi recuperada pelos historiadores. Fisicamente, Bento XV era de uma estatura inferior à média. Seus olhos muito vivos iluminavam um rosto irregular.

Era uma figurinha magra, de aspecto franzino, o corpo um pouco retorcido, ombros desiguais e andar claudicante; decerto não ia impressionar as multidões. Mas o rosto irregular irradiava inteligência. Os olhos, por detrás das lentes, pousavam sobre o interlocutor um olhar firme. Aquele a quem os romanos chamavam, nos tempos em que ele pertencia à Secretaria de Estado, *Il piccoletto*, tinha no comportamento cotidiano uma vivacidade e uma espontaneidade que contrastavam com a majestade de Leão XIII ou a irradiante serenidade de Pio X, e que se matizavam de muita gentileza. Dier-se-ia que utilizava o seu exterior para melhor pôr em prática o célebre preceito da Imatação de Cristo: “procura ser desconhecido e tido por nada”.¹⁰¹

Bento XV tinha uma atitude naturalmente nobre. Era um grande trabalhador, possuidor de uma notável inteligência e de uma memória espantosa. Sua primeira

⁹⁹ “Nasceu em Pegli, perto de Gênova, de uma família nobre, ligada por parentesco aos duques de Spoleto e, portanto, com Calsito II e BerengárioII. Por parte de mãe era parente de Inocêncio VII. Em 1875 completou os estudos em Direito e, em 1878 foi ordenado sacerdote. Começou sua carreira como secretário de Mons. Rampolla, na nunciatura de madri, acompanhando-o a Roma, quando este foi nomeado cardeal e secretário de Estado. Foi nomeado bispo auxiliar em 1901 e, em 1907, arcebispo de Bolonha; em 1914 recebeu o título de cardeal.” (PINTONELLO, 1986. p.155)

¹⁰⁰ Ibid. p.156.

¹⁰¹ ROPS, 2006. p. 85.

Encíclica “Ad Beatissimi” de primeiro de janeiro de 1914, além de um caloroso apelo à paz entre as Nações, contém uma condenação implícita do integrismo com sua exagerada caça aos suspeitos de modernismo. Foi assim que Bento XV encontrou a Igreja, sacudida por uma tempestade chamada modernismo

[...] sabendo que a heresia das cem fornas, como disse, ainda não fora eliminada em toda a parte, Bento XV sentiu a necessidade de retomar por sua vez as condenações feitas por Pio X. foi o que fez logo na sua primeira encíclica, *Ad Beatissimi Apostolorum*, de novembro de 1914. Mas, não ignorando também – e estava bem situado para o saber – que, nos últimos tempos do pontificado anterior, a reação anti-modernista tinha caído em alguns excessos, julgou útil prevenir contra certos abusos, certos procedimentos, certos homens que se erigiam em ‘ mestres na Igreja’, opondo-se desse modo ao perigo daquilo que mais tarde se chamaria *integrismo*, indicando a ‘via média’ que, a partir daí, a Igreja iria seguir. E fez que se prestasse justiça a algumas vítimas da reação integrista¹⁰².

O papa convida a todos a guardarem a mútua concórdia e o respeito pelo ser diferente do outro.

O catolicismo, no que lhe é essencial, não pode admitir o mais ou menos: ‘Essa é a fé católica; quem não crê fielmente e firmemente não poderá ser salvo’, ou se professa completamente, ou não se professa. Não é, portanto, necessário juntar epítetos à profissão do catolicismo, baste a cada um dizer assim: ‘ Meu nome é cristão, e meu sobrenome é católico’, apenas se procure ser verdadeiramente tal qual se é denominado.¹⁰³

Bento XV quer efetivamente afastar o clima de suspeitas e intimidações, consequências da campanha anti-modernista de Pio X. É categórico na sua condenação da guerra que chamava de uma horrenda e também carnificina que desonra a Europa, sendo como que um o suicídio do Velho Mundo. Particularmente significativa é sua Nota de 1º de agosto de 1917 às potências beligerantes em que fala de “inútil matança”. Sua absoluta imparcialidade causou profunda irritação entre as lideranças dos países em guerra que rivalizavam um pronunciamento pontifício a favor de seus interesses. Bento XV, no entanto, nunca tomou partido e manteve uma nobre neutralidade no conflito. Seus apelos à paz eram insistentes e

¹⁰² Ibid. p. 89.

¹⁰³ BENTO XV. *Ad Beatissimi Apostolorum Principis*. 1915. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio X e de Bento XV. São Paulo: Palus. 2002. p. 310.

clamorosos. Falidas suas tentativas por via diplomática, o papa fez todo o possível para vir em socorro das vítimas da guerra:

- a) A organização das capelanias militares,
- b) O auxílio aos prisioneiros, refugiados e deportados,
- c) O transporte dos feridos, e
- d) A transmissão de notícias familiares nas frentes do combate.

Grande foi a decepção do Pontífice quando o excluíram das negociações preparatórias dos Tratados de Paz (1919), por sugestão da Itália que temia uma retomada, em nível internacional, da “questão romana”.

Inovador tem sido o papel de Bento XV em relação à atividade missionária. Sua Carta Apostólica “*Maximum illud*” (30-11-1919) contém três critérios básicos que abriram novos caminhos:

- a) A promoção do clero autóctone;
- b) O abandono do espírito nacionalista por parte dos missionários que, não raras vezes, confundiam o anúncio do Evangelho com os interesses coloniais de seus países de origem;
- c) O reconhecimento do valor objetivo da cultura própria dos povos a serem evangelizados

A primeira coisa que o missionário deve conhecer é a língua do povo a quem entende dedicar-se; mas é preciso que a domine de tal modo a poder falar corretamente e com desenvoltura. Porque ele é devedor a todo tipo de pessoa, tanto às rudes como às sábias; também não pode ignorar quanto seja fácil a alguém que fale bem cativar a todos. No que se refere à explicação da doutrina cristã. O missionário diligente não a confia aos catequistas, mas a retém para si como incumbência própria, como uma de suas principais obrigações, bem sabendo que para nenhum outro escopo ele foi mandado por Deus senão para anunciar o evangelho. Pode acontecer que, como ministro e representante da religião, deva comparecer perante as autoridades da cidade ou seja mandado a alguma reunião de especialistas.¹⁰⁴

Na festa de Pentecostes e, 27 de maio de 1917, Bento XV promulgou solenemente o novo Código de Direito Canônico, coroamento de um longo trabalho de doze anos realizado, em boa parte, no Pontificado de Pio X. Trata-se de uma obra legislativa profunda que foi bem aceita pelo consenso de todos. O Código Pio-

¹⁰⁴ Bento XV. *Maximum Illud*. 1919. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio X e de Bento XV. São Paulo: Palus. 2002. p. 355.

beneditino, de fato, contribuiu em muito para a promoção eficaz, em toda a Igreja, da pastoral que entrementes tomava novo impulso.

Muito criticado durante sua vida, hoje os historiadores reconhecem unanimemente a grandeza moral de Bento XV. Logo depois de sua morte, evocavam sua personalidade e sua obra, Diplomacia e fé: ambas a serviço da paz e do progresso da humanidade.

‘Nunca o prestígio da Santa Sé foi tão grande como hoje. Seria preciso recuar vários séculos na História para encontrar algo de comparável’. Podemos ser levados a atribuir esse entusiasmo à ênfase da oratória sagrada. Mas o homem que assim falava não tardaria a verificar se a sua opinião era bem fundamentada: esse panegirista não era outro senão o cardeal-arcebispo de Milão, Achillie Ratti.¹⁰⁵

Bento XV morreu de pneumonia no dia 22 de janeiro de 1922¹⁰⁶.

4.4.1

A Igreja diante do Nacionalismo e do totalitarismo

Antes mesmo de em nossos dias eclodir o uso da palavra nacionalismo, esse conceito já possuía dois sentidos diversos que tinham origens diferentes. Como primeiro usamos o termo em sentido do que já nos ocupamos, nacionalismo significa exaltação mórbida do sentimento de nacionalidade, ou ainda, se me permitem essa abstrusa expressão, significa uma espécie de egoísmo coletivo. É, como vimos, um vício que se opõe a virtude do patriotismo.

Em linguagem filosófica costuma-se dizer: um vício que se opõe por excesso, mas não se deve concluir daí que se trate apenas de um exagero, ou de um grau excessivo de sentimento patriótico. Não. Mais do que isso, é um desvio, uma perversão.²

¹⁰⁵ ROPS, 2006.. p. 92.

¹⁰⁶ Nos últimos meses de sua vida, tentou Bento mitigar a fome extraordinariamente cruel na Rússia, não encontrando, todavia, muita reciprocidade para esse projeto na opinião pública mundial. Bento morreu em 22 de janeiro de 1922. Suas últimas palavras foram: ‘queremos oferecer de bom grado nossa vida pela paz no mundo’. Bento XV obteve reconhecimento geral como papa da justiça e da paz.” (WOLLPERT, Rudolf Fischer. **Os papas e o papado**. De Pedro a Bento XVI. Petropolis: Vozes, 2008. p. 159)

Na segunda acepção, que já basta para trazer boa dose de ambiguidade aos debates, nacionalismo significa política de socialização dos meios de produção, sendo sinônimo de estatismo e oposto ao liberalismo. Em outra oportunidade cuidaremos dessa segunda acepção. Por hoje ainda temos alguma coisa a dizer do nacionalismo que se opõe à virtude do patriotismo.

4.4.1.1

Gênese dos regimes totalitários

O ideal nacional, durante o século XIX, passou por grandes evoluções e acabou perdendo o caráter humanista e universalista que havia aproximado os povos desejosos de independência e degenerou-se num culto exagerado da força e da violência, com claras intenções imperialistas.

O nacionalismo é, antes de mais nada, a consequência da concepção hegeliana do Estado ético, encarnação do espírito absoluto, dissociado de toda forma transcendente, fonte de todos os direitos, superior à pessoa. Conforme Alfredo Rocco, para esse sistema ‘a pessoa é apenas elemento passageiro e infinitesimal da nação,(...) célula do organismo nacional, órgão da nação, instrumento, meio dos fins nacionais’, enquanto que a nação, por sua vez, “tem uma missão a cumprir: a de se aperfeiçoar, de se desenvolver(...)’ O nacionalismo é assim doutrina de dever e de sacrifício. Dever da nação de cumprir sua missão em relação à humanidade; dever do indivíduo de dar tudo de si mesmo, os seus bens, a sua atividade, a sua vida pela nação, da qual é elemento e órgão.¹⁰⁷

Assim, a acentuação do papel da nação e a consequente desvalorização da pessoa humana, durante o século XIX, favoreceu o nascimento e afirmação dos nacionalismos. Uma das consequências serão as guerras mundiais.

No início do século XX o nacionalismo transformou-se no totalitarismo. Eis algumas Causas:

- a) Degeneração do sistema *liberal* que transformou-se num parlamentarismo estéril principalmente porque as classes governantes não demonstravam mais confiança ao povo e porque acabaram submetendo-se

¹⁰⁷ MARTINA, Giacomo. **História da Igreja:** de Lutero a nossos dias: a era contemporânea. v. IV, São Paulo: Loyola, 1997. p. 120.

ao capital diante da questão social; ficou sujeita aos grupos econômicos, que controlavam todas as alavancas do poder.

b) Irrupção da crise econômica após a guerra e pelos anos 30.

c) Aparecimento no cenário político e social das massas, que exigiam uma economia e uma política diferentes daquelas propostas pelo liberalismo.

d) Medo do socialismo, que conquistava espaços cada vez maiores e dificuldades de superar as estruturas de guerra e passar para as estruturas da paz.

Desta forma, reforçava-se cada vez mais a convicção de que só um regime autoritário seria capaz de oferecer uma saída para a crise do estado e da sociedade. O resultado final foi diferente nos diversos países.

Na Alemanha, o totalitarismo assumiu formas extremas, racistas e imperialistas. Manifestou-se na esterilização dos deficientes físicos e dos doentes mentais (lei de 14 de julho de 1933), na eliminação física da ala radical do partido e da oposição de direita (30 de junho de 1934), nas várias medidas antisemíticas (novembro de 1938 com assassinato de judeus, incêndios e saques em suas propriedades), na eutanásia aplicada em larga escala em doentes, na tragédia final com o genocídio de milhões de judeus (provavelmente entre 5 e 6 milhões).

Na Itália, a prática foi mais moderada, mas perderam-se as liberdades políticas. Na Espanha e em Portugal, o fascismo significou substancialmente a vitória das forças conservadoras

Em todo caso, o Estado totalitário aceitou a concepção nacionalista da subordinação do indivíduo ao Estado e da absoluta independência deste de toda lei transcendente; interveio na vida pública e privada até mesmo ao ponto de ditar leis na gramática, na arte e na moda; fez apelo ao mito da nação e da raça; desenvolveu até a caricatura do culto do chefe e do partido.

Diferente foi a gênese do Totalitarismo na Rússia. A guerra, a corrupção, a incapacidade da classe dirigente foram somente a ocasião da revolução que há décadas estava amadurecendo. Depois de uma fase heróica (1917-21), e depois do período de transição dominado pela figura de Lenin (1921-24) a era Staliniana viu a transformação da Rússia em um país industrial e a expansão por grande parte da Europa oriental. Internamente, o comunismo significou, dentro de certos limites, uma efetiva melhoria das condições de vida das massas, antes sacrificada pelo regime de privilégio. O totalitarismo soviético distinguiu-se do europeu ocidental,

no entanto, apesar dos aspectos positivos, pagou-se caro com o sacrifício completo da liberdade, com a deportação e morte de centenas de milhares de pessoas nos campos de concentração e com uma duríssima luta contra toda forma de religião, nitidamente superior à que se verificara em outros países sob diferentes manifestações.

4.4.1.2

A Igreja diante desses sistemas

Diante do nacionalismo e do totalitarismo, a Igreja passou de uma real simpatia pelo nacionalismo e pelo totalitarismo de direita a um enrijecimento e a uma resistência. O nacionalismo atraiu muitos católicos por causa de alguns aspectos superficiais do movimento, tais como:

- a) Defesa da ordem e da autoridade;
- b) A necessidade do sacrifício por um ideal superior;
- c) A aspiração a uma sólida união entre Trono e Altar;
- d) A identidade dos adversários (liberais e socialistas) e sobretudo a necessidade de superar aquele complexo de inferioridade vivo nos católicos dos países onde tinha sido grave o conflito entre Estado e Igreja.

Quando apareceram as atrocidades, os católicos deram-se conta da incompatibilidade entre nacionalismo e catolicismo, iluminados sobretudo pelo magistério pontifício.

Diante do totalitarismo, a política da Igreja foi mais complexa. Depois de ter reagido energicamente contra o liberalismo, seguiu uma linha diferente diante do totalitarismo. Com relação ao totalitarismo de esquerda, a Igreja opôs-se nítida e constantemente. Com relação ao fascismo, passou de tentativas de compromisso a uma crescente oposição teórica e prática, quando o totalitarismo revelou-se ilusório e violou todos os direitos dos homens.

4.4.1.3

A Igreja diante da Primeira Guerra Mundial

Giacomo Della Chiesa, eleito papa em agosto de 1914, assumiu o pontificado com o nome de Bento XV. Entre seus desafios estava a questão de procurar contribuir para a paz ou pelo menos evitar que o conflito se estendesse mais ainda. O posicionamento dos católicos perante a guerra era bem diverso, tanto por parte dos leigos, como dos intelectuais e membros do clero. Em geral, na Itália, por exemplo, professava-se um entusiasmo pela causa da própria pátria. Na França e na Alemanha faziam-se apelos à forte unidade que devia reinar naqueles momentos: Guilherme II proclamava em Berlin que “não deveria haver mais partidos, mas somente alemães”; em Paris, Henri Poincaré apelava para a “união sagrada” de todos os franceses, de qualquer religião, de qualquer tendência política. Assim, de modo geral, os católicos têm a tendência de defender os direitos dos seus países.

Na Itália os bispos dividem-se em três grupos:

- a) Os filonacionalistas que aderem à propaganda intervencionista e ressaltam o ideal de uma pátria maior;
- b) Os pacifistas, que são uma minoria e
- c) A maioria que aceita o fato consumado e colabora com as autoridades para o sucesso da luta, mas dedica-se sobretudo ao alívio dos combatentes e de suas famílias.

Dentro deste contexto é que emerge a figura de Bento XV, criticado em vida, tem hoje a aprovação de grande parte dos historiadores que o consideram, com unanimidade, um dos maiores pontífices do século XX. Sua conduta na guerra segue três linhas complementares:

- a) Condenação sem reservas do recurso às armas (guerra) como meio necessário para resolver questões pendentes, para reivindicar os próprios direitos, para afirmar a própria segurança; ao mesmo tempo pede que os católicos, leigos, clero e bispos se mantivessem distantes da forte tentação do nacionalismo, de um amor exclusivo e indiscriminado pelo próprio país, em contraste com a caridade e o universalismo cristão;
- b) Toda ajuda possível às vítimas da guerra (feridos, prisioneiros, refugiados, famílias privadas de seus chefes);

c) Esforço contínuo para impedir que o conflito se alastrasse, para apressar o retorno à paz, sem parar em genéricas afirmações de princípio, mas descendo a propostas concretas.

A ação caritativa exigia enormes recursos e uma grande paciência; a condenação da guerra supunha uma forte maturidade, capaz de se opor aos entusiasmos tão difundidos na época; o esforço pela paz exigia grandes qualidades diplomáticas. Bento XV, rico de uma longa experiência diplomática, firme pastoralmente, mas aberto estava preparado para esses desafios tendo sempre a colaboração do Cardeal Gasparri e do jovem prelado Dom Pacelli.

Bento XV não se cansa de mostrar sua dor, indignação e amargura diante da guerra em alocações, encíclicas: a guerra lhe aparece não só e não tanto um “inútil massacre” (1º agosto de 1917), como o suicídio da Europa civil (4 de março de 1916), a mais tenebrosa tragédia da loucura humana (4 de dezembro de 1916). Já no dia 8 de setembro de 1914, poucos dias depois da eleição, expressou seu horror pela guerra que fazia a Europa se avermelhar de sangue cristão, concluindo: “basta de tanto sangue humano já derramado”. Aos cardeais, no dia 24 de dezembro, exprimia sua amargura pelo fracasso de sua proposta, que pretendia ao menos obter uma trégua natalícia. Mais significativos ainda são os esclarecimentos sobre a última raiz do mal: o papa combate sobretudo o nacionalismo exagerado, que, segundo ele é diferente do amor à pátria, ideias presentes no magistério universal e na instrução aos missionários. Menos frequentes são as condenações feitas ao direito das nações, mas que não são ausentes, como no caso da condenação da agressão à Bélgica. Bento XV também interveio no sentido de frear as expressões e iniciativas que pudessem dar a entender que os católicos como tais pudessem estar a favor de uma das duas partes em conflito.

A ação caritativa da Santa Sé foi imensa e dirigida a todos. Diante do massacre de meio milhão de armênios por parte dos turcos, o papa ainda que não condenasse solenemente, desdobrou-se em favor das vítimas e através de uma série de passos diplomáticos pouco ou nada conhecidos, conseguiu fazer parar em alguns casos a continuação do autêntico genocídio. Interveio também em favor da Rússia reduzida a condições desastrosas, em defesa da Áustria derrotada e flagelada pelo desemprego e pela fome.

As propostas de mediação foram tentativas concretas em favor da paz como no inverno e na primavera de 1915, tentando impedir a intervenção italiana. 8 de

setembro de 1914 pediu a cessação das hostilidades; no dia 1º de novembro indicou os meios para o retorno à paz: renúncia aos egoísmos nacionais, adoção do confronto e das negociações; no dia 28 de julho de 1915, numa nota aos governos, indicou alguns pontos a serem considerados para a solução do conflito: renúncia ao uso das armas, recurso à diplomacia, reparação dos danos, respeito a cada nacionalidade, arbitragem internacional.

Em nota endereçada, dia 1º de agosto de 1917, às potências beligerantes, o papa propôs como base o desarmamento, a liberdade dos mares, a arbitragem nas controvérsias, a recíproca quitação das despesas da guerra, a restituição dos territórios ocupados, a solução em espírito de equidade das questões territoriais pendentes entre a Alemanha e a França. Todavia, a iniciativa não teve resultados positivos.

No último ano da guerra, o papa manteve um eloquente silêncio sobre os problemas políticos, voltando sua atenção para os motivos estritamente religiosos, apoiando inclusive o despertar da devoção ao Sagrado Coração de Jesus, em vista da renovação interior de todo o mundo contemporâneo. Mesmo assim, a Santa Sé continuou seus esforços para uma verdadeira reconciliação entre os povos para superar os ressentimentos e restabelecer relações pacíficas. Ao lado do papa, não se pode esquecer também, grandes pastores que diante dos sofrimentos do povo defenderam-no e protestaram contra as injustiças, como foi o caso do cardeal Mercier, na Bélgica.

5

A Teologia da Neocrisandade na Igreja Universal no pontificado de Pio XI

A eleição de Pio XI deu-se após longos conclaves, visto que havia uma clara luta entre moderados e conservadores entre os membros do colégio cardinalício. Aquiles Ratti nasceu em 1856. Exegeta e filósofo, conhecia várias línguas e foi professor do seminário e diretor da Biblioteca Ambrosiana. Chamado por Pio X, foi trabalhar na Biblioteca do Vaticano, onde se tornou prefeito em 1914. Foi visitador Apostólico e depois Núncio em Varsóvia, onde pôde conhecer de perto a experiência revolucionária. Nomeado cardeal e arcebispo de Milão, em 1921, foi eleito papa em 1922.

Pio XI Tinha notável capacidade de trabalho e forte senso da própria autoridade. Substancialmente desconfiado da política, da democracia e até dos partidos de inspiração católica, preocupava-se principalmente em salvaguardar e promover os interesses religiosos da Igreja.

O ano de 1922, da morte de Bento XV e da eleição de Pio XI, coincide com o ano do sucesso fascista na Itália e da proclamação oficial do nascimento da URSS. 1939, ano de sua morte, é o ano da explosão da 2ª Guerra Mundial.

Como Bento XV, Pio Xi procuraria restabelcer em toda a parte a presença da Igreja, tirando partido da situação do pós-guerra; mas, a essa intenção, inspirada por um empirismo clarividente, o novo papa acrescentaria uma outra, bem mais vasta, que lhe era imposta pela concepção grandiosa que tinha da missão da Igreja, essa que o seu núncio na França, mons. Cerretti, formulava ao falar de 'soberania espiritual'. Ao mesmo tempo, portanto, em que ia fechar, com brio, o período de estabilização e de reordenação que fora o dos anos imediatos à guerra, o papa prepararia o terreno sobre o qual a Igreja, como ele pressentira, teria de travar outras lutas, nas quais seria posta em causa precisamente a soberania do espiritual.¹⁰⁸

¹⁰⁸ ROPS, 2006. p. 333.

Assim, o próprio contexto sugere dramaticidade ao seu pontificado: fascismo, nazismo, totalitarismo stalinista. A cultura mundial é também caracterizada por múltiplas orientações que salientam o clima de medo, angústia e drama.

No campo católico, essa é uma temporada particularmente rica, com o amadurecimento das reflexões de Maritain, Mounier, Bernanos, De Lubac, Marrou; no campo protestante, de Barth.

No entanto, Pio XI¹⁰⁹ orientou seu pontificado segundo algumas linhas bem precisas:

- a) Realizou a conciliação com o Estado italiano através do pacto de Latrão;
- b) Dedicou-se à promoção das atividades missionárias;
- c) Lutou contra os regimes totalitários dominantes;
- d) Procurou continuamente afirmar a autoridade moral e religiosa da Igreja, principalmente através das encíclicas.

5.1

O Pontificado de Pio XI e seu programa de ação: uma tentativa de instalar a neocristandade no mundo

A 6 de fevereiro de 1922 foi eleito o cardeal Archille Ratti como sucessor de Bento XV, adotando o nome de Pio XI¹¹⁰. Possuía um temperamento

¹⁰⁹ “O caminho indicado por bento XV iria ser seguido pelo seu sucessor com toda a energia de uma personalidade excepcionalmente forte. Política ‘aberta’, decidida a restabelecer contacto com os homens do seu tempo – eis o que anunciava o primeiro gesto público que Pio XI realizou: a bênção *Urbi et Orbi* que, a 6 de fevereiro de 1922, no princípio da tarde, logo a seguir à eleição, deu à multidão, do alto da *Loggia* exterior da Basílica de São Pedro, e não da galeria interior, como tinham feito os seus três predecessores. O gesto causou em todo o mundo uma enorme sensação.” (ROPS, 2006. p.333)

¹¹⁰ “No intuito de renovar toda a sociedade humana no espírito de Cristo, Pio XI conclamou à Ação Católica, na qual- apoliticamente – os fiéis de todas as categorias e grupos etários deveriam unir-se. – Suas encíclicas exsurgem do seu magistério: em 1930, ‘Sobre o matrimônio cristão’, em 1931, a ‘Quadragesimo anno’, uma encíclica social, publicada 40 anos depois do surgimento da primeira encíclica social, de Leão XIII; em 1926, sobre as missões; em 1931, sobre a educação cristã; em 1935 sobre o sacerdócio; em 1937, sobre o comunismo ateu; e, também em 1937, contra o nacional-socialismo (nazismo), com o título ‘Mit Brennender Sorge’ (com preocupação ardente). – Em 1937, instalou o papa a ‘pontificia Academia de Ciências’. – tem-se chamado Pio XI o papa das missões. Efetivamente, seu empenho pela formação de um clero indígena e de uma hierarquia nativa

voluntarioso e autoritário e uma grande disposição para o trabalho. Segundo Aquiles Pintonello¹¹¹, Pio XI era um “homem ponderado e enérgico, Pio XI era inteligente dotado de uma memória extraordinária. Firme no cumprimento do dever, demonstrou, demonstrou estar sempre consciente da situação nos momentos difíceis. Não era um bom orador”. Seu caráter não permitia transigir sobre princípios.

Ao começar seu pontificado, Pio XI procurou acalmar os ânimos, apelando para que cessassem as violências do social-comunismo contra as instituições da Igreja. Proibiu aos sacerdotes de participar de partidos políticos, incluindo o Partido Popular (o atual Partido democrata cristão, N. do T.), obrigando assim o Padre Sturzo (fundador desta entidade) a renunciar ao cargo de secretário do partido. Apreciou a obra do governo italiano para assegurar os transportes e o serviço de segurança por ocasião do jubileu de 1925, junto a outras providências que favoreceram a Igreja.¹¹²

Ademais Pio XI era um adversário declarado do liberalismo laicista que queria excluir a Igreja da vida social. Todo o empenho do novo papa se concentrava na “recristianização” da sociedade: as nações deveriam reconhecer novamente a Jesus Cristo como seu Rei e soberano Senhor. Com seu lema “*Pax Christi in Regno Christi*”, Pio XI visava à restauração da “cristandade” em moldes renovados. Já na sua Encíclica inaugural “*Ubi arcano*” em 23 de dezembro de 1922, anunciava seu programa de um “catolicismo combatente” e na Encíclica “*Quas Primas*” de 11 de dezembro do Ano Santo de 1925, com a qual institui a festa litúrgica de Cristo Rei afirmando

E agora se mandamos que Cristo rei seja venerado por todos os católicos do mundo, com isso providenciáramos para as necessidades dos tempos presentes e traríamos um remédio poderosíssimo àquela peste que atinge a sociedade humana. A peste de nossa idade é o assim chamado laicismo, com seus erros e seus ímpios incentivos.¹¹³

refletiram-se, entre outras iniciativas, na ordenação episcopal por ele conferida a numerosos presbíteros das terras de missão.” (WOLLPERT, 2008. p. 160)

¹¹¹ PINTONELLO, 1986. p. 157.

¹¹² PINTONELLO, 1986. p. 158.

¹¹³ Pio XI. *Quas Primas*. 1925. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

Entre os diversos meios, propostos pelo papa, destacam-se as Concordatas com diversos Estados e a arregimentação dos leigos na Ação Católica, a qual ele buscou fortificar sua organização.

5.1.2

Impulso à atividade missionária

No pontificado de Pio XI já se percebem sinais de uma verdadeira renovação da vida eclesial que se caracteriza por uma dupla orientação:

- a) O retorno às fontes;
- b) A presença cristã na realidade do mundo.

No campo missionário, Pio XI deu continuidade às diretrizes de seu antecessor. Publicou a 28 de fevereiro de 1926 a Encíclica “*Rerum Ecclesiae*”, dando especial atenção ao recrutamento do clero indígena e à implantação de Igrejas locais com hierarquia própria.

Antes de mais nada chamamos vossa atenção para quanto importa que os indígenas sejam adscritos ao clero: se isso não for feito quanto mais possível, julgamos que vosso apostolado não só resultará diminuído, mas a longo prazo acabará por ser obstaculizado e retardado ao estabelecer-se e organizar-se a Igreja nessas regiões. Com prazer confessamos e reconhecemos que em algum lugar já se começou a pôr em ato e provar erigindo seminários nos quais jovens indígenas de boas esperanças são devidamente instruídos e formados para ascender à dignidade sacerdotal e para ensinar na fé cristã os da própria raça; não obstante estamos ainda muito longe de meta à qual é necessário chegar nessa matéria.¹¹⁴

Ainda em 1926 o papa Ratti sagrou na Basílica de São Pedro os primeiros seis bispos chineses. Assim, lentamente a ideia de missões estrangeiras se transformou em vocação das jovens Igrejas Particulares. Realmente este papa “Foi grande incentivador das obras missionárias internacionais e do estudo da missiologia”.¹¹⁵

¹¹⁴ Pio XI. *Rerum Ecclesiae*. 1926a. p. 78. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

¹¹⁵ **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

A mesma abertura Pio XI não demonstrou quanto ao relacionamento com os cristãos não-católicos. A Encíclica “*Mortalium Animos*” de 6 de janeiro de 1928, qualifica desdenhosamente de “pancristãos” os defensores do diálogo ecumênico. Vejamos, a seguir, o texto do papa sobre congressos ecumênicos

Sem dúvida, estes esforços não podem, de nenhum modo, ser aprovados pelos católicos, pois eles se fundamentam na falsa opinião dos que julgam que quaisquer religiões são, mais ou menos, boas e louváveis, pois, embora não de uma única maneira, elas alargaram e significam de modo igual aquele sentido ingênito e nativo em nós, pelos qual somos levados a Deus e reconhecemos obsequiosamente o seu império. Erram e estão enganados, portanto, os que possuem esta opinião: pervertendo o conceito da verdadeira religião, eles repudiam-na e gradualmente inclinam-se para o chamado naturalismo e para o ateísmo. Daí segue claramente que quem concorda com os que pensam e empreendem tais coisas afasta-se inteiramente da religião divinamente revelada¹¹⁶.

Assim, a Igreja, durante cerca de 20 anos, simulara ignorar simplesmente o movimento ecumênico.

5.1.3

Posição frente aos regimes de força: Fascismo e Nazismo

Frente aos regimes de forças emergentes na época, podemos distinguir dois momentos diferentes na atitude da Igreja:

- a) Inicialmente, nota-se uma real simpatia por parte da autoridade eclesiástica; o nacionalismo-social e o fascismo defendiam princípios caros ao catolicismo, como a valorização da ordem-disciplina e o respeito da autoridade;
- b) Progressivamente, há um distanciamento dos ideais totalitários, chegando-se a posições de resistência e condenação de sua ideologia.

O nacionalismo, tendo como ponto de partida a concepção hegeliana do Estado ético, representa, na verdade, a encarnação do espírito absoluto, desligado de toda referência ao transcendente. Considera-se, efetivamente, a fonte de todos

¹¹⁶ Papa Pio XI. *Mortalium Animos*. 1928. p.106. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

os direitos, com poderes absolutos inclusive sobre os indivíduos. Transforma o amor à Pátria em culto idolátrico da Pátria, contribuindo assim a um profundo desprezo de outras culturas e raças. É na Alemanha, com Hitler, queo nazismo, ou seja, um socialismo nacionalista, organizado num regime totalitário e na Itália com Mussolini, o fascismo em base de um corporativismo estatal e do culto ao chefe: “*Il duce*” que o espírito nacionalista assume formas perigosas de organização sócio-política com nefastas consequências para o equilíbrio europeu.

Nos primeiros tempos, Pio XI pensava em poder servir-se dos novos regimes de força para restaurar o Estado Cristão, sobretudo na Itália. Neste contexto, situam-se as dez Concordatas, quatro Convenções e dois *modus vivendi* realizados durante seu pontificado. Particularmente importantes foram os Acordos do Latrão de 1929, levados a termo por Mussolini, o líder fascista, e o cardeal Pietro Gasparri, secretário de Estado de Pio XI. Há um inegável paradoxo nesses entendimentos entre os dois poderes: a Igreja reivindica sua liberdade e independência, obtidas de um regime que defendia o totalitarismo estatal e, no fundo, pretendia instrumentalizar a instituição eclesiástica para seus fins políticos e ideológicos. Aliás, o próprio Mussolini não deixava dúvidas sobre seus intentos: em maio de 1929 declarou na Câmara dos Deputados que “no Estado, a Igreja não é soberana; que o Estado fascista é católico, mas é, antes de tudo, fascista, exclusivamente, essencialmente, fascista”¹¹⁷.

Pouco tempo depois da estipulação dos Tratados de Latrão começam a deteriorar-se as relações entre a Igreja e o fascismo, com dois momentos de grande tensão: em 1931, por causas das ameaças contra a Ação Católica, e em 1938/39, devido às aplicações das leis racistas. Pio XI não apenas acusa a violação de princípios contidos nos Acordos de 1929, mas denuncia com vigor a lesão de direitos humanos fundamentais por parte de um poder totalitário. Com a Encíclica “*Non Abbiamo Bisogno*” de 29 de junho de 1931, Pio XI formula uma explícita condenação do Estado totalitário fascista, e declara o direito inalienável da Igreja em relação à educação da juventude.

¹¹⁷ Schilling, Voltaire. **A Igreja e o Fascismo**. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:GCzcOCrTrHsJ:educaterra.terra.com.br/voltaire/seculo/2006/03/10/000.htm+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

Trata-se, além disso, do direito não menos inviolável que a Igreja possui de cumprir o divino mandato de seu divino fundador, de levar às almas, a todas as almas, todos os tesouros de verdade e de bem, doutrinários e práticos, que ele veio trazer ao mundo, ‘ide, ensinai todas as gentes... ensinando-as a observar todas as coisas que vos mandei’ Mt 28,19-20. Pois bem, o divino Mestre, criador e redentor das almas, mostrou por si mesmo, com o seu exemplo e com a sua palavra, qual o lugar que a infância e a juventude devem ocupar neste mandato absoluto e universal: ‘Deixai as crianças e não as impeçais a que venham a mim’. Mt 19,13 e ss. [...] perseguir, como se veio fazendo, com esta intenção, de maneira mais ou menos dissimulada, à Ação católica; dissolver, com esta finalidade, as associações juvenis, como se fez há pouco, equivale, verdadeira e propriamente a impedir que a juventude vá a Jesus Cristo que é o mesmo que impedi-la a ir à Igreja, pois onde está a Igreja aí está Jesus Cristo. Já se chegou ao extremo de arrancar violentamente essa juventude do regaço de uma e de outro.¹¹⁸

A Concordata com o *Reich*, já sob o poder do nacional-socialismo de Hitler, conduzida pelo Secretário de Estado, o cardeal Eugênio Pacelli, tentou salvar o salvável para os católicos alemães. Na realidade, contribuiu para entorpecer a consciência dos fiéis daquele país, além de não ter muita utilidade, pois o *Führer* simplesmente não observou suas cláusulas. Frente à acumulação das violências nazistas, Pio XI decidiu condenar publicamente o nacional socialismo. A Encíclica *Mit Brennender Sorge*, preparada secretamente com a ajuda do cardeal Michael Faulhaber (1869-1952), arcebispo de Munique, data de 14 de março de 1937 e foi introduzida sob grande sigilo na Alemanha, acusando notável impressão e profunda irritação entre os dirigentes hitlerianos. Neste documento o papa declara que:

Quem pega da raça, ou do povo, ou do Estado, ou da forma de Estado, ou dos senhores do poder, ou de qualquer outro valor essencial à comunidade humana – coisas que na cidade terrestre ocupam lugar honroso e justo - para os deslocar da sua devida escala de valores e elevá-los ao pedestal onde os diviniza e lhes presta culto idólatra, - perverte e falsifica a ordem das coisas criadas e estabelecidas por Deus, está longe da verdadeira fé em Deus e da concepção de vida correspondente a essa fé.¹¹⁹

¹¹⁸ Pio XI. Non Abbiamo Bisogno. 1931b. p.357/358. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

¹¹⁹ Pio XI. Mit Brennender Sorge. 1937a. p.528. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

5.2

A Ação Francesa

A Ação Francesa (*Action Française*), fundada em 1898, foi um movimento político constituído na época do caso Dreyfus e recebeu um forte impulso de Charles Maurras, em 1908, quando assumiu a direção do movimento, dando-lhe um caráter pessoal, caracterizando o movimento por uma violenta ideologia nacionalista, monárquica e integralista, apresentando o interesse nacional como um valor absoluto. Nasceu, como consequência, de uma direita nacionalista, antiliberal e antiparlamentar. A Ação Francesa pretendia a monarquia na França.

Ainda que não-crente, Maurras considerava o catolicismo uma necessidade política e exerceu uma notável influência sobre os católicos conservadores. Antes da guerra, apenas uma parte do mundo católico francês havia aderido ao programa, mas depois de 1918, o movimento fez grandes progressos, seja no meio dos intelectuais parisienses quanto da burguesia do país, que se sentindo atrasada em relação à evolução da economia, culpava a classe política dirigente. Na metade dos anos 20, o movimento obtinha uma crescente adesão dos jovens. Não foram poucos os católicos que se deixaram enganar pelo seu anticapitalismo de fachada.

A brutalidade demonstrada nas reuniões públicas e a violenta propaganda contra os imigrantes estrangeiros e contra os maçons, os socialistas, os comunistas e o “capitalismo anônimo” criaram um clima de contagiante violência, apresentando aqueles elementos de agitação, de milícia privada e de mística obediência que, na Alemanha, levaram à ditadura hitlerista.

Pio XI, que estava prestes a organizar a Ação Católica subordinada à direção da hierarquia eclesiástica, seguiu de perto suas publicações e quase chegou a se convencer que se tratava de uma nova forma de “modernismo político e social”. Por isso, decidiu intervir, adotando medidas disciplinares, inclusive contra os membros da hierarquia e da Cúria que resistissem às suas diretrizes. Assim, o cardeal de Bordeaux, D. Andrieu, posicionou-se contra a Ação Francesa em 1926 e um ano depois o papa interveio e através da Penitenciaria Apostólica impôs rígidas disposições contra os renitentes. O movimento respondeu com um artigo e a polêmica continuou até Pio XII.

Esses acontecimentos, na França, contribuíram para que os católicos franceses pudessem ingressar novamente na vida política, antes afastados. Liberou

as forças do mundo católico que depois se empenharam na Ação Católica e na ação social cristã; permitiu a virada religiosa que se traduziu numa maior vitalidade das obras sociais das dioceses e no aumento das vocações sacerdotais. No plano mais geral da Igreja, esse evento assinalava um passo importante, porque era a primeira vez que a Igreja punha precisos limites à direita, tendo em vista a atuação dos católicos.

5.3

A luta contra o laicismo

A luta contra o laicismo dá-se especificamente num país latino-americano: o México. As relações entre Igreja e Estado nesse país tornavam-se cada vez mais tensas. Alguns estudiosos afirmam que os homens de Estado da república tinham a nítida intenção de fazer com que seu país desse um salto qualitativo, libertando-o dos resíduos das velhas estruturas que restavam da herança dos séculos de dominação espanhola, e só indiretamente foram levados a combater a Igreja. Estaria repetindo-se o que aconteceu na Itália.

Todavia, a legislação mexicana dos anos 1917-30 é anticlerical e a classe dirigente pouca atenção dá às antigas tradições indígenas e à cultura tipicamente nativa e ao persistente subdesenvolvimento das classes rurais. Entre 1917 e 1929 uma minoria bem preparada intelectualmente (altos militares, advogados, juristas) esforçou-se em erradicar do país, em sua grande maioria profundamente católica, se não a fé cristã, ao menos toda influência social da Igreja. Não é de admirar que uma minoria, culturalmente qualificada, tenha conseguido subjugar por decênios uma ampla maioria, intelectualmente inferior: a história é, às vezes, guiada e vencida pelas minorias combativas e bem preparadas. No entanto, quando em 1979 João Paulo II fez sua viagem até o México, o povo mexicano demonstrou que a tentativa de descristianização tinha fracassado e que o povo mostrava fidelidade ao chefe da Igreja, visto que foi acolhido entusiasticamente por uma verdadeira multidão.

No dia 5 de fevereiro de 1917, foi assinada a Constituição do México que representa a expressão mais clara da vontade de subtrair o próprio país a toda influência social da Igreja católica. Em síntese:

- a) A *escola* (art. 3) deve proporcionar um conteúdo substancialmente laico, ou seja, alheio a toda doutrina religiosa;
- b) Proibia-se aos institutos religiosos de colaborar de qualquer modo que fosse com a instrução primária e secundária;
- c) Proíbiam-se os *votos religiosos* (como contrários à liberdade do homem) e a fundação de *casas monásticas*, nome que facilmente se interpretava como “casas religiosas”;
- d) Confiscavam-se os *bens eclesiásticos* (art. 27);
- e) Reconhecia-se apenas o *matrimônio civil* (art. 30);
- f) Quanto ao clero, podia ser somente mexicano e privado dos direitos políticos e só poderia receber herança dos parentes bem próximos.

Todavia, a lei foi aplicada somente em 1926 o que levou ao fechamento de diversas escolas católicas; à redução do número de sacerdotes; registro oficial de todas as igrejas e também ficou proibida qualquer manifestação religiosa a não ser dentro dos edifícios de culto; era proibido o uso de qualquer hábito religioso fora das igrejas.

Os sacerdotes e religiosos estrangeiros são expulsos; os colégios para a instrução cristã dos meninos e das meninas são fechados, porque destacados com algum nome religioso, o porque de posse de alguma estátua ou outra imagem sagrada; da mesma forma fechados muitíssimos seminários, escolas, conventos e casa anexas às igrejas. Em quase todos os estados foi limitado e fixado ao mínimo o número dos sacerdotes destinados a exercer o ministério sagrado, e eles não o podem exercer se não estão inscritos no registro do magistrado, ou não receberam dele a licença. Nalgumas partes foram postas condições tais ao exercício do ministério, que, se não tratasse de coisa tão lastimável, seriam motivo de riso: como por exemplo, que os sacerdotes devem ter uma idade fixa, estar unidos no assim chamado matrimônio civil e não batizar senão com água corrente. Num dos estados da federação foi decretado que não houvesse mais do que um bispo dentro dos seus confins, e sabemos que dois bispos tiveram que ir embora, no exílio, das suas dioceses. Obrigados depois pela situação que se criou, outros bispos tiveram de se afastar da sua própria sede, outros foram levados aos tribunais: muitos foram presos e os outros estão próximos de ser presos. Além disso, a todos os mexicanos que, ou se dedicam á educação da infância ou da juventude, ou a outros ofícios públicos, foi exigido que respondessem se estavam com o presidente da república e se aprovavam a guerra feita á religião católica: os mesmos foram além disso obrigados, para não serem removidos do ofício, a tomar parte, junto com os soldados e os

operários, num desfile imposto por aquela Liga socialista que chamam Liga Regional Operária do México.¹²⁰

O episcopado mexicano tomou a seguinte postura: as igrejas, ainda que se mantivessem abertas ficariam sem missa, sem assistência do clero. O culto e a pastoral haveriam de continuar fora da igreja, portanto, ilegal e por isso clandestino. A Santa Sé aprovou essa linha. Tratava-se de um autêntico desafio ao governo. Muitos desentendimentos ocorreram, mas com o passar do tempo, a situação melhorou. As leis não foram anuladas, mas a aplicação, hoje, é branda. Mas em 1937 o Papa Pio XI, com sua encíclica *Fimissimam Constantian*, faz este convite aos mexicanos:

As condições especiais de vossa pátria obrigam-nos a chamar vossa atenção para o necessário, imperioso e imprescindível cuidado aos meninos, cuja inocência está sempre ameaçada e cuja educação e formação cristãs se acham submetidas a tão dura prova. A todos os católicos mexicanos impõem-se estes dois graves preceitos: o primeiro, negativo, de afastá-los o quanto possível da escola ímpia e corruptora; o segundo, positivo, de dar-lhes esmerada instrução religiosa e a devida assistência para manter sua vida espiritual. Sobre o primeiro ponto, tão grave e delicado, tivemos ocasião, recentemente, de manifestar-vos nosso pensamento. No que diz respeito a instrução religiosa, sabemos com quanta insistência vós mesmos a haveis recomendado a vossos sacerdotes e a vossos; apesar de tudo, repetimo-vos que, sendo este na atualidade um dos mais importantes e capitais problemas para a Igreja mexicana, é necessário [...] de modo que os sacerdotes e membros da Ação Católica se apliquem com todo ardor e sem recusar ante nenhum sacrifício, afim de conservar Deus e para a Igreja estes pequeninos, pelos quais o divino Salvador mostrou tão grande predileção.¹²¹

Os religiosos puderam voltar para suas casas e andar com os hábitos que lhes são próprios; abriram-se escolas dirigidas por religiosos; o limite numérico de sacerdotes foi amplamente superado. A fé enraizada no povo, o zelo de muitos sacerdotes, a firme direção dos bispos e o apoio do papa, tinham levado a uma grande vitória.

¹²⁰ Pio XI. *Iniquis Afflictisque*. 1926b. p.96. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

¹²¹ Pio XI. *Firmissimam Constantiam*. 1937c. p.610/611. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

5.4

A relação entre a Igreja e o Facismo

Numa sociedade que surgiu como “a sociedade dos totalitarismos de massa”, a Igreja elaborou o seu projeto sem procurar apoiar-se num partido católico. Na Itália, nos anos 20, o movimento católico contava com uma presença difusa, enraizada no meio do povo. Esse movimento acabou tornando-se um projeto político que desembocou no Partido Popular do Pe. Sturzo. Esse movimento propôs algumas reformas institucionais: voto proporcional, direito de voto às mulheres, reforma da burocracia e dos ordenamentos jurídicos, simplificação da legislação e autonomia municipal. Firmou-se num momento histórico em que não há unidade política entre os católicos; é um partido centrado no empenho dos leigos que se inspiram nos princípios cristãos. No entanto, não apresentou muita eficácia na defesa da Igreja e não pôde aspirar ao status de seu autêntico representante.

A Igreja via a política como um setor que se afastara da verdade; o liberalismo e os totalitarismos de direita e de esquerda eram vistos como *diferentes momentos dessa posição*. Assim, a Igreja distancia-se dos regimes políticos e fecha-se no interior de um projeto. O partido popular não conseguiu impor-se no centro da ação da Igreja e dos católicos.

O fascismo é regime de tipo novo, baseado no consenso e que procura organizar o consenso popular. Não se pode prescindir do consenso popular, mas se percebe também que não é possível contrariar o modo de pensar da coletividade, quando este está enraizado nas consciências. E a consciência da grande maioria do povo italiano é católica. O fascismo nasce anticlerical e anti-religioso e se tornará, em relação à Igreja católica, um regime concordatário. Precisava de um inimigo e este era o socialismo. O fascismo tinha necessidade de um aliado e este só podia ser a base católica.

As relações entre a Igreja e o Estado fascista tiveram sempre um caráter reservado; dois foram os momentos de tensão: em 1931, quando o partido ameaçou a ação católica e em 1938-39, com a aplicação das primeiras leis raciais.

Quando a Igreja publicou a encíclica *Quadragesimo anno* em 15 de maio de 1931, acabou confirmando no fascismo os ciúmes de uma igreja que reivindicava sua competência até mesmo nas questões sociais, como observa-se, o papa,

resgatando ensinamentos de Leão XIII na sua encíclica *Rerum Novarum*, inclusive faz afirmações sobre o salário pago aos funcionários

O justo valor da paga deve ser avaliado, não por um, mas por vários princípios, como sabiamente dizia Leão XIII por estas palavras: ‘para determinar equitativamente o salário, devem ter-se em vistas várias considerações’.

Com estas palavras refuta a leviandade dos que pensam resolver facilmente tão momentoso problema, empregando uma única medida, e essa mesma disparatada.

Erram certamente os que não receiam enunciar este princípio, que tanto vale o trabalho e tanto deve ser a paga, quanto é o valor do que se produz; e que por isso na locação do próprio trabalho tem o operário direito de exigir para si tudo o que produzir. Asserção infundada, como basta a demonstrá-lo o que acima dissemos ao tratar da relação entre o trabalho e o capital.¹²²

O governo decidiu pela dissolução das associações da juventude católica e da federação dos universitários católicos. Pouco tempo depois o governo proclamava seu respeito pela Igreja, mas confirmava suas acusações contra a ação católica.

5.5

Encíclicas de Pio XI

5.5.1

A encíclica programática: *Ubi Arcano Dei*.

Esta encíclica, a primeira do pontificado de Pio XI, publicada em 23 de dezembro de 1922, também conhecida como encíclica programática de seu pontificado, vê o mundo num contexto muito triste e pessimista, por exemplo, quando fala da demora em publicar sua primeira encíclica, o Pontífice, afirma:

Várias causas nos impediram até agora de realizar este desejo. Primeiramente foi preciso responder às delicadas mensagens dos católicos [...] Depois tivemos que tomar conhecimento das preocupações cotidianas que são a solicitude de todas as Igrejas [...] E novos problemas vieram juntar-se à tarefa ordinária de

¹²² Pio XI. *Quadragesimo Anno*. 1931a. p.300. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

nosso cargo, foi-nos necessário prosseguir os entendimentos da mais alta importância que encontraríamos iniciados a respeito da Terra Santa, bem como o estatuto que devia dar segurança aos cristãos e às Igrejas entre todas veneráveis daquele país. Fiel a nossa missão, tivemos que defender, depois das conferências em que os Estados vencedores discutiram a sorte dos povos, a causa, a um tempo, da caridade e da justiça pedindo-lhes sobretudo para prestarem a merecida consideração aos interesses espirituais, cujo valor é superior aos dos interesses temporais. Fomos ainda levados a buscar os meios de socorrer numerosas populações longínquas minadas pela fome e pelos sofrimentos de toda a sorte, e nisto temos trabalhado ou enviando-lhes os mais largos auxílios, ou fazendo apelo ao mundo inteiro. [...] neste país [...] foi-nos mister empregar esforços para apaziguar os conflitos que os excessos da violência multiplicavam desde algum tempo e pareciam ameaçar esta tão cara nação de piores perigos.¹²³

Ao mencionar a realidade do mundo, Pio XI, apresenta também os males da sociedade no contexto.

- a) A falta de paz;
- b) Luta de classe e desordem civil;
- c) Crise do clero;
- d) Nacionalismo exagerado;
- e) O afastamento de Deus, sobretudo na família e na escola;
- f) Discórdias internas em diversos países;
- g) Desagregação das famílias.

O pontífice anuncia também as causas para este tempo:

Tais são as desgraças de que sobre o mundo presentemente. Esforcemo-nos agora por lhe buscar as causas, conquanto já as tenhamos de algum modo indicado. Primeiramente, veneráveis irmãos. Parece-nos ouvir o divino Consolador e Médico das enfermidades humanas de novo afirmar: ‘Todos estes males procede, de dentro’. (Mc 7,23) É certo que se assinou solenemente a paz entre os beligerantes. Mas, se a paz foi consignada em instrumentos diplomáticos, não foi gravada nos corações e é nos corações que, ainda nesta hora, pululam paixões bilicosas cada dia mais nefastas à sociedade. Por muito tempo e em toda a parte triunfou o direito da força. Insensivelmente destruiu os sentimentos de bondade e de misericórdia postos no coração do homem pela natureza e pela lei da caridade cristã aperfeiçoados.¹²⁴

¹²³ Pio XI. Ubi Arcano. 1922. p.14. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

¹²⁴ Pio XI. Ubi Arcano. 1922. p.22. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

Para Pio XI a única saída é o apelo a motivações de caráter religioso e moral. Esses males têm como causa o afastamento de Deus por parte da sociedade: Deus expulso da legislação, da escola, da família, mediante a redução do matrimônio a mero contrato civil e a rejeição da autoridade da Igreja. Afirma também que a Igreja, sendo sociedade perfeita, depositária e intérprete do pensamento divino, é também guia das outras sociedades; que a paz interna só será obtida se se voltar a confiar nos princípios de Cristo.

Só a Igreja, de posse da verdade e do poder de Cristo, tem a missão de dar aos espíritos a formação que convém: ela somente está em condições de fortalecer hoje a verdadeira paz de Jesus Cristo, como de consolidá-la para o futuro. Conjurando as ameaças iminentes de novas guerra a que nos temos referido, só ela, em virtude do mandato e da ordem divina, ensina a obrigação que têm os homens de conformar à lei eterna de Deus toda sua atividade pública ou privada, seja como particulares, seja como membros da coletividade. O que se refere ao bem de muitos é mais importante que o que diz respeito ao bem individual.¹²⁵

Nesta primeira encíclica o papa ainda apresenta a esperança de continuar o primeiro Concílio Ecumênico Vaticano “convocar, oportunamente, em Roma, capital do mundo católico, uma assembleia solene, análoga, encarregada de aplicar os remédios mais apropriados a esta perturbação da sociedade humana.”¹²⁶

Sobre a Ação Católica, o papa a define como “Santa Batalha”, e que é a ele “muito querida”¹²⁷ bem como, “todas as que se dedicam à difusão da sã doutrina e à santificação das almas [...] que tem por objetivo a conservação e desenvolvimento das missões entre os infieis”¹²⁸. Sobre a Relação Igreja e Estado, objetivamente afirma:

À Igreja não se atribui o direito de intervir sem razão na direção dos negócios temporais e puramente políticos, mas tem direito de intervir quando procura evitar que o poder político tire pretexto da política, quer para restringir de qualquer maneira os bens superiores de que depende a salvação eternas dos homens, quer

¹²⁵ Ibid.. p.31.

¹²⁶ Ibid p.35.

¹²⁷ Ibid. p.37.

¹²⁸ Pio XI. **Ubi Arcano**. 1922. p.36. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

para prejudicar os interesses espirituais, quer para, por meio de leis e decretos iníquos, desferir graves golpes à divina constituição da Igreja, quer, finalmente, para conculcar os direitos de Deus sobre a sociedade civil.¹²⁹

O pontífice como de costume encerra a encíclica, com sua bênção convocando todos os homens de boa vontade a lutar pela paz e a rezarem pelo bom êxito de seu pontificado.

5.5.2

Quas Primas

Com a publicação desta encíclica, *Quas primas*, em 11 de dezembro de 1925, cujo objetivo é a instituição da festa de Jesus Cristo rei, o papa retoma a linha da visão pessimista do contexto do mundo usada em sua encíclica programática,

[...] enquanto procurávamos individuar as causas principais das calamidades pelas quais víamos oprimido e angustiado o gênero humano – proclamamos claramente que esta abundância de males invadiram a terra porque a maioria dos homens tinha-se afastado de Jesus Cristo e de sua lei santíssima, tanto na sua vida e costumes, como na família e no governo do Estado.¹³⁰

Nesse texto Pio XI, também manifesta a explícita vontade de contrapor-se à difusão do ateísmo mediante a afirmação do domínio de Cristo sobre todos os aspectos da vida, inclusive os sociais e políticos. Pois esse Papa entende que Cristo reina sobre as mentes humanas e Ele reina “não somente pela grandeza do seu pensamento pela amplidão da ciência, mas também porque ele é Verdade. É necessário que os homens hauram e recebam dele, com obediência, a verdade”¹³¹.

Os instrumentos concretos para a realização desse programa são:

- a) Centralidade da doutrina social da Igreja para resolver os problemas do mundo;

¹²⁹ Ibid. p.42.

¹³⁰ Pio XI. *Quas Primas*. 1925. p.42. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

¹³¹ Pio XI. ***Quas Primas***. 1925. p.49. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

- b) Incentivo à Ação Católica, tendo em vista a recristianização do social;
- c) Grande coesão interna da Igreja, a ser buscada inclusive através de uma organização capilar da vida das paróquias.

A finalidade da instituição desta festa seria para que todos os homens possam conhecer a dignidade régia de nosso Senhor, para que frutos de fé durem e existam com profundidade na sociedade, para o Papa a festa também é importante, pois,

sendo o homem composto de alma e de corpo, precisa ser solicitado pelas solenidades exteriores, de forma que pela variedade e beleza dos ritos sagrados, receba no ânimo os ensinamentos divinos e, convertendo-os em substância e sangue, sirvam-lhe ao progresso de sua vida espiritual.¹³²

Essa solenidade colabora ainda, para restaurar o reino de Cristo, que segundo o pontífice ao longo da história da humanidade caiu em um profundo esquecimento, pois o laicismo, sendo “uma peste que assola nosso tempo, com seus erros. Que há muito se oculta nas entranhas da sociedade”¹³³, é preciso ser vencido, e isso se dará sobretudo pelo conhecimento da realeza de Cristo

5.5.3

***Mortalium Ânimos*: promover a verdadeira unidade religiosa**

A publicação dessa encíclica deu-se em 06 de janeiro de 1928, mantém a mesma característica das outras duas já mencionadas a cima, a visão pessimista do mundo, “pois, embora as nações ainda não usufruam plenamente dos benefícios da paz, antes, pelo contrário, em alguns lugares, antigas e novas discórdias vão explodindo em sedições e em conflitos civis”.¹³⁴

O Papa apresenta a única forma para manter a verdadeira unidade religiosa. Essa maneira é reconhecer a Igreja Católica Apostólica Romana como a única religião revelada, pois somente uma religião pode ser a verdadeira. Assim os

¹³² Ibid. p.58/59.

¹³³ Ibid. p.60.

¹³⁴ Pio XI. **Mortalium Animos**. 1928. p.105. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

católicos devem reprovar a realização de congressos ecumênicos e não participar dos mesmos. Outro erro que decorre dessas afirmações seria a união de todos os cristãos, pois debaixo desses argumentos se ocultaria um erro gravíssimo.

Os chamados pancristãos espalham e insuflam essas e outras coisas da mesma espécie. E eles estão tão longe de serem poucos e raros mas, ao contrário, cresceram em fileiras compactas e uniram-se em sociedades largamente difundidas, as quais, embora sobre coisas de fé cada um esteja imbuído de uma doutrina diferente, são, as mais das vezes, dirigidas por acatólicos. Esta iniciativa é promovida de modo tão ativo que, de muitos modos, consegue para si a adesão dos cidadãos e arrebatam e alicia os espíritos, mesmo de muitos católicos, pela esperança de realizar uma união que parecia de acordo com os desejos da santa mãe, a Igreja, para quem realmente nada é tão antigo quanto reconvocar e reconduzir os filhos desviados para o seu grêmio. Na verdade, sob os atrativos e os afagos destas palavras oculta-se gravíssimo erro pelo qual são totalmente destruídos os fundamentos da fé.¹³⁵

Para ele, a Igreja Católica seria a depositária infalível da verdade, e portanto, a única maneira de unir todos os cristãos, seria a obediência de todos ao romano pontífice, pois “ninguém está nesta única igreja de Cristo e ninguém nela permanece a não ser que, obedecendo, reconheça e acate o poder de Pedro e seus sucessores legítimos.”¹³⁶ Pio XI encerra esta encíclica fazendo um apelo as outras igrejas Cristãs, chamadas por ele de “Seitas”¹³⁷, para que “aproximem-se, portanto, filhos dissidentes da Sé Apostólica, estabelecida nesta cidade que os príncipes dos apóstolos Pedro e Paulo consagraram com o seu sangue; daquela sede, dizemos que é raiz e matriz da Igreja Católica”¹³⁸

5.5.4

Non Abbiamo Bisogno: Sobre a ação Católica

A encíclica, redigida pelo próprio papa e publicada em 29 de junho de 1931, refere-se à situação política do momento. Pio XI expressa sua gratidão à hierarquia e ao clero pela solidariedade demonstrada naqueles meses, confutava as acusações

¹³⁵ Ibid. p.107/108. In:

¹³⁶ Ibid. p.118.

¹³⁷ Ibid. p.119.

¹³⁸ Ibid. p.119.

lançadas pela imprensa e criticava a concepção totalitária de Estado, reafirmando os direitos naturais da família e os sobrenaturais da Igreja sobre a educação.

À vista sob a pressão destes acontecimentos, sentimos a necessidade e o dever de nos dirigirmos e de visitar-vos, por assim dizer, em espírito a cada um de vós, veneráveis irmãos, primeiramente para cumprir grave urgente dever de reconhecimento fraternal; em segundo lugar, para satisfazer um dever não menos grave e urgente de defender a verdade e a justiça em matéria que, por referir-se aos interesses e aos direitos vitais da Igreja, vos interessa também a todos e a cada um de vós, onde o Espírito Santo vos colocou, para governa-la em união conosco; em terceiro lugar, queremos expor-vos as conclusões e reflexões que os acontecimentos parecem impor-nos; em quarto lugar, queremos confiar-vos as nossas preocupações pelo futuro, e, finalmente, convidar-vos a compartilhar as nossas esperanças e a pedir conosco e com o mundo católico pela sua realização.¹³⁹

Não se tratava de uma condenação direta e completa do fascismo, mas indicavam-se claramente como incompatíveis com a doutrina católica algumas bases do sistema. Tanto a Igreja como o governo permaneceram muito tempo sem fazer qualquer tipo de pronunciamento. Prevaleceu a prudência e evitou-se a condenação formal a que a maioria dos cardeais mostrara-se contrária.

Procuramos falar com calma e serenidade ao mesmo tempo com clareza. Não obstante, não podemos deixar de nos preocupar com as incompreensões possíveis. Não nos referimos, veneráveis irmãos, a vós, sempre unidos, e agora mais que nunca, anos pelo modo pensar e sentir, mas sim a quem quer que seja. Por tudo quando dissemos não é intenção nossa condenar o partido e o regime como tal.

Quisemos assinalar e condenar quanto, no programa e ação do partido, temos visto e comprovado como contrário à doutrina e prática católicas e, portanto, incompatível com o nome e profissão de católicos. Procedendo assim, cumprimos um dever precioso do ministério apostólico para com todos aqueles filhos nossos que pertencem ao partido, para que possam atender à sua consciência de católicos.¹⁴⁰

Durante a guerra pela conquista da Abissínia (1935-36), o episcopado italiano esteve bastante envolvido no entusiasmo que se difundira no povo italiano de modo bem amplo. No entanto, no dia 27 de agosto, Pio XI, num longo discurso

¹³⁹ Pio XI. **Non Abbiamo bisogno**. 1931b. p.336/337. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

¹⁴⁰ Ibid p.364.

feito em Castelgandolfo a enfermeiras católicas de várias nações, estigmatizou como injusta uma guerra de conquista.

Em resumo pode-se dizer, e os acontecimentos comprovam que a Igreja italiana, não foi antifascista, especialmente no sentido político do termo, mas também não foi fascista, nem em sentido político, nem em sentido moral; é correto falar de Igreja “afascista”, que tinha um projeto autônomo. O projeto religioso de Pio XI permitiu que os italianos desenvolvessem uma identidade que não era fascista, preservando um âmbito que tornaria possível, posteriormente, um projeto político diferente; o que, na Itália totalizante da época, era um fato altamente significativo, é o que pode-se observar nas suas palavras ao encerrar esta encíclica

Quão preferível não seria, a esta irredutível cisão das inteligências e das vontades, a pacífica e tranquila união dos pensamentos e dos sentimentos! Esta só poderia traduzir-se numa fecunda cooperação de todos para o verdadeiro bem comum a todos, em lugar de sua censura e descontentamento universal que agora transparece, seria acolhida com os aplausos simpáticos dos católicos de todo o mundo.¹⁴¹

5.5.5

A encíclica “*Mit Brennender Sorge*”

Para entender o posicionamento da Igreja diante do nazismo, faz-se necessário levar em consideração as ideias e perspectivas dentro das quais movia-se a Igreja naquele determinado momento histórico.

Depois das eleições de 1930, o Centro de D. Kaas, Partido político católico, procurou aproximar-se da direita nazista, principalmente por medo do bolchevismo. No entanto, a Conferência Episcopal Alemã, reunida em Fulda em 1932, declarou ilícita a filiação ao nazismo, porque o seu programa era incompatível com a fé católica; manifestou também o temor de que uma eventual vitória do nazismo acarretasse gravíssimo dano à Igreja.

¹⁴¹ Papa Pio XI. **Non Abbiamo bisogno**. 1931b. p.369. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

Em março de 1933, Hitler¹⁴² obteve uma massacrante vitória nas eleições e os bispos, a pedido do chefe do Centro, revogaram a proibição de se pertencer ao partido nazista, embora confirmando a anterior condenação dos seus erros doutrinários. A maior parte dos católicos alemães aderiu ao novo regime e também a Santa Sé parecia considerar positivamente a nova situação política, porque parecia a única solução capaz de por freio ao avanço do comunismo. Não custa lembrar que essa atitude era comum em todos os países europeus; os novos regimes, diferentemente do comunismo, professavam um programa de restauração da *força nacional*, e nisso iam de encontro às expectativas dos cidadãos e tais regimes sabiam que tinham que contar com os católicos, onde eles fossem a maioria. A tradição fortemente nacionalista da maior parte do catolicismo alemão sentiu-se atraída pela eficiência demonstrada pelos nazistas em por-se como barreira segura contra o avanço dos inimigos: *o liberalismo e o marxismo*.

Hitler, querendo consolidar o poder, ainda incerto, apressou-se em estabelecer uma Concordata com a Santa Sé e enviou a Roma o vice-chanceler Von Papen, inimigo do Centro, com a missão de concluir as negociações já existentes entre a Santa Sé e a Alemanha. As dificuldades eram grandes, para a Igreja principalmente pelos princípios programáticos do partido que lesavam gravemente os direitos humanos. Na época das tratativas, os escritórios estatais foram depurados dos empregados judeus e preparava-se uma lei sobre a esterilização dos deficientes físicos e mentais.

As negociações foram feitas com extrema rapidez entre D. Pacelli e Von Papen. Porém, em 1933, foram dissolvidos os partidos e reconhecidos os plenos poderes do partido nacional-socialista e então Hitler não se mostrava mais tão interessado na Concordata e desta feita foi a Santa Sé que pressionou no sentido de se concluir rapidamente a concordata na esperança de salvar o que fosse possível e

¹⁴² “Nenhum crime da história chocou tão profundamente a humanidade quanto o Holocausto de Hitler na Segunda Guerra Mundial. Mais de 6 milhões de pessoas – em sua maioria judeus, mas não exclusivamente – foram assassinadas, e inúmeras mais carregam até hoje as cicatrizes de seu sofrimento. O horror infligido levou a se declarar que não há mais novas dimensões a ser exploradas sobre esse genocídio sem precedentes. A verdade é outra. O assentimento continua a ser o mais abominável dos flagelos, prova de que pouco mudou em relação à quilo que Hitler escreveu em 1919 a uma colega soldado com quem servira nas trincheiras da Primeira Guerra Mundial.” (THOMAS, Gordon. **Os Judeus do Papa**. O plano secreto do vaticano para salvar os judeus das mãos dos nazistas. São Paulo: Geração, 2014. p. 19)

depois de quatro meses, foi assinada no dia 20 de julho de 1933. Essa concordata originou algumas consequências, vejamos as principais:

- a) A Alemanha manteria um “cristianismo positivo”, mas logo ficou claro que o nazismo queria substituir a fé cristã por uma “fé alemã”, baseada na “religião de raça”. As associações católicas e as escolas confessionais sofreram medidas restritivas e quase obrigadas a fechar as portas.
- b) A educação da juventude, como consequência, passou a inspirar-se em critérios racistas e anticristãos; a imprensa católica foi imobilizada.
- c) Impediram-se as manifestações católicas e implantou-se uma severa vigilância sobre a pregação dos sacerdotes. Tratava-se de uma verdadeira perseguição contra a Igreja católica e apesar dos protestos do episcopado não houve qualquer mudança de atitude.

As leis contra os judeus continuaram a ser promulgadas. No dia 15 de setembro de 1935 o parlamento alemão aprovou por unanimidade a lei que privava os judeus da cidadania alemã e da possibilidade de contrair matrimônio com os “arianos”. Como a situação tornava-se cada vez mais grave, os bispos alemães, reunidos em *Fulda* pediram ao papa que se pronunciasse a respeito dos acontecimentos através de uma encíclica sugerindo que fossem evidenciados os males que a religião encontrava na Alemanha: ateísmo, restrição à liberdade religiosa, perigos a que se sujeitava a educação da juventude. Assim, no dia 14 de março de 1937 é publicada a “*Mit Brennender Sorge*”¹⁴³, distribuída secretamente na Alemanha e lida no Domingo de Ramos, dia 21 de março, em todas as missas dominicais.

[...] a encíclica *Mit Brennender Sorge*. Ela se compõem de duas grandes partes. Primeiro, o confronto, tema por tema, do nacional-socialismo com o catolicismo. É o conflito de um novo paganismo em face da fé em Jesus Cristo. Regredimos quase 500 anos. A condenação é absoluta: o hitlerismo deve ser rejeitado. A segunda parte diz respeito às violações da concordata assinada quatro anos antes com a Alemanha. Para o cardeal Pacelli, que

¹⁴³ “Quem redigiu a *Mit Brennender Sorge*? Essencialmente, o cardeal Faulhaber, escrevendo por solicitação expressa do cardeal Pacelli. A decisão de redigir e depois publicar semelhante encíclica – correndo o risco de agravar a situação dos católicos alemães – foi tomada por ocasião de um encontro entre os principais cardeais alemães e os bispos von Galen e vom Preyising. Todos concordaram sobre a necessidade da encíclica, apesar dos riscos evidentes. Pio XI e o cardeal Pacelli darão o último retoque no documento final. (SUFFERT, Georges. **Tu és Pedro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 447)

redigiu pessoalmente essa parte do documento, trata-se de demonstrar de facto os objetivos de Hitler em relação aos cristãos. Essa enumeração foi censurada por ter enfraquecido a condenação de fundo do nacional-socialismo. Censura infundada: era boa pedagogia esclarecer os católicos alemães sobre as ações conduzidas cotidianamente pelos ministros de Reich.¹⁴⁴

O papa evidencia:

- a) A angústia com a intensificação da perseguição religiosa;
- b) Reconstrói o sentido da Concordata, destacando que se tratava de concluir negociações iniciadas muito tempo antes da subida do nazismo ao poder e que o pedido fora feito pelo próprio Hitler e que o papa assinou para proteger a missão da Igreja na Alemanha;
- c) Interpreta, depois a Concordata não como um acordo com o nazismo mas como uma necessidade, um mal menor do qual não era possível escapar, tendo em vista o bem da Igreja alemã;
- d) Como até o momento a Santa Sé havia agido com moderação, agora era preciso intervir;
- e) Esclarece os pontos da fé que a ideologia nazista estava alterando: o sentido da transcendência, a concepção da imortalidade, o conceito de pecado original, o tema da divindade de Cristo;
- f) Fala sobre a unidade da Igreja, que é necessário que os fiéis mantenham-se unidos ao primado do bispo de Roma. Convoca os católicos alemães à verdadeira fé, pois está em jogo a salvação religiosa;
- g) Insiste na necessidade de se respeitar as normas do direito natural.

Vejamos, na íntegra, a posição do Papa Pio XI em relação à Igreja,

A fé na Igreja não poderá sustentar-se pura, sem falsificação, se não for apoiada pela fé no primado do bispo de Roma. Na hora em que Pedro, diante de todos os discípulos e apóstolos, confessava a sua fé em Jesus Cristo, Filho de Deus vivo, recebeu por resposta e como recompensa da sua fé e da sua confissão, a palavra que fundou a Igreja, a única Igreja de Cristo, sobre a rocha de Pedro. Ficou assim consagrado o laço de união entre fé em Jesus Cristo, na Igreja e no primado. A autoridade genuína e legal é, em toda a parte, laço de unidade, fonte de força, garantia contra a divisão e a ruína, caução para o futuro.¹⁴⁵

¹⁴⁴ SUFFERT, 2001. p. 447.

¹⁴⁵ Pio XI. **Mit Brennender Sorge**. 1937a. p.537. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

5.5.6

A condenação do comunismo: “*Divini Redemptoris*”

No dia 19 de março de 1937 Pio XI publicava a *Divini Redemptoris* para esclarecer de maneira definitiva a relação da Igreja com o comunismo. A encíclica tem dois princípios:

- a) O da intrínseca perversidade do comunismo, pois a doutrina comunista se apresentava como teoria de redenção do homem;
- b) E o da necessidade do empenho de todos para combater o comunismo, na convicção de que o verdadeiro remédio “seria uma sincera renovação da vida privada e pública segundo os princípios do evangelho”.

Assim, a encíclica atingiu o coração do comunismo do ponto de vista doutrinário, visto que criticou o ateísmo, o materialismo, o coletivismo, a ideia de família e de sociedade próprios do comunismo e deixou claro sua inconciliabilidade com o cristianismo:

Entretanto, aí estão à vista os deploráveis frutos dessa propaganda fanática. Porque, onde quer que os comunistas conseguiram radicar-se e dominar – e aqui pensamos com particular afeto paterno nos povos da Rússia e do México – aí, como eles próprios abertamente o proclamam, por todos os meios se esforçaram por destruir radicalmente os fundamentos da religião e da civilização cristãs, e extinguir completamente a sua memória no coração dos homens, especialmente da juventude. Bispos e sacerdotes foram desterrados, condenados a trabalhos forçados, fuzilados, ou trucidados de modo desumano, simples leigos, tornados suspeitos por terem defendido a religião, foram vexados, tratados como inimigos, e arrastados aos tribunais e às prisões.¹⁴⁶

Ademais, o papa apresentou as linhas básicas da doutrina social da Igreja lembrando a *Rerum Novarum* e a *Quadragesimo anno*. Fez ainda interessantes apelos:

- a) Aos católicos, para um real empenho social, superando práticas religiosas meramente exteriores, para um efetivo desapego dos bens terrenos, para uma fusão entre caridade e justiça;

¹⁴⁶ Pio XI. *Divini Redemptoris*. 1937b. p.567. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

- b) Aos empresários católicos, para que respeitem os direitos dos operários;
- c) Aos sacerdotes, para que deem um integral testemunho no campo da pobreza pessoal;
- d) À Ação Católica, para um eficaz apostolado social.

A encíclica não pode ser incluída entre as grandes encíclicas sociais, embora, do ponto de vista dos seus objetivos, opor-se ao comunismo, foi um fato importante: conseguiu esclarecer as posições, conter o choque do comunismo e estimular o mundo católico empenha no social.

A 19 de março do mesmo ano – ou seja, cindo dias depois-, o Vaticano publica *Divini Redemptoris*, condenação formal do comunismo teórico. Observou-se que não se tratava de uma novidade: há um século, o Vaticano combatia o comunismo. Julgou-se de bom alvitre assinalar que a análise do pensamento de Marx continuava, na encíclica, bastante rudimentar. Esta é tipicamente uma reação de intelectual europeu logo após a guerra, ou seja, numa época em que todo mundo é de esquerda [...] desse texto premonitório, só uma frase foi guardada: ‘ O comunismo é intrinsecamente perverso e não se pode admitir em nenhuma área a colaboração com ele por parte de quem quiser salvar a civilização cristã’.¹⁴⁷

A posição do papa Ratti em relação ao comunismo é radical. Em última análise, considera o paganismo nazista e o dogma marxista como sistemas que têm em comum o fato de serem ideologias totalitárias, com tendência a se tornarem religiões substitutivas. Denuncia a visão materialista do homem, a absolutização da luta de classe e o totalitarismo dos regimes comunistas, concluindo com a radical oposição entre cristianismo e marxismo:

E antes de mais nada importa observar que acima de todas as demais realidades, está o sumo, único e supremo Espírito, Deus, Criador onipotente de todo o universo, Juiz sapientíssimo e justíssimo de todos os homens. Este Ser supremo, que é Deus, é a refutação e condenação mais absoluta das impudentes e mentirosas falsidades do comunismo.¹⁴⁸

Ratti também apresenta os remédios para este mal, dentre eles:

¹⁴⁷ SUFFERT, 2001. p. 447.

¹⁴⁸ Pio XI. *Divini Redemptoris*. 1937b. p.569. In: *Documentos da Igreja*. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

Como em todos os períodos mais tormentosos da história da Igreja, assim, hoje também o remédio fundamental é uma sincera renovação da vida privada e pública, segundo os princípios dos evangelhos em todos aqueles que se gloriam de pertencer ao rebanho de Cristo, a fim de serem verdadeiramente o sal da terra, que preserve a sociedade humana de tal corrupção.¹⁴⁹

5.6

A Questão Romana e o Pacto Lateranense

A disputa territorial que ocorreu entre o governo italiano e o papado no período entre os anos de 1861-1829, foi designado como Questão Romana e culminou na criação do Vaticano, com o estabelecimento do Tratado do Latrão durante o governo de Benito Mussolini.

5.6.1

A caminho de uma solução

No dia 6 de fevereiro de 1922, o Cardeal Achille Ratti, arcebispo de Milão, foi eleito papa. Na sua Carta Pastoral intitulada “O papado e a eleição de S.S. Pio XI”, o cardeal Mercier que, respondendo à pergunta ritual do Cardeal Deão do Sacro Colégio, o eleito do conclave disse que queria ser chamado Pio e que defenderia os direitos da Igreja. Disse, ainda, que sua primeira bênção iria para toda a Igreja do mundo inteiro e dá-la-ia do balcão exterior de São Pedro. Era a primeira vez, desde 1870, que um papa abençoava a multidão romana e o gesto foi logo interpretado como uma benevolência para com o Estado Italiano e como desejo de reconciliação.

Longas e penosas discussões aconteceram para se chegar a uma solução da Questão Romana. Os personagens importantes nas conversações foram o advogado Francesco Pacelli, irmão do futuro Pio XII, por parte do Vaticano e o professor Domenico Barone, Conselheiro de Estado, por parte do Estado. Estabeleceram-se

¹⁴⁹ Pio XI. **Divini Redemptoris**. 1937b. p.578. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

as bases mínimas para um acordo a partir do dia 4 de outubro de 1926 e entre os dois aconteceu nada mais nada menos que 110 conversações.

A 24 de novembro foi elaborado um primeiro texto de tratado uma primeira versão da Concordata que acompanharia o Tratado, tarefa concluída em fevereiro de 1927. Em 29 de agosto de 1928, estavam redigidos os projetos do Tratado, da Concordata e da Convenção Financeira. Em 22 de novembro, o rei Vitor Emanuel deu ao Chefe do Governo, Benito Mussolini, os poderes necessários para conduzir negociações oficiais, tendo em vista uma solução definitiva da Questão Romana; delegação idêntica foi concedida ao Cardeal Gaparri, da parte de Pio XI.

Sob Pio XI concluíram-se toda uma série de concordatas. Em maio de 1922, iniciou-se com a Letônia; seguiram-se a Baviera, a Polônia, a Lituânia, a Prússia e outras. Três delas sejam mencionadas em particular. Em fevereiro de 1929, foram assinados os Tratados de Latrão, consistindo em um tratado político, um convênio financeiro e uma concordata, no tratado político, o Estado italiano reconheceu a religião católica como única religião do Estado e a Santa Sé foi atribuída plena soberania. A concordata completou o tratado político e regulou, em 45 artigos, assuntos que eram do interesse do Estado e da Igreja. Ao Estado fizeram-se consideráveis concessões quanto às pessoas dos clérigos. Aos sacerdotes proibiu-se a atuação em partidos políticos.¹⁵⁰

No dia 7 de fevereiro de 1929, o Cardeal de Estado fez um histórico pronunciamento no qual resumiu em poucas palavras os dois anos em que representantes da Santa Sé e do Estado Italiano estiveram reunidos para estudos, tratativas e finalmente selarem um acordo. Lembrou que a Igreja tem plena liberdade e independência no governo da Igreja universal e que a Concordata regulamenta suficientemente as condições da religião e da Igreja na Itália. Diz ainda que os governos que quiserem estar representados junto à Santa Sé poderão fazê-lo quando o Pontífice Romano estiver no seu pequeno Estado soberano livre e independente.

Após essa histórica comunicação, o sr. Magalhães de Azevedo, Embaixador do Brasil, na qualidade de decano do Corpo Diplomático, externou, em nome dos presentes, as felicitações e votos de prosperidade à Santa Sé.

¹⁵⁰ ZINHOBLER, Rudolf. Idade Moderna. P.287. In: LENZENWEGER, et al. **História da Igreja Católica**. São Paulo: Vozes, 2006.

5.6.2

Os Tratados do Latrão

A assinatura dos três tratados teve lugar na segunda-feira, dia 11 de fevereiro de 1929, numa das salas do Museu do Latrão, anexa à Basílica do mesmo nome. Um comunicado oficial do Palácio Chigi anunciava a paz, exatamente 58 anos após a tomada de Roma e com isso a suspensão das hostilidades, uma concordata tendente a regular as condições da religião e da Igreja na Itália,

O casamento eclesiástico obtinha total eficácia jurídica, e o divórcio tornava-se quase impossível. Os dias santos de guarda eram proclamados feriados oficiais, declarava-se obrigatório o ensino católico em todos os graus. Colocada sob a invocação da Santíssima Trindade, essa convenção solene restituía verdadeiramente, segundo a palavra de Pio XI, ‘Deus à Itália e a Itália a Deus’.¹⁵¹

Os tratados consistiam em três documentos:

1. Um *tratado político* reconhecendo a total soberania da Santa Sé no estado da Cidade do Vaticano, doravante estabelecida.

2. Uma *concordata* regulando a posição da Igreja Católica e a religião católica no Estado italiano.

3. Uma *convenção financeira* acordando a liquidação definitiva das reivindicações da Santa Sé por suas perdas territoriais e de propriedade.

Apresenta-se, a seguir, um breve resumo dos conteúdos dos Acordos do Latrão afim de buscar uma melhor compreensão do contexto:

a) Tratado político – Compõe-se de um preâmbulo e 27 artigos. O Tratado afirma que a religião católica, apostólica e romana é a única religião do Estado. Reconhece a plena propriedade, a autoridade exclusiva e absoluta e a jurisdição soberana da Santa Sé sobre o Vaticano tal como era então constituído e cria a Cidade do Vaticano, declarando que nela nenhuma ingerência do governo italiano poderá produzir-se e não haverá nessa cidade nenhuma outra autoridade a não ser a da Santa Sé. A Praça de São Pedro, continuará normalmente aberta ao público e sujeita aos poderes da polícia italiana. Os limites do Estado da Cidade do Vaticano abrangem uma área de 44 hectares. Enumeram-se todos os serviços públicos de que

¹⁵¹ ROPS, 2006. P. 341.

será dotado o novo Estado pelos cuidados do Reino da Itália, notadamente uma linha e estação de estrada de ferro, conexões telegráficas, telefônicas, postais e de rádio. Regula-se à admissão, no território italiano, dos meios de transporte, por terra e por ar, pertencentes ao Vaticano. Uma cláusula precisa as categorias de pessoas sujeitas à soberania da Santa Sé, ou seja pessoas que tenham residência estável na Cidade do Vaticano e outras que, embora não residindo lá, possuam certas franquias. São estabelecidas as imunidades territoriais das basílicas patriarcais e de alguns outros edifícios. Relações diplomáticas serão estabelecidas entre o Reino da Itália e a Santa Sé. Os **n**, existentes na Cidade do Vaticano e no palácio de Latrão, continuarão a ser acessíveis aos estudiosos e aos visitantes. A Itália também assegurará no seu território a punição dos delitos que porventura forem cometidos na Cidade do Vaticano. Assim, o Vaticano reconhece o Reino da Itália, com Roma por capital e a Itália reconhece o Estado do Vaticano sob a soberania do Sumo Pontífice. É revogada a lei de 13 de maio de 1871 (Lei das Garantias) e qualquer outra disposição contrária ao Tratado.

b) Concordata – É mais longa que o Tratado, com 45 artigos. O governo italiano terá o cuidado de impedir em Roma tudo o que possa ser contrário ao caráter sagrado da Cidade de Roma em razão da Sé Episcopal e do Sumo Pontífice serem o centro do mundo católico. Seguem cláusulas concernentes ao livre exercício do ministério pastoral; ao serviço religioso junto às Forças Armadas; à revisão das dioceses. São reconhecidas a personalidade jurídica de Congregações Religiosas e a liberdade de gestão dos bens da Igreja. O artigo relativo ao casamento é particularmente significativo porque reconhecido como sacramento conforme as tradições católicas do povo e disciplinado pelo direito canônico. O Estado também admitiu que o ensino religioso então dado nas escolas oficiais tivesse um desenvolvimento ulterior nas escolas médias, conforme programas por estabelecer, de acordo entre a Santa Sé e o Estado. Concluindo, a concordata menciona que se no futuro surgirem dificuldades em relação à interpretação dela, a Santa Sé e a Itália procurarão de comum acordo uma solução amigável.

c) Convenção financeira – A Itália compromete-se a pagar e a Santa Sé declara aceitar, a título de acerto definitivo das suas relações financeiras com o Estado Italiano, e como consequência dos acontecimentos de 1870, a soma de 750 milhões

de liras em espécie e títulos do Consolidado italiano, a 5%, num valor nominal de um milhão de liras. Diga-se de passagem que, na época, avaliava-se em cerca de 4 bilhões de liras o valor das somas que a Itália deveria ter pago à Santa Sé, desde 1871, em virtude da Lei das Garantias, a qual fixava em três milhões e duzentos e cinquenta mil liras a renda anual devida ao Pontífice. No dia 7 de junho seguinte houve a ratificação dos acordos.

5.6.3

O significado histórico dos Acordos do Latrão

Na palavra de Pio XI, em sua encíclica *Quinquagesimo Ante Anno*, no quinquagésimo ano de sua ordenação sacerdotal, publicada em 23 de dezembro de 1929, afirma;

[...] queremos, ainda que brevemente, acenar, ou seja, que, assegurada a plena soberania do pontífice romano, reconhecidos e sancionados solenemente seus direitos e restituída deste modo, finalmente, a paz de Cristo, nas demais coisas nos demonstramos paternalmente benévolos e condescendentes até onde o dever nolo permitia. Aparece assim mais claramente, se é que havia disso necessidade, como nós, ao reivindicar os sacrossantos direitos da Sé Apostólica, conforme o que afirmáramos [...] nunca fomos movidos por cobiça de um reino terreno, mas sempre tivéramos pensamentos de paz e não de aflição. Concernente á concordata, que igualmente estipulamos e ratificamos, como expressamente proclamamos, assim hoje vivamente afirmamos e proclamamos que essa não deve ser considerada como garantia do Tratado com o qual definiu-se a assim chamada Questão Romana, mas ao invés, deve-se afirmar que amos – Tratado e concordata – devido ao princípio fundamental do qual derivam, formam conjunto totalmente inscindível e inseparável, que ambos mantêm-se ou ambos necessariamente caem. Portanto, todos os católicos do mundo, que muito se preocupam pela liberdade do pontífice romano, acolheram esse evento memorável com plebiscito concorde, que por toda parte exprime-se com hinos de agradecimento ao senhor e com atestados de congratulações a nós dirigidas.¹⁵²

Os acordos de Latrão são incompreensíveis fora de um contexto histórico bem específico. As solenes declarações da Concordata de 1929 não trouxeram uma

¹⁵² Pio XI. *Quinquagesimo Ante Anno*. 1929. p.147. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

genuína renovação da vida católica na Itália, talvez por falta de uma autêntica liberdade cultural. A excessiva confiança nas estruturas e determinações jurídicas não produziu a tão desejada atualização e uma nova presença da Igreja numa sociedade em irreversível processo de modernização.

Uma nova concordata foi firmada em 18 de fevereiro de 1984, tendo em vista o processo de transformação política e social verificado na Itália nos últimos decênios e os desenvolvimentos ocorridos na Igreja após o concílio Vaticano II.

A Conferência Episcopal Italiana renovou a expressão de sincero respeito às instituições do Estado, reforçando o empenho dos católicos em promover os grandes valores de liberdade, justiça e solidariedade que inspiram a Constituição Italiana. Os bispos, igualmente, fazem votos que o novo acordo seja efetiva premissa para uma ampla e cordial colaboração de sustento aos direitos fundamentais da pessoa humana, da família, do bem comum e do progresso moral e cívico do povo.

6 A Teologia da Neocristandade no Brasil na atuação do Cardeal Leme

6.1

Vida e Ministério

Sebastião Leme da Silveira Cintra, nascido em 20 de janeiro de 1882¹⁵³, na cidade de Espírito Santo do Pinhal, no estado de São Paulo, era filho de Francisco Furquim Leme e Ana Cândido da Silveira Cintra. Seus pais, constituíram uma família pobre, porém tiveram um casamento feliz, mas breve. Com a morte de seu pai e a dificuldade financeira, forçou sua mãe optar por voltar para casa e morar com sua mãe. Sebastião Leme era um menino estudioso, no entanto, gostava de brincar como os outros meninos de sua idade. Sua avó muito piedosa imprimiu-lhe um caráter de disciplina.

O menino presenciou em casa grandes exemplos de virtude e principalmente dessa caridade magnânima que dá sem de e principalmente dessa caridade magnânima que dá sem contar, ou melhor, contando apenas com a Providência Divina. D. Ana não se militava a ser a auxiliar infatigável do vigário em todas as obras sociais da paróquia, mas socorria diretamente, até no seu próprio exemplos acenderem no menino, que possuía também a centelha heroica, a predisposição para um grande ideal.¹⁵⁴

Ao passar dos anos, sua mãe casa-se novamente e Dom Leme ganha 5 irmãos¹⁵⁵. Sua primeira comunhão foi no dia 03 de junho de 1894, quando se sente chamado a ingressar no seminário, o que de fato acontece em 01 de setembro de

¹⁵³ Recebeu de seus pais o nome do santo do dia São Sebastião.

¹⁵⁴ ROSÁRIO, Irmã Maria Regina do Santo Rosário, OCD (Laurita Pessoa Raja Gabaglia). **O Cardeal Leme (1882 – 1942)**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962.p. 11

¹⁵⁵ “Em 1888, sempre no Pinhal, d. Ana casou-se em segundas núpcias com Antônio Sales Nogueira. O marido era viúvo, muito mais velho do que ela, e pai de cinco filhos. D. Ana, provavelmente, procurou, no segundo casamento, o esteio de uma amizade sólida e proteção para o próprio filho, o desamparo e a insegurança material assustam a mais valente mulher.” (ROSÁRIO, 1962. p.10)

1894 do mesmo ano. Ana, sua mãe, viúva pela segunda vez em 1889, perdeu seu filho, e como ela mesmo dizia: “um filho do seu espírito”.¹⁵⁶

Neste período, o bispo de São Paulo era dom Joaquim Arcoverde, que fora o primeiro Brasileiro e também o primeiro Latino Americano a receber o chapéu cardinalício. Sebastião Leme adapta-se bem ao seminário, tendo sempre bons êxitos nos estudos.

Em visita ao seminário, o Bispo assiste a uma apresentação dos alunos e ao ouvir Sebastião Leme pronunciar palavras em latim decide por enviá-lo a Roma para estudar no colégio pio-Latino Americano.¹⁵⁷

Na cidade eterna, assim como no seminário, adaptou-se bem. Encontrou brasileiros, entre eles Francisco de Melo, que veio a se tornar seu grande amigo. Nessa fase, Sebastião demonstra-se um bom seminarista, destacando-se na casa de estudos e também no ambiente acadêmico, porém, a saudade de casa¹⁵⁸ e de sua família marcam esse período. Em relação a sua vocação, nunca hesitou, mas antes de receber o subdiaconato refletiu com profundidade sobre o ministério que estava prestes a assumir.

Chegou o dia da ordenação sacerdotal. Com Sebastião Leme, ordenavam-se mais três brasileiros: Francisco de Melo e Souza, André Arcoverde e Pompeu Duarte Dinis, era o dia 28 de outubro de 1904 – festa dos Santos Apóstolos Simão e Judas Tadeu. A capela do Pio Latino refulgia. Um prelado brasileiro, D. Francisco de Rêgo Maia, primeiro bispo de Niterói ia conferir o sacramento. [...] o Padre Sebastião Leme reza a sua primeira missa a 29 de outubro, na basílica das catacumbas de São Sebastião. Tivera a idéia de pedir ao Santo padre, para se e seu companheiros, o privilégio de celebrarem a missa da Imaculada Conceição. A licença fora concedida. E começou assim o Padre Leme, sob o signo de Nossa senhora, a sua carreira sacerdotal.¹⁵⁹

¹⁵⁶ ROSÁRIO, 1962. p. 11.

¹⁵⁷ Em 02 de agosto de 1896 recebe a tonsura e parte para Roma em setembro de 1896. O Colégio Pio Latino-Americano foi fundado pelo Papa Pio IX sob a direção da companhia de Jesus.

¹⁵⁸ “Imensa é a minha alegria ao poder comunicar-lhe que já sou dr.; formei-me hoje e já recebi o diploma. Mil graças demos a Deus.

Hoje, por falta de tempo, serei breve, mais qualquer dia destes escrever-lhe-ei uma carta bem longa. Não se esqueça nunca de mim: eu estou longe daí, mas o meu coração aí está! Não imagina as saudades que tenho de minha mãe, vó, irmão, tias e tios, só deus o sabe.

Agora que sou Dr., desejo que uma das minhas primeiras assinaturas com este título seja oferecida ao Sr.” (Carta de Roma para seu tio de 26 de junho de 1900. *In*: ROSÁRIO, 1962. p. 21/22)

¹⁵⁹ ROSÁRIO, 1962. p. 29.

Logo após sua ordenação, empreende a viagem de retorno ao Brasil. Sua primeira missa em solo brasileiro deu-se em Vitória do Espírito Santo, na parada do navio. Ao chegar na sua cidade natal, foi acolhido com festa e júbilo acompanhada da alegria de sua mãe que vê seu filho voltar depois de oito anos morando fora do país. Na sua diocese, mostra-se como um grande pregador e foi designado a ser coadjutor na Paróquia de Santa Cecília na capital Paulista, atraindo grande número de fieis. Ele foi comparado a São João Crisostomo, pois *Crisostomo* significa Boca de ouro.

Pelo seu zelo na tribuna sagrada, pode-se ajuizar o que foi o seu zelo no confessionário. Consideraria sempre o ministério das almas uma das inalienáveis grandezas do sacerdócio. Como confessor, parece haver sido muito apreciado pelos frequentadores da Igreja de Santa Cecília. Entre os seus dirigidos de então, contam-se as religiosas administradoras do Orfanato Ana Rosa, fundação da família Souza Queirós – de que foi capelão e que lhe conservaram a mais fiel gratidão. Praticava a visita aos enfermos, sobretudo aos mais indigentes. Numa dessas visitas, obteve uma conversão espetacular, que ele contaria mais tarde, como prova do poder da graça.¹⁶⁰

Vive em São Paulo em tempo de anticlericalismo, assim, animado pelo seu ministério, torna-se na capital um defensor do clero, “obtem dentro de pouco tempo, autorização de seu bispo para fundar uma folha católica que defendesse a religião e a dignidade do clero. Em a Gazeta do Povo [...] a sua combatividade não deu tréguas aos inimigos da Igreja.”¹⁶¹

Em 1905, foi nomeado professor do Seminário Episcopal de São Paulo. Em 1908, recebeu as insígnias capitulares e foi designado diretor do Boletim Eclesiástico. Em 1910, provigário-geral da diocese de SP, tornou-se a figura principal da Confederação Católica. Sua atuação levou o cardeal Arcoverde a nomeá-lo bispo auxiliar do RJ¹⁶². Em 1911, foi sagrado bispo de Ortosia na Capela do Colégio Pio Latino-Americano em Roma.

¹⁶⁰ ROSÁRIO, 1962. p. 37.

¹⁶¹ Ibid. p. 35.

¹⁶² “A lição do Cardeal Leme, dentro da igreja, foi viver cada minuto da vida integrado na própria substância divina da Igreja. Como a sua lição social foi tudo fazer como consequência da sua vida de união profunda com o Cristo Místico e Eucarístico”. ATHAYDE, Tristão de. **O cardeal Leme**. Rio de Janeiro: Livraria Jpsé Olympio Editora, 1943. p. 135

O ingente esforço dispendido pelo Cardeal Arcoverde na administração da arquidiocese esgotara-lhe prematuramente as energias. Depois dos dois bispos auxiliares que sucessivamente lhe foram oferecidos pela Santa Sé, Dom Silvério de Souza e Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, respectivamente em 1909 e 1911, viu-se S. Emcia, obrigado a passar o governo da arquidiocese a Dom Sebastião Leme, na qualidade de arcebispo coadjutor de Olinda. Com efeito, o peso dos anos e dos trabalhos ressentia-se demasiado tolhendo ao velho purpurado o completo gozo de suas faculdaes mentais. Desde então a sua vida extinguiu-se lentamente, como um círio que se consome, emitindo clarões indecisos e espaçados. Assim a sua morte não foi pressentida. Quando ocorreu, na sexta feira Santa, 18 de abril de 1930, redimiram-no doolvido as honras oficiais extraordinárias de chefe de Estado que foram tributadas ao seu cadaver, o triste e majestoso eterno que se desenrolou do Palácio de São Joaquim à Catedral metropolitan, cuja cripta foi construída propositadamente para acolher os seus despojos, que ora jazem no túmulo central, rodeado pelas urnas de seus predecessores.¹⁶³

Dom Leme deu ênfase ao desenvolvimento da instrução religiosa, ao mesmo tempo em que incentivava as obras arquidiocesanas. Sobre seu ministério episcopal, além de toda a preocupação com a renovação da Igreja no Brasil, nunca se esqueceu de suas visitas pastorais. Vejamos um trecho de uma ata de uma visita pastoral feita na paróquia Santa Rita de Cássia, no dia 5 de junho de 1912, ainda como bispo auxiliar

Sua Excia. Revma. Examinou os dois confessionários e não achou nada a dizer. No Baptistério foi observado que a portinha onde se encerra os tantos óleos está sem fechadura; existe ahi Uma Imagem de São João Baptista baptizando Nosso Senhor; a pia Baptismal é de marmore e conforme aos desejos dos srs. Bispos das provincias meridionaes do Brasil; o Santos oleos são guardados em vasos prata.¹⁶⁴

Em relação às pessoas, Dom Leme era amável. Pode-se perceber bem isso nas palavras de Alceu Amoroso Lima que atestam a vontade desse homem em renovar a Igreja e a sociedade brasileira:

Jamais viveu para si. Suas noites sem dormir e seus dias sem descanso, ele os deu pelos seus amigos, e os seus amigos não eram

¹⁶³ SCHUBERT. Pe. Dr. Guilherme. **A Província Eclesiástica do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Agir, 1948. p.23

¹⁶⁴ Ata das visitas pastorais de 1912-1915. p.2 – Arquivo Arquidiocesano do Rio de Janeiro.

apenas aqueles privilegiados que tiveram a ventura de gozar de sua intimidade. Seus amigos eram todos e cada um em particular. Nenhuma qualidade, das muitas que possuía de verdadeiro chefe, equivalia porventura a essa: dava a cada um a impressão de o distinguir entre todos. Prestava a cada um tal atenção, sabia de tal modo não esquecer ninguém e em cada pessoa lembrar as menores minúcias de sua vida, que fazia um amigo de todos os que dele aproximava. E porque amava realmente as almas, acompanhava de perto o destino de cada uma. Alegrava-se realmente com os que estavam alegres e sofria realmente com os que estavam tristes. Carregava literalmente os fardos alheios. E por isso mesmo é que sabia de tal modo aliviar os que dele se cercavam com os ombros derreados ao peso das preocupações e dos sofrimentos. Bastava saber que alguém sofria, para passar uma noite em claro. Bastava saber de alguma miséria para logo procurar aliviá-la. Bastava saber que alguém titubeava no caminho, para ir a ele, não censurar, mas ouvir, compreender, falar a voz do amor, do verdadeiro amor. Foi realmente e na perfeita significação da palavra – um Apóstolo da caridade.¹⁶⁵

Após curto afastamento, em São Paulo, principalmente por motivos de saúde, foi com o falecimento de monsenhor João Pires Amorim, vigário-geral da Arquidiocese do RJ, designado para o cargo, acumulado com as funções de bispo auxiliar. Por indicação do cardeal Arcoverde, foi nomeado, em 1916, para a arquidiocese de Olinda (a partir de 1918, de Olinda e Recife).

Efetuiu reforma administrativa na arquidiocese¹⁶⁶ e, vendendo o velho e mal conservado palácio da Soledade aos jesuítas, restaurou as finanças e comprou nova sede, mas em melhores condições. Dedicou-se à educação religiosa, criou, também aí, a Congregação da Doutrina Crista, multiplicou os centros de catequese no Estado e conseguiu, em convênio com o governo estadual, introduzir o ensino religioso facultativo nas escolas públicas e Criou a Federação Católica Pernambucana.

Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra se tornaria o principal protagonista do movimento que desencadeou a tomada de uma nova consciência de Igreja e da

¹⁶⁵ ATHAYDE, 1943. p. 34/35.

¹⁶⁶ “Tais qualidades manifestaram-se mais inconfundíveis ainda, quando a Santa Sé o nomeou arcebispo de Olinda, a 26 de abril de 1916. Marcaram época as suas pastorais, o interesse pela instrução, a imprensa católica, as semanas eucarísticas, a confederação católica, a obra das vocações, a reconstrução da catedral e novo palácio arquiépiscopal, enfim, a sua atitude patriótica e pastoral à entrada do Brasil na primeira Guerra Mundial.” (SCHUBERT, 1948. p.24)

presença na sociedade, consciência tanto da parte da Igreja como dos leigos. Foi ele, mais conhecido como Dom Leme¹⁶⁷. Nas palavras de Alceu Amoroso Lima, “Sua obra é muito vasta e variada demais para ser tratada com a rapidez de uma homenagem”¹⁶⁸. Ainda em 1916, ao tomar posse da arquidiocese de Olinda e Recife, escreveu uma Carta Pastoral aos seus diocesanos na qual detectava os problemas do catolicismo e convocava os católicos para uma tomada de consciência do seu papel na sociedade. Ele parte da constatação de que os católicos são indiferentes à realidade brasileira e não estão atuando como católicos nos destinos da nação.

Que maioria católica é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escola, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do catolicismo? [...] Obliterados em nossa consciência os deveres religiosos e sociais, chegamos ao absurdo de formarmos uma grande força nacional, mas uma força que não atua e não influi, uma força inerte. Somos pois uma maioria ineficiente. Eis o grande mal. Grande mal, não há dúvida, porque importa no menosprezo inadmissível dos nossos deveres para com Deus, a sociedade e a pátria, deveres religiosos e sociais¹⁶⁹.

Nesse documento Dom Leme¹⁷⁰ atribui à causa desta ineficiência a falta de ação social católica e sobretudo à ignorância religiosa do povo simples e principalmente dos intelectuais. Os intelectuais, além de serem indiferentes, são

¹⁶⁷ Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra (1882-1942) foi nomeado bispo auxiliar de dom Arcoverde, no Rio de Janeiro, em 1910. Aos 26 de abril de 1916 foi nomeado arcebispo de Olinda e Recife, onde permaneceu até 1921 quando foi nomeado arcebispo coadjutor do Rio de Janeiro. Em 1930, com a morte do cardeal Arcoverde, foi nomeado cardeal do Rio de Janeiro. Em 1941, fundou a PUC do Rio de Janeiro, a primeira universidade católica no Brasil. Faleceu a 17 de outubro de 1942.

¹⁶⁸ ATHAYDE, 1943. p. 133.

¹⁶⁹ CARTA PASTORAL de S. Em. Sr. Cardeal D. Leme, p. 18.

¹⁷⁰ “Entre tantos labores e preocupações, alquebrara-se a sua saúde aparentemente resistente, prendendo-o quase de contínuo á sua Betânia de Itaipava. Nas vésperas do IV Congresso Eucarístico nacional em São Paulo, ao qual o Cardeal Leme Compareceria como legado pontifício, a situação da sua saúde era qualificada de alarmante pelos clínicos. A 17 de outubro de 1942 Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra entregava a Deus a sua alma. O seu féretro soleníssimo, com a participação oficial, talvez sem similares na história da cidade, dirigiu-se para o templo do Coração Eucarístico, a antiga matriz de Santana, onde fundara a mais querida das suas Obras – a Adoração Perpétua. Ali jaz, em meio à nave, prolongando a sua prostração diante de Jesus hóstia o grande Cardeal Leme, que tantas vezes se inclinara sobre aquelas mesmas lages, na mais profunda adoração. (SCHUBERT, 1948. p.225)

incrédulos e idolatram a ciência, fazendo dela uma religião. “Tem o seu throno a ciência; os degraus, porém, que até ela sobem, não pisam escombros da fé”.¹⁷¹

6.2

A Neocristandade no Brasil: plena união com a Igreja Universal

Durante a década de 1920, teve início uma nova etapa da história da Igreja no Brasil denominada de “restauração católica”. É uma fase dentro do processo de romanização em curso com o objetivo de instalar uma nova cristandade entendida como uma neocristandade, numa sociedade politicamente e culturalmente secularizada. Essa fase se estende até o Concílio Plenário Brasileiro em 1939. Não era uma novidade nem invenção dos bispos, mas expressão de sintonia com o lema do pontificado de Pio XI (1922-1939): “Restaurar todas as coisas em Cristo”. Portanto, os bispos atuam em plena consonância com o papa e estão afinados com as orientações da Santa Sé.

A respeito do significado do termo “restauração”, Riolando Azzi¹⁷² dá a seguinte explicação:

Quando se usa esse termo com referência a um quadro ou edifício, afloram logo duas conotações distintas: trata-se, em primeiro lugar, de dar ao objeto um aspecto novo, uma nova apresentação em vista do desgaste do tempo; em segundo, essa nova face deve ser modelada pelo seu aspecto primitivo. Não se trata, portanto, de criar nada de novo nem de introduzir modificações na obra que se tem em mãos, mas simplesmente de reconstituí-la nos mesmos moldes de sua prístina imagem. Em outras palavras, restaurar é restabelecer em perfeita forma o modelo antigo. O termo ‘restauração católica’ tem um sentido análogo. Não se trata de introduzir novas perspectivas ou novas orientações na vida da Igreja, mas fundamentalmente em reconduzir a instituição eclesiástica a um modelo antigo. Esse modelo, na consciência da hierarquia eclesiástica, é o de uma Igreja entendida como poder espiritual, que no exercício de sua missão colabora com o Estado na manutenção da ordem social. O elemento fundamental da Restauração Católica é o esforço para que, efetivamente, a fé católica volte a ser um dos elementos constitutivos da sociedade.

¹⁷¹ CARTA PASTORAL de S. Em. Sr. Cardeal D. Leme, p. 42.

¹⁷² AZZI, Riolando .**A neocristandade**: um projeto restaurador. v. V. São Paulo: Paulinas, 1994b. p. 21-22.

A restauração católica é também consequência das transformações que estavam em curso no Brasil daquele período. No plano político despontam movimentos militaristas; no plano social, o proletariado com o partido comunista; no plano cultural, o surto modernista nas artes e na literatura, culminando com a Semana de Arte Moderna em 1922. Algo análogo acontece no interior da Igreja. Ela também promove uma espécie de “revolução espiritual”, cuja meta principal era restabelecer o seu domínio na sociedade, domínio perdido com a proclamação da República e os constantes ataques dos liberais. A revolução espiritual que se busca é em relação a consciência do ser Igreja. A Igreja fará um grande esforço para que a fé católica retome o seu lugar na sociedade. Nesse projeto, os leigos também seriam os protagonistas de um amplo processo de ação católica em vários campos sociais.

6.2.1

Acontecimentos que marcaram a tentativa de Neocristandade

De volta ao Rio de Janeiro, em 1921, como arcebispo auxiliar do cardeal Arcoverde, Dom Leme procura implantar as suas ideias abrindo espaço para a atuação dos intelectuais leigos dentro da Igreja. Dois eventos importantes marcaram essa nova perspectiva católica: a revista “A Ordem”, e o “Centro Dom Vital”.

6.2.1.1

A revista “A Ordem”

A revista “A Ordem” foi criada em agosto de 1921 por Jackson de Figueiredo e definia-se como “uma revista de combate quase sempre e, quando puder, de serena apologia da nossa fé”¹⁷³.

Jackson de Figueiredo é um ateu que se converteu ao catolicismo em 1918. Dirigiu a revista até 1928, ano de sua morte. Destacou-se por um espírito aguerrido e reacionário em defesa do catolicismo. Sucedeu-o Alceu Amoroso Lima.

¹⁷³ MATOS, Henrique Cristiano José. Nossa história: **500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. t. 3, período republicano e atualidade. São Paulo: Paulinas, 2003. p. 100.

O nome “A Ordem” é bastante significativo. A palavra “ordem” remete ao lema da República “Ordem e Progresso” estampado na bandeira do Brasil. Como vimos anteriormente, nesse período eclodem vários movimentos revolucionários e anárquicos. Os católicos, por sua vez, empunham a bandeira da Ordem como que dizendo que a verdadeira ordem da nação passa pelo catolicismo.

6.2.1.2

O “Centro Dom Vital”

O “Centro Dom Vital” foi fundado em abril-maio de 1922 para ser o reduto da intelectualidade católica e de reação contra os ideais socialistas e liberais.

O nome “Dom Vital” também é significativo e lembra o bispo de Pernambuco opondo-se aos maçons das irmandades em defesa da Igreja. Dom Vital representa o caráter combativo e intransigente dos católicos frente às modernas correntes de pensamento.

Portanto, tanto a revista “A Ordem” como o “Centro Dom Vital” foram criados para recatolizar os intelectuais e recuperar o papel do catolicismo e da Igreja na sociedade brasileira.

Na década de 1920 e de 1930, inspiradas no “Centro Dom Vital”, foram fundadas várias agremiações de intelectuais lideradas por leigos católicos em diversos pontos do Brasil. Essas agremiações tinham mais ou menos as mesmas características: ser um centro de cultura, de aglutinação dos intelectuais e de defesa da fé católica. Os intelectuais agrupados, em torno dessas agremiações, mais tarde, na década de 1940 e 1950 colaboraram para a fundação das Universidades Católicas.¹⁷⁴

Sobre a fundação da Universidade Católica do Rio de Janeiro, merece destaque o pedido feito por Dom Leme aos seus fiéis

Manda sua eminência o sr. Cardial-arcebispo que, em todas as missas a serem celebradas nos domingos, 28 de setembro, 5 e 12 de outubro, se façam coletas especiais, entre os fiéis, para a Universidade Católica. Ditas coletas hão de ser feitas, em todas as matrizes, igrejas, capelas do arcebispado, devendo os fiéis serem avisados desta resolução diocesana, no próximo domingo, dia 21. Permite sua eminência, onde houver absoluta necessidade de

¹⁷⁴ A primeira Universidade Católica foi fundada no Rio de Janeiro em 1941.

alguma coleta, para o culto, que, nos dias supra indicados, se faça, para esse fim uma coleta, em missa determinada, declarando-se, porém, que tal coleta não será destinada à Universidade católica.¹⁷⁵

O cardeal também escreve ao Presidente da República, antes da fundação da Universidade, informando sobre o desejo dos católicos em relação ao ensino superior.

O Brasil já não pode, sem desdouro, conserva-se á margem deste grande movimento de cultura; uma universidade católica, e nossa pátria, é a coroa natural do grande esforço civilizador da igreja, e será outrossim a sementeira viva em que se formarão consciências profundamente cristãs, que saberão aliar a mais esmerada competência técnica e científica com a elevação moral e a integridade de caráter de almas modeladas pelas lições divinas do Evangelho. Neste centro superior de irradiação intelectual e moral, terão a Igreja e a Pátria os melhores defensores de suas tradições e servidores leais de seus mais nobres interesses.¹⁷⁶

Em Curitiba, em 1929, foi fundado o Círculo de Estudos Bandeirantes, por um grupo de intelectuais católicos liderados pelo padre Luis Gonzaga Miele. Em 1959, o Círculo deu origem à PUC/PR.

6.2.1.3

O Congresso Eucarístico do Rio de Janeiro

Em 1922, o Brasil celebrava o centenário da Independência. O governo programou uma grande e pomposa festa cívica, enfatizando o patriotismo e o progresso da nação. Aproveitando essa ocasião, Dom Leme programa a realização de um Congresso Eucarístico na semana da Pátria como forma de mostrar a força social da religião católica. É uma mobilização para mostrar a pujança da fé perante o Estado laico.

¹⁷⁵ Aviso 379. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1941.

¹⁷⁶ Carta enviada ao Excelentíssimo Senhor Doutor Getulio Vargas. DD. Presidente da República. Rio de Janeiro, 4 de Agosto de 1940.

6.2.1.4

O monumento a Cristo Redentor

Outro sinal vivo que marcou o movimento de neocristandade católica no Brasil foi a construção do monumento a Cristo Redentor iniciada em 1922. Construído com ofertas dos fieis, quermesses e arrecadações diversas entre os fieis católicos. A inauguração foi nove anos depois, em 1931. O monumento no alto do Corcovado tinha um significado muito grande. Mesmo renegado pelo Estado, ele continua acima do Estado e abençoando a capital federal, símbolo da nação.

Para a inauguração do Cristo Redentor foi desenvolvido uma programação que todas as paróquias da Arquidiocese deveriam seguir.

1- Em todas as missas os sacerdotes digam palavras ao povo sobre a inauguração e façam coletas; 2- em todas as missas os vigários façam sermões alusivos; 3- durante a semana façam sermões nas igrejas a noite alusivos ao monumento,[...] 5- façam procissões durante o dia com a bandeira nacional e um estandarte religioso; [...] 8-todas as almas que amam Nosso Senhor, se unam aos nossos trabalhos como fervor de orações e actos de piedade mais frequentes e constantes, durante toda a semana; 9- Aos diretores das Ligas Catholicas e dos Escoteiros, recomendamos que se ofereçam aos vigários para todo e qualquer serviço durante a semana. [...] Terminando, lembro como estímulo de apostolado e homenagem ao grande e santo civilizador do Brasil, que os trabalhos da Semana do Monumento foram por nós todos confiados de modo especial á proteção do venerável Padre José de Anchieta.¹⁷⁷

Após a Missa celebrada pelo Núncio Apostólico, Dom Leme procedeu a bênção do monumento e, de joelhos e com voz emocionada, rezou a fórmula da consagração do Brasil ao Sagrado Coração de Jesus:

Senhor Jesus, redentor Nosso, Verdadeiro Deus e Verdadeiro Homem, que sois para o mundo Fonte de Luz, de Paz, de progresso e de felicidade. Salvador que nos remistes com o sacrifício da Vossa vida, eis a Vossos pés representando o Brasil, a Terra de Santa Cruz, que se consagra solenemente no Vosso Coração Sacratíssimo e vos reconhece para sempre seu Rei e Senhor.¹⁷⁸

¹⁷⁷ Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra. **Semana do Monumento ao Cristo Redemptor**. Rio de Janeiro: Typ. Do patronato de Crianças Pobres. 10 de agosto de 1923. p. 8/9.

¹⁷⁸ PIANSENTIN, Pe. João. **Dom Leme**. Bispo da Eucaristia. Rio de Janeiro. 1982.

Cristo, ao alto da cidade, no pico do Corcovado, conclama os homens a aceitá-lo em suas vidas, como remidos pelos seu Sangue. Essa era a intenção de Dom Leme.

Além desses acontecimentos, vários outros marcaram a restauração católica, com, por exemplo, a Confederação Católica, a Páscoa dos Militares, o Congresso Catequístico de Belo Horizonte. Todos esses eventos foram importantes para marcar a importância da fé católica na sociedade, como também foram instrumento de reaproximação entre Igreja e Estado.

6.3

A Igreja no Brasil entre 1930 e 1960 (rumo a uma Igreja Latino Americana/Brasileira)

O ano de 1930 marca a crise dos governos liberais e republicanos. No Brasil, é o fim da República Velha e ascensão de Getúlio Vargas que vai comandar o país (considere-se os dois mandatos) por quase vinte anos. O ano de 1960 também é um marco importante para o Brasil porque o regime populista apresenta sintomas de crise e mal se arrasta até 1964 quando recebe o golpe final dos militares.

Em termos eclesiais, o movimento de neocristandade católica continua pelo menos até o Concílio Plenário Brasileiro. Alguns historiadores são da opinião de que a restauração chegue até às vésperas do Concílio Vaticano II.

Seguindo a nossa proposta inicial, vamos enfatizar a relação entre Igreja do Brasil pela importância que ela vai ganhando frente ao Estado e sobretudo em relação à sua própria organização.

Neste momento, deve-se ter como pano de fundo a conjuntura mundial daquele período, como, por exemplo, o fascismo, o comunismo e o nazismo, a Segunda Guerra e a Guerra Fria depois de 1945, a Revolução Cubana, em 1959; a conjuntura eclesial romana, como os papas do período: Pio XI (1922-1939), Pio XII (1939-1958), João XXIII (1958-1963). No Brasil, a Igreja terá muito medo do comunismo, do protestantismo e do espiritismo.

6.3.1

A Igreja nos regimes populistas

O populismo foi um modelo de governo que vigorou na América Latina entre 1930 e 1960, cuja característica principal é buscar na massa popular e na maioria desfavorecida seu apoio político. O objetivo do governante populista é mobilizar as massas através de um discurso simples e de apelo aos interesses nacionais, prometendo resolver todos os problemas do povo. São governos que se utilizam do povo para se sustentar no poder com uma proposta de renovação do capitalismo e do Estado. O líder populista é também carismático e demagogo.

O populismo é consequência da crise de 1929 que resultou na queda da bolsa de Nova York, provocando uma quebra violenta na economia mundial. A consequência política na América Latina será a queda dos governos oligárquicos e o fim das alianças com as elites mandatárias conservadoras. Nesse período, a América Latina passa por uma fase de desenvolvimento econômico, de passagem de uma economia agrária para a industrial, de urbanização crescente, de rearticulação das classes sociais e crescimento do operariado. Esse ambiente será propício para o surgimento e ascensão dos regimes populistas. O populismo é gerado em meio à falência das elites oligárquicas. É conhecido também como o governo dos caudilhos.

Na América Latina, os modelos de governo populista que mais se destacaram foram:

- a) Getúlio Vargas (1930-1945/1951-1954), no Brasil;
- b) José Maria Velasco Ibarra (1934-1935), no Equador;
- c) Lázaro Cárdenas del Rio (1934-1940), no México;
- d) Juan Domingo Perón (1946-1955), na Argentina;
- e) Angel Victor Paz Estensoro (1952-1956), Siles Suazo (1956-1960), na Bolívia;
- f) Gustavo Rojas Pinilla (1953-1957), na Colômbia.

De maneira análoga ao Estado, a Igreja também vai adotar uma “política populista” e trabalhar com a massa católica através da realização de congressos, encontros e grandes concentrações. Ao lado dos governos populistas, a Igreja também procura apoio na massa não para se sustentar politicamente, mas para mostrar seu poder de aglutinação e a força da fé católica na sociedade. Nesse sentido,

patriotismo, nacionalismo e fé católica serão ingredientes importantes nos discursos da hierarquia e dos intelectuais.

Enrique Dussel¹⁷⁹, explicita que, no período de 1930 a 1960 a Igreja latino americana passou por *duas* fases bem distintas. A *primeira* (1930-1945) é a mais populista no aspecto político e econômico. Com exceção do México, por causa do anticlericalismo da Revolução de 1910, de modo geral a Igreja apoia, mas também impõe-se com a promoção de congressos e grandes encontros das massas cristãs. De certa forma, nessa fase recupera-se o poder perdido durante as “perseguições” liberais.

A segunda fase (1945-1959) é marcada pela guerra fria e a Igreja continua apoiando os populismo contra o comunismo, mas depois desconfia, suspeitando que há infiltração comunista e aos poucos se afasta de tais governos. No final de 1950, ela já está reorganizada em nível latino americano e em nível nacional em cada país. É nessa década, em 1955, no Rio de Janeiro, que se realiza a I Conferência do Episcopado latino americano. Nesta conferência, é fundado o Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM.

Como a Igreja se impôs diante dos regimes populistas? De *quatro* maneiras, responde Dussel¹⁸⁰. A *primeira* foi através da Ação Católica que reunia a pequena burguesia em torno do apostolado leigo na Igreja sob a direção da hierarquia. A *segunda* foi a realização de grandes congressos de massas. Era uma “onda” a realização de congressos eucarísticos. Estas concentrações de milhares de católicos impressionavam os governos populistas e deram força política à Igreja nas negociações e reivindicações. A *terceira* é a Ação Social no setor trabalhista, operário e corporativista. Essa ação era inspirada na Encíclica *Quadragesimo Anno* (1931) de Pio XII. E por fim, a *quarta* maneira é o anticomunismo. Influenciada pela política americana da guerra fria, a Igreja se posiciona contra o comunismo e se apresenta propensa a apoiar as ditaduras, a essas alturas cada vez menos populistas e mais autoritárias.

Queremos destacar ainda que é nesse período que se produz uma renovação e uma modernização da Igreja na esfera intelectual, pastoral e organizacional. A

¹⁷⁹ DUSSEL, Enrique. **História da Igreja Latino-Americana** (1930 a 1985). São Paulo: Paulinas, 1989.

¹⁸⁰ Ibid. p. 14-17.

renovação, na esfera intelectual, foi marcada pela organização dos intelectuais leigos, pelo surgimento de revistas filosóficas e teológicas e pela fundação das universidades católicas.¹⁸¹ A renovação pastoral aconteceu através da fundação de centros e institutos para promover estudos nessa área. A renovação e modernização organizacional nacional e latino americana caracterizou-se pelo surgimento das conferências episcopais nacionais a partir de 1952, pelo CELAM e por uma dezena de organizações, confederações e movimentos.

Isso posto, podemos ver que o populismo favoreceu a superação dos resquícios do liberalismo republicano e criou uma situação propícia para se iniciar uma renovação na Igreja latino americana. Tendo colocado esta visão geral de como a Igreja se movimenta nos regimes populistas latino americanos, passemos a direcionar o nosso estudo para a Igreja do Brasil para ver como ela se organiza e projeta sua caminhada.

6.4

A Igreja no governo de Getúlio Vargas

Getúlio Vargas foi presidente do Brasil por duas vezes. Na primeira vez, de 1930 a 1945. Na segunda, de 1951 a 1954. Na primeira vez, seu governo caracterizou-se por três fases distintas: governo provisório – 1930-1934; governo constitucional, eleito pelo Congresso Nacional – 1934-1937; Estado Novo – 1937-1945. É um período complexo para a sociedade brasileira e também para a Igreja porque ela vai, a todo custo, manter-se ao lado do Estado, apoiando-o, fazendo suas reivindicações, mas nem sempre sendo atendida. Descrevemos alguns pontos em um rascunho de uma carta enviada a Getúlio Vargas, por Dom Leme, em 15 de abril de 1931, nesta o Arcebispo afirma que:

Nesta volta de nossa história, em que se deseja imprimir novos rumos à orientação política e social do país, é nosso dever de bispos e de brasileiros, que zelamos pelos interesses da consciência católica e pelo progresso da pátria, apresentar a V. Excia. em resumido memorial, as justas aspirações da quase totalidade da população brasileira. Não solicitamos nenhum

¹⁸¹ Universidade Católica do Rio de Janeiro (1941); Universidade Católica de São Paulo (1946); Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1948); Universidade Católica de Minas/BH (1958); Universidade Católica do Paraná (1959).

privilégio: queremos apenas uma compreensão mais equânime dos nossos direitos e um respeito mais leal às nossas legítimas liberdades.¹⁸²

Nesta carta o arcebispo pedindo benevolência sobre alguns pontos importantes para a sociedade brasileira:

- a) Que a nossa constituição seja promulgada em nome de Deus;
- b) Que se reconheça explicitamente na nossa constituição, como catholica a maioria do povo brasileiro;
- c) Que se mantenha a embaixada brasileira junto ao Vaticano;
- d) Que se conserve o ensino religiosos nas escolas oficiais;
- e) Que se reconheçam efeitos civis do casamento religioso
- f) Que se conserve nas nossas leis a indissolubilidade do vínculo conjugal;
- g) Que se autorize a assistência religiosa às classes armadas;
- h) Que se suprimam todas as medidas de exceção contra os religiosos
- i) Que se autorize oficialmente a colocação de imagens de Cristo, nos tribunais, nas escolas, nos hospitais;
- j) Que sejam isentados do serviço militar os membros do clero;
- k) Que o estado facilite, promova e proteja a catequese religiosa dos selvícolas;
- l) Que em toda a legislação do trabalho se respeitem os direitos da consciência cristã, como a liberdade de associação profissional e o repouso dominical;
- m) Que se suprimam todos os termos legais suscetíveis de interpretação anticatólica.

Vargas chegou ao poder após a derrubada de Washington Luiz da presidência e tudo o que ele podia significar em termos de República Velha e política entre paulistas e mineiros, ou como convencionou-se chamar de política café com leite, ele assim o fez. Apesar de Vargas ter chegado ao poder por meio de uma revolução, para a Igreja, foi o momento propício para se aproximar definitivamente do Estado e refazer as relações que haviam sido destruídas com a proclamação da República.

¹⁸² Rascunho de uma carta de Dom Leme enviado em 1931 a Getulio Vargas, 1931. p. 1. Contido na pasta 216 do Arquivo Arquidiocesano do Rio de Janeiro.

Foi o momento que ela aproveitou para se rearticular dentro da sociedade e redefinir sua ação diante do Estado.

6.4.1

A Revolução de Outubro

Qual foi a atitude da Igreja, ou melhor, dos bispos diante da Revolução? Não houve uma atitude uniforme do episcopado perante os acontecimentos da revolução. Dom Duarte Leopoldo e Silva (1907-1938), arcebispo de São Paulo, opôs-se à Revolução, manifestando seu apoio a Washington Luis. Não poderia ser diferente, pois a Igreja paulista estava aliada à oligarquia cafeeira que era o centro da crise.

Em Minas Gerais, o episcopado não apoia abertamente, mas também não é contra, exercendo importante papel de pacificação, dando a entender que eram favoráveis à mudanças na Presidência da República, até porque Minas fora prejudicada politicamente. A situação da Igreja mineira estava sendo favorecida por causa da presença no governo do Estado de um governador católico, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade.

Caso atípico foi o do Rio Grande do Sul, onde Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, declara abertamente apoio a Getúlio Vargas desde sua campanha à presidência. Quando estoura a Revolução, a Igreja do Rio Grande se mobiliza, suspende-se as férias dos padres, recrutam-se padres para serem capelães, organizam-se coletas para comprar material litúrgico e religioso necessário para acompanhar as tropas. Confirmada a vitória da Revolução no dia 1º de novembro, Dom Becker convoca o povo gaúcho para a oração solene do *Te Deum* em ação de graças, em Porto Alegre. Reuniram-se mais de 20 mil pessoas. Posteriormente serão estreitas as relações com o governo Vargas.

No Rio de Janeiro, para onde havia desembocado a Revolução, dada a gravidade da situação, a atitude de Dom Leme foi cautelosa, neutra e diplomática. Não tomou partido nem se envolveu com os conflitos, mas tentou negociar uma saída pacífica para a crise. Não conseguindo, tentou salvar pelo menos a vida do presidente encurralado no Palácio da Guanabara. Acompanhado por Dom Leme, o presidente saiu do Palácio e foi conduzido prisioneiro até o Forte de Copacabana na tarde de 24

de outubro. A respeito desse fato, Oscar Beozzo¹⁸³ faz uma observação interessante e acertada:

A primeira República, que iniciara sua história estabelecendo a separação entre a Igreja e o Estado e excluindo a Igreja da nova ordem liberal positivista, sai paradoxalmente de cena, 40 anos depois, pelas mãos de um membro da hierarquia da Igreja. Ingressa o presidente deposto na mesma fortaleza, de onde a 5 de julho de 1922 saíram os primeiros jovens oficiais, os tenentes, para combater a República oligárquica.

A revolução abriu uma nova conjuntura política, social e econômica. Getúlio Vargas direcionou sua política para o povo para usá-lo como estratégia política para sustentar-se no poder. Por sua vez, a Igreja, agora alinhada ao Estado, nos próximos quatro anos vai criar suas estratégias para mobilizar o povo não para suprir os interesses do povo, mas para atingir seus propósitos e sustentar o aparato eclesiástico.

6.5

As manifestações católicas

A partir de 1931, a Igreja organiza grandes concentrações católicas na capital federal e em outras cidades brasileiras para mostrar a força e a pujança da fé católica na sociedade. Entre as manifestações destacamos:

- a) Visita de Nossa Senhora Aparecida ao Rio de Janeiro;

Em 1930, a 16 de julho, a pedido do episcopado brasileiro, o papa Pio XI declarou Nossa Senhora Aparecida Padroeira do Brasil¹⁸⁴. Em 1931, de 24 a 31 de maio, sob a regência do cardeal Leme, realizou-se a semana da padroeira no Rio de Janeiro. Era importante que Nossa Senhora Aparecida visitasse a capital federal naquele momento crucial da história do país.

- b) Inauguração do monumento do Cristo Redentor

¹⁸³ BEOZZO, 1995, p. 290.

¹⁸⁴ “1931 – o COngresso Mariano, que terminou com a proclamação e coroação de Nossa Senhora Aparecida, Rainha do Brasil, e a inauguração da imagem de Cristo Redentor, 1933 – participação como legado pontifício ao Primeiro Congresso, Eucarístico Nacional da Bahia: a sua presença neste certame, como nos dois outros de belo Horizonte em 1936, e de Recife em 1939, emprestou incomparável brilho àquelas manifestações de fé. (SCHUBERT, 1948. p.24)

No início de outubro de 1931, o cardeal Leme programou uma semana em honra de Cristo Rei que culminou com a inauguração da estátua de Cristo Redentor, no Corcovado, dia 12 de outubro. Esse fato tem grande peso simbólico associado diretamente à presença do Redentor na vida política do Brasil. Em seu discurso, Dom Leme enfatizava a importância da presença de Cristo Redentor na capital federal.

Brasil! Brasil! Ó pátria! Ajoelha-te aos pés do Redentor. Junto à sua cruz nasceste grande e imenso; grande e imenso crescestes. Continua de joelhos aos pés da Cruz, ó pátria, porque só assim poderás continuar de pé diante dos povos civilizados, ostentando a fronte erguida, falando uma só língua, professando uma só religião, adorando um só Cristo, desfraldando uma só bandeira.¹⁸⁵

c) Cruzada de oração pela pátria (25 de março de 1932)

A cruzada foi organizada num momento político extremamente delicado e difícil. Havia rumores de que uma nova revolução estava prestes a acontecer e tal fato consumou-se (de 9 de julho a 4 de outubro) com a eclosão da Revolução Constitucionalista de 1932 que tinha por objetivo derrubar Vargas. Em março desse ano, o cardeal Leme promoveu uma cruzada de orações pela pátria, cujo tema era: O Brasil precisa de Deus em suas leis e seus homens.

d) Congresso eucarístico nacional

Em julho de 1933, o cardeal Leme dirigia um convite a todos católicos do Brasil para participarem do primeiro Congresso Eucarístico Nacional que iria se realizar em Salvador entre os dias 3 a 10 de setembro. Na ocasião escrevia: “Para os católicos brasileiros, o Congresso Eucarístico Nacional assume caráter de um compromisso de honra, em que estão empenhados o nosso patriotismo e a nossa fé.”¹⁸⁶

É a partir de 1933 que se iniciaram os Congressos Eucarísticos Nacionais. Eles se tornaram instrumento de afirmação da fé católica e da presença da Igreja na sociedade e apregoavam a união entre religião e pátria. Dom Álvaro da Silva, primaz da Bahia, assim se expressou: “Pátria, estremecida, tu estás saldando assim toda a sua dívida, que talvez tenhas contraído em teu passado para com Deus de tua

¹⁸⁵ AZZI. 1978, p. 65.

¹⁸⁶ Ibid. p. 69.

nacionalidade. O momento presente resgata de sobra as tuas infidelidades de antanho. Salve Brasil eucarístico!”¹⁸⁷

Os congressos eucarísticos foram uma estratégia de renovação e de modernização da fé católica, assinalando a fé eucarística como uma característica da devoção popular. Historicamente isso não é verdade, porque o povo sempre foi mais ligado aos santos e menos à vivência sacramental.

6.6

A Igreja e o ensino religioso

A Constituição Republicana de 1891 separa o Estado da religião, sacramentando o princípio laicista do Estado em matéria religiosa, principalmente no campo da educação, substituindo o ensino tradicional ancorado em premissas religiosas católicas pelo ensino moderno, laico e público.

O Concílio Plenário Latino Americano de 1899 exortou os bispos para que implantassem escolas católicas para fazer frente ao ensino laico promovido pelos Estados liberais. Em 1900, dom José de Camargo Barros, bispo de Curitiba, lamentava que a República havia expulsado o padre e a religião das escolas públicas. Diante dessa situação, não restava outra coisa a fazer senão “metter mão corajosa na grande *Obra* das escolas católicas”.¹⁸⁸

Mas foi nos anos 30, com os novos projetos e com as novas políticas educacionais do governo Vargas, tendo em vista a democratização do ensino, que o ensino religioso tornou-se objeto de grandes debates. O grupo de educadores reunidos em torno da Escola Nova era favorável ao ensino público laico, opondo-se aos católicos que defendiam o ensino religioso obrigatório, inclusive nas escolas públicas. Entre os defensores católicos do ensino religioso estava o padre Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima e o grupo do Centro Dom Vital, no Rio de Janeiro e o padre Álvaro Negromonte, em Minas Gerais. Em Curitiba, o ensino religioso foi amplamente discutido pelos católicos agrupados em torno do Círculo de Estudos Bandeirantes.

¹⁸⁷ Ibid. p. 70.

¹⁸⁸ CARTA PASTORAL de s. Exa. Revda. o Snr. Bispo Diocesano, Dom José de Camargo Barros, sobre as escolas paroquiais. Curitiba, 2 de fevereiro de 1900. BOLETIM ECCLESIASTICO da Diocese de Curitiba, Anno 1, n. 3, 2 de março de 1900, p. 28.

Em abril de 1931, a Igreja obteve uma vitória significativa, ainda que parcial, em relação ao ensino religioso. No dia 30, o presidente Getúlio Vargas assinou um decreto permitindo o ensino da religião nas escolas públicas. A Igreja reivindicava o ensino religioso obrigatório dentro do horário escolar, o decreto concedia o ensino religioso facultativo fora do horário escolar.

Vitória essa, que foi festejada e aplaudida pela Igreja no Rio de Janeiro como vemos na transcrição de uma circular enviada a todos os párocos da Arquidiocese, em 18 de maio de 1931.

Para abafar os clamores levantados contra o ensino religioso, recomendo ao zelo e consciência dos senhores vigários, superiores religiosos e de todo o clero, em geral, que aproveitando as solenidades do mez de Maria e da Semana parochial da Padroeira do Brasil, observe, escrupulosamente as seguintes determinações: 1- O Pregador, todos os dias, fará algumas considerações sobre o ensino religiosos nas escolas publicas, sem entrar em argumentos de ordem partidária; 2- Seja lida e comentada aos fieis a exposição de motivos com que o Governo justifica o decreto; 3- Cada dia, uma comissão de senhoras e outra de homens pedirão, quando menos, trinta assignaturas de pessoas representativas, para um telegrama de aplausos ao chefe do Governo Provisório e, separadamente, ao Ministro da Educação [...] 4- recomenda-se ao povo que esteja alerta com os adversários que, simulando tratarem de abaixo assignados catholicos, estão colhendo assignaturas contra o ensino religioso; 5- Em todas as parochias, seja constituída uma Comissão de defesa e propagando ao ensino religioso. [...] 6- Onde os adversários promoverem comícios ou reuniões nas praças, façam-no também os catholicos. [...] Cada vigário, cada sacerdote, cada um dos catholicos deve considerar-se e agir como apóstolo e soldado da linha de frente, no combate acceso e disciplinado que os adversários estão organizando contra o ensino religioso. O momento que pssa é decisivo para a nossa causa, os espíritos displicentes, inativos e retardatários terão que prestar contas formidáveis deante de Deus. Encaredenco, ainda uma vez, a necessidade de que junto dos altares continue a cruzada de orações pelo êxito das reivindicações catholicas, peço a Deus abençoe a todos os nossos cooperadores.¹⁸⁹

Em 1934, através das pressões exercidas pela Igreja na Constituinte, o artigo 153 da nova Constituição confirmava os avanços e as conquistas de 1931.

O ensino religioso será de frequência facultativa, e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno

¹⁸⁹ Camara Ecclesiastica, 18 de maio de 1931. Circular reservada. Arquivo Arquidiocesano do Rio de Janeiro.

manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.¹⁹⁰

A alegria da Igreja não foi por muito tempo. Três anos depois, em 1937, a Constituição do Estado Novo outorgada por Vargas e longe das pressões da Igreja, no artigo 133, delimitava as conquistas anteriores em matéria de ensino religioso. “O ensino religioso *poderá* ser contemplado como matéria de curso ordinário das escolas [...] *não poderá*, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de frequência compulsória por parte dos alunos”.¹⁹¹

Preste atenção para o “*poderá*” e “*não poderá*”, expressões que frustram as conquistas anteriores e as expectativas da Igreja. Enfim, o debate sobre o ensino religioso na escola pública entre Estado e Igreja passou por muitas idas e vindas e continua marcando presença na pauta das discussões.

6.7

A Liga Eleitoral Católica (LEC)

Em 1932, no calor das manifestações católicas e das agitações políticas tendo em vista as eleições, a Igreja organiza um grupo de pressão tendo em vista pressionar a Assembleia Constituinte naquilo que era de seu interesse. A LEC, fundada por dom Leme, foi uma estratégia eleitoral e política que a Igreja usou para conseguir, através do voto, maior força nas suas reivindicações perante o Estado, assim como expresso o aviso n. 239 de 20 de setembro de 1932:

A todas as associações religiosas, confederadas ou não, bem como aos catholicos, em geral, comunica Sua Eminencia Revma. O Sr. Cardeal Arcebispo que aprovou a fundação da Liga Eleitoral Catholica, para arregimentação e organização dos catholicos de ambos os sexos. Não se trata de partido, mas de organização do eleitorado catholico, na defesa dos princípios sacrasantos da igreja, da moral e da sociedade.

Espera Sua Emcia. Revma, o Sr.. cardeal que nenhum catholico deixe de cumprir o dever de fé e civismo que nos impõem a hora presente trate cada um de se alistar e procure com esforços de zelo, que outros se alistem entre os eleitores da liga.

¹⁹⁰ BEOZZO, 1995, p. 300.

¹⁹¹ Ibid. p. 300-301.

O Secretario Geral da L. E. C. é o Dr. Alceu Amoroso Lima, auxiliado, no que diz com o elemento feminino, pela Exma. Snra. D. Cecélia Rangel Xavier Pedrosa.

Certo de que o voto consciencioso e disciplinado dos catholicos, mesmo sem partido, influirá nos destinos da Patria á atividade e ás orações dos fieis muito recomenda Sua Eminencia a L.E.C.¹⁹²

Era também um instrumento de pressão frente aos partidos e aos políticos católicos no sentido de pressioná-los para defender os postulados da Igreja. Se os candidatos quisessem o voto dos católicos, deveriam comprometer-se com as causas da Igreja.

Conforme seus estatutos, a LEC apresentava-se como uma organização com dupla finalidade:

- a) Instruir, congregar, alistar o eleitorado católico;
- b) Assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação por parte dos mesmos candidatos dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte.

O seu programa resumia-se em dez postulados:

- a) Promulgação da Constituição em nome de Deus.
- b) Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas e reconhecimentos dos efeitos civis ao casamento religioso.
- c) Incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, do Estado e dos municípios.
- d) Regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais etc.
- e) Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros.
- f) Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às forças armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar.
- g) Decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã.

¹⁹² Cúria Metropolitana. Aviso N.º 239. 20 de setembro de 1932.

- h) Defesa dos direitos e deveres da propriedade individual.
- i) Decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis.
- j) Combate a toda e qualquer legislação que contrarie, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica.¹⁹³

A LEC empreendeu um grande movimento de mobilização eleitoral. O objetivo era alistar o maior número de eleitores católicos e instruí-los sobre a importância do voto e a necessidade de apoiar as reivindicações católicas. Nesse sentido, foram mobilizadas paróquias e associações ligadas à Igreja, promoveu-se congressos, assembleias e reuniões em todos os cantos do país.

Outro aspecto importante da LEC, no processo de mobilização eleitoral, foi a campanha e luta pelo voto feminino. Até então, nem todas as mulheres votavam. A LEC batalha para estender esse direito a todas as mulheres. Para a Igreja, o voto feminino era importante porque atingia a família e aumentava a força do voto católico.

A respeito da atuação e do programa da LEC, José Oscar Beozzo¹⁹⁴, tem a seguinte argumentação: “O que se pode depreender do programa da LEC é que a Igreja monta uma estratégia de cerco ao Estado, indo direto aos mecanismos mais sensíveis da formação dos valores e da representação do mundo, a família e a escola.”

A LEC alcançou seus objetivos como vemos em carta reservada enviada por Dom Leme aos Arcebispos e Bispos em 21 de janeiro de 1933.

Com a aproximação do pleito eleitoral de maio e o aparecimento de alguns casos em Juntas Estaduais, julgou bem Sua Eminência o sr. Cardeal convocar em seu palácio os Arcebispos e Bispos diocesanos mais próximos, aos quais informou minuciosamente dos acontecimentos últimos relativos à L.E.C. e da crescente boa disposição dos vários membros do Governo Provisorio, no sentido de conseguirem que todos os partidos filiados à União Cívica consignem em seus estatutos as exigências mínimas dos católicos.

Assim, há três dias consecutivos, temos o prazer de ouvir a palavra ardorosa afirmar e garantir a vitória na próxima Constituição das principais senões de todas as reivindicações por que foi criada a benemérita L.E.C..

¹⁹³ BEOZZO, 1995, p. 306.

¹⁹⁴ Ibid. 1995, p. 306.

Ainda hoje foi-nos presente copia autentica da acta final dos Interventores do Norte, em que ficaram declaradas como questão fechada para todo aquelles partidos as nossas exigências mínimas. Á vista disto e para orientação de cada um em nossas dioceses, aconselhariam S. Eminencia que não se cogitasse de apresentação de chapas da Liga ou mesmo de se recomendarem indivíduos, e sim maiores exigências, que todos os partidos a ella filiados respeitem não só mas votem as theses catholicas. Nesse sentido, a junta Nacional vai divulgar na próxima segunda feira importantes declarações.

Assim, a L.E.C., conseguiu, sem estardalhaço, mas silenciosamente e com manifesta proteção divina, todos os altos intuitos por que foi em feliz hora instituída. Temos todos motivos seguros para afirmar a victoria da boa causa, da boa causa de Deus e dos destinos felizes de nossa Patria.¹⁹⁵

Passada a eleição de julho de 1933 e a Constituinte de 1934 que resultou na promulgação da nova Constituição do país, a LEC, tendo cumprido o seu objetivo, perdeu a razão de existir e esmoreceu. Em 1945, houve tentativa de reavivá-la, mas a ideia não vingou em função do momento político que era diferente de dez anos atrás.

6.8

A Ação Católica

A Ação Católica¹⁹⁶ foi um dos mais importantes e expressivos movimentos de renovação da Igreja no Brasil no século 20 e durou pouco mais de trinta anos. Sua história é ampla e complexa e envolve um largo leque de questões. Nessa seção, vamos nos limitar a fazer somente seu aporte histórico, deixando o aprofundamento para estudos posteriores.

Com a promulgação da Constituição em julho de 1934, de certa forma, acaba a razão de mobilização dos leigos da parte da Igreja. A LEC perdeu seu sentido de ser, no entanto, deixou uma experiência positiva no âmbito da organização e ação dos leigos. Era necessário aproveitar esse potencial laico para uma ação mais efetiva e duradoura na Igreja. Foi assim que foi criada a Ação Católica.

¹⁹⁵ Carta. Rio de Janeiro, 21 de abril de 1933. Dirigida a todos os Arcebispos e Bispos de Brasil. Arquivo Arquidiocesano do Rio de Janeiro.

¹⁹⁶ A Ação Católica foi criada pelo Papa Pio XI em 1925

No dia 9 de junho de 1935, na solenidade de Pentecostes, Dom Leme promulga oficialmente a criação da Ação Católica Brasileira (ACB). Adotou-se o modelo italiano, dividindo os leigos em quatro grupos, de acordo com a idade e sexo.

Homens da AC, para os maiores de 30 anos e os casados de qualquer idade; Liga Feminina da AC, para as maiores de 30 anos e as casadas de qualquer idade; Juventude Católica Brasileira, para moços de 14 a 30 anos; Juventude Feminina Católica, para moças de 14 a 30 anos.¹⁹⁷

Esse movimento disseminou-se por todo país.

Em que consistiu a Ação Católica? O que era a Ação Católica? “É a participação dos leigos organizados no apostolado hierárquico da Igreja, fora e acima dos partidos, para o estabelecimento do reino universal de Cristo”.¹⁹⁸

Tratava-se, na verdade, de um grupo formado pela aristocracia do laicato, ou seja, a classe média-alta, subordinado à hierarquia eclesiástica que exerceu um papel fundamental no sentido de fazer uma ponte entre o mundo secular e a Igreja, “entre a esfera privada e a esfera pública, entre o domínio do sagrado e o do profano”.¹⁹⁹ Era objetivo da Ação Católica fazer com que os católicos marcassem presença em todas as esferas da vida social, profissional e pública como, por exemplo, no mundo dos negócios, nas fábricas, na política e no campo da cultura. Era, na verdade, a tentativa de estabelecer uma nova cristandade e criar uma nova ordem social, econômica e política sob a influência dos princípios cristãos orientados pela Igreja num mundo secularizado, liberal e com fortes ameaças comunistas. Enfim, estabelecer uma democracia cristã.

Em 1950, a Ação Católica passa por uma reformulação e mudança de modelo. O modelo italiano é substituído pelo modelo francês, organizado conforme os diferentes meios sociais. Era denominada de Ação Católica especializada e ficou conhecida como JAC, JEC, JIC, JOC e JUC.

- a) JAC – Juventude Agrária Católica (meio rural).
- b) JEC – Juventude Estudantil Católica (meio estudantil secundarista).
- c) JIC – Juventude Independente Católica (independente).
- d) JOC – Juventude Operária Católica (meio operário).
- e) JUC – Juventude Universitária Católica (meio universitário).

¹⁹⁷ MATOS, 2003, p. 107

¹⁹⁸ BEOZZO, 1995, p. 322.

¹⁹⁹ Ibid. p. 322.

A mudança de modelo trouxe também uma mudança de rumo. A partir de 1950, verifica-se um engajamento e uma inserção cada vez maior do meio operário e universitário na política. No final da década, o engajamento do meio universitário na política foi tornando-se cada vez mais intenso e radical, definindo-se a favor do socialismo. Essa atitude foi criando tensões com as autoridades eclesiais porque não caracterizava mais “colaboração no apostolado hierárquico da Igreja.

No início da década de 1960, a JUC intensifica sua militância política no campo estudantil envolvendo-se com a UNE e 1961 com a Ação Popular. Foi uma fase de afrontamento com a hierarquia. Os bispos não viram esses fatos com bons olhos e daí para frente a crise se agravou entre a hierarquia e JUC. O clima negativo aumentou e no dia 8 de novembro de 1966 a CNBB publica a dissolução das equipes da JUC, JEC e JIC. Sem apoio e sem assistência da parte da Igreja e perseguido pela ditadura, o movimento desapareceu.

Apesar da crise que se instalou entre a Ação Católica e a hierarquia, qual foi sua contribuição para a Igreja? Na opinião de Faustino Teixeira,²⁰⁰

A Ação Católica Brasileira teve como principal tarefa preparar o terreno e abrir espaço para uma participação social e política dos cristãos. Foi a partir da prática efetuada pela Ação Católica (em especial da JEC, JOC e JUC) que a idéia de participação dos cristãos no terreno social e político ganhou foro de cidadania. A Ação Católica Especializada colocou de fato em prática o método ver, julgar e agir, dinamizando-o no sentido de uma atuação significativamente crítica e transformadora [...] Foi a partir da reflexão e da práxis dos militantes da JUC, JEC e da AP que a relação fé e política foi-se impondo como fundamental para a reflexão e a prática dos cristãos [...] Não se pode negar a importância do papel desempenhado pela Ação Católica Brasileira na preparação do terreno onde posteriormente iriam desenvolver-se as Comunidades Eclesiais de Base.

É importante aprofundar-se mais nesse assunto através de leituras da bibliografia indicada para perceber a evolução do laicato na Igreja. Dos anos 20 a 50, a Igreja lida com a elite do laicato. A década de 50 e início dos anos 60 representa o esforço de alguns setores do próprio laicato, como por exemplo da JUC que de fato há necessidade, através de um engajamento político e social, de “descer” para o povo. A Ação Católica não conseguiu fazer isso, mas preparou o terreno para que

²⁰⁰ TEIXEIRA, Faustino Luiz Couto. *A gênese das ceb's no Brasil: elementos explicativos*. São Paulo: Paulinas, 1988. p. 95-94.

movimentos de base popular surgissem no final de 1960 e na década de 1970 em diante.

6.9

O Estado Novo e a Igreja

O Estado Novo é um período, do governo de Getúlio Vargas, entre 1937 e 1945, conhecido também como a ditadura Vargas. Foi instalado a 10 de novembro de 1937 mediante golpe de Estado. Havia rumores de que os comunistas estavam se preparando para tomar o poder nas eleições de janeiro de 1938. Para apressar os fatos e não dar chances ao “inimigo”, Vargas adiantou-se e deu golpe de Estado em seu próprio governo. Fechou o Congresso, instituiu a censura à imprensa, fechou os partidos, proibiu as manifestações políticas, outorgou nova Constituição e instaurou a ditadura. O Estado se tornou repressivo e autoritário e Vargas ditador.

Qual foi a reação da Igreja diante da nova situação política?

Qual foi a relação que a Igreja manteve com o Estado Novo?

Como a política do Estado Novo afetou a vida da Igreja?

Segundo Oscar Beozzo²⁰¹, as relações entre Igreja e Estado Novo podem ser vistas em dois planos: no constitucional e no prático. No plano constitucional, com o golpe de Estado e a dissolução das instituições governamentais, o poder se concentrou nas mãos do Presidente. A nova Constituição eliminou as conquistas católicas da Constituição de 1934, poupando somente o ensino religioso com ressalvas. Desapareceu o nome de Deus do preâmbulo, não trata da assistência religiosa às Forças Armadas nem das relações com a Santa Sé. Volta-se ao Estado laico e se reintroduz o princípio da secularização.

No plano prático, a situação não foi tão dramática. Às vésperas do golpe, Vargas teria avisado Dom Leme “que em nada seriam alteradas as cordiais relações entre a Igreja e o Estado”²⁰² e o cardeal já tivera conhecimento do texto constitucional antes mesmo de 10 de novembro. Diante da nova situação, o episcopado não reagiu com pronunciamentos e cartas pastorais contra o novo regime, o que deveria ter feito, como fizera em 1890, mas adapta-se ao novo modelo

²⁰¹ BEOZZO, 1995, p. 324.

²⁰² Ibid. p. 324.

de Estado e convive pacificamente. Isso significa que o pacto continuava e não havia necessidade de uma legislação oficial para regular as relações entre Estado e Igreja. No entanto, essa situação representava um certo perigo e insegurança jurídica para a Igreja porque passava a depender do “bom ânimo” ou das concessões arbitrárias de Vargas. Na opinião de Matos²⁰³, “existia um *pacto moral* entre Igreja e Estado”. E se o catolicismo tinha uma posição privilegiada não era mais por uma garantia da Constituição, mas por uma concessão do próprio Vargas. E se isso era “bom” para a Igreja, para o Estado era melhor ainda, porque servia-se dela para se sustentar ideologicamente e manter seu projeto autoritário.

Dada a insegurança que se instala entre Governo e Igreja, de ambas as partes, vai se enfatizar muito nos discursos a cooperação e o respeito mútuo que deve haver entre as duas instituições, cada uma no exercício e nos limites de sua função. Em julho de 1939, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro, o Governo oferece um banquete aos bispos conciliares no Palácio do Itamarati. Nessa ocasião, em seu discurso Vargas afirma que

apesar de separados os campo de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca entre eles houve choques de maior importância; respeitam-se, auxiliam-se. O Estado deixando à Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à Lei Civil, compreendendo que sem ela – sem ordem e sem disciplina portanto, – os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda a vida espiritual se estanca. Tão estreita cooperação jamais se interrompeu; afirma-se, de modo auspicioso, nos dias presentes e há de intensificar-se certamente no futuro, mantendo a admirável continuidade de nossa história.²⁰⁴

Em nome do episcopado e da Igreja, falou o Arcebispo Primaz da Bahia, dom Augusto Álvaro da Silva, reafirmando os mesmos princípios:

Queremos transmitir os nossos agradecimentos e, com eles, a afirmação e a garantia de que o Governo poderá contar com a nossa colaboração na grande obra de elevação nacional (...) Repetidas vezes. V. Ex^a. no seu Governo tem dado provas inequívocas de quanto estima esta cooperação benfazeja e de

²⁰³ MATOS, 2003, p. 83.

²⁰⁴ BEOZZO, 1995, p. 324-325.

quanto deseja conciliar sempre, numa harmonia leal, os interesses do Estado, com os direitos imprescritíveis da Igreja. Fazemos votos que estas relações se estreitem, certos de que a Pátria comum será a grande beneficiária.²⁰⁵

Apesar dos discursos “românticos” e “inflamados” entre Vargas e os bispos, na prática, havia sérios entraves e atritos que eram “tapados com peneira”, como, por exemplo, no levante dos integralistas em março e maio de 1938 contra o governo, quando Vargas acusou o envolvimento de padres no movimento.

No entanto, o entrave maior ficava por conta do nacionalismo, diante do qual a Igreja silenciou. A 7 de fevereiro de 1938 surgiram leis proibindo a imprensa em língua estrangeira (rádio, jornal e revistas). Logo, a 5 de abril, veio a nacionalização do ensino nos estados do sul do país.

Não vamos aprofundar essa questão, mas queremos dizer que, com essas leis, sobreveio uma perseguição orquestrada em todas as colônias de imigrantes nos estados do sul. A perseguição estendeu-se também para as Igrejas: entre os imigrantes proibiu-se o uso da língua estrangeira na catequese e nas homilias. O cumprimento da lei era exigido pela hierarquia eclesiástica. Embora os padres “driblassem” a lei e continuassem pregando na língua dos colonos, as tensões permaneciam e traziam boa dose de incômodos como, por exemplo, acusações, denúncias, interrogatórios e até prisões.

Outro problema eclesial resultante do nacionalismo com o qual a Igreja teve que conviver, e não conseguiu sanar, foi um cisma interno que resultou na fundação da Igreja Católica Brasileira por Dom Carlos da Costa, em 1945.²⁰⁶

Vamos encerrar esta seção com um texto de Oscar Beozzo²⁰⁷ que reflete muito bem a estratégia de Vargas em relação à Igreja.

Getúlio era bastante inteligente para não romper com a Igreja naquele momento. Ele mantinha os privilégios da Igreja, mas impunha-lhe silêncio. A Igreja mantém exatamente tudo o que vinha da Constituição de 1934, sem ter nada por escrito, e isso explica a profunda acomodação da Igreja diante da ditadura de 1937 a 1945. Não se tocou em nenhum dos privilégios da Igreja e, apesar de haver repressão de sindicalistas, de intelectuais e

²⁰⁵ Ibid. p. 325.

²⁰⁶ Dom Carlos Duarte da Costa foi ordenado bispo em 1924, no Rio de Janeiro, pelo Cardeal Leme. Em 1925 assume a diocese de Botucatu. Em 1937, foi obrigado a renunciar ao episcopado. Em 1946, foi excomungado da Igreja católica romana.

²⁰⁷ BEOZZO, 1985. p. 52.

comunistas irem para a cadeia, de a Ação Católica não poder funcionar satisfatoriamente, a Igreja calou-se. Aceitou a situação, porque aumentou, inclusive seu poder social.

Se o Estado Novo eliminava as forças políticas através da cassação dos partidos e eliminava a crítica ao governo através da cassação da imprensa, mas mantinha a Igreja numa linha de cooperação e amizade, não seria isso uma esperteza da parte de Vargas para impedir que a Igreja se tornasse uma concorrente poderosa e obstruísse o seus projetos?

6.10

O Concílio Plenário Brasileiro

Ao contrário da Igreja na América espanhola, a história da Igreja do Brasil é pródiga em Concílios. Durante mais de quatrocentos anos, apenas dois Concílios, considerando o Sínodo da Bahia, foram realizados. É um anacronismo do ponto de vista da história eclesiástica e da parte do episcopado um desejo não realizado.

Em 1890, como vimos na unidade anterior, Dom Macedo Costa empreendeu grandes esforços para realizar um Concílio que pudesse definir os rumos da Igreja no regime republicano. Todo esforço foi infrutífero. No entanto, tanto a ideia como a necessidade permaneceu e, nas décadas posteriores, já no século 20, em 1928, novamente aflorou, mas sem força suficiente para vingar cujo impasse estava na elaboração de um esquema convincente para a aprovação da Santa Sé. A proposta dos bispos era baseada na Pastoral de 1915.

Em 1935, o cardeal Leme retoma a ideia, vai a Roma e trata da questão com o papa Pio XI, pedindo que alguém da Cúria acompanhasse e orientasse os trabalhos. O papa indica o secretário da Sagrada Congregação do Concílio, Mons. Giuseppe Bruno. Essa mudança de estratégia deu certo, de maneira que, em agosto de 1937, Mons. Bruno envia ao cardeal Leme o esquema, pedindo a apreciação dos bispos. Em janeiro de 1938, encerrava-se o prazo para a avaliação dos bispos. Dos cem bispos apenas 26 responderam, somando ao todo 498 observações que deveriam ser redigidas em latim. Dom Leme encarregou-se de enviá-las a Roma. O Concílio foi convocado por Pio XII porque Pio XI havia falecido, para os dias 2 a 7 de julho de 1939, no Rio de Janeiro. “Participaram 103 padres conciliares (catorze deles por

procuração), catorze superiores religiosos (um por procuração) e quinze representantes de doze cabidos de cônegos”.²⁰⁸

Qual foi o significado do Concílio para a Igreja do Brasil? Quais foram os seus avanços e os seus limites?

Segundo Oscar Beozzo²⁰⁹, o significado do Concílio foi imenso. Os avanços são caracterizados nos seguintes aspectos:

- a) Colegialidade episcopal. A colegialidade foi o grande sonho e anseio de dom Macedo Costa ainda em meados do século 19 em pleno movimento de reforma da Igreja. Aqui representa uma vitória do episcopado, sobretudo de dom Leme, o grande líder da Igreja desde 1916. Era a primeira vez que o episcopado brasileiro se reunia para tratar dos problemas da Igreja, mesmo que dentro dos limites fixados por Roma.
- b) Maturidade da Igreja do Brasil. Depois de muitos anos de luta, o Concílio representou o reconhecimento da maturidade dos bispos. Os textos pré-conciliares e o oficial renderam elogios da parte de Roma.
- c) Legislação pastoral única. No campo pastoral, a Igreja ganhava uma orientação única, resultante de um consenso da maioria do episcopado.
- d) União e convergência do trabalho dos bispos. O Concílio foi a realização do sonho de dom Leme no sentido de unir o episcopado cujo esforço pudesse convergir para metas e objetivos comuns.
- e) Ação conjunta da Igreja em nível nacional. O Concílio proporcionou a ação conjunta da Igreja como um corpo nacional. Fala-se em nome da Igreja do Brasil e não em nome de dioceses isoladas.
- f) Conjunto de prioridades pastorais. O Concílio traçava quais eram as prioridades pastorais da Igreja e que todos os bispos deveriam empreender esforços para realizá-las.

Os limites são caracterizados nos seguintes aspectos:

- a) Pouco avanço na questão social. A Igreja, adaptada ao Estado Novo, estava mais preocupada com a manutenção da ordem social e do lugar dela na sociedade do que com questões sociais.
- b) Exclusão da contribuição leiga. O Concílio não levou em conta a contribuição dos leigos desde o papel da elite intelectual dos anos 20 até a

²⁰⁸ MATOS, 2003. p. 85.

²⁰⁹ BEOZZO, 1995, p. 330-334.

Ação Católica. A Igreja se concentra em si mesma, na hierarquia e no clero. O Concílio produziu um documento para a Igreja hierárquica e não para a Igreja povo.

c) Um documento inacessível. O documento final que o Concílio produziu foi redigido todo em latim, língua inacessível até mesmo para a maioria da elite da Ação Católica como também ao próprio clero.

d) Caráter eclesiástico e clerical. O Concílio privilegiou o caráter eclesiástico e clerical, enfatizando a necessidade de renovar os costumes do povo.

e) Um modelo impessoal, abstrato e jurídico. Seguindo as diretrizes de Roma, o Concílio interiorizou ao máximo a legislação, o espírito jurídico e abstrato do Código de Direito Canônico de 1917. É claro e próximo das normas jurídicas, mas distante da realidade pastoral brasileira.

f) Conformidade com as diretrizes romanas. É o auge da romanização. A Igreja do Brasil se conforma com as diretrizes da Santa Sé. O texto oficial e os decretos permaneceram em latim e não se providenciou nenhuma tradução para o português, o que tornou-o inacessível e pouco conhecido. Uma década depois, com as devidas adaptações, reeditou-se a Pastoral de 1915.

Sobre a dificuldade de adaptação dos decretos do Concílio para a realidade brasileira, Oscar Beozzo²¹⁰ assim se pronuncia:

A preocupação pelos fiéis, a forma popular e acessível da Pastoral de 1915 fazem-na indispensável como complemento ao Concílio Plenário. Abandonada como ultrapassada e inadequada para servir de esquema ao Concílio, é reeditada em 1950, como indispensável para a vida da Igreja enquanto povo fiel.

Com relação ao Estado Novo, o Concílio representou o potencial do qual a Igreja dispõe e sua capacidade de organização como que querendo dizer “nós também temos força e queremos respeito”. Nas palavras de Oscar Beozzo²¹¹ “para um Governo forte no Estado Novo emerge também uma Igreja forte e centralizada na liderança incontestante do Cardeal Leme”.

²¹⁰ Beozzo, 1995, p. 334.

²¹¹ Ibid. p. 334.

6.11

A reorganização da Igreja a partir de 1950

Como já vimos visto anteriormente, a década de 1950 é um marco importante porque a Igreja se reorganiza em nível latino americano e em nível nacional em cada país. Em 1955, no Rio de Janeiro, realizou-se a I Conferência do Episcopado Latino Americano. Nesta conferência, é fundado o Conselho Episcopal Latino Americano – CELAM.

No Brasil, a década de 1950 marca uma fase de reorganização e renovação da Igreja no campo hierárquico, religioso e leigo. No campo hierárquico, houve a fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952. No campo religioso, a fundação da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), em 1954. No campo laico, a reformulação da Ação Católica e tudo o que ela significou em termos de abertura para o político e para o social. Aliás, a Ação Católica teve uma contribuição fundamental na criação e organização da CNBB.

Em termos políticos e econômicos, a década de 1950 foi marcada pela ideologia desenvolvimentista. Essa fase marcou muito a Igreja sobretudo internamente no sentido de associar a política do Estado em benefício de sua organização interna. Se o Estado se moderniza, a Igreja segue a mesma tendência. À medida que o Estado planeja sua ação, a Igreja procura planejar a ação pastoral.

O cardeal Leme faleceu a 17 de outubro de 1942. Sucedeu-o dom Jaime de Barros Câmara (1894-1971). Apesar de suas inúmeras qualidades, o cardeal Barros Câmara não teve um carisma de liderança comparável ao de seu predecessor. Com a morte do cardeal Leme, cria-se um certo vazio de liderança na Igreja. Isso foi positivo, porque, de certa forma forçou cada um dos bispos a enfrentar a realidade da sua região, com suas características e desafios, o que favoreceu o surgimento de lideranças em vários pontos do país. Dessas lideranças espalhadas, alimentou-se a ideia de reunir o episcopado num órgão centralizador de alcance nacional. Assim nasceu a CNBB em 1952. É importante lembrar que, no contexto do nascimento da CNBB, novas lideranças despontam e que vão atuar nos próximos 30 anos como, por exemplo, Dom Hélder Câmara.

A respeito do vazio que se criou com a morte de dom Leme e do surto renovador da Igreja do final da década de 1940 e início da década de 1950, Ralph Della Cava²¹² nos fornece um texto ilustrativo.

O colapso de liderança foi bastante concreto. D. Jaime de Barros Câmara, um conhecido professor de História da Igreja e um homem de rara humildade, ocupou inadequadamente a vaga deixada pela morte de Leme, em 1942 [...]. Foi como cardeal arcebispo da capital política da nação que sua liderança deixou mais a desejar. Com o tempo, até mesmo o poderoso movimento, que Leme colocara em ação para centralizar a hierarquia sob o comando dos superiores do Rio de Janeiro, se desmantelou. O poder eclesiástico, como de costume, refluíu para as dioceses isoladas e seus ocupantes. No fim dos anos 40 e início dos 50, essa mudança, é verdade, deu origem a muitos experimentos e ao surgimento de vários bispos de talento [...]. Mas nenhuma publicidade favorável poderia dissimular a profunda descentralização da Igreja católica no exato momento em que o sistema político do país caminhava firmemente rumo a acentuada centralização.

É nesse contexto que nasce a CNBB. Há de se considerar que sua criação, como é de se esperar de qualquer empreendimento, obteve apoio de uns, desconfiança de outros e de outros ainda reprovação. Entre as tensões dos que estavam a favor ou não, a sessão oficial de fundação realizou-se no Rio de Janeiro, no Palácio São Joaquim, no dia 14 de outubro de 1952, com a presença do Núncio Apostólico. Foi nomeado presidente o cardeal de São Paulo, Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta e Secretário Geral, Dom Helder Câmara, recém nomeado e sagrado bispo auxiliar do Rio de Janeiro.²¹³

Com a criação da CNBB, começa uma nova fase da Igreja no Brasil. Ela representa o máximo de organização, centralização, planejamento, colegialidade e modernidade. Surge uma nova consciência eclesial. A Igreja entra numa fase de amadurecimento e planejamento pastoral, de abertura e de compromisso com os problemas do povo brasileiro. Essa fase será marcada por uma estreita cooperação entre o Estado Brasileiro e a CNBB sobretudo no campo social e agrário.

É importante fixar bem como a Igreja se articulou nesse período, como lidou com povo, com as elites. Afinal, o modelo de Igreja ainda é o modelo elitista.

²¹² FREITAS, Maria Carmelita de. *Uma opção renovada: a Igreja no Brasil e o planejamento pastoral: estudo genético-interpretativo*. São Paulo: Loyola, 1997. p. 65-66.

²¹³ Em 1952 a Igreja contava com 20 províncias eclesiásticas com seus arcebispos e metropolitas e com 115 dioceses e prelazias.

Em termos de orientação prática, é interessante rever a lista cronológica dos bispos reformadores do século 19 e acrescentar os bispos restauradores até a primeira metade do século 20. Por quê? Porque até a fundação da CNBB, o poder na Igreja centralizava-se nas lideranças, como por exemplo Dom Macedo Costa, cardeal Arcoverde e cardeal Leme. Com a criação da CNBB isso mudou, o poder centraliza-se nela como representação do colegiado episcopal.

7

Conclusão

Lançando um olhar retrospectivo para o conteúdo do nosso estudo, cremos ter alcançado os objetivos propostos. O primeiro capítulo procurou mostrar e definir os conceitos de Cristandade e padroado, bem como as ideologias que sustentaram a conquista da América e o descobrimento do Brasil, ou seja, as ideologias que eram a base da formação nos países: Espanha e Portugal no contexto do século XVI. Neste capítulo também abordamos a organização da Igreja no Brasil, desde a hierarquia, os fieis, os religiosos, o tema sobre as vocações e as vocações nativas até chegarmos nas paróquias que exerciam um trabalho apostólico a partir das confrarias.

O Segundo capítulo abordou a questão sobre a relação entre a Igreja e os Estados liberais entre 1808 e 1930. Neste período ocorre a crise da cristandade, um período de reformas na Igreja no Brasil. É Uma reforma que se estende do clero até o povo. A crise da cristandade entendemos em nosso estudo que é a crise da modernidade, ou seja, é crise que assola o pensamento europeu do fim do século XVII, resultando no advento do Iluminismo. É uma verdadeira mudança de paradigmas. É a idade da razão em detrimento da fé que é destronada, matando o antigo regime de cristandade. Este é um período de um forte anticlericalismo resultando em uma nova concepção de Estado, de Governo, de Política e de poder. Agora o Estado não é mais sacral, mas é um Estado laico.

NO capítulo terceiro, tratou-se da Igreja Católica e sua relação com a República no Brasil. O Império brasileiro estava em declínio desde 1870 e em 1889 encontro seu fim. Estamos em 15 de novembro de 1889. Na Igreja temos o Papa Leão XIII. Na Europa temos as correntes políticas e religiosas como o Liberalismo e o Positivismo, a essas correntes aderem uma elite do Brasil. E no Brasil temos a imigração e a vinda de ordens religiosas europeias. A Republica nasce e se implanta no Brasil, como uma Republica laica, que foi orientada pela ideia de liberdade e modernidade. Esse caminho tomado pela nova republica colaborou muito para que florescessem no seio da sociedade brasileira, sobretudo no seio eclesiástico muitas

crises e tensões da separação Trono X Altar no Brasil. Sobre estas tensões destacam as posições dos bispos do Brasil, estes no início simpatizavam com a ideia de liberdade e reafirmavam a fé católica. Afinal, eles vinham reivindicando liberdade para a Igreja desde o tempo do Império. Mas, em um segundo momento, muitas crises na relação Igreja e Estado. A igreja nesse contexto tenta se reorganizar e inicia um tempo e busca de reaproximação com o Estado até a realização do Concílio Plenário Latino Americano que realizou-se em 28 de maio de 1899, este Concílio reaproximou a Igreja do Brasil com a Igreja Católica romana, reforçando um processo de romanização da Igreja brasileira.

O Capítulo de número quatro trata do tema da neocristandade a partir do pontificado de Pio X e Bento XV. O tema do Pontificado de Pio X é Restaurar tudo em Cristo. Assim, o Papa quer apresentar a sociedade e ao mundo os remédios para combater o perigo do modernismo para ele o modernismo é uma “época de tão grande perigo para as almas, devido aos erros que de toda parte se infiltram, descortineis o que deveis fazer e os exercícios com todo ardor e fortaleza.”²¹⁴. Já para o Bento XV, a propagação da fé católica para todo mundo é algo importante e necessário para combater os erros do modernismo e salvaguardar a doutrina de Cristo.

Seguindo a linha do quarto capítulo, o quinto apresentou a teologia da neocristandade a partir do Pontificado de Pio XI, que é facilmente resumido com seu lema: “A Paz de Cristo no Reino de Cristo”. Essa Pontífice falou sobre vários temas e colocou em prática muitas ideias de seus predecessores. Como a introdução no calendário litúrgico da solenidade de Cristo Rei, como um meio de todos os fieis conhecerem a realiza de Cristo e seguir no conhecimento de sua doutrina. Buscou de muitos meios falar da unidade religiosa, lembrando a todos que apenas existe uma Igreja e que uma união somente é possível quando todos os seus filhos voltarem a ela. Muito tempo e trabalho esse papa dedicou à Ação Católica, tornando esse movimento conhecido e incentivando para que fosse praticado em todo o *orbe* católico. Um dos seus documentos, um dos últimos escritos de seu pontificado, *Caritate Christi*, sobre as presentes calamidades da família cristã, culpando a doutrina modernista, como uma causadora desse mal em seu contexto.

²¹⁴ Pio X. **Pascendi Dominici Gregis**. 1907. P.173. In: Documentos da Igreja. **Documentos de Pio X e de Bento XV**. São Paulo: Paulus, 2002.

Por fim, o sexto capítulo, sendo o foco do nosso trabalho, mostrou a neocristandade no Brasil. Fizemos um caminho desde o século XVI, até entender como deu início esse movimento de neocristandade na Igreja do Brasil. Apresentamos Dom Leme como seu principal articulador.

Com base na hipótese proposta e na pesquisa que desenvolvemos, cremos ter conseguido apresentar o segundo cardeal brasileiro como o principal protagonista do movimento de neocristandade. Dom Leme Tornou-se arcebispo muito novo, depois de ser padre na capital Paulista e ter atuado como professor. Como Arcebispo, usou da cultura e das práticas religiosas para conseguir restaurar o catolicismo no Brasil a partir da Arquidiocese do Rio de Janeiro.

No campo da cultura, usou da fundação do centro Dom Vital e da Revista A Ordem para agremiar intelectuais e com a imprensa católica, ganhar espaço e conseguir avançar com sua proposta, no fim de sua vida, viu fundada a primeira Universidade Católica do país.

A Partir da devoção, com as práticas de associações paroquiais de fieis, congressos eucarísticos e marianos, adoração perpetua, conseguiu espaço em todos os meios religiosos e ganhou a confiança de seus fieis. Uma de suas grande empreitadas foi a proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil e a construção e inauguração do Cristo Redentor.

Dom Leme conseguiu relacionar-se muito proximamente ao Estado, conseguindo uma grande vitória, apesar de breve sobre o ensino religioso nas escolas e em relação aos símbolos religiosos em lugares públicos. Conseguiu que o estado continuasse reconhecendo o matrimônio católico e ainda que a Igreja administrasse seus cemitérios. Mencionamos também a Páscoa dos militares que foi implantado no Brasil.

Dom Leme conseguiu sem seu ministério episcopal, aproximar a Igreja do Brasil com a Igreja Romana, trabalho esse que se inicia no início da república do Brasil, mas que, com Dom Leme ganha força e encontra seu ápice, pois este cardeal age em plena consonância com a Igreja Universal, colocando em prática na Igreja do Brasil, senão por completo, em sua grande parte o programa dos Papas: Pio x, Bento XV e Pio XI.

Esse estudo recolocou a complexidade, a amplitude e a diversidade do processo de neocristandade bem como a complexidade e os paradoxos do próprio catolicismo, os anos de 1920 a 1940 ficaram marcados pela contraditória

mobilização das massas e das elites. Mobilizar as massas para evidenciar a força do catolicismo e mobilizar as elites intelectuais tendo em vista recuperar o espaço no mundo da cultura, mas sobretudo porque acreditava-se que através delas mudar-se-ia o cenário católico no Brasil. Teve-se em mente que as elites detinham o poder de transformar a sociedade, bem como a arregimentação das massas em uma tentativa de mostrar ao governo a força católica. É um catolicismo em plena mudança no país, adaptando-se, porém, carregando em sua mente que a fé católica é importante e indispensável para a sociedade. Nesse sentido usamos o termo neocristandade na Igreja do Brasil

Referências bibliográficas

8.1

Documentos de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra

CINTRA, Sebastião Leme da Silveira. **Aviso 38 sobre Igreja em 7 de setembro, dirigido aos diocesanos.** Rio e Janeiro, 1 set.1922.

_____. **Aviso número 91.** Rio de Janeiro, 11 nov. 1924.

_____. **Aviso número 151 sobre a Adoração ao Santíssimo Sacramento.** Rio de Janeiro, 10 dez. 1927.

_____. **Aviso número 164.** Rio de Janeiro, 24 ago. 1928.

_____. **Aviso 184.** Rio de Janeiro, 24 ago. 1928.

_____. **Aviso 186, sobre o Jubileu Sacerdotal do Santo Padre PIO XI.** Rio de Janeiro, 19 nov. 1929.

_____. **Aviso número 226, direcionado aos diocesanos.** Rio de Janeiro, 23 dez. 1931.

_____. **Aviso 239 dirigido aos diocesanos.** Rio de Janeiro, 20 set. 1932.

_____. **Aviso número 379 sobre a fundação da Universidade Católica no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, 16 set. 1941.

_____. **CARTA PASTORAL do Episcopado Brasileiro ao Clero e aos Fiéis da Igreja do Brazil.** São Paulo: Tipografia Jorge Seckler, 1890.

_____. **Carta de Roma para seu tio.** Roma. 1900. *In:* ROSÁRIO, Irmã Maria Regina do Santo. **O Cardeal Leme.** 1882-1942). Rio de Janeiro: Olympio, 1962.

_____. **CARTA PASTORAL** de S. Em. Cardeal D. Leme quando Arcebispo de Olinda, saudando os seus diocesanos. Rio de Janeiro.1916.

_____. **Mensagem ao Episcopado Brasileiro aos Digníssimos Representantes da Nação.** Rio de Janeiro, 1919.

_____. **Carta aos Diocesanos.** Rio de Janeiro, 9 jan. 1924.

- _____. **Carta ao Governo da Republica.** Rio de Janeiro, 18 ago. 1925.
- _____. **Carta a Arthur Bernardes.** Rio de Janeiro, 31 ago. 1925.
- _____. **Carta Circular aos fiéis.** Rio de Janeiro, 25 dez. 1927.
- _____. **Carta Laudetur Jesus Christus, para convocação dos bispos do Brasil.** Rio de Janeiro, 21 abr. 1933.
- _____. **Carta dirigida a todos os Arcebispos e Bispos de Brasil.** Rio de Janeiro, 21 abr. 1933.
- _____. **Carta enviada aos bispos do Brasil com o “Schema” do Concílio Plenário Brasileiro.** Rio de Janeiro, 17 out. 1937.
- _____. **Carta sobre o patriotismo do clero.** Rio de Janeiro, 14 jan.1938.
- _____. **Carta sobre a assistência religiosa às classes armadas.** Rio de Janeiro, 3 fev. 1938.
- _____. **Rascunho de uma carta de Dom Leme enviado em 1931 a Getulio Vargas, 1931.** p. 1. Contido na pasta 216 do Arquivo Arquidiocesano do Rio de Janeiro.
- _____. **Semana do Monumento ao Christo Redemptor.** Rio de Janeiro: Typ. Do patronato de Crianças Pobres. 10 de agosto de 1923. p. 8/9

8.2

Bibliografia sobre Dom Leme

- ATHAYDE, Tristão de. **O cardeal Leme.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1943.
- GABAGLIA, Laurita Pessoa Raja. **O Cardeal Leme.** Homem de coração. Rio de Janeiro: Ed. Agir, 1945.
- LIMA, Alceu Amoroso. **O Cardeal Leme.** Um depoimento. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1943.
- PIASENTIN, Pe. João S.S.S. **Dom Leme: Bispo da Eucaristia.** Rio de Janeiro, 1982.
- ROSÁRIO, Irmã Maria Regina do Santo Rosário, OCD (Laurita Pessoa Raja Gabaglia). **O Cardeal Leme (1882 – 1942).** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1962.

8.2.1

Monografia sobre Dom Leme

RIBEIRO, Wendel. **Dom Sebastião Leme**. Segundo Cardeal Brasileiro. Panplona, 2011. 64p. Monografia (Graduação em Teologia) Universidade de Navarra.

8.3

Instrumentos de trabalho

ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO. **Álbum do Clero do Brasil**, Fides Brasiliae. Rio de Janeiro, 1945.

CINTRA, Sebastião Leme da Silveira. **Aspirações do Povo Catholico Brasileiro no tocante a constituição, código civil, leis e regulamentos da Republica Nova**. Rio de Janeiro, 1932

_____. **Ata das visitas pastorais de 1912-1915**. p.2 – Arquivo Arquidiocesano do Rio de Janeiro.

_____. **Circular ao Governo Provisório**. Rio de Janeiro, 18 ago.1925.

_____. **Circular reservada aos diocesanos**. Rio de Janeiro, 18 mai. 1931.

_____. **Circular Coletiva do Episcopado, ao clero e aos fiéis do Brasil (12-06-1935) Sobre a segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro, 12 jun.1935.

_____. **Escritos pessoais de Dom Leme sobre as Consequencias politicas da Revolução**; Carta a Getulio Vargas. Rio de Janeiro, 15 abr.1931.

_____. **Estatutos da Ação Católica Brasileira. Arquidiocese do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 09 jun.1935.

_____. **Pastoral Coletiva do Episcopado de 1915, ao clero e aos fieis do Brasil**. Rio de Janeiro, 1915

_____. **Sobre a Ortodoxia da Doutrina Integralista perante a Igreja Católica; Estatutos da Liga da boa Imprensa**. Rio de Janeiro, 1933

_____. **DECRETO Nº 119-A, DE 7 DE JANEIRO DE 1890**.

Pio XI. **Carta Quamvis Nostra**. Do Papa Pio XI a Dom Leme, sobre a Ação Católica no Brasil. Roma, 15 set. 1932.

Revista A Ordem. Rio de Janeiro: Oração do centro Dom Vital, 1922. Mensal.

8.4

Bibliografia geral

ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da colônia: condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, 1750-1822.** Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: Edunb, 1993.

AZZI, Riolando. **O episcopado brasileiro frente a Revolução de 1930.** Síntese – Nova Fase, n.12, v. V, p. 47-78, jan./mar. 1978.

_____. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo. (*coord.*). **História da Igreja no Brasil.** Tomo 11/1, São Paulo: Vozes, 1983.

_____. **Método Missionário e Prática de Conversão na Colonização Latino-Americana.** *REB*, vol 47, fasc. 185, mar 1987.

_____. **A crise da cristandade colonial e o projeto liberal.** v. II. São Paulo: Paulinas, 1991.

_____. **O altar unido ao trono: um projeto conservador.** v. III. São Paulo: Paulinas, 1992.

_____. **O Estado leigo e o projeto ultramontano.** v. IV. São Paulo: Paulinas, 1994a.

_____. **A neocristandade: um projeto restaurador.** v. V. São Paulo: Paulinas, 1994b.

_____. GRIJP, Klaus van der. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo.** t. II/3-2, terceira época – 1930-1964. Petrópolis: Vozes, 2008.

BANDEIRA, Marina. **A Igreja Católica na virada da Questão social (1930-1964).** Anotações para uma história da Igreja no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BEOZZO, José Oscar. **Igreja e Estado no Brasil.** In: FLEURI, Reinaldo Matias. **Movimento popular, política e religião.** São Paulo: Loyola, 1985.

_____. **500 anos de evangelização na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 1992.

_____. **A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização.** In: O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964). 3 ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

BOXER.C.R. **O Império Colonial Português(1415-1825).** Lisboa: Edições 70,1981.

CALÓGERAS, J. Pandiá. **Formação histórica do Brasil**. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1957.

CIGALA, Abbé de. *Vie Intime de Sa Saintité le Pape Pie X*. Paris: Lethielleux Editeurs, 1926.

DUSSEL, Enrique. **História da Igreja Latino-Americana** (1930 a 1985). São Paulo: Paulinas, 1989.

EISENBERG, José. **Ao leitor sem medo**. Tempo Social. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11 maio de 2000

Elliott, J.H. Espanha e América nos séculos XVI e XVII. In L. Bethell (prg), **América Latina Colonial**. São Paulo, Edusp/Funag, 1997, v.I.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2012.

FREITAS, Maria Carmelita de. *Uma opção renovada: a Igreja no Brasil e o planejamento pastoral: estudo genético-interpretativo*. São Paulo: Loyola, 1997. (Coleção fé e realidade, n. 36).

GIUCCI, Guillermo. *Sem fé, lei ou rei*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

GOFF, Jaques Le. **Uma breve história da Europa**. Petrópolis: Vozes, 2008.

HOORNAERT, Eduardo. *História da Igreja na América Latina e no Caribe 1945-1995: o debate metodológico*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LENZENWEGER, Josef; et al. **História da Igreja Católica**. São Paulo: Vozes, 2006.

LIMA, Luiz Gonzaga de Souza. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil: hipóteses para uma interpretação**. Petrópolis: Vozes, 1979.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. (org.). **A Igreja Católica no Brasil e o regime republicano: um aprendizado de liberdade**. São Paulo: Loyola/CEPEHIB, 1990. (Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil – 9).

_____. **A Igreja Católica no Brasil-República: cem anos de compromisso (1889-1989)**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. t. 1, período colonial. São Paulo: Paulinas, 2001.

_____. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. t. 2, período imperial e transição republicana. São Paulo: Paulinas, 2002.

_____. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. t. 3, período republicano e atualidade. São Paulo: Paulinas, 2003.

MARTINA, Giacomo. **História da Igreja: de Lutero a nossos dias: a era contemporânea.** v. IV, São Paulo: Loyola, 1997.

Melo, Plácido de. **Pelo amor e pela pátria.** Rio de Janeiro, centro Dom Vital/Anuário do Brasil, 1923.

MOURA, Odilon. **Ideias católicas no Brasil: direções do pensamento católico do Brasil no século XX.** São Paulo: Convívio, 1978.

PINTONELLO, Aquiles. **Os papas síntese histórica curiosidades e pequenos fatos.** São Paulo: Paulinas, 1986.

POULAT, E. *Intégrisme et catholicisme integral.* Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/rhr_0035-1423_1971_num_180_2_9799>. Acesso em: 19 nov. 2017

REZENDE, Antônio Paulo; DIDIER, Maria Thereza. **Rumos da história: nossos tempos.** O Brasil e o mundo contemporâneo. v. 3, São Paulo: Atual, 1996.

ROPS, Daniel. **A Igreja das catedrais e das cruzadas.** São Paulo: Quadrante, 1993.

_____. **A Igreja das Revoluções (II).** São Paulo: Quadrante. 2006.

SCHILLING, Voltaire. **A Igreja e o Fascismo.** Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:GCzcOCrTrHsJ:educaterra.terra.com.br/voltaire/seculo/2006/03/10/000.htm+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 01 dez. 2017

SCHUBERT. Pe. Dr. Guilherme. **A Província Eclesiástica do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Agir, 1948. p.23

SUESS, P. (Org.) **A conquista espiritual da América Espanhola.** Petrópolis: Vozes, 1992.

SUFFERT, Georges. **Tu és Pedro.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 447

TEIXEIRA. Faustino Luiz Couto. **A gênese das ceb's no Brasil: elementos explicativos.** São Paulo: Paulinas, 1988.

THOMAS, Gordon. **Os Judeus do Papa.** O plano secreto do vaticano para salvar os judeus das mãos dos nazistas. São Paulo: Geração, 2014.

TODOROV, Tzvetan. **A conquista da América espanhola: a questão do outro.** 3. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VAI, Cardeal Merry dei. **Memories of Pope Pius X.** Londres: Burns Oates & Washbourne Ltd. 1939.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no século XIX**. A reforma de d. Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

WOLLPERT, Rudolf Fischer. **Os papas e o papado**. De Pedro a Bento XVI. Petropolis: Vozes, 2008.

ZAGHENI, Guido. **A Idade Contemporânea: curso de história da Igreja**. v. IV, Paulus: São Paulo, 1999.

ZINHOBLE, Rudolf. **Idade Moderna**. p.287. In: LENZENWEGER, Josef; et al. **História da Igreja Católica**. São Paulo: Vozes, 2006.

V. Documentos do Magistério

BENTO XV. *Ad Beatissimi Apostolorum Principis*. 1915. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio X e de Bento XV. São Paulo: Paulus, 2002

_____. *Maximum Illud*. 1919. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio X e de Bento XV. São Paulo: Paulus, 2002

DOCUMENTOS DE BENTO XVI (1914-1922). **Coleção Documentos da Igreja**. São Paulo: Paulus, 2005.

DOCUMENTOS DE LEÃO XIII (1878-1903). **Coleção documentos da Igreja**. São Paulo: Paulus, 2005.

DOCUMENTOS DE PIO X E DE BENTO XV. **Coleção Documentos da Igreja**. São Paulo: Paulus, 2003.

DOCUMENTOS DE PIO XI (1922-1939). **Coleção Documentos da Igreja**. São Paulo: Paulus, 2004.

DOCUMENTOS DE PIO XII (1939-1958). **Coleção Documentos da Igreja**. São Paulo: Paulus, 2000.

PIO X. *IL Fermo Proposito*. 1905. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-x/fr/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_11061905_il-fermo-proposito.html>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. *Acerbo Nimis*. 1905. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-x/fr/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_15041905_acerbo-nimis.html>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. *Supremi Apostolatus*. 1903. **Documentos de Pio X e Bento XV**. São Paulo: Paulus, 2002.

_____. *Vehementer Nos*. 1906. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/pius-x/fr/encyclicals/documents/hf_p-x_enc_11021906_vehementer-nos.html>. Acesso em: 19 nov. 2017.

Pio XI. *Ubi Arcano*. 1922. p.14. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Quas Primas*. 1925. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Rerum Ecclesiae*. 1926a. p. 78. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Iniquis Afflictisque*. 1926b. p.96. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Mortalium Animos*. 1928. p.106. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Quinquagesimo Ante Anno*. 1929. p.147. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Quadragesimo Anno*. 1931a. p.300. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Non Abbiamo bisogno*. 1931b. p.336/337. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Mit Brennender Sorge*. 1937a p.528. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Divini Redemptoris*. 1937b. p.567. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. *Firmissimam Constantiam*. 1937c. p.610/611. In: **Documentos da Igreja**. Documentos de Pio XI. São Paulo: Paulus, 2004.

PONTIFICIA COMMISSIO PRO AMERICA LATINA. *Los últimos cien años de la Evangelización em América Latina*. Centenário del Concílio Plenario de América Latina. Simposio histórico. Actas. Ciudad Del Vaticano 21-25 de junio de 1999. Libreria editrice atican, Ciudad Del vaticano 2000.